



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS REGIONAL CATALÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

VALMIR CRISPIM DOS SANTOS

**EXTENSÃO RURAL E VALORIZAÇÃO DOS *SABERES/FAZERES* DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DE MONTE ALEGRE DE
GOIÁS (GO)**

**CATALÃO (GO)
2015**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

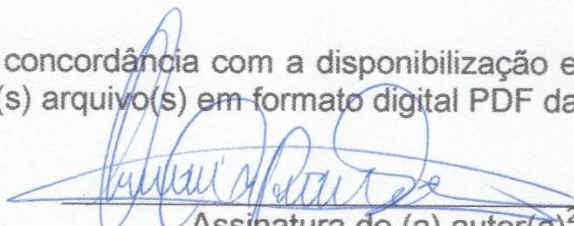
Nome completo do autor: Valmir Crispim dos Santos

Título do trabalho: Extensão Rural e Valorização dos Saberes/Fazeres da Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (GO)

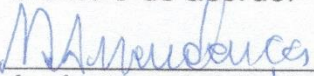
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 05 / 12 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

VALMIR CRISPIM DOS SANTOS

**EXTENSÃO RURAL E VALORIZAÇÃO DOS *SABERES/FAZERES* DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DE MONTE ALEGRE DE
GOIÁS (GO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Geografia da Universidade Federal de
Goiás – Regional Catalão, como requisito para obtenção
do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento do
Território Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos
Sociais

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.

**CATALÃO (GO)
2015**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Valmir Crispim dos
EXTENSÃO RURAL E VALORIZAÇÃO DOS SABERES/FAZERES
DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DE MONTE ALEGRE
DE GOIÁS (GO) [manuscrito] / Valmir Crispim dos Santos. - 2015.
206 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Geografia, Catalão, Programa de Pós
Graduação em Geografia, Catalão, 2015.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas,
lista de figuras, lista de tabelas.

1. Extensão Rural. 2. Agroecologia. 3. Políticas Públicas. 4.
(Re)Existência. 5. Saberes. I. Mendonça, Marcelo Rodrigues, orient. II.
Título.

CDU 911



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário - Catalão (GO) CEP - 75704 020
Fone/fax: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE
Valmir Crispim dos Santos

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze (07/08/2015), às 14h (quatorze horas), no Laboratório de Ensino – Bloco A, Sala 03, Regional Catalão/UFMG, teve lugar a 95ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Valmir Crispim dos Santos**, CPF 664.361.841-04, intitulada “EXTENSÃO RURAL E VALORIZAÇÃO DOS *SABERES/FAZERES* DA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS (GO)”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria n.º 023/2015 do Programa de Pós-graduação em Geografia/RC/UFMG, pelos Professores: Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça (Orientador IESA/UFMG e Presidente), Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (IESA/UFMG – Membro Externo), Prof. Dr. João Cleps Júnior (UFU – Membro Interno). Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o mestrando respondido satisfatoriamente. Às 16 horas e 30 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo o mestrando obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça – Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira – Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Prof. Dr. João Cleps Júnior - Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Obs.: A Banca Examinadora recomenda a publicação da dissertação.

Presidente da Banca – Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça - Ass. _____

Resultado final: APROVADO (x) REPROVADO ()

Reaberta a Sessão Pública, o (a) Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-graduação em Geografia-RC/UFMG.

Assinatura do Mestrando: _____

Secretária _____

Priscila Querino de Lima
Secretária do Programa de Pós-Graduação
Regional Catalão / UFG

Obs: O aluno deverá encaminhar a defesa em até 45 dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGCC/RC/UFMG.

AGRADECIMENTOS

A Secretaria de Educação do Tocantins e a Agência Goiana de Defesa Agropecuária pela licença remunerada durante o curso, cumprindo o que determina a legislação.

Ao Professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça: orientador, amigo e camponês que mantém viva a ligação com a terra e a condição de *cerradeiro*. Sua orientação segura e carregada de significados me fez compreender que não fazemos pesquisa sem que essa possa apresentar significados concretos aos sujeitos históricos habitantes dos territórios. Pela luta permanente junto àqueles que foram expulsos da terra, a amizade e a confiança a mim dedicada fica meus sinceros agradecimentos.

Aos amigos do Território Quilombo Kalunga: ser quilombola não significa ser diferente, mas carregar uma história de luta pelo direito de existir. Significa olhar para o futuro de cabeça erguida, com a certeza de que dias melhores virão. Nesses dez anos de convivência e trabalho no território aprendi que a simplicidade em viver não significa pobreza ou miséria, mas a adaptação em função dos recursos disponibilizados. Obrigado a todos que me receberam em suas roças durante a realização dessa pesquisa, em especial aos que colaboraram contando suas histórias de vida, luta e esperança. Contem sempre com o amigo Crispim.

Mãe: *youê fez de mim um homem forte, mas se eu chorar por Deus me conforte, sem você voltei a ser criança* (Roberto Crispim). Me recordo em vê-la toda orgulhosa com o primeiro filho formando na faculdade. A realização de um sonho para qualquer mãe, especialmente para você, camponesa que cuidou dos seus doze filhos com suas habilidades de artesã mesclada com o trabalho na terra. A senhora sempre orgulhou dos meus feitos e certamente está toda atenta na primeira cadeira assistindo essa defesa. Não vou lhe agradecer, pois o melhor agradecimento que eu posso lhe fazer não vem de um título acadêmico, mas em ser um cidadão de bem por onde eu andar. PS: há um pequeno “erro” na página (21) dessa pesquisa. Não vou corrigi-lo, ficará para quem vier a ler esse texto saber que a senhora vive no legado que deixou para todos nós.

Ao meu pai, camponês que aos 85 anos ainda sonha em voltar para a terra. Com o senhor aprendi que o caráter está acima de qualquer valor e circunstâncias da vida. Ser digno é levantar toda manhã, caminhar de cabeça erguida sem precisar olhar para trás. São valores que estão meio em desuso atualmente, mas que carregarei por toda minha existência. Para o senhor não farei qualquer agradecimento, mas o reconhecimento pela dignidade em ter criado doze filhos como *trabalhador na terra*. Um aprendizado que levarei para a vida.

A minha irmã: todos nós somos preparados para a caminhada da vida, e ninguém

caminha sozinho. Em cada passo e conquista temos ao nosso lado alguém que em palavras e gestos nos ajudam a seguir, apoiando incondicionalmente nossa jornada. Essas pessoas normalmente esquecem de si para apoiar e viver nossos projetos, e, sentem-se vencedoras com nossas vitórias. Nunca chegaria até aqui sem a certeza de que em casa você estava cuidando para que nada me tirasse dos objetivos traçados. Você é uma luz que Deus colocou em nossas vidas. Espero que seja a próxima a fazer essa caminhada. Em seu nome agradeço a todos os irmãos que dividiram comigo essa jornada. Com carinho à Professora Ivone Crispim.

Ao João: nas noites frias passadas na rodoviária de Brasília eu me confortava ao lembrar de seu sorriso de criança, e saber que você é alguém enviado por Deus para alegrar nossos dias. Nos momentos difíceis foi em você que busquei forças para seguir. Saiba que nunca pensei em desistir dessa empreitada, até porque você aprenderá que venceremos em muitas oportunidades simplesmente pelo fato de “persistirmos no que acreditamos”. Quando pensava que estava difícil lembrava que em algum momento de sua vida você sentirá orgulho pela luta e a vitória do seu tio no longínquo ano de 2015. Pelo sorriso, o amor e o carinho que sempre me dispensou lhe dedico essa pesquisa. Em seu nome agradeço a todos os sobrinhos pelo carinho de sempre, sem pedir nada em troca.

A Clésia: Lá se foram mais de ¼ de século desde o primeiro convite para participar desse momento. No interim passaram-se a formação técnica em nível médio, graduação, pós-graduação *lato sensu* e agora mestrado. Após onze anos nos reencontramos no curso dessa pesquisa e você com sua compreensão e grandeza tornou-se parte dela. Pelo sorriso inconfundível, a presença constante, o poio incondicional e o amor que mesmo em outros caminhos nunca deixou de existir eu lhe agradeço. Ana Clara ...

Ao amigo Rogério Coelho: ao concluir essa pesquisa você estará iniciando a mesma trajetória na Universidade Nacional de Brasília. Isso me faz lembrar aquele chuvoso novembro de 2012, em que sua solidariedade me deu forças para continuar. Foi o mesmo que você dizer: vá lá, faça essa seleção e passe. Eu sentirei vencedor com a sua vitória!! Pelo carinho e a solidariedade que dedica aos amigos e em especial a sua Comunidade Quilombola Kalunga, sempre preocupado com o ser humano eu lhe agradeço. Obrigado amigo.

Ao amigo Jhonathas Pimentel: As discussões sem pretensão que tivemos em muitas oportunidades durante o período da “república”, transformaram-se em teorias e práticas expressas nas dissertações que defendemos junto a Universidade Federal do Oeste da Bahia e Universidade Federal de Goiás. Acho que aproveitamos bem a convivência para crescermos como seres humanos. Obrigado pela amizade e o apoio quando necessário na caminhada da vida.

Aos amigos Leonardo Vitor, Sandra Ataídes, Vanessa Pimentel e Liz Adriane, pela dedicação em fazer cumprir meu direito de licenciar-me no período necessário para dedicar a pesquisa. Foram momentos de angústia mas sempre na certeza de que vocês estariam cuidando dos meus interesses. Que Deus ilumine sempre o caminho de vocês, e saibam que muito me orgulha em chamá-las de amiga (o)s.

Às Geógrafas, Professoras e amigas Ana Gizeli e Kelly Cristina, pessoas em quem me espelho na caminhada da vida. Ao lado de vocês dei meus primeiros passos como Professor de Geografia no início da década passada. Com vocês aprendi que um abraço vale tanto quanto um quadro cheio de mapas. A vocês meu carinho, respeito e muito obrigado por fazerem parte dessa caminhada.

Aos amigos do município de Arraias, pessoas com as quais compartilhei nos últimos doze anos momentos de alegria e tristeza. Quero agradecer pelo carinho que me acolheram nessa linda cidade em 2003. A vocês meu forte abraço em nome dos amigos Paulo Filho, Darlene Santos, Zé Teixeira, Simá Magalhães, Ted Morais e Jarlão.

Para Abel, retornante nordestino com o qual tive o prazer de prosear na rodoviária interestadual de Brasília, numa fria noite de junho, em 2013. Segundo ele o seu nordeste está muito diferente da sua época de retirante, há vinte anos. Levava no retorno algumas economias e muita esperança para produzir “*aligume*” na terra que abandonara no sertão pernambucano. Seus olhos brilhavam quando falava de sua gente. No caminhar da noite dividiu comigo um pedaço de papelão sobre o qual nos acomodamos no cimento frio, e entre uma prosa e outra adormecemos por alguns minutos. No raiar do dia tomamos um “pingado com pão de queijo”, momento em que nos despedimos. Em seu aceno final eu pensei: será que algum dia nossos irmãos cerradeiros poderão “voltar pra casa”? Acabara de conhecer uma das pessoas mais solidárias da minha caminhada. Que o seu roçado esteja pujante de “*aligume*” meu caro amigo. Essa eu dedico a você em nome daqueles que foram expulsos da terra, mas que mantêm viva a esperança de algum dia poder voltar ao seu torrão natal e viver com dignidade.

RESUMO

A pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão possui como centralidade identificar e compreender como se desenvolve a política de assistência técnica e extensão rural (Ater) na Comunidade Quilombola Kalunga pelas empresas públicas e privadas. A metodologia utilizada baseia-se na pesquisa qualitativa, desenvolvida em três etapas: Pesquisa bibliográfica: incluiu o levantamento bibliográfico, baseado na identificação de livros, artigos científicos, dissertação, teses e jornais que tratam sobre o tema proposto; Pesquisa documental: consistiu na análise realizada em documentos referentes as práticas em extensão rural na Comunidades; Pesquisa de Campo: onde priorizamos procedimentos como a observação participante e registro das observações em diário de campo. Localizado na região Nordeste de Goiás, o município de Monte Alegre de Goiás é habitado pela Comunidade Quilombola Kalunga, descendentes de trabalhadores escravizados nas minas de ouro do Norte da Capitania de Goiás no século XVIII. Na região que inclui os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás, Arraias e Paranã (os dois últimos localizados no Estado do Tocantins), está territorializada a Comunidade Quilombola Kalunga. Assim como ocorrem em outras áreas ocupadas pela população descendentes de quilombolas no Brasil, o Território Quilombola Kalunga sofre com a demora na desapropriação das áreas ocupadas por fazendeiros existentes no território demarcado. Isso decorre da morosidade do Estado brasileiro em consolidar as políticas de apoio e proteção às minorias conforme determinam os regulamentos existentes. As condições de acesso às políticas públicas na Comunidade é um exemplo prático do tratamento dispensado pelo estado às comunidades tradicionais. Dentre as políticas que caminham de forma inconsistente na Comunidade Kalunga está a assistência técnica e extensão rural, de responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e Governo Estadual. As ações de Ater quando realizadas ocorrem com metodologias inadequadas, que não respeitam os *sabres/fazeres* existentes na Comunidade. Nessa pesquisa procuramos evidenciar essas metodologias e discutir outras alternativas em extensão rural que possam agregar as práticas agroecológicas, culturais e que sejam territorializadas na Comunidade Quilombola Kalunga. Dessa maneira acreditamos que a Ater empregada com metodologia adequada possa reverberar no fortalecimento da *(Re)Existência* e da soberania alimentar na Comunidade.

Palavras chave: Agroecologia, Extensão Rural, Kalunga, Políticas Públicas, *(Re)Existência*, Saberes.

ABSTRACT

The research developed in Programa de Pós-Graduação *strict sensu* em Geografia of the Universidade Federal do Goiás – Catalão had aimed to identify and to understand how to develop Technical Assistance and Rural Extension policy (Ater) in the Kalunga Quilombo Community by public and private companies. The methodology is based on qualitative research, developed in three stages: Bibliographic search: the literature included the identification of books, scientific articles, thesis and dissertations about the subject; Documentary research: the analysis of documents about practices in rural extension in the Community by EMATER-GO and private companies contracted by the Ministry of Agrarian Development (MDA); Field Research, which focus in procedures like participant observation and observations recording in a field diary. Located in northeastern Goiás state, Monte Alegre de Goiás is inhabited by the Kalunga Quilombo Community, descendants of enslaved workers in North gold mines of Goiás Captainty in the eighteenth century. The Kalunga Quilombo Community is in the region of Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás, Stingrays and Paranã (the last two located in the State of Tocantins). As occurs in other areas occupied by the descendants of Quilombo population in Brazil, the Kalunga Quilombo Community suffers with the delay in the expropriation of the areas occupied by existing farmers in the demarcated territory. That is because of the Brazilian state slowness to consolidate support policies and protection of minorities as determined by the existing regulations. The conditions of access to public policies in the Community is a practical example of the treatment by the state to traditional communities. Among the policies that are inconsistent in the Kalunga Community is the technical assistance and rural extension, responsibility of the Ministry of Agrarian Development and the Goiás Government. The Ater actions, when carried, occur with inadequate methodologies that do not respect the Community knowledge and manufacture. This research seeks to show these methods and discuss other alternatives about rural extension that can add agroecological practices, cultural and are territorialized in the Kalunga Quilombo Community. In this manner, we believe that the Ater used with appropriate methodology could reverberate in strengthening of the (Re) Existence and food sovereignty in the Community.

Keywords: Agroecology, (Re)Existence, Rural Extension, Kalunga, Knowledge, Public Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - <i>Roça de toco</i> , modelo de cultivo praticado na Comunidade Kalunga em Monte Alegre de Goiás	74
Figura 2 - Pastagem cultivada na localidade do Areia – Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás	168
Figura 3 - Desmatamento mecanizado na localidade São Pedro – Comunidade Quilombola de Monte Alegre de Goiás	170

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localidades na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás.	47
Mapa 2 - Municípios dos estados de Goiás e Tocantins onde está territorializado o povo Kalunga	55
Mapa 3 - Territórios indígenas Goiás-Tocantins no século XVIII	60
Mapa 4 - Território Quilombola Kalunga em Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás	72
Mapa 5 - Fazendas ocupantes do Território Quilombola Kalunga	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos disponibilizados e aplicados na capacitação de extensionistas (2008/2012)	137
--	------------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução dos recursos destinados ao crédito rural (1969 a 2005)	104
Gráfico 2 - Valores em crédito rural contratado pelos camponeses Kalunga entre 2004-2014 (valores x 1000)	162
Gráfico 3 - Recursos da linha PRONAF disponibilizados e aplicados na agricultura familiar período 2001 a 2009.....	164
Gráfico 4 - Evolução do rebanho bovino da Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (2004-2014)	166

LISTA DE SIGLAS

- ABCAR** - Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ACARA** - Associação de Crédito e Extensão Rural
- ADCT** - Ato das Disposições da Constituição Transitória
- AGÊNCIARURAL** - Agência Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
- AGRODEFESA** - Agência Goiana de Defesa Agropecuária
- ANATER** - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ANVISA** - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
- AQK** - Associação Quilombo Kalunga
- Ater** - Assistência Técnica e Extensão Rural
- CAESGO** - Companhia Agrícola do Estado de Goiás
- CASEGO** - Companhia de Armazéns e Silos de Goiás
- CEBs** - Comunidades Eclesiais de Base
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- DATER** - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
- DNPM** - Departamento Nacional de Produção Mineral
- EMATER – GO** - Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás
- EMBRATER** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMGOPA** - Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária
- EPAMIG** - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
- FAO** - Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- OGM** - Organismo Geneticamente Modificado
- OIT** - Organização Internacional do Trabalho
- ONG** - Organização Não Governamental
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos
- PIPAEMG** - Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

SEGPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás

SEPPIR - Secretaria Nacional de Proteção da Igualdade Racial

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	35
2	DA DESTERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA A CRIAÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS: a luta dos Avá Canoeiro pelo território no norte da Capitania de Goiás	41
2.1	Caminhos metodológicos da pesquisa	41
2.2	Fundamentação teórica da pesquisa: seguindo com os livros.....	44
2.3	Análise documental: as revelações dos arquivos públicos sobre extensão rural na Comunidade Quilombola Kalunga.....	45
2.4	Campesinando no quilombo: acompanhando as práticas agrícolas e aguardando a presença da extensão rural	46
2.5	A luta pela terra e pela vida nos territórios do Norte da Capitania Goiás	51
2.6	Nem tudo foi ouro nas minas do Norte da Capitania de Goiás.....	52
2.7	A primeira ocupação humana nas terras do Norte da Capitania de Goiás.....	56
2.8	A ocupação das terras do Norte da Capitania de Goiás e a (Re)Existência indígena	58
2.9	O apoio oficial a expropriação indígena nas terras do Norte da Capitania de Goiás.	66
3	QUILOMBO KALUNGA: a luta pelo território e pelo direito de existência.....	69
3.1	Quilombolas ou agricultores isolados no Cerrado?	76
3.2	Símbolos e identidades territoriais do Povo Kalunga	82
3.3	Da posse da terra a consolidação do território: uma história de (Re)Existência	86
3.4	A organização representativa na luta pelo território	93
4	DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA A EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA: a trajetória da extensão rural no Brasil	98
4.1	Da crise à busca de opções: os caminhos da extensão rural após 1990.....	110
4.2	Entre a PNATER e a ANATER: avanços e retrocessos	117
5	METODOLOGIAS EXTENSIONISTAS: do difusionismo inovador às orientações teórico- metodológicas da PNATER	124
5.1	Em quais aspectos teórico-metodológicos podemos situar as práticas extensionistas adequadas aos Camponeses Quilombolas?	134
5.2	As críticas e contribuições de Pedagogia de Paulo Freire às práticas extensionistas....	138

5.3	Saberes/fazeres camponeses como fundamento metodológico da extensão rural ...	144
6	PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA	
	KALUNGA: do crédito rural às mudanças socioespaciais	159
6.1	O trabalho com a terra x práticas extensionistas na Comunidade Kalunga.....	172
6.2	Por uma extensão rural quilombola	179
	CONSIDERAÇÕES	191
	REFERÊNCIAS	196

APRESENTAÇÃO

Nem sempre as letras conseguem transmitir a essência de uma boa história, mesmo que sejam aquelas bem simples que todos nós conhecemos, iguais às muitas que ouvimos nos sertões ou nos corredores da academia. As letras possuem limitações para descrever determinadas passagens da humanidade, só que ainda não dispomos de algo mais direto para registrar as histórias construídas por meio das lutas, das relações sociais ou da *labuta* para transpor os limites da existência, dentro de uma realidade que se agrava a cada dia.

Contar histórias é algo inerente a qualquer pessoa, sejam elas eruditas ou populares. O diferencial está em transformar esses ditos em conhecimentos aceitos pelo modelo científico praticado atualmente, traduzindo-os para uma linguagem acadêmica. Não muito raro essas histórias ou saberes transformam-se em clichês carregados de preconceitos em relação aos fatos do mundo real. Esse é o risco que corre qualquer contador de histórias quando se envereda pelo caminho das letras. Contar uma história é o desafio ao qual me proponho nessa apresentação, fruto da caminhada pelos meandros da Pós-Graduação em Geografia. Segue a história do camponês e do pesquisador.

Iniciaremos a apresentação dessa pesquisa discorrendo sobre relação pessoal, acadêmica e profissional do pesquisador com o tema pesquisado e o papel exercido pela Assistência Técnica e Extensão Rural¹ (Ater) na valorização dos *Saberes/Fazeres* Agrícolas Tradicionais na Comunidade² Quilombola³ Kalunga de Monte Alegre de Goiás”, com vista a construção da *(Re)Existência*⁴ e da Soberania Alimentar. Essa relação advém das experiências construídas na trajetória camponesa e dos vinte e dois anos como membro do Serviço Público Agrícola de

¹ Prática de prestar orientação técnica especializada ao homem do campo importada dos Estados Unidos, no final da década de 1940 pelo governo brasileiro. A assistência técnica e extensão rural são termos semelhantes, podendo ser utilizados separadamente sem prejuízo ao seu significado.

² Segundo Fernandes (1973, p. 122), comunidade se caracteriza pela existência de um grupo de pessoas que vivem juntas, de modo tal que partilhem não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum. Para Claval (2007, p. 114), uma comunidade pode ser formada a partir de elos de sangue e da aliança que unem membros de uma mesma família ou orientação religiosa.

³ Ao contrário do termo Comunidades “Remanescentes” de Quilombos utilizado na Constituição de 1988, optei por utilizar nessa pesquisa o termo “Comunidade Quilombola”, por entender que remanescente passa a ideia de algo que caminha para o fim. Na realidade, nem a condição de trabalhadores escravizados foi extinta no Brasil, imagina a forma de resistência!

⁴ Mendonça (2015) entende a *(Re)Existência* enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar *(Re)Existindo* (MENDONÇA, 2015. p. 12).

Goiás, atuando preferencialmente em extensão rural e defesa agropecuária.

Discorrer sobre essas experiências fez-me voltar à origem camponesa e reviver as lutas enfrentadas por essa classe ao longo da história. A luta pela terra, por políticas públicas⁵ adequadas, pelo alimento ou simplesmente pela existência. Voltar às origens camponesas e trazê-las nessa pesquisa não foi uma escolha fácil, pois a memória nem sempre aceita transformar em relatos as dificuldades enfrentadas nas lutas por melhores condições de vida nas Comunidades Camponesas do Norte de Goiás. Contar esse *causo* só foi possível em função de minha trajetória profissional junto às Comunidade Camponesa do Nordeste de Goiás. A necessidade de construir mecanismos que colaborem com a melhoria das condições de vida nas Comunidades Camponesas Quilombola de Goiás, foi o incentivo primeiro para realizar essa pesquisa.

Outro incentivo foi minha história camponesa que se confunde com muitas que existem nas memórias dos *povos da terra*. São pessoas que por várias razões foram expulsas do campo e habitam as periferias das cidades, mas que nunca abandonaram a condição de camponês. Como eles, mesmo partícipe dos costumes da cidade não me considero um cidadão urbano, dotado das qualidades que a pseudomodernidade exige de seus membros. Identifico-me com o frio das montanhas, com as cachoeiras e seus sons silenciosos, e, preferencialmente, com os *Povos Cerradeiros*⁶ e seus *saberes/fazeres*⁷. Considero-me gente da roça, das matas, do sertão. Sou alguém que, como disse Hugo de Carvalho Ramos, “vive nesta luta insana pela existência que é o viver cotidiano das cidades”.

A trajetória que me conecta ao tema da pesquisa começou a ser construída na década de 1980, na militância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no conturbado Norte de Goiás. Era um momento político complicado em que o latifúndio⁸ se consolidava através da expulsão dos camponeses de suas terras, *normalmente* com requintes de violência. Nesse cenário um militante adolescente já discutia a necessidade de melhoria nas condições de vida dos

⁵ Entendemos como política pública nessa pesquisa o processo complexo de definição, elaboração e implantação de estratégias de ação por parte dos governos, no qual há identificação e seleção de determinados problemas sociais que, na visão dos gestores públicos, merecem ser enfrentados (DIAS, 2008, p. 102).

⁶ “O conceito foi empregado por Mendonça (2004, p. 327), para identificar os *trabalhadores da terra* na região do Cerrado. Conforme o autor, ser cerradeiro é ser diferente entre as inúmeras diferenças construídas pelos cerradeiros. É cultivar valores, tradições, saberes e sabores próprios do Cerrado”. Compreende várias categorias de trabalhadores da terra como indígenas, vazanteiros, veredeiros, quilombola, geraizeiros e chapadeiros. Atualmente em Goiás, os Quilombolas Kalunga representam a maior comunidade de Povos Cerradeiros, que ainda lutam para se manterem na terra, nessa que é uma das últimas áreas preservadas do Cerrado.

⁷ Sobre o conceito *saberes/fazeres* camponeses ele comparecerá no IV capítulo dessa pesquisa.

⁸ Para Freire (2013): A estrutura latifundista, de caráter colonial, proporciona ao possuidor da terra, pela força e o prestígio que tem, a extensão de sua posse também até os homens (FREIRE, 2013, p. 59).

*trabalhadores da terra*⁹, inclusive o acesso à terra e à educação, algo distante nesses rincões.

Ainda continua viva na memória a discussão proposta pela Campanha da Fraternidade da Igreja Católica em 1986: *terra de Deus, terra de irmãos*. A resposta dos latifundiários foi rápida, com a criação da União Democrática Ruralista (UDR)¹⁰, dois meses depois em Goiânia. A Teologia da Libertação¹¹ pulsava forte nas veias abertas da Igreja Católica da América Latina. Não obstante ter que enfrentar todas as adversidades na luta pela terra, os camponeses enfrentavam o descaso em relação às políticas públicas essenciais. As escolas rurais quando existiam ofereciam apenas até a quarta série primária, obrigando o filho do camponês a encerrar os estudos ou mudar para a cidade mais próxima, algo impensável para uma família camponesa de doze filhos¹². A única saída era procurar alguma escola de tempo integral, algo muito raro naquele período. O internato da Escola Técnica Agrícola de Canuanã, localizada nas barrancas da Ilha do Bananal, foi a alternativa encontrada para continuar os estudos.

A situação de abandono em relação às políticas públicas, um futuro indefinido e a incerteza em dias melhores provocavam desânimo e insegurança na juventude camponesa da época. Os momentos de esperança renasciam nos debates capitaneados pelas (CEBs), coletivos em que os textos de Leonardo Boff, Frei Betto, Dom Tomaz Balduino, José Comblin, Dom Pedro Casaldáliga e outros expoentes da Teologia da Libertação eram leituras obrigatórias, e base para as discussões políticas que caminhavam sempre no rumo da democracia, da reforma agrária e da autonomia camponesa. As CEBs, eram, portanto, o espaço onde os jovens camponeses da minha época encontravam razões para acreditar em um futuro melhor, livre das opressões e das amarras impostas pela exploração capitalista no campo.

A formação profissional em Técnico em Agropecuária, no início da década de 1990,

⁹ Para Mendonça (2004), se refere aqueles que possuem no trabalho rural as condições essenciais para a sobrevivência. Compreende os trabalhadores assalariados nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc., que estabelecem o sentido pleno da vida na terra (MENDONÇA, 2004, p. 28).

¹⁰ A UDR surge como entidade regional em 1985 na cidade de Presidente Prudente, e no ano seguinte em Goiás se transforma em entidade nacional a partir da reunião de dirigentes da Federação da Agricultura de Goiás, da Associação dos Criadores de Gir, Nelore e Zebu de Goiás, da Associação dos Fazendeiros de Araguaína e da Associação dos Fazendeiros do Xingu. No *ninho de animadores* destacam-se: Ronaldo Ramos Caiado, Jairo de Andrade, Altair Veloso e Salvador Farina, donos de terras em Goiás. O único fazendeiro de fora da região a integrar a UDR foi o engenheiro agrônomo Plínio Junqueira Júnior, de tradicional família latifundiária paulista.

¹¹ A Teologia da Libertação surgiu na América Latina na segunda metade do século XX, pela necessidade de dar novas interpretações ao evangelho frente a situação de opressão existente no continente naquele momento. Na concepção da Igreja Libertadora “não basta o cristão pertencer a igreja e nela cumprir os rituais místicos e doutrinários, pois essa prática em pouco referenciam a realidade presente. A práxis da libertação fundamenta sobretudo em ações políticas diante das estruturas sociais e territoriais referendada por uma opção de fé e amor ao próximo (MITIDIERO JR. 2008 p. 116).

¹² Dos meus doze irmãos apenas dois concluíram o antigo segundo grau na idade adequada. Apenas os cinco últimos irmãos estudaram além da quarta série primária.

possibilitou-me vislumbrar novos horizontes, pois significava deixar a condição de exclusão e caminhar rumo à construção de melhores condições sociais. Mas, não foi uma oportunidade por inteiro, haja vista que os jovens da minha comunidade continuaram a sofrer toda sorte de expropriação praticada pelo capital. A oportunidade não veio para todos.

Concluir um curso técnico em que os *saberes/fazeres* impregnados na caminhada camponesa foram colocados à prova, e, em muitos casos, invalidados pela ciência “moderna”, pode ser considerado uma história vencedora. Foi a concretização do modo de fazer e saber aliado ao ensino acadêmico que se transforma em ciência. Significa a possibilidade de aplicar os conhecimentos obtidos e difundidos entre os camponeses abandonados pelas políticas governamentais que necessitavam a cada momento reinventar seu modo de fazer para garantir sua permanência na terra.

No final da década de 1980, o ensino de ciências agrárias já se encontrava dominado pelas práticas impostas pela Revolução Verde¹³. Em nenhum momento durante a formação técnica os *saberes/fazeres* construídos nas lidas da roça foram validados como conhecimentos. O arroz “bico ganga¹⁴” que meu pai cultivava era improdutivo, o feijão roxinho era suscetível ao ataque do “mosaico do feijoeiro” ao passo que o milho de grãos mole¹⁵ deveria ser substituído por uma variedade híbrida, com grãos mais duros para evitar o caruncho no paiol. Até a maneira que nós alimentávamos estava errada, pois a gordura de porco deveria ser substituída pelo “óleo de soja”, satisfazendo, assim, os caprichos do capital agroindustrial.

Era o momento da consolidação do agronegócio¹⁶ que se deslocou para as áreas do Cerrado, alicerçado pelos vários Programas de Desenvolvimento Regionais. Enfim, era um momento de fortes embates entre os Movimentos Camponeses e as oligarquias espalhadas pelo país, principalmente no Cerrado.

¹³ A essência da Revolução Verde, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detêm as patentes das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos via “insumos modernos”, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais com braço no agronegócio e controladas pelo capital financeiro mundializado (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014. p. 54).

¹⁴ A referência “bico ganga” vem da cor que caracteriza a ponta da casca do grão do arroz. É uma variedade crioula com ciclo de aproximadamente 120 dias, adaptado a solos de baixa fertilidade natural para a agricultura. É precursor da variedade caiapó, desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

¹⁵ De acordo com a Instrução Normativa 60/2011 do Ministério da Agricultura, o milho (*Zea mays*), se classifica conforme a consistência do grão em quatro classe: duro, dentado, semiduro e misturado. As variedades crioulas em sua maioria se classificam como semiduro, oferecendo melhores condições para o consumo humano e animal.

¹⁶ Agronegócio na concepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária e o Estado. Essa associação realiza uma estratégia econômica do capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra, sob o patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2012, p. 94)

A nacionalização da União Democrática Ruralista (UDR), em 1986, por tradicionais fazendeiros de Goiás e Mato Grosso, os assassinatos do índio Waldemar Apinajé em 1985, Padre Josimo Tavares (1986), Paulo Fontelles (1987), Chico Mendes (1988) e o atentado contra Frei Francisco Cavazzuti (Frei Chicão), em Mossâmedes (GO) em 1987, são exemplos de pessoas que foram assassinadas ou que sofreram com a violência promovida pelo capital no campo. Nessa década conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁷, no período de 1985 a 1989, foram assassinados 488 (quatrocentos e oitenta e oito camponeses), na luta pela terra no Brasil.

Nas práticas agrícolas falavam-se em desmatamento, aração e gradagens como técnicas de produção. A nutrição dos cultivos ficava por conta das várias formulações de adubos, ao passo que existia apenas uma maneira de controlar insetos e doenças que atacavam as monoculturas de arroz, feijão, soja, milho e cana-de-açúcar: um verdadeiro arsenal de venenos e suas vítimas. Cuidados ambientais e os danos à saúde humana não estavam presentes nesse contexto.

Durante a formação técnica fui apresentado à obra da cientista e agricultora Ana Maria Primavesi, que dentre outras “loucuras¹⁸”, pregava um modelo de agricultura em que o solo era constituído prioritariamente de organismos vivos. Para isso, várias medidas deveriam ser adotadas, dentre elas, abolir o uso de qualquer veneno no controle de insetos e doenças, além de reduzir o preparo do solo via aração e gradagem. Afirmava ela: “o solo funciona como um corpo, com a diferença de que não possui seus órgãos alinhados ao longo de uma espinha. E seu “sangue” não circula em artérias fechadas, mas em poros abertos”. Primavesi (2012, p. 147).

Defender um novo modelo de agricultura no momento em que o inseticida mais usado era o letal “furadan¹⁹”, parecia um atentado contra a inteligência de qualquer profissional das ciências agrárias. O momento era de expansão e consolidação do agronegócio, sendo necessário sufocar qualquer movimento que fosse contrário a posição hegemônica do capitalismo no

¹⁷ Com 61 conflitos e 13 camponeses mortos, o estado de Goiás entra com destaque no Relatório de Conflitos de Terras no Brasil (1985), pelo comprometimento do governo estadual, especialmente através do ex secretário de Segurança Pública, Deputado Federal José Freire. Bispos da Regional Centro Oeste, além de várias denúncias abriram processo contra o ex-secretário responsabilizando-o por violências acontecidas, especialmente no Norte de Goiás (CPT, 1985. p. 18).

¹⁸ Atualmente, as discussões sobre outros modelos de produção ganharam visibilidade em função das pesquisas desenvolvidas por cientistas como Ana Maria Primavesi, mas no início da década de 1990, essa prática ainda era considerada uma utopia pelas ciências agrárias que acreditavam na elevação da produção agrícola como forma de aumentar o lucro do capitalismo agrário.

¹⁹ Inseticida do grupo dos carbamatos, classe toxicológica I, com poder letal para qualquer ser vivo, seja por contato ou ingestão. Seu uso é restrito a algumas situações na agricultura, mas, em função do frágil controle no comércio e na aplicação, ele continua sendo usado de maneira generalizada na agricultura comercial.

campo.

Esse cenário agravou-se nos anos seguintes com o avanço do agronegócio sobre as áreas de Cerrado, consolidando a apropriação desse território pelo capitalismo. O aumento do consumo de adubos químicos aliado ao descontrole na utilização de veneno aumentou consideravelmente com a *modernização conservadora da agricultura*²⁰, priorizando técnicas de cultivos que visavam maximizar o lucro através da exploração desordenada da técnica, dos recursos naturais e do trabalho, que muitas das vezes ocorriam e ocorrem em condições de escravidão.

Na primeira metade da década de 1990, o país acompanhava os fortes embates entre as correntes ideológicas que dominaram o cenário político desde a redemocratização, com o neoliberalismo pautando as relações socioeconômicas e seus reflexos na classe trabalhadora. A *(Re)Existência* dos trabalhadores rurais ao governo neoliberal era liderada pelos Movimentos Camponeses, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e alguns setores progressistas da Igreja Católica²¹.

A mídia conservadora tratava os embates dos *trabalhadores da terra* em busca da construção de políticas públicas condizentes com as necessidades da agricultura camponesa como sendo uma ameaça à ordem vigente. A criminalização dos movimentos sociais era feita abertamente, caracterizando-os como baderneiros, criminosos e desordeiros. Foram vários os momentos de tensão nesse período em que predominou a violência do Estado e dos latifundiários sobre o campesinato.

A *(RE)Existência* camponesa era construída com muito sangue, suor e vidas. Somente na década de 1990, conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foram assassinados 473 camponeses na luta pela terra e por melhores condições de vida no campo. Entre os camponeses assassinados estavam crianças, indígenas e quilombolas que lutaram em 6.370 conflitos, envolvendo mais de 4,5 milhões de pessoas. Uma verdadeira guerra materializada em conflitos históricos como os que seguem.

Os massacres de Corumbiara (RO), em 1995, e Eldorado dos Carajás (PA), em 1996,

²⁰ Para Mendonça (2004) A modernização da agricultura patrocinada pelo capital será sempre conservadora, pois reproduzirá de forma mais sofisticada a dominação, a exploração e a precarização do trabalho no processo de criação do valor e da apropriação/sujeição da renda da terra (MENDONÇA, 2004, p. 27).

²¹ Por uma questão de organização os Movimentos Sociais de Luta Pela Terra serão chamados nessa pesquisa de Movimentos Camponeses.

em que 30 camponeses foram assassinados são os exemplos mais sangrentos da luta pela Reforma Agrária e pela permanência na terra nesse período. Sobre a violência no campo brasileiro, Mesquita (2011, p. 97), explica que “[...] a ocupação capitalista da terra, no Brasil, tem sido violenta, uma violência principalmente contra os historicamente expropriados, marginalizados”. Numa narrativa que ultrapassa a linguagem acadêmica a autora traz à realidade fatos que nos faz refletir sobre os limites da crueldade existente nas relações de apropriação empregadas pelo capitalismo no campo. Suas pesquisas com as vítimas do Massacre de Corumbiara, desvelam a história trágica da luta pela terra no Brasil, como por exemplo nos relatos triste e contundentes feito pelos camponeses que na luta pela terra sofreram toda sorte de violência.

Naquele 09 de agosto de 1995, foram assassinadas onze camponeses, inclusive a pequena camponesa Vanessa²², vítima de um tiro nas costas que lhe ultrapassou o corpo de criança. Esses conflitos revelam além da face cruel do capitalismo no campo a disposição cada vez maior dos camponeses em lutar pelo seu espaço de vida. Visibilizar esses fatos faz-se necessário, pois a violência contra os camponeses incluindo indígenas e quilombolas perpetua em todas as regiões do Brasil.

A ocupação capitalista colocada pela autora como a causa principal dos conflitos ocorridos no campo brasileiro, continua fazendo vítimas e se agrava a cada dia, haja vista que o capital avança com toda sua capacidade de articulação e violência sobre os territórios camponeses, principalmente indígenas e quilombolas. Somente no ano de 2013, conforme dados da Comissão Pastoral da Terra, 29 camponeses foram assassinados no Brasil, dos quais 13 (treze) eram indígenas, ao passo que 8 estão sobre proteção no Programa de Proteção a Testemunhas do Governo Federal. Esses números não incluem os que suicidaram em função da perda da identidade territorial e pelas perdas das condições ideais de vida. É nesse cenário que as Comunidades Camponesas, quilombolas, indígenas, enfim povos tradicionais lutam para viver com dignidade.

Aos camponeses detentores da posse da terra o tratamento não era diferente. A dificuldade de acesso ao crédito e a assistência técnica de qualidade eram as principais bandeiras de lutas. A política implantada pelo modelo neoliberal apregoava a necessidade de

²² O dia tava claro quando os tiros foram chegando mais perto. Eu desesperei, peguei o Romerito com uma mão e a Vanessa na outra e corri na direção da derrubada. Antes de chegar na mata a Vanessa caiu e ficou mole, eu puxei ela pelo braço e ela falou que tava doendo muito, aí eu ví que ela tava atirada. Peguei ela nos braços e fui correndo dentro da mata. Minha filha tava morta, eu fiquei doida, relatou a mãe da pequena camponesa Vanessa de apenas seis anos de idade. (MESQUITA, 2011, p. 97).

disponibilizar áreas para o avanço do agronegócio, e isso seria possível somente com o sacrifício da *unidade de vida camponesa*²³, ou integrando-a ao sistema capitalista de produção. Os defensores da segunda opção acreditavam, conforme Fonseca (1985, p. 54), “[...] que as mudanças no meio rural se dariam pela intervenção técnica e não por alterações nas estruturas sociopolíticas dessas sociedades”. Dessa maneira, negligenciar políticas fundamentais ao desenvolvimento rural como educação, crédito e assistência técnica adequada seria uma maneira de expulsar do campo uma grande massa populacional.

As políticas de crédito agrícola²⁴ e extensão rural destinadas ao campesinato em nada diferenciavam do agronegócio. As práticas consistiam em ir a campo e levar orientação técnica aos camponeses, munidos de um pacote tecnológico que atrelava a extensão rural ao crédito agrícola. Essa metodologia ainda comum na extensão rural mesmo após a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2004)²⁵, com danos significativos a agricultura camponesa.

O pacote tecnológico estava atrelado ao crédito agrícola de forma que o agricultor, para ter acesso deveria adquirir o pacote recomendado pelo extensionista, composto de produtos geneticamente modificados (híbridos), adubos sintéticos, venenos, máquinas, implementos agrícolas e tudo mais que fosse de interesse da indústria presente no campo. Esse atrelamento fazia com que os agricultores não tivessem acesso aos recursos financeiros para negociar melhores condições de preços e qualidade dos produtos adquiridos. Eles recebiam os produtos e os valores eram repassados diretamente do agente financeiro ao fornecedor. Ainda hoje essa é uma prática comum na extensão rural disponibilizada aos camponeses brasileiros, com o “crédito tutelado”²⁶, assim podemos dizer.

Alternativas a esse modelo de extensão rural eram pouco discutidas, uma vez que a busca de novas metodologias contava com a indiferença dos setores de crédito e industrial, pois

²³ Compreendemos que antes de ser uma unidade de produção, a propriedade camponesa significa um local de reprodução do modo de vida camponês, onde ele realiza as práticas culturais que caracteriza essa classe trabalhadora. Nesse sentido, adotamos nessa pesquisa o conceito de *unidade de vida camponesa* em detrimento de outros que a identificam apenas pela dimensão produtiva-econômica.

²⁴ Mesmo operando com juros diferenciados o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), não conseguia viabilizar a pequena propriedade rural, pois a deficiência em outras políticas como extensão rural e comercialização deixava o camponês a mercê do mercado capitalista.

²⁵ Consideramos nessa pesquisa as orientações contidas em documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2004, que orienta metodologicamente as práticas em extensão rural no Brasil. Em relação ao aspecto legal essas práticas consolidaram-se através da lei nº 12.188 de 11 de julho de 2010.

²⁶ O termo “crédito tutelado”, é uma analogia ao crédito supervisionado utilizado pela extensão rural desde a inauguração de sua segunda fase no Brasil, concretizada em 1956 com a criação da Associação Brasileira de Crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural (ABCAR). O crédito supervisionado aparece como um dos princípios básicos das ações extensionistas recomendados às associações estaduais. (FONSECA, 1985. p. 125).

estas minariam os lucros das transnacionais ligadas ao agronegócio. Ao camponês era destinado o mesmo pacote tecnológico utilizado pela agricultura comercial, mesmo que o modelo de produção fosse completamente diferente. Condenava a utilização de recursos internos da propriedade, como as sementes crioulas tradicionais no mundo camponês, mantendo o agricultor dependente das indústrias de sementes, adubos e venenos chegadas ao Brasil e difundidas pela extensão rural.

Os resultados de décadas de utilização dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde foram trágicos para o campesinato brasileiro, causando dentre outros o endividamento via crédito rural e a contaminação do solo e água, principais sustentáculos da pequena agricultura. A expropriação²⁷ e apropriação dos resultados do trabalho ocorria em função da aproximação do capital com as atividades produtivas camponesas, pois ao serem subjugados pelo capital e dele ficar dependente o pequeno agricultor perdia também seus *saberes/fazeres* que garantiam a reprodução do seu modo de vida. Estava armada portanto as condições para expulsão do camponês de seu território.

No início da década de 1990, o estado neoliberal deferiu o maior golpe sofrido pela política extensionista até então. O fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), sinalizava a necessidade de buscar novos horizontes para a política extensionista brasileira. Nesse contexto começaram a ser colocadas em discussão algumas alternativas visando aproximar o camponês com os extensionismo rural, algo ainda distante, mas necessário.

Repensar a extensão rural fazia-se necessário já que o modelo existente serviu apenas para consolidar as ações capitalistas no campo. Na década de 1990, extensionistas e pesquisadores aprofundaram as discussões em torno de um novo paradigma tecnológico com base em princípios agroecológicos. Nos debates aparecia pela primeira vez as reflexões colocadas pelo educador Paulo Freire vinte anos antes, período em que desenvolveu experiências educacionais com camponeses em países da América Latina e África.

Trazer as críticas e as reflexões freireanas ao debate extensionista significava vislumbrar um modelo de extensão rural que respeitasse os *saberes/fazeres* camponeses, priorizando os conhecimentos locais nas práticas agrícolas. Era admitir que o modelo e as metodologias

²⁷ A expropriação é uma das características fundamentais do processo de crescimento do capitalismo, e um componente da lógica de reprodução do capital. O capital só pode crescer e produzir riquezas a custa da apropriação do resultado do trabalho.

empregadas até então pela extensão rural no Brasil não fazia sentido aos camponeses, necessitando, portanto de uma reformulação em seus princípios metodológicos. Segundo Freire (2013, p. 60), “nesse tipo de relação (metodologia), não há lugar para o diálogo” entre camponeses e extensionista.

Nesse contexto, realizou-se, em 1997, o I Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, com a participação ativa da Academia e Movimentos Camponeses. Os resultados das discussões indicaram a necessidade de ampliar as práticas extensionistas com a promoção do acesso ao conhecimento e a livre participação dos camponeses na organização da política extensionista. A esperança esbarrou-se mais uma vez no Governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, que dentre outras ações negava aos Movimentos Camponeses o papel de planejamento e sugestão de políticas públicas.

No campo político e econômico o neoliberalismo dava sinais de esgotamento em todos os países que o adotaram. Os reflexos da Crise da Ásia em 1996, que teve como principal protagonista o economista brasileiro Armínio Fraga, ainda eram sentidos pelas populações dos países pobres mundo a fora, em especial na América Latina.

A necessidade de compreender o momento político e as transformações pelas quais passavam o Brasil na década de 1990, levou-me ao Curso de Geografia, no ano de 1998, na Faculdade de Educação Ciências e Letras de Porangatu (GO). Entender essas mudanças pelas análises geográficas foi o caminho mais adequado, pois o Geógrafo conforme definição de Claval (2008, p. 17), “é um personagem curioso. Ele procura ver e fazer ver, conhecer e fazer conhecer o mundo e, sobretudo, compreendê-lo e explicá-lo”. Assim, como poderia eu compreender e fazer compreender aquele momento pelo qual passava a sociedade brasileira sem antes apropriar de uma base teórica consistente?

Na Geografia encontrei os instrumentos teórico-metodológicos necessários à compreensão das transformações vivenciadas pelo mundo naquele momento, principalmente o mundo rural, onde se consolidavam as reivindicações dos Movimentos Camponeses por melhores condições de vida aos *trabalhadores da terra*. Os governos respondiam às reivindicações com assassinatos coletivos, leniência à grilagem, à pistolagem e ao avanço do agronegócio sobre a propriedade camponesa. A Geografia fez-me compreender como se processam as *(Re)Existências* e as disputas nos vários territórios da vida, desde o concreto, centrado na luta pelo espaço até o imaterial, com a perda das identidades e saberes camponeses. O primeiro desafio e que muito intrigou-me foi compreender através da iniciação científica,

os reais interesses existentes por trás dos grandes empreendimentos agroenergéticos na região Norte²⁸ de Goiás. Empreendimentos como a Usina Hidroelétrica de Serra da Mesa, no rio Tocantins, e o Projeto de Irrigação de Luiz Alves do Araguaia, nas barrancas do rio Araguaia, foram objetos de análises nesse período. Entender as razões que levaram ao alagamento de 1.115 km² de Cerrado ou ao desmatamento de quinze mil hectares de várzea e incorpora-los à lógica do agronegócio era algo que me parecia desprovido de racionalidade.

A Geografia fez-me compreender essas contradições como sendo fruto de uma política de ocupação territorial predatória e necessária, que atende aos interesses do capital hegemônico. Dentro desse campo de lutas e *(Re)Existências*, em que as contradições afloram a cada momento, aprimorei-me como Geógrafo no início dos anos 2000.

Trazer para a geografia uma pesquisa sobre metodologias em extensão rural, foi uma necessidade amadurecida ao longo da minha trajetória profissional nos serviços de extensão rural e defesa agropecuária, nas instituições públicas responsáveis por essas atividades no estado de Goiás. Vislumbrar outras metodologias com orientação tecnológica focada na agroecologia e nos *saberes/fazeres* camponeses é uma necessidade urgente às práticas extensionistas. As metodologias utilizadas pela extensão rural ao longo de sua trajetória no Brasil, foi eficiente para garantir a expropriação camponesa em nome do capitalismo que expandiu principalmente na década de 1970. Fazer essa análise considerando essas características é algo difícil a qualquer técnico em ciências agrárias e mais ainda, a um membro do Serviço Público Agrícola.

Entre formular uma ideia que se concretize numa proposta de pesquisa em que somos obrigados a nos despir de todos os conceitos arraigados durante mais de duas décadas de práticas e analisar outras possibilidades há um abismo sem fim. Nesse caso, optamos por buscar na pesquisa geográfica mecanismos que colaborassem para a consolidação das mudanças necessárias na extensão rural praticada no Brasil. Recomeçar é difícil em qualquer situação, e torna-se mais complexo quando temos que negar parte do que somos e fazemos. Enfim, despir das ideologias consolidadas para construir novas práticas políticas torna-se uma missão difícil de ser superada em qualquer circunstância.

Pesquisar metodologias em extensão rural nas Comunidades Quilombolas Kalunga de

²⁸ Cabe explicar a diferença quando citamos a região Norte de Goiás e Norte da Capitania de Goiás. No período da mineração do ouro todas as minas localizadas após as minas dos Pirineus (Pirenópolis), eram chamadas de minas do Norte da Capitania, independente de localizar no Leste como o caso das minas de Cavalcante, Arraias e Natividade.

Goiás utilizando categorias geográficas não é algo novo na ciência, já que a Geografia Agrária tem avançado bastante nesse sentido. Entendemos que a especificidade do tema pesquisado está em trazer ao debate situações em que as discussões colaborem com o aprimoramento das políticas públicas voltadas aos camponeses brasileiros, em especial aos povos quilombolas.

Discutir, analisar e propor metodologias que potencialize os *saberes/fazeres* através das práticas extensionistas constitui o maior desafio dessa pesquisa, e, o principal anseio do pesquisador camponês. Objetivamos compreender o papel desempenhado pela extensão rural na expropriação camponesa ao longo de sua trajetória no Brasil, além de sua importância na *(Re)Existência* camponesa, praticada com metodologias adequadas à classe. Essa certeza embasa os debates teóricos existentes nessa pesquisa, pois acreditamos nos *saberes/fazeres* camponeses como recursos de trabalho com a terra, necessitando que a extensão rural possa agregar essas práticas em suas ações. Apontar metodologias que facilitem o trabalho com as práticas agrícolas tradicionais será nossa colaboração aos leitores que visualizam outros rumos à extensão rural no Brasil, especialmente a praticada nos territórios negros de Goiás.

Conhecendo o território negro de Goiás

Meu primeiro contato com os Povos do Quilombo Kalunga não aconteceu pelo caminho dos livros didáticos ou nos bancos escolares. Aliás, esses, até o momento, carecem dessa correção nos rumos da história, visando dar visibilidade às formas de *(Re)Existências* ocorridas no período escravista no Norte da Capitania de Goiás. As histórias contadas por pessoas que foram além do rio Preto em Cavalcante foi meu primeiro contato com os povos habitantes do além Serra das Contendas²⁹, em Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

A memória de criança registra o relato de uma viagem realizada por meu pai³⁰ em 1980, a zona rural de Cavalcante (GO), em visita a algumas áreas na busca de terras devolutas³¹

²⁹ A Serra das Contendas é um complexo rochoso, com altitude média de 800 metros, situada no município de Monte Alegre de Goiás. É o divisor natural entre o Território Quilombola Kalunga e as demais áreas do município.

³⁰ Pedro Crispim dos Santos nasceu em 1931 na localidade de Montes Claros, município de Orizona (GO). A família camponesa composta de 14 irmãos mudou-se da região da Estrada de Ferro em 1944, em função das dificuldades que os camponeses da região encontravam para reproduzir seu modo de vida. Dificuldades essas que culminaram com a Luta do Arrendo, deflagrada em 1948. Habitaram o Vale do São Patrício em Uruana e o Vale do Araguaia onde fundaram a cidade de Mozarlândia (GO), na primeira metade da década de 1950. É casado com Sebastiana Maria da Silva (mãe do autor), e pai/mãe de 12 filhos. Mora desde 1958 no município de Campinaçu (GO). Encontra-se aposentado como “trabalhador rural” desde 1993.

³¹ De acordo com a Lei nº 601 de 1858, são terras devolutas: as que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal; as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem

que se prestassem à prática da agricultura, e assim terminar de criar a família de doze filhos. Nessa incursão meu pai, um camponês acostumado com as pejeas da roça, relata o contato com uma população majoritariamente negra, habitantes de um vasto território de difícil acesso, encrustado nas serranias do município de Cavalcante, margeando o rio Paranã e seus afluentes. Das inúmeras observações da viagem relatadas pelo meu pai constam o espanto em perceber que, “os cemitérios eram construídos próximos às residências, e neles estavam enterrados tataravós, bisavôs, e outros membros da família”. Dessa observação ele destacara a existência de uma grande quantidade de pequenas sepulturas nos cemitérios, além de verificar a ocorrência do bócio (papo) nas pessoas mais idosas.

Na primeira metade da década 1980, encontramos boas terras que, sobre o “*arrendo de trinta por cento*”³², nos foram disponibilizadas nas margens do rio Tocantins, em Minaçu (GO), nas divisas deste com os municípios de Cavalcante (GO) e Paranã, o último atualmente no estado do Tocantins. A fazenda onde passamos a residir e cuidar de alguns alqueires de roças era ponto de pouso do Povo Quilombola Kalunga durante as compras semestrais em Minaçu.

Traziam pequenas quantidades de ouro que vendidas, supriam as necessidades da lida na roça, a exemplo de ferramentas como enxada, foice, machado e sal para consumo doméstico e animal. Entre uma prosa e outra minha mãe³³ preparava o jantar, ao passo que na sala de chão batido as senhoras Kalunga exibiam as fazendas de pano para os vestidos coloridos usados nos festejos tradicionais. As redes de algodão espalhavam-se por todos os cômodos do velho rancho

forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, as que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei; as que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

³² Nas relações de propriedade e uso da terra no mundo camponês comparecem três categorias distintas: proprietário, meeiro e arrendatário. Para Mendonça (2004, p. 300), “a categoria arrendatário se refere a qualquer indivíduo que arrenda temporariamente um pedaço de terra sem considerar o tamanho da área e o objetivo da produção”. Cabe ao arrendatário organizar todo processo produtivo e no final da colheita parte da produção é destinada ao proprietário da terra conforme valores combinados previamente, normalmente um percentual sobre a produção final. Para Loureiro (1982), arrendatários no início da década de 1950, em Orizona (GO), eram trabalhadores que não possuíam capital suficiente, para desenvolver por conta própria o processo produtivo. Eles participavam com parte dos meios de produção e tinham sobre o processo de trabalho autonomia e controle parcial. Nesse caso a produção final era dividida entre o proprietário da terra e o arrendatário na proporção de 50% (cinquenta por cento). Essa proporção levou ao movimento conhecido como “Luta do Arrendo” ocorrido no município no início da década de 1950. O movimento exigia uma menor participação dos donos de terras (apelidados por eles de tatuíra), no resultado final da colheita conforme determinava o Artigo 172 da Constituição Estadual de 1947, que delimitava o valor máximo a ser cobrado no arrendo de terras em Goiás em vinte por cento da produção. (LOUREIRO, 1982, p. 42).

³³ Sebastiana Maria da Silva (mãe do autor da pesquisa), é natural da região de Montes Claros, município de Orizona (GO). Ainda criança aprendeu com a Vó Inês (sua madrinha), a arte de tecer cobertas, transformando-se numa excelente artesã. Domina todas as fases e técnicas do trabalho com o algodão. Tecendo cobertas coloridas ela criou os doze filhos com muita dignidade. Aos 78 encontra-se aposentada morando em Campinaçu (GO). Ainda faz planos para montar seu Tear a qualquer momento.

de palha de piaçaba, e nos primeiros raios de sol as canoas avançavam sobre as corredeiras do rio Tocantins de volta às Comunidade Quilombola Kalunga.

Naquele período, fervilhavam as lutas pelos direitos civis que modificaram as relações sociais e políticas do país a partir no início da década de 1990. O movimento negro consolidava-se com uma extensa pauta de reivindicações, dentre elas, a luta pelo reconhecimento de vários direitos, incluindo as “terras de negros³⁴”, territórios onde se organizou a *(Re)Existência* no período em que explorava o trabalho escravizado no Brasil. O país começava a caminhar rumo à redemocratização, e os gritos dos oprimidos ecoavam por todos os cantos da nação.

A população negra visitada por meu pai no início da década de 1980, no município de Cavalcante, e as observações feitas por ele acerca do modo simples de viver daquela gente, transparece a realidade de uma região do país esquecida pelas políticas governamentais, o que explica a quantidade de crianças sepultadas nos arredores das residências. A mortalidade infantil ocasionada principalmente pela diarreia e o bócio nos adultos causado pela deficiência de iodo, eram as provas que essa população tinha dificuldades de acesso às coisas simples, como o sal iodado³⁵. Essa carência expressa na hipertrofia da glândula tireoide, era doença comum nas Comunidades Camponesas em um passado não muito distante.

Os caminhos que percorremos em nossa existência leva-nos a lugares e situações em que, nunca pensamos em trilhar, e muito menos sermos partícipes de um contexto de mudanças. Em 2004, as atividades de extensão rural levaram-me a conhecer a realidade das Comunidades Quilombolas Kalunga de Goiás. Habitante recente da região Nordeste de Goiás, e servidor da Agência Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (AGENCIARURAL), deparei-me com a necessidade de desenvolver uma série de ações, visando à melhoria dos indicadores zootécnicos do rebanho de gado bovino³⁶ da Comunidade. A empreitada era um desafio, mas, ao mesmo tempo, uma oportunidade para tentar promover algumas mudanças em minhas práticas extensionistas em defesa agropecuária.

O desafio era incluir mais de uma centena de pequenos agricultores em um programa de Educação Sanitária, cujo objetivo era implantar as políticas de defesa agropecuária em

³⁴ Assim ficaram conhecidas as terras onde foi construída a *(Re)Existência* ao trabalho escravo e habitadas pelos trabalhadores escravizados após a decadência da atividade mineradora no Brasil.

³⁵ O Decreto nº 39.814, de 17 de Agosto de 1956, tornou obrigatória a adição de iodo ao sal de cozinha e a distribuição deste, inicialmente nas áreas consideradas de risco e depois em todo o território nacional.

³⁶ A criação de gado bovino e o cultivo de milho, arroz, feijão, mandioca e banana são as principais atividades produtivas do Povo Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás. Desde a liberação de crédito rural na linha PRONAF, a criação de gado bovino tornou-se a principal atividade produtiva da comunidade, contando atualmente com 4.100 animais bovinos divididos entre 78 pequenos criadores. (AGRODEFESA, 2014).

sanidade animal, evitando prejuízos com a morte de animais e os riscos que algumas doenças oferecem à saúde humana e a economia do país³⁷.

Nossa primeira ação foi no sentido de mapear as distâncias, estudar as possibilidades, os pontos mais difíceis da Comunidade e só então, agir efetivamente. Concluímos que o trabalho deveria envolver as escolas da Comunidade, onde os alunos seriam irradiadores das ações. Nesse sentido, estaríamos ajudando na consolidação de fazeres necessários ao futuro de todos eles.

A estratégia foi desenvolvida com o apoio de professores e alunos das nove escolas rurais em funcionamento na Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás. Foram desenvolvidas atividades educativas permanentes durante cinco anos, e, nesse período, atuamos junto aos agricultores no sentido da busca da autonomia no cumprimento das políticas sanitárias em sanidade animal especialmente no controle da Raiva dos Herbívoros, doença endêmica na região.

Desde 2013, as atividades do projeto estão sendo reduzidas à medida que os resultados pretendidos são alcançados pelos agricultores quilombolas, com mais autonomia e desenvoltura para executar os programas sanitários necessários. Para isso, foram promovidos, treinamentos e acompanhamento sistemático de manejo do rebanho, com poucas interferências externas, respeitando sempre os *saberes/fazeres* locais. Os resultados foram surpreendentes principalmente na compreensão por parte dos agricultores da necessidade de construir estruturas mínimas para o manejo do rebanho. A iniciativa tornou-se referência nas práticas em Educação Sanitária realizadas pela defesa agropecuária em Goiás.

Discutir os caminhos trilhados pela extensão rural na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás na Geografia, não advém apenas da minha condição de Geógrafo, mas das possibilidades de análises que a ciência geográfica proporciona. Josué de Castro, em *Geografia da Fome* (1984, p. 34), afirma que “[...] pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem na superfície da terra, conseguimos mostrar a verdade com mais realismo”. A Geografia apresenta categorias de análises mais completas principalmente quando propomos analisar políticas de desenvolvimento territorial.

³⁷ As principais doenças bovinas combatidas no Projeto Kalunga de Educação Sanitária são a Raiva dos Herbívoros – endêmica na região, a brucelose que dentre outros causa aborto nas fêmeas bovinas e a Aftosa, doença cuja a importância são ditadas pelo mercado mundializado da carne, mas que não causa nenhum mal à saúde humana.

Utilizando as categorias de análises propostas pela Geografia conseguimos visualizar o objeto pesquisado sobre vários aspectos, fato que não conseguiria caso a pesquisa fosse feita pelo viés das ciências agrárias, tendo como base um arcabouço teórico-metodológico dissociado da compreensão do todo, diferente da condição proporcionada pela categoria geográfica empregada nessa pesquisa. Não concebemos as abordagens constantes nessa pesquisa dissociadas das lutas pela consolidação do território de vida empreendida ao longo dos quase três séculos pelo Povo Quilombola de Goiás. Nesse campo a Geografia está a frente de outras ciências em especial das ciências agrárias no que tange às categorias de análises empregadas.

Segue a pesquisa...

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como centralidade a análise das metodologias extensionistas empregadas pelas empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (públicas e privadas), na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, e as relações estabelecidas com os *saberes/fazeres* agroecológicos da Comunidade Quilombola Kalunga, visando a consolidação da *(Re)Existência* e da soberania alimentar.

A pesquisa apresentada parte das reflexões amadurecidas nas atividades de defesa agropecuária e extensão rural, desenvolvidas nas Comunidades Quilombolas Kalunga de Goiás, a partir de 2004. As reflexões surgiram da necessidade constatada em introduzir outras metodologias em assistência técnica e extensão rural (Ater), que possibilitassem a construção do conhecimento agrícola, tendo como centralidade os *saberes/fazeres* dos camponeses quilombolas em detrimento dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, e dessa forma fortalecer a *(RE)Existência* através da valorização das práticas agrícolas tradicionais.

A extensão rural possui uma longa trajetória de ações questionáveis junto aos camponeses brasileiros, desde seu desembarque no Brasil através da *Fundação Rockefeller*³⁸ na segunda metade da década de 1940. As práticas extensionistas desde então foram colocadas a serviço do capitalismo no campo, servindo de suporte para a *modernização conservadora*³⁹ da *agricultura* na década de 1970, quando o agronegócio consolidou o avanço sobre os territórios camponeses. Nessa década tivemos a estatização da prática extensionista com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), ligada ao Ministério da Agricultura. A EMBRATER tinha a função de coordenar as ações de extensão rural executadas pelas Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs), distribuídas em todas as unidades da federação.

Sua trajetória no campo brasileiro foi marcada pela utilização de metodologias que excluem a realidade camponesa na produção do conhecimento, servindo-se de um modelo de educação pensado para inserir o agricultor no mercado capitalista. As práticas educativas eram construídas de forma vertical e impostas ao camponês independente da capacidade deste em absorver e operacionalizar as tecnologias trazidas pelo extensionista. Para Freire (1987, p. 34), era a “educação bancária”, onde alguém detentor do conhecimento (extensionista), se

³⁸ Criada nos Estados Unidos em 1913, a Fundação Rockefeller define sua missão como sendo a de promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, ao ensino, a pesquisa e a filantropia.

³⁹ Essa prática foi chamada por Mendonça (2004) de “[...] modernização conservadora da agricultura, promovendo profundas transformações socioespaciais no Cerrado, com o processo de desterritorialização dos Povos Cerradeiros”, e a territorialização do *agrohidronegócio*.

encarregava de encher o camponês de técnicas, sem considerar o conhecimento dominado por ele.

Com a consolidação do neoliberalismo e a reconfiguração política do Estado brasileiro na década de 1990, a extensão rural sofreu o seu maior golpe, com a extinção da EMBRATER, e junto várias empresas estaduais de extensão rural. Era o momento das práticas extensionistas serem reinventadas, agregando aparatos teórico-metodológicos dissociados do “difusionismo inovador”, que a acompanhou desde sua institucionalização na década de 1970.

O I Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1997, foi o momento em que essas preocupações foram debatidas entre Governo, Academia e Movimentos Camponeses. Alguns avanços concretizaram-se, como por exemplo o financiamento público mesmo que precário das práticas extensionistas. Mas, perdemos a oportunidade de aprofundar nas discussões que levassem a incorporação de metodologias adequadas à extensão rural voltadas aos camponeses, já que esse seria o público preferencial da Ater. As ações extensionistas continuaram com as metodologias impositivas pautadas no “difusionismo inovador” atrelado ao crédito rural como forma de trabalho.

Essa necessidade só entrou na pauta das políticas públicas governamentais em 2003, com a realização da Primeira Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, culminando com o lançamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER, 2004). O delineamento teórico-metodológico apontou outros rumos à política extensionista brasileira, e nessa oportunidade a metodologia de execução ganhou espaço no plano governamental. A PNATER foi uma política criada por várias mãos, em que a realidade da agricultura camponesa se impôs em vários aspectos, dentre eles a inserção da agroecologia como orientação tecnológica necessária às práticas extensionistas.

Para seus idealizadores o novo modelo nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelas práticas extensionistas convencionais, baseadas no difusionismo inovador (PNATER, 2004). Um dos principais caminhos apontados pela PNATER prevê a utilização de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de metodologias participativas e paradigma tecnológico baseado nos princípios agroecológicos⁴⁰. Nesse sentido, entendemos que a construção das

⁴⁰ Para dar conta destes desafios, os serviços públicos de Ater (realizados por entidades estatais e não estatais) devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo, as ações de Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir

novas metodologias e enfoques colocados pelo programa passam necessariamente pela valorização dos *saberes/fazeres* dos camponeses quilombolas, práticas rejeitadas pelo modelo extensionista vigente.

A adoção de metodologias pautadas nos *saberes/fazeres* camponeses será a centralidade dessa pesquisa, pois entendemos que valorização dos conhecimentos agroecológicos se apresentam como o único caminho para a continuação da política extensionista brasileira. Outrossim, será uma contribuição às discussões pautadas pelas agências públicas responsáveis pela formulação e execução da política de extensão rural no país; e, que encontram na construção de metodologias participativas o principal entrave ao seu desenvolvimento.

A condição de Geógrafo não foi a única considerada quando propomos realizar a pesquisa de um tema ligado ao desenvolvimento rural na Geografia. Ocorre que a ciência geográfica e seu aparato teórico-metodológico possibilita ao pesquisador uma leitura da totalidade, com categorias que aproximam mais a teoria dos conhecimentos empíricos. Dessa maneira, os conhecimentos resultantes da pesquisa apresentam-se mais consistentes quando comparados com pesquisas semelhantes realizadas em outros campos do saber.

Esclarecemos ainda, que os sujeitos sociais participantes dessa pesquisa serão designados como camponeses e ou pequenos agricultores, mas com a condição política característica do primeiro. Entendemos que os camponeses como classe trabalhadora estão presentes nos mais variados tipos de agricultores, sejam eles indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, participantes ou não dos Movimentos Sociais de Luta Pela Terra. A pesquisa ora apresentada está disposta em cinco capítulos cujo os assuntos estão assim distribuídos:

No primeiro capítulo apresentamos as metodologias de caráter qualitativas empregadas para a realização dessa pesquisa, com ênfase na observação participante. Essa técnica nos possibilitou compreender os *saberes/saberes* impregnados nas práticas de cultivos agroecológicas na Comunidade Quilombola Kalunga. Nesse capítulo trataremos a chegada dos mineradores e criadores de gado na região ocupada por várias etnias indígenas, sendo que os Avá Canoeiro foi a única que resistiu a pilhagem do território, unindo-se aos trabalhadores escravizados na luta pela *(Re)existência*. Nesse capítulo dedicaremos a mostrar o processo de

com os conhecimentos das famílias camponesas e demais povos que vivem e trabalham na terra em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. Ao contrário da prática extensionista convencional, estruturada para transferir pacotes tecnológicos, a nova Ater pública deve atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, adotando um enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca de equidade e inclusão social, bem como a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas. (PNATER, 2004. p. 6).

(Re)Existência dos indígenas Avá Canoeiro na defesa do território desde o século XVIII, com a ocupação da região Norte de Goiás e os conflitos com a quase extinção do Povo Ava Canoeiro. A resistência dessa etnia na defesa do território é um dos maiores exemplos de luta verificados em Goiás desde a ocupação no século XVII.

No segundo capítulo trataremos as discussões referentes ao processo histórico que culminou com a formação dos territórios quilombolas na região Nordeste de Goiás. A ocupação recente dessa região de Goiás ocorreu no século XVIII com a mineração do ouro e a utilização de trabalhadores escravizados. Nos municípios de Arraias e Paranã (TO), Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, formou-se o maior núcleo de trabalhadores escravizados quilombolas do Brasil. São os povos Kalunga que habitam uma área de 3.062 km² nas serranias e Vão do Paranã⁴¹.

No terceiro capítulo discutiremos a trajetória da extensão rural no Brasil, sua espacialização combinada com vários programas de desenvolvimento criados pelo governo brasileiro, as metodologias utilizadas com ênfase no atrelamento entre o crédito rural e o difusionismo inovador. As análises e críticas realizadas por autores como Freire (1968), Fonseca (1985) e Caporal (2005), estarão presentes na perspectiva da construção de um novo modelo de extensão rural, algo colocado atualmente pela PNATER. Nesse capítulo analisaremos documentos do Serviço Oficial de Extensão Rural de Goiás no período de 2004 a 2014 (período analisado nessa pesquisa), comparando com as metodologias apontadas pela PNATER, relacionando-as com as práticas extensionistas desenvolvidas na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás.

No quarto capítulo a centralidade das análises serão os *saberes/fazeres* agrícolas e as práticas agroecológicas da Comunidade Quilombola Kalunga, além das metodologias empregadas pela extensão rural ao longo de sua trajetória no Brasil. Entendemos que novas metodologias em extensão rural só serão construídas a partir do momento em que os *saberes/fazeres* das Comunidades Camponesas tornarem a centralidade do debate capitaneado pelos próprios camponeses. Como fundamentação teórica da extensão rural da forma com concebemos nessa pesquisa, trataremos ainda nesse capítulo as críticas e contribuições de Paulo Freire sobre o papel da extensão rural na construção dos conhecimentos agrícolas. Entendemos que as mudanças nas práticas extensionistas da forma que defendemos nessa pesquisa estão

⁴¹ “O Vão do Paranã é uma forma alongada no sentido norte sul, como um corredor espremido entre alinhamentos elevados de Serras e Chapadões; ao mesmo tempo um “buraco”, as profundezas de um espaço [...] (BARREIRA, 2002, p. 91)”. Segue o curso do rio Paranã cujo a nascente localiza-se no Planalto Central em Formosa (GO), e a morte no reservatório da Hidrelétrica Peixe - Angical, próximo a cidade de Paranã (TO).

relacionadas com as práticas educativas propostas por Paulo Freire em sua “pedagogia libertadora”. Nesse sentido as ações extensionistas apropriarão das práticas agroecológicas da Comunidade e junto aos agricultores delinear os caminhos a serem seguidos na construção e valorização do conhecimento local como fundamento da *(Re)Existência* e da soberania alimentar.

No quinto capítulo serão aprofundadas as reflexões realizadas nos capítulos anteriores, privilegiando o confronto dos dados coletados nas observações com as práticas em extensão rural destinada ao Povo Quilombolas Kalunga. Estará em discussão as práticas agrícolas, os *saberes/fazeres* tradicionais empregados nas práticas produtivas, o trabalho com a terra no território quilombola e as práticas agroecológicas presentes no cultivo de alimentos. Daremos um enfoque especial ao papel do crédito rural na linha PRONAF, acessado pelos agricultores e agricultoras Kalunga, em especial as transformações socioespaciais que identificamos na pesquisa em função do acesso ao crédito, que em última análise significa o papel da extensão rural na Comunidade.

Objetivamos colaborar teórico e metodologicamente para ao avanço das discussões em extensão rural, na construção de práticas extensionistas condizentes com as diferentes realidades das Comunidades Camponesas. Acreditamos que essa pesquisa possa somar a outras na melhoria das metodologias aplicadas na execução da extensão rural, não apenas nos Territórios Quilombolas, mas nas Comunidades Camponesas de uma maneira geral. São práticas em extensão rural discutidas por um camponês extensionista aventurando-se pelo mundo acadêmico.

A escolha do Território Quilombola Kalunga para a realização dessa pesquisa decorre da necessidade de discutir e aprimorar metodologias específicas de extensão rural às comunidades tradicionais⁴², que engloba quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, faxinalenses e outros. No caso da Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás, as ações extensionistas possuem pouca presença junto aos agricultores, e quando ocorre é pautada em metodologias não condizentes com as necessidades locais.

Por fim, essa pesquisa representa o confronto entre a teoria e a prática em extensão rural nos territórios camponeses da região Nordeste de Goiás, local em que a diversidade está

⁴² Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. (DIEGUES, 2001, p. 87).

presente em todos os vãos e vales em função da força da cultura de seus habitantes. Essas peculiaridades requerem das políticas públicas, em especial da extensão rural práticas diferenciadas, que contemplem as especificidades das Comunidades Camponesas territorializadas na região.

2 DA DESTERRITORIALIZAÇÃO INDÍGENA A CRIAÇÃO DE NOVOS TERRITÓRIOS: a luta dos Avá Canoeiro pelo território no norte da Capitania de Goiás

"Primeiro, caminhe até tua primeira planta e lá observe atentamente como escoo a água de torrente a partir deste ponto. A chuva deve ter transportado os grãos para longe. Siga as valas que a água escavou, e assim conhecerá a direção do escoamento. Busque então a planta que, nesta direção, encontra-se o mais afastado da tua. Todas aquelas que crescem entre estas duas são para ti. Mais tarde, quando estas últimas derem por sua vez grãos, tu poderás, seguindo o curso das águas, a partir de cada uma destas plantas, aumentar teu território". (CARLOS CASTANEDA, 1963. p. 160).

2.1 Caminhos metodológicos da pesquisa

O início de toda pesquisa apresenta-se como uma das principais preocupações do pesquisador. É um momento importante em que os questionamentos são colocados e a busca pelas respostas começa a ganhar forma. A formulação coerente do problema forma a base empírica e nos leva a busca de um corpo teórico capaz de explicar o objeto da pesquisa. Nessa fase, a reflexão se concentra nas possibilidades e dificuldades que se apresentarão ao longo da caminhada na produção do conhecimento. São caminhos cheios de surpresas, mas quem por eles trilharem terá a certeza do desvelamento ou da produção de conhecimentos que serão úteis à humanidade.

As reflexões e os resultados apresentados nessa pesquisa originam das análises teóricas, documentais, das observações das práticas agrícolas dos camponeses da Comunidade Kalunga, do acompanhamento das ações extensionista realizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – GO (EMATER-GO) e eventualmente pela Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), além da vivência do pesquisador enquanto camponês, Geógrafo e profissional das ciências agrárias.

Os objetivos propostos na pesquisa visam analisar as metodologias extensionistas utilizadas pela extensão rural nas atividades desenvolvidas junto à população Kalunga na busca da valorização dos *saberes/fazeres* agrícolas tradicionais da Comunidade Quilombola com vista a consolidação da *(Re)Existência* e da soberania alimentar. Essas práticas foram socialmente construídas e aprimoradas na trajetória dos trabalhadores escravizados nas minas de ouro no Norte da Capitania de Goiás, configurando atualmente um conjunto de *saberes/fazeres* pautados especialmente na agroecologia. Procuramos identificar a maneira pela qual a assistência

técnica e extensão rural poderá através de metodologias adequadas, colaborar na valorização das práticas agrícolas locais, garantindo a produção de alimentos saudáveis com dignidade, assegurando a soberania alimentar e a permanência dos trabalhadores na terra.

Antecedendo as discussões sobre os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa ora apresentada, esclarecemos que, consideramos as Comunidades Quilombolas Kalunga, localizadas na região Nordeste de Goiás, um território em permanente construção. Essa visão nos permite aceitar e compreender as disputas internas e externas, com o objetivo de consolidar o espaço vivido e os saberes existentes. Santos (1999, p. 8) nos ensina que “o território é o lugar onde a vida acontece em sua plenitude, onde afloram as contradições e construímos nossa identidade”. Conforme Santos (1999, p. 8).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Nessa pesquisa laboramos com a categoria território e o conceito de comunidade, fato que não desqualifica a categoria utilizada, sabendo que as duas permitem compreender o espaço pesquisado. É com esse entendimento, que propusemos compreender o papel e as potencialidades da extensão rural na valorização dos *saberes/fazeres* nas práticas da agricultura tradicional na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, ou no Território Kalunga de Monte Alegre de Goiás.

Partindo da compreensão que a extensão rural se apresenta como uma prática “educativa” na busca da construção de conhecimentos aplicados ao setor rural nos territórios camponeses, a pesquisa sobre o seu papel em Comunidades Quilombolas será baseada em vários procedimentos metodológicos, e com uma forte ligação na Pedagogia de Paulo Freire. Discutiremos diferentes visões não só da extensão rural, mas também da educação popular, situações divergentes e convergentes entre autores, agricultores e extensionistas sobre as metodologias de extensão rural que melhor se adequam ao trabalho em Comunidades Quilombolas.

A pesquisa possui caráter qualitativo, portanto foram utilizadas várias metodologias na construção do conhecimento, isto é, uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto que a observação participante e a análise de documentos foram as mais utilizadas, sendo complementados por outras técnicas. A vertente qualitativa conforme Alves-Mazzotti (1991, p. 56):

[...] não trabalha preferencialmente no contexto da descoberta, embora, não se exclua incursões no contexto de verificações, na medida em que os estudos possam ser planejados para investigar se relações observadas em outros contextos ou através de outras metodologias se confirmam.

A abordagem qualitativa tornou-se essencial nas pesquisas geográficas cujo objeto possui relação com o meio rural, territorialidade e cultura. Para Silva e Mendes (2013, p. 207) “[...] a abordagem qualitativa baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores”. Diferente da quantitativa que não permite ao pesquisador entender e explicar os fenômenos com todas as variações pertinentes. As abordagens qualitativas enfatizam as particularidades de um evento em sua totalidade, procurando compreendê-lo associado com o meio em que se encontra.

Escolher um método a ser empregada na pesquisa significa considerar o que melhor dialoga com as análises a serem realizadas pelo pesquisador. Isso demonstra conforme Pessoa (2012, p. 5) “[...] que a escolha do “caminho” metodológico é de responsabilidade do pesquisador e está em consonância com seus princípios filosóficos e posturas frente à realidade em que vive”. Deixar claro ao leitor a orientação metodológica significa evidenciar o posicionamento político do pesquisador ao longo da pesquisa e, como o assunto pesquisado poderá influenciar na vida dos sujeitos participantes. Enfim, para quem e como essa pesquisa poderá influenciar nas políticas públicas em temas correlatos. Para Mendonça (2004, p. 54):

A escolha teórico-metodológica é eivada de significados, de trajetórias e posicionamentos políticos. Qualquer posicionamento e ou análise espacial exige o nível de comprometimento social do pesquisador. A prioridade a determinadas categorias, as formas de construir o texto e a maneira de ver o papel da ciência geográfica são modos de dizer como se pensam as coisas do espaço, e a possibilidade de alterá-las está diretamente ligada a escolha metodológica, que não é aleatória ou espontânea, mas sim política e social.

Assim, não acreditamos na neutralidade das pesquisas científicas, pois as técnicas, as categorias de análises e o método utilizado não indicam apenas a opção política do pesquisador, mas também a intencionalidade da pesquisa. Portanto, qualquer procedimento metodológico empregado em pesquisas rurais cujo objeto de análise seja as políticas públicas só apresenta a eficiência esperada se antes for definido a posição política e ideológica do pesquisador e seu engajamento no tema pesquisado.

Em todas as fases de desenvolvimento da pesquisa buscamos interagir com os sujeitos envolvidos, principalmente técnicos em extensão rural e Camponeses Quilombolas Kalunga, no intuito de registrar, compreender e absorver os *saberes/fazeres* utilizados nas práticas agrícolas levadas adiante pelos sujeitos participantes da pesquisa. A interação com os sujeitos

foi facilitada em razão de nossa presença na Comunidade desde 2004, na condução de programas sanitários em defesa agropecuária. A pesquisa ora apresentada contará com diferentes fases apresentadas a seguir:

2.2 Fundamentação teórica da pesquisa: seguindo com os livros

Para Alves – Mazzotti (1991, p. 54) “Difícilmente um pesquisador inicia sua coleta de dados sem que alguma teoria esteja orientando seus passos, mesmo que implicitamente; nesse caso é preferível torna-la pública”. Nesse sentido a primeira fase da pesquisa foi dedicada à realização de levantamentos bibliográficos sobre o tema, com autores que dedicam as pesquisas a educação do campo, campesinato, reforma agrária e metodologia em assistência técnica e extensão rural voltadas a agricultura camponesa, populações tradicionais e agroecologia. Segundo Luna (2005, p. 26), “a revisão teórica tem como objetivo circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referencial teórico que pretende explicá-lo”. Para o autor a primeira regra na escolha de fontes de informação é “escolher sempre a fonte mais direta possível.” A segunda é “estar preparado para assumir, na análise das informações, as implicações da escolha feita.”

Assim, fundamentamos referencial teórico da pesquisa em autores locais/regionais que dedicam suas pesquisas às questões ligadas a ocupação da região Nordeste de Goiás pelos povos indígenas, trabalhadores escravizados e exploradores que aqui chegaram preferencialmente no século XVIII. Esse debate comparece no primeiro e segundo capítulo com autores como Apolinário (2006, 2007), Palacin (1991), Palacin, Morais (1994), Silva (1974,1998), Salles (1992) e Barreira (2002). Nas questões ligadas às políticas agrárias brasileiras pautamos em Mesquita (2011), Martins (1991), Oliveira (1994, 2007), Mendonça (2004, 2015), Fernandes (2013) e Comissão Pastoral da Terra (1985-2014). As críticas ao modelo extensionista e os apontamentos para um novo modelo de extensão rural foram pautadas nos estudos de Freire (1979, 1983, 1987, 2013), Fonseca (1985), Caporal (2005), Dias (2007, 2008), Sosa *et al.* (2013), Prado (2001) e Schimtz (2010).

Nas considerações sobre *saberes/fazeres* camponeses e metodologia em extensão rural comparecem autores como Shiva (2002), Levi-Straus (1989), Morin (2005), Altieres (2008), Santos (2010, 2011) e Diegues (2000, 2010). Permeando os debates com esses autores

analisamos uma farta legislação aqui representados pelo Decreto Federal nº 4.739 de 13 de junho de 2003, a Lei 12.188 de 11 de junho de 2010, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2004), o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003), Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, o Programa Brasil Quilombola (2004) e a Constituição da República Federativa do Brasil (1988). O objetivo dessa análise foi formar um embasamento teórico sobre as políticas públicas destinadas aos camponeses brasileiros, com ênfase na educação popular, nos *saberes/fazes* tradicionais e na política de assistência técnica e extensão rural.

2.3 Análise documental: as revelações dos arquivos públicos sobre extensão rural na Comunidade Quilombola Kalunga

Na segunda fase da pesquisa analisamos diversos documentos em órgãos que desenvolvem atividades técnicas de extensão rural e defesa agropecuária no município de Monte Alegre de Goiás. Esses documentos constam de Fichas de Cadastro e Evolução de Rebanho Bovino, Cadastro Informatizado de Controle de Rebanho Bovino, Controle Sanitário de Rebanho Bovino (AGRODEFESA); Cadernos de Anotações de Atividades da Agricultura Familiar, Projetos Técnicos de Crédito Rural (2004-2014), Relatórios Técnicos de Atividades em Extensão Rural, Relatórios de Sanidade Animal e Vegetal, Sistema de Controle e Emissão de Documento de Aptidão da Agricultura Familiar (EMATER-GO).

Os órgãos onde ocorreu a pesquisa constam da Agência Goiana de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Sindicato dos Produtores Rurais de Monte Alegre de Goiás, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Alegre de Goiás, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN) e Banco do Brasil.

Nessa fase, buscamos informações quantiquantitativas que nos indicassem as ações em extensão rural desenvolvidas pelas instituições públicas e privadas na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás. As informações obtidas serviram para balizar nosso entendimento sobre a metodologia empregada pela extensão rural nas ações desenvolvidas na Comunidade.

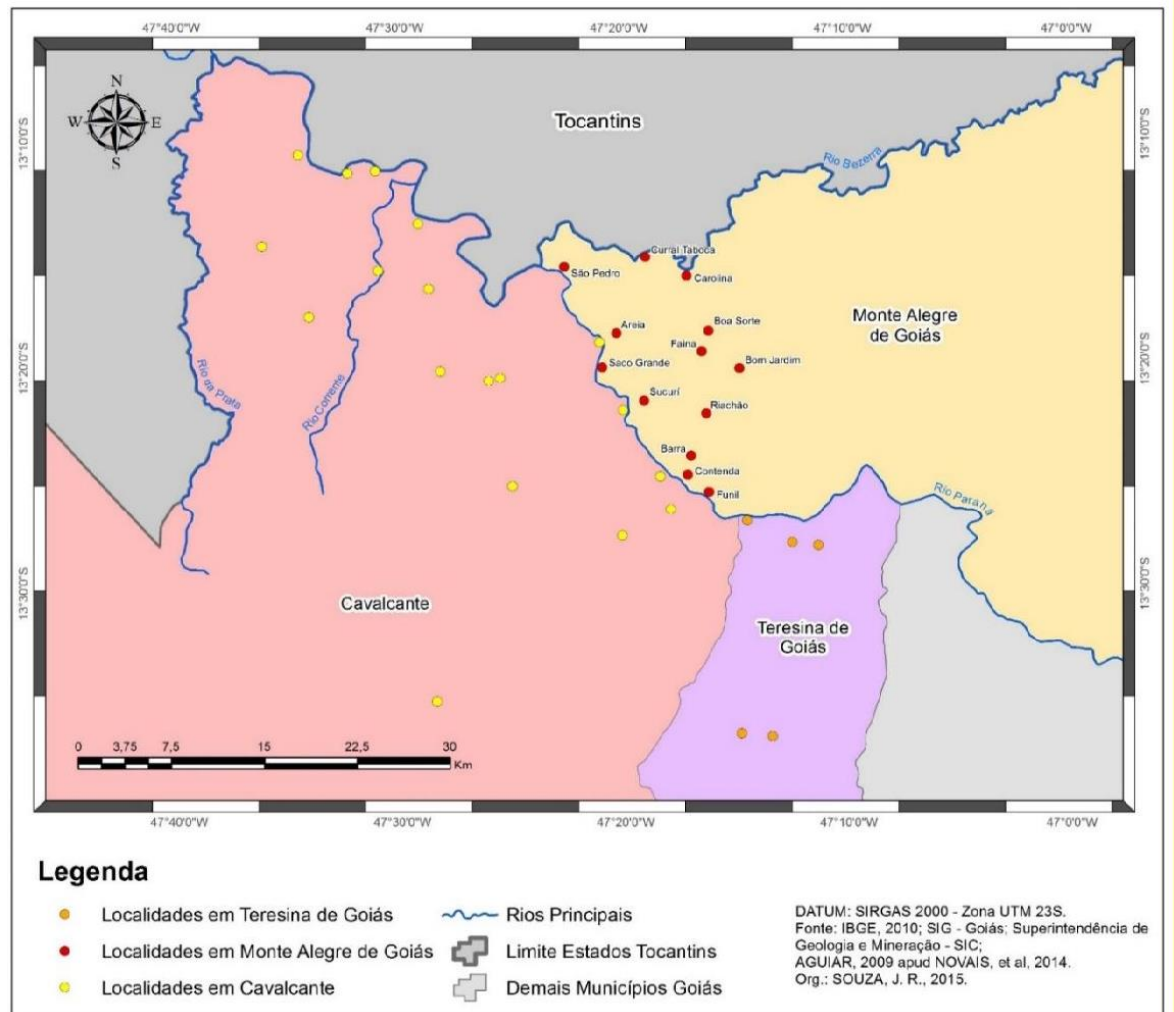
2.4 Campesinando no quilombo: acompanhando as práticas agrícolas e aguardando a presença da extensão rural

Os resultados apresentados trazem além das conclusões provenientes das observações realizadas durante a pesquisa, as experiências vividas em trabalhos desenvolvidos pelo pesquisador junto aos sujeitos sociais em momentos anteriores. Na empiria apresentada nas páginas que seguem estão agregados os dez anos (2004-2014), de atividades de campo realizadas na Comunidade, em projetos de extensão rural desenvolvidos pelo Serviço Público Agrícola de Goiás.

Para Mendes e Silva (2013, p. 209), “[...] a pesquisa empírica surge como uma necessidade de avaliar a aplicação das proposições teórico-metodológicas recentes e as condições reais de estudo”. Entendemos que outras propostas poderão ser utilizadas na consecução de pesquisas semelhantes, mas dentro de nossa orientação política expressa na apresentação da pesquisa essa proposta representa o melhor caminho a seguir na construção do conhecimento.

Essa etapa da pesquisa foi realizada na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, mais especificamente nas localidades de Sucuri, Saco Grande, Areia e São Pedro. A Comunidade conta com outras localidades conforme mostra o Mapa (1).

Mapa 1 - Localidades na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás.



Fonte: Novais, et al (2014).

A escolha dessas localidades para a realização de pesquisa tem relação direta com a maior concentração de moradores e, conseqüentemente, uma maior quantidade de roças, onde cultivam diversos tipos de alimentos. Nas localidades escolhidas habitam um grupo de aproximadamente cinquenta famílias agricultoras que cultivam diversos tipos de alimentos⁴³. O acompanhamento das práticas produtivas nas roças cultivadas pelos agricultores ocorre nas safras 2013/2014 e 2014/2015. Nessa fase foram acompanhadas práticas agrícolas com um grupo de 25 (vinte e cinco) pequenos agricultores (desde o preparo da roça até a colheita e armazenamento dos alimentos), e as metodologias aplicadas pelo serviço de assistência técnica e extensão rural no apoio aos agricultores.

Inicialmente havíamos decidido por realizar a pesquisa através de entrevistas com os

⁴³ O total de agricultores foi extraído do cadastro realizado pela EMATER/MDA/INCRA para a confecção do Documento de Aptidão ao PRONAF (DAP), concluído em novembro de 2014.

agricultores quilombolas envolvidos, mas no decorrer das atividades chegamos à conclusão de que a observação participante, com registros em caderno de campo seria a metodologia mais adequada, tendo em vista que para capturar os *saberes/fazeres* empregadas em todo ciclo foi necessário permanecer por longos períodos na Comunidade. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 16): “[...] a escolha dessa metodologia, deve-se ao fato de **a**) permitir ao pesquisador tornar-se parte do objeto observado; **b**) interagir por longos períodos com os sujeitos e, **c**) buscar compartilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela situação”.

Nesse sentido, a interação com os sujeitos construída na trajetória profissional facilitou as observações e, conseqüentemente o registro das experiências constantes no quinto capítulo dessa pesquisa. Quando o pesquisador goza da confiança dos sujeitos envolvidos na pesquisa as informações são adquiridas com maior facilidade, aproximando mais da realidade pesquisada.

O contato direto com os sujeitos envolvidos na pesquisa em sua plenitude possibilitou-nos averiguar a percepção dos quilombolas em relação à importância da assistência técnica e extensão rural no processo produtivo, mesmo que essa fosse pautada exclusivamente no crédito rural. Possibilitou ainda avaliar as metodologias empregadas em Comunidades Quilombolas, onde a diversidade cultural representa mais uma dimensão a ser trabalhada pela extensão rural. Ir a campo e acompanhar as atividades realizadas no ciclo produtivo, em especial do milho, arroz, mandioca e abóbora significou sobretudo a possibilidade de contextualizar o campo teórico, buscando as convergências com a proposta teórico-metodológica escolhida⁴⁴.

A convivência com os sujeitos habitantes do Território Quilombola Kalunga possibilitou capturar a subjetividade dos *saberes/fazeres* empregados nas práticas agrícolas, efetivados no preparo da “roça de toco”⁴⁵, no cultivo de vários alimentos, na mística da colheita

⁴⁴ Não se conhece a terra onde se planta ou as águas onde se pesca, ou os animais que se cria, sem ter um contato duradouro com elas e eles, durante o qual se vai apropriando das lições que a terra, a água e os animais têm a oferecer para compreendê-los e fazê-los produzir. E esse aprendizado acumulado como experiências geradoras de saberes não ocorre na escola ou em práticas introduzidas por quaisquer. Elas são adquiridas na vivência diária onde o camponês experimenta e consolida os saberes socialmente construídos ao longo de sua trajetória (RIBEIRO, 2015, p. 327).

⁴⁵ Neste sistema tradicional, o agricultor derruba uma floresta virgem, queima a matéria orgânica e planta nessa área (roça), num período de um a três anos, culturas anuais para a alimentação. Em seguida a área se transforma em capoeira alta ou com o decorrer do uso em capoeira fina ou juquirá para ser usado apenas depois de um certo período (SCHMITZ et al, 2010. p. 245). O termo “roça de toco” advém da base das árvores que fica na roça e brotam no pouso. O período necessário para o pouso da terra depende das condições ambientais da área dentre elas a fertilidade do solo.

e armazenagem dos produtos. Para Souza e Pessoa (2014, p. 175), “[...] em geografia humana a pesquisa participante nos convoca a uma reavaliação de nossa postura frente a realidade territorial pesquisada, frente aos homens e mulheres objetos, quando não vítimas, do trabalho acadêmico”.

Essa avaliação em relação aos sujeitos envolvidos na pesquisa só é possível quando se consegue reunir elementos que possibilite uma mudança em nossa maneira de enxergar e julgar a realidade com a qual fomos defrontados. Nesse caso depende-se prioritariamente da posição política do pesquisador. Despertar no pesquisador a capacidade de realizar uma leitura crítica e aprofundada da realidade encontrada na pesquisa talvez seja diferencial da metodologia “observação participante”.

Nesse sentido, Santos (2010) explica que “cada método é uma linguagem, e a realidade responde na língua em que é perguntada”, ou na verdade que saltam aos olhos do pesquisador e dos sujeitos pesquisados. Escolhemos nessa pesquisa realizar nossas análises a partir do método dialético aplicado às ciências humanas, não significando, portanto que outros métodos não consigam também responder algumas questões levantadas em nossos objetivos, ou seja: trazer à realidade as metodologias empregadas pela extensão rural nas ações desenvolvidas na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, visando a consolidação dos *saberes/fazeres* tradicionais dessa comunidade, com vistas ao fortalecimento da *(Re)Existência* e a soberania alimentar. Mas, entendemos que a análise dessa questão quando toma como ponto de partida e chegada a categoria território, passa a ser uma prerrogativa da dialética aplicada a Geografia.

Entendemos que a necessidade de explicitar a ligação do tema escolhido para a pesquisa dentro do aparato teórico, conceitual e metodológico da Geografia faz-se importante na medida em que, compreendemos a necessidade de que os campos de estudo da Geografia possam aparecer de forma clara em nossas análises. Essa foi a razão pela qual a categoria território foi escolhida para pautar as análises do tema em questão.

Ademais, o território como categoria de análise da geográfica nos apresenta uma série de possibilidades que abrem caminhos de investigação muito peculiar dentro da Geografia. Percorrer esses caminhos na pesquisa foi optar por caminhar junto aos sem-terra, sem casa, sem comida, sem educação, sem saúde, sem direitos, enfim junto ao povo esquecido em um dos rincões qualquer do Brasil.

A escolha de uma ciência ou método para conhecer o real não pressupõe a negação de outros métodos ou de outras ciências, “já que o enriquecimento do conhecimento científico faz-se com o diálogo vivo e sem preconceito com outros métodos e filiações científicas” Mitidiero Jr., (2008, p. 35). Assim, não negamos as ciências agrárias ou a sociologia rural e seus métodos de análises aplicados à extensão rural. Apenas compreendemos que analisar atualmente questões ligadas ao campesinato sem ter como centralidade os conflitos aos quais estão submetidos é negligenciar a realidade de que nesses espaços camponeses ocorre um processo contínuo de luta, tendo como protagonista os sujeitos sociais que neles habitam ou não. Fato é que não podemos negligenciar as pessoas em nossas análises, pois são elas a razão da produção do conhecimento.

Dessa maneira, essa pesquisa mesmo tratando de um tema ligado a ideologia extensionista rural, terá como uma das centralidades a preocupação com relações sociais, as pessoas/habitantes da Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás. E, para que se concretize esse objetivo comparecerá na pesquisa conhecimentos oriundos da Geografia, do senso comum e de outros campos do saber, sendo que todos serão submetidos ao método de análise e a orientação política do pesquisador.

Outras informações que julgamos necessárias originaram de instituições públicas, que estão de alguma forma ligadas às políticas de desenvolvimento territorial nas Comunidades Quilombolas Kalunga. Nesse sentido buscamos informações sobre a luta pela posse da terra junto a Associação Quilombo Kalunga que representa as Comunidades Quilombolas dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás; sobre a política de Ater junto ao Colegiado do Território da Cidadania da Chapada dos Veadeiros, que abrange todos os municípios onde estão localizadas as Comunidades Quilombolas Kalunga, além do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Trazer à pesquisa as informações das entidades ligadas a extensão rural corroborou com algumas situações constatadas em campo, e que em muito atrapalha a implantação de determinadas políticas de desenvolvimento territorial nas Comunidades Quilombolas Kalunga. Ao longo dos dez anos (2004-2014), em que atuamos em várias atividades profissionais, pudemos constatar a morosidade das políticas públicas destinadas ao território. Citamos, por exemplo, o caso da energia elétrica, hoje uma realidade em algumas localidades e frustração em outras.

Por diversas vezes ouvimos lideranças locais afirmarem que o problema não era a falta

de orçamento, mas a falta de eficiência e interesse dos órgãos governamentais em levar adiante os processos licitatórios que contrataria a empresa responsável pela instalação das redes de distribuição na Comunidade. Em relação a educação por exemplo, em várias ocasiões presenciamos alunos estudando em locais inadequados à prática do ensino-aprendizagem, como casas de palhas que não ofereciam o mínimo de conforto aos estudantes e professores. São momentos em que a crítica pura e simples não resolve os problemas enfrentados pela Comunidade, e nos coloca o desafio de fazer algo para mudar a realidade.

Estamos falando nesse caso inclusive da prática de “racismo institucional, como por exemplo a invisibilidade social e o atendimento precário ou moroso de suas demandas como sujeitos étnicos-raciais diferenciados por parte de determinados órgãos públicos, conforme Ratts e Furtado (2010, p. 240)”. São fatos que ocorrem prioritariamente em Territórios Camponeses, especialmente em Territórios Quilombolas.

Seguimos nessa caminhada acreditando nas possibilidades e dificuldades que foram transpostas pela necessidade e o prazer da pesquisa. Entendemos que a produção do conhecimento não parte do inexistente e não sistematizado, mas sim da capacidade em visibilizar e potencializar as práticas existentes nos territórios de vida. Nessa pesquisa denominamos essas práticas camponesas de fazeres/saberes, e, as temos como conhecimentos consolidados e libertadores. Como nos ensina Santos (2011, p. 30) “[...] conhecer é reconhecer, é progredir no sentido de elevar o outro da condição de objeto à condição de sujeito”. Seguiremos na busca do conhecimento que promovam o empoderamento desses sujeitos e consequentemente a autonomia da Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás.

2.5 A luta pela terra e pela vida nos territórios do Norte da Capitania Goiás

O leitor que iniciar nessa pesquisa a partir dessa seção terá a impressão de que tratamos de desterritorialização⁴⁶ e reterritorialização de Comunidades Camponesas em Goiás, com ênfase em indígenas e quilombolas. Caminhando um pouco mais compreenderá que a incursão pelas questões territoriais advém da certeza de que politicamente não concebemos pesquisar sobre qualquer política de desenvolvimento voltada às Comunidades Camponesas sem antes

⁴⁶ Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, deslocalização ou desabilitação do controle fronteiriços é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. (HAESBAERT, 2011, p. 68).

compreender como formou e funciona o território de vida dos sujeitos participantes da pesquisa. E mais, não concebemos qualquer pesquisa científica em que o território aparece como categoria fundante sem antes considerar as contradições existentes e o movimento que levou a formação e transformação do mesmo. Como nos ensina Haesbaert (2012, p. 20): “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico” e “territorial”. Somente assim poderemos compreender de maneira integral as relações que influenciam nas disputas existentes no território.

Trazer para a pesquisa a reflexão sobre a formação do Território Quilombola Kalunga e consequentemente as relações construídas nesse mesmo território entre os Povos Indígenas habitantes primeiros e os trabalhadores escravizados, significa resgatar um passado que continua presente nas lutas e *(Re)Existências* que afloram, pela consolidação do território, seus símbolos e saberes. A luta pela terra e por políticas públicas capazes de oferecer o mínimo de dignidade aos povos descendentes de trabalhadores escravizados é uma questão que está colocada desde sempre à sociedade brasileira. As perspectivas de solução estão longe das serras e vãos que formam o Território Quilombola Kalunga, constituindo uma realidade que preocupa a população local.

Mesmo com os avanços verificados na última década, principalmente no reconhecimento das áreas ocupadas pelos quilombolas, entendemos que o território ainda carece de políticas que possam colaborar para a solução de uma série de problemas verificados atualmente entre os Kalunga. O reconhecimento da posse das terras tradicionalmente ocupadas é um exemplo que possibilitará o domínio dos quilombolas sobre as áreas estratégicas à prática da agricultura e a preservação ambiental. Mas a solução dos problemas agrários apenas não será capaz de amenizar os conflitos existentes no território, necessitando avançar em questões ligadas à saúde, educação, saneamento básico, lazer e nas condições de permanência na terra.

2.6 Nem tudo foi ouro nas minas do Norte da Capitania de Goiás

Conceber uma pesquisa em que o objeto de estudo envolve uma análise transdisciplinar foi uma situação instigante, haja vista que, para chegar às informações empíricas, um longo percurso foi vencido. Nesse sentido, não concebemos discutir qualquer ação ou política pública voltada às comunidades negras tradicionais no Brasil sem antes compreender a *(Re)Existência*

construída em um passado distante, mas próximo o suficiente para não ser esquecido.

O tema apresentado para pesquisa não pode ser dissociado das lutas travadas pela construção do território cuja busca pela consolidação remonta à primeira metade do século XVIII, mais precisamente o ano de 1720. Foi nessa década que os primeiros mineradores chegaram às terras do Norte da Capitania de Goiás para explorar o precioso metal que embalava o imaginário da burguesia europeia. A ocupação dos territórios indígenas e a exploração de trabalhadores em situação escrava são as marcas desse momento da história de Goiás, que só foi reconhecida, mesmo que precariamente três séculos depois. Essa trama, urdida com muita luta, suor e sangue, nos embates camponeses, indígenas e quilombolas contra o capital hegemônico ao longo do tempo é a razão pela qual deve ser analisado com elementos e categorias que nos possibilitem enxergar os fatos além das aparências.

Desvelar o papel do Estado moderno na disposição das políticas de desenvolvimento territoriais às Comunidades Camponesas constitui um desafio à medida em que inclui outras análises, como, por exemplo, a luta pela terra e, conseqüentemente, as disputas existentes pela consolidação do “território de vida, local onde construíram histórias, relações e identidades” Santos (1999, p. 8).

Não visualizamos a possibilidade em discutir de forma sistematizada qualquer política pública em Comunidades Quilombolas sem antes fazer um passeio histórico e principalmente geográfico por essas questões, haja vista que, em Geografia, a formação socioespacial permeia toda e qualquer análise. Trazer para a pesquisa a desterritorialização dos povos tradicionais e sua luta pelo reconhecimento do direito original ao território habitado nos parece uma decisão acertada, mesmo sabendo que a centralidade da pesquisa é a análise das políticas públicas dispensadas à Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, nesse caso, a assistência técnica e extensão rural.

A necessidade de uma reflexão acerca da desterritorialização e a reterritorialização dos indígenas⁴⁷ e a territorialização dos povos quilombolas nesse espaço é fundamental para compreendermos o papel exercido pelo Estado e pelo capital na ocupação de região Nordeste de Goiás. Ambos estão presentes desde as primeiras análises dessa pesquisa e seguirão até a sua conclusão, haja vista que o território, como concebemos nessa pesquisa, constrói-se em um processo contínuo em que as relações de poder estabelecidas têm como participantes

⁴⁷ A formação do Brasil foi feita através da destruição de muitas nações indígenas. Os territórios libertos dos "filhos do sol" foram transformados em território brasileiro para a expansão capitalista (OLIVEIRA, 1994, p.56).

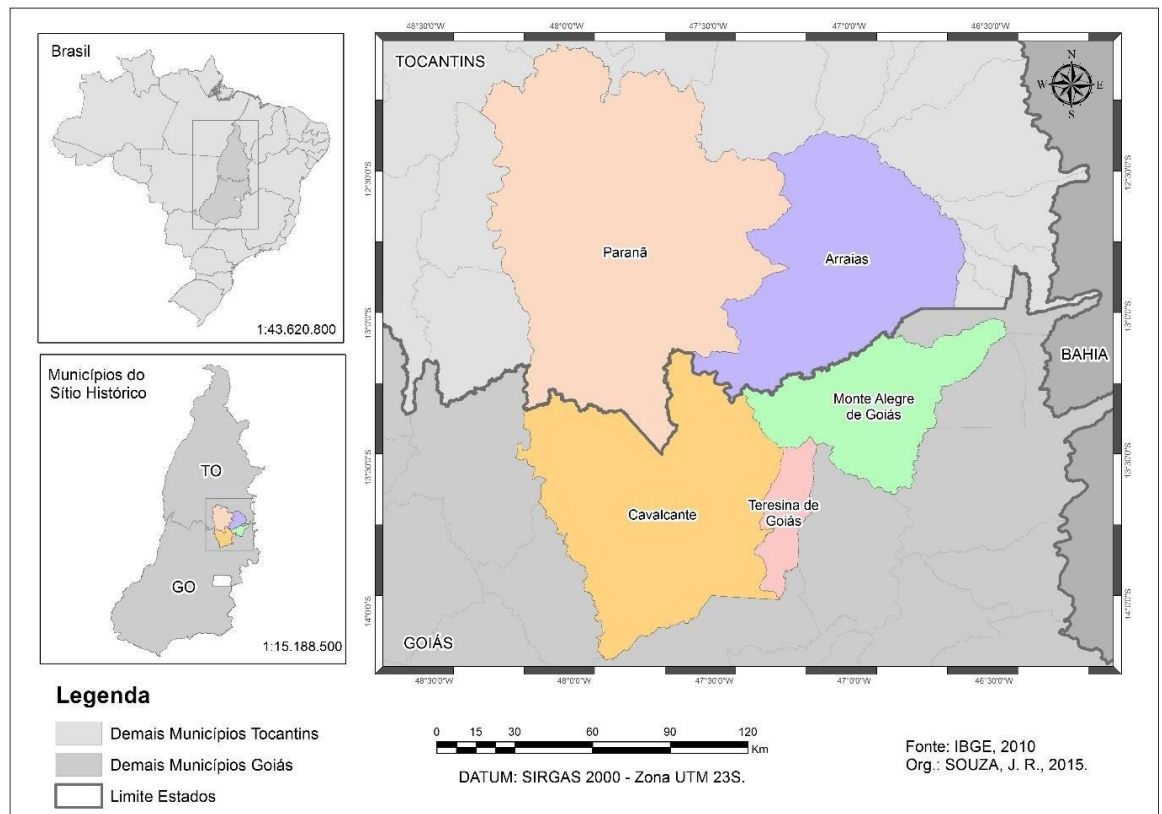
permanentes os indígenas, os quilombolas e o estado, que em determinados momentos funde-se com o capital no processo de apropriação do espaço.

Para Raffestin (1993, p. 153), “[...] falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço”. Essas relações são construídas com base em práticas que só conseguem reproduzir-se naquele espaço determinado, apropriado e transformado em território. Nessa perspectiva, entendemos a área da pesquisa como território vivido, onde um determinado grupo de pessoas construiu suas identidades. Entrelaçado a ele encontra-se o território de governança⁴⁸, onde a ausência do poder público na disposição dos serviços públicos necessários motivou a realização dessa pesquisa.

Por não o considerar dotado de limites físicos (fronteiras), citaremos durante a pesquisa, os municípios de Arraias e Paranã, ambos no Estado do Tocantins, como uma continuidade do Território Quilombola Kalunga de Goiás conforme mostra o Mapa (2).

⁴⁸ Fernandes (2013, p. 177-181) caracteriza o território a partir de três tipologias: território de governança - está organizado em diversas escalas e instâncias, os estados, províncias, departamentos, municípios são frações integradas e independentes do primeiro território; o segundo como território das disputas e das relações de poder e o terceiro território considerado como espaço relacional em função de suas conflitualidades, e reúne todos os demais tipos de território.

Mapa 2 - Municípios dos estados de Goiás e Tocantins onde está territorializado o povo Kalunga



Fonte: IBGE (2010). Organização, SOUZA, J. R (2015).

A identidade territorial dos povos Kalunga não foi quebrada após a divisão do estado, em 1988, na realidade, foi criado apenas mais um território de governança e planejamento, não outro território de vida. O diferencial é que as políticas de reconhecimento territorial em terras tocantinenses não avançaram da mesma forma que em Goiás.

A situação das Comunidades Quilombolas no estado é razão de inúmeros conflitos na atualidade. Grilagem, violência física e psicológica são elementos utilizados contra os quilombolas habitantes ao norte do paralelo treze. Em 2014 foram registrados alguns conflitos na região do Kalunga em Paranã (TO), área limítrofe aos quilombolas de Cavalcante. Em entrevista à imprensa local, as famílias ameaçadas relataram que foram expulsas de suas terras localizadas na área quilombola por homens fortemente armados, a mando de fazendeiros da região. O local do conflito está dentro da área demarcada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como pertencente à Comunidade Quilombola Kalunga de Arraias e Paranã, ambas as cidades localizadas no estado do Tocantins.

Parece-nos necessário esclarecer a razão pela qual o município de Arraias adquire determinada importância nessa pesquisa, mesmo que a área pesquisada esteja localizada no município de Monte Alegre de Goiás. A referida cidade foi o centro do poder nessa região desde a chegada dos mineradores no século XVIII, e, conseqüentemente, na utilização de trabalhadores em condição de escravos. Ademais, foi a cidade da região que no período da extração do ouro concentrou o segundo maior número de trabalhadores escravizados em todo período da mineração nas minas do Norte da Capitania de Goiás. Assim, não seria estranho que o centro do poder econômico e político da região originasse nessa cidade. Outrossim, nesse período histórico, entre o século XVIII até o século XX, o município de Monte Alegre de Goiás foi subordinado administrativamente a Arraias, de quem desmembrou-se como município apenas em 1947.

2.7 A primeira ocupação humana nas terras do Norte da Capitania de Goiás

A ocupação primitiva⁴⁹ da região Nordeste de Goiás ainda é razão de pesquisas antropológicas para verificar a origem e a datação das fases de ocupação dos povos que primeiro habitaram o Planalto Central. Quando vieram, de onde vieram e como chegaram estes povoadores ao centro do país ainda não se tem muita clareza, carecendo de aprofundamento nas pesquisas para que se possa desvendar essa trajetória. A datação dos períodos de ocupação são estudos levados a cabo pela antropologia, que no caso do Cerrado utiliza das tradições líticas, foram povos essencialmente ceramistas.

O certo é que na região Central do Brasil tivemos a consolidação de estilos de vida muito próprio do Cerrado, com marcas que avançaram no tempo e no espaço, chegando aos dias atuais. Os dados disponíveis permitem afirmar que a ocupação humana do Planalto Central ocorreu há aproximadamente 11.000 AP. De acordo com Barbosa (2002, p. 321):

[...] os dados disponíveis até o momento com amostragens significativas em Goiás, Mato Grosso e Tocantins e Oeste da Bahia, mostram que a ocupação do Sistema Cerrado (entendido como sistema biogeográfico), dos Chapadões Centrais do Brasil, inicia-se a partir de 11.000 AP. Esse horizonte é caracterizado por uma indústria lítica muito homogênea que constitui a Tradição Itaparica, intimamente ligada a forma de exploração dos Cerrados, com mecanismos adaptativos responsáveis por um sistema econômico que perdurou por dois mil anos sem alterações, a não ser aquelas

⁴⁹ A utilização do termo “primitivo” refere-se apenas à temporalidade, não significando qualquer atraso cultural dos povos que primeiro habitaram os Chapadões do Planalto Central.

decorrentes da migração.

As populações pré-coloniais que ocuparam o Cerrado deixaram marcas que permitem aos estudos antropológicos dizerem, até com certa precisão, como era estruturada sua forma de vida, a produção, a coleta de alimentos e a cultura praticada por onde passaram. Segundo Gomes et al. (2004, p. 44), os dados concretos para ligar os fenômenos pré-coloniais aos coloniais ainda são escassos, com poucas pistas esclarecedoras. Segundo o autor “não se pode resumir a história do povoamento em deslocamentos de grupos já existentes, porque resta a pergunta: onde esses grupos existentes se formaram?”

A resposta mais adequada talvez esteja na capacidade de cada grupo em garantir a fixação em determinadas áreas influenciado principalmente pela facilidade de organizar um sistema de coleta, caça e cultivo capaz de garantir a disponibilidade de alimentos, mesmo em condições ambientais adversas. Essa afirmação baseia-se na diversidade de cultivos encontrados pelos exploradores quando da ocupação dos Territórios Indígenas do Planalto Central nos séculos XVI e XVII, e da certeza de existir nesse território uma fartura de frutas e animais.

Vestígios da Tradição Itaparica⁵⁰ são encontradas em todo Planalto Central, incluindo o Oeste da Bahia, Tocantins, Minas Gerais e Mato Grosso. Essa tradição lítica mostra que nesse espaço conviveram vários povos que fizeram do Cerrado seu território de vida. Segundo Barbosa (2002, p. 320):

O estudo das tradições líticas que compõem o grande horizonte dos Cerrados, quando comparados com estudos referentes a outras indústrias líticas do continente situadas mais a oeste e mais recuadas temporalmente, parecem demonstrar que alguns traços tecnológicos são mantidos, porém, aperfeiçoados de forma *sui generis*, originando uma indústria também bastante singular e assustadoramente homogênea. Processo similar ocorreu com a economia de subsistência desses povos.

Essa homogeneidade, encontrada na indústria lítica da Tradição Itaparica citada pelo autor em suas pesquisas antropológicas na região do Cerrado, demonstra que a forma de vida das populações primitivas que habitaram os vários pontos do Planalto Central assemelha-se em muitos sentidos. Essa semelhança decorre das condições de vida baseada na coleta, na caça e na pesca. O autor denomina essa forma de existência de “economia simples”, que perdurou no

⁵⁰ Os primeiros habitantes do Planalto Central eram povos essencialmente ceramistas. Dessa forma os estudos antropológicos dividem-se em fases líticas, onde o conjunto de tecnologias empregadas no trabalho cerâmico determina uma certa temporalidade. A Tradição Itaparica é representada por raspadores planos-convexos unifaciais com retoque também unifaciais nas bordas.

Cerrado por um período superior a dois mil anos.

Os vários núcleos onde as escavações foram levadas a cabo nas pesquisas antropológicas, compreende grande parte do Cerrado⁵¹, indicando que esse domínio biogeográfico foi intensamente ocupado pelas populações pré-colombianas, onde conforme Barbosa (2002), podemos supor estreitas relações entre a Tradição Itaparica e os processos de formação do tronco linguístico Macro Gê, o maior tronco linguístico dos indígenas que habitaram e habitam a região do Cerrado atualmente.

A confirmar as premissas das pesquisas antropológicas, ou seja, a ligação desses povos com os povos indígenas falantes do tronco linguístico Macro Gê, teremos estabelecido a continuidade dessa população no Cerrado e até a sua dispersão para outras regiões do país. Atualmente os povos falantes do tronco linguístico Macro Gê estão distribuídos entre o Cerrado e a Amazônia, com forte presença no Estado do Tocantins. Foram esses povos, que junto aos indígenas Avá Canoeiro, falantes do tronco linguístico Tupi-Guarani, os primeiros a construir a *(RE)Existência* à ocupação desse espaço pelos mineradores no século XVIII.

2.8 A ocupação das terras do Norte da Capitania de Goiás e a (Re)Existência indígena

A ocupação recente⁵² da região Norte da Capitania de Goiás está diretamente ligada a criação de gado e a exploração do ouro no século XVIII. As primeiras notícias de povoamento não indígena na região datam do século XVII, quando criadores de gado vindos da Bahia ocuparam áreas e instalaram fazendas na região denominada por eles de Terras Novas, na confluência dos rios Palmas e Paranã. Imediatamente iniciou-se os conflitos com os indígenas Akroá e Avá Canoeiro habitantes da região. Aliás os grupos indígenas ligados diretamente a formação do Território Quilombola Kalunga, foram as etnias Akroá e Avá Canoeira, em especial a última, responsável por inúmeros conflitos com mineradores e fazendeiros que ocuparam a região do Vão do rio Paranã, seu território de vida.

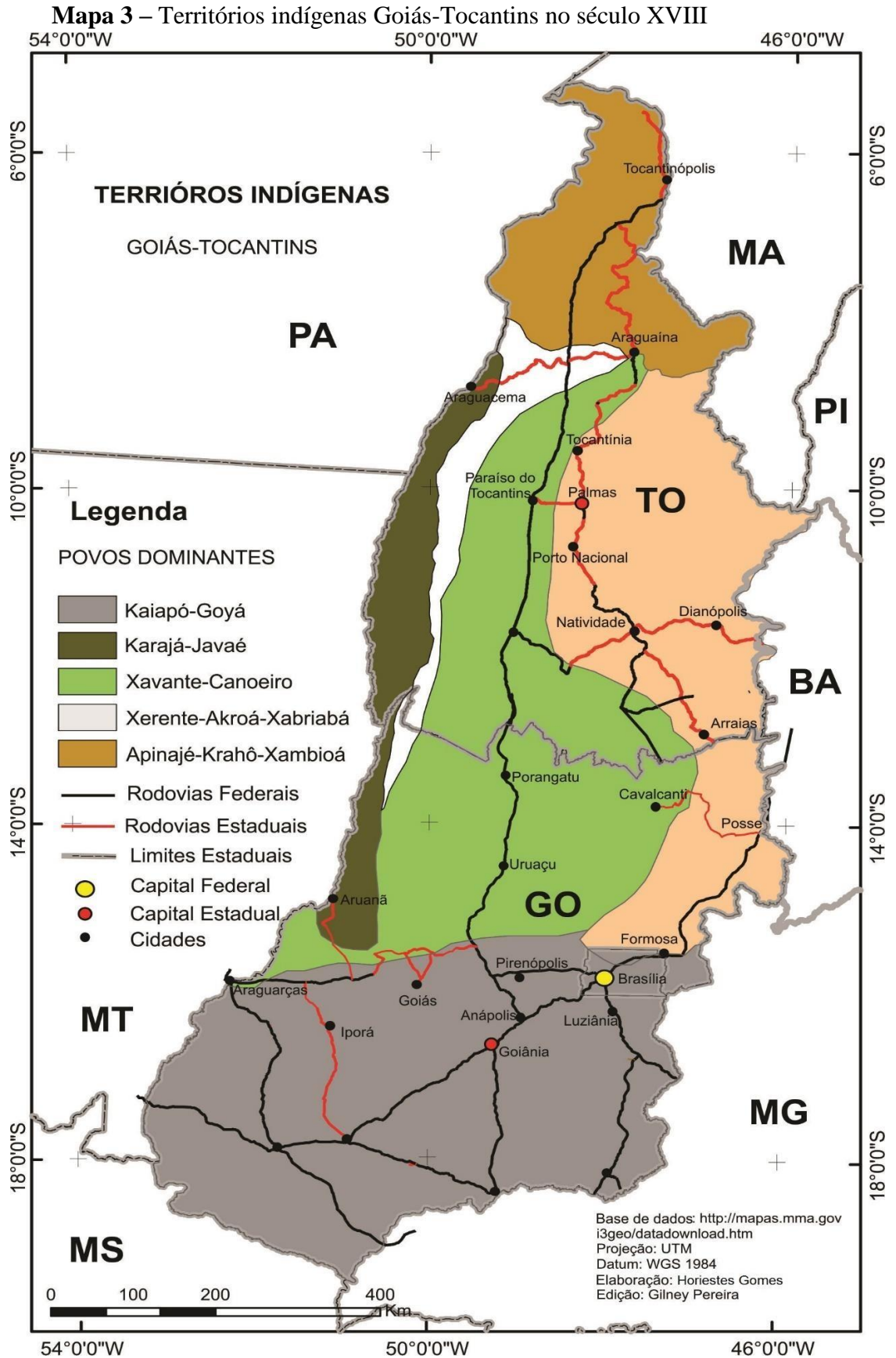
⁵¹ As populações que dominavam a tecnologia, que criaram a indústria que constitui a Tradição Itaparica, colonizaram uma área de grandeza espacial, com cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, desde Mato Grosso, Goiás, Tocantins, áreas com Cerrado no oeste da Bahia, norte e oeste de Minas Gerais e áreas com enclaves de Cerrados em ambientes dominados pelas Caatingas do nordeste brasileiro, notadamente Pernambuco e Piauí (BARBOSA, 2002, p. 322).

⁵² Quando falamos em ocupação recente referimos a criação de gado por criadores originários da Bahia, precisamente de Barreiras e as às explorações auríferas do século XVII e XVIII.

Se a formação do Território Quilombola Kalunga foi uma ação de *(Re)Existência* pela liberdade em relação ao trabalho escravizado organizada pelos trabalhadores nas minas de ouro, a mesma sorte não tiveram as etnias indígenas que ocupavam essa região antes da presença do “homem branco⁵³”. Nesse espaço além dos Avá Canoeiro habitaram as etnias Xacriabá, Xavante e Kraho, todas exterminadas ou expulsas pelas atividades de exploração implantadas na região após o século XVIII.

A *(Re)Existência* a invasão do território ao longo dos últimos séculos foi construída especialmente pelas etnias indígenas que habitavam na região quando da chegada do “homem branco”. Não falamos aqui apenas de ocupação do território e da ocupação pacífica do território pelo homem branco com a aceitação das etnias indígenas que aqui habitavam. Nesse caso, a disputa inclui requintes de crueldade em que, se o indígena não desocupasse a área, seria assassinado ou escravizado. E foram, dado a quantidade de massacres registrados, principalmente pelos Avá Canoeiro. A etnia indígena Avá Canoeiro conhecida também como “caras pretas,” segundo Gomes et al. (2004, p. 40), “ocupava um extenso território entre a Serra Geral de Goiás e o rio Tocantins, indo até a confluência do Rio Sono” onde hoje temos o município de Pedro Afonso (TO). O Mapa (3) mostra os territórios indígenas existentes no Cerrado no século XVIII:

⁵³ “Homem branco” é o termo da língua portuguesa empregado pelos indígenas cuja língua está ligada ao tronco linguístico Macro Gê, para identificar os não indígenas. A maioria das etnias indígenas que habitaram e habitam a região do Cerrado, excetuando destes apenas os Avá Canoeiro que estão ligados ao tronco linguístico Tupi-Guarani.



Fonte: Gomes, et. al. (2004). Edição Gilnei Pereira (2014)

O terceiro participante da luta pela consolidação do território foram os trabalhadores escravizados nas minas de ouro do Norte da Capitania de Goiás. A *(Re)Existência* construída nas minas buscava única e exclusivamente o direito à vida em sua essência. Não encontramos nessa pesquisa elementos para afirmar que o Quilombo Kalunga tenha sido formado apenas por trabalhadores escravizados das minas de Arraias, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás ou Natividade, podendo inclusive ter servido de refúgio para trabalhadores de outras localidades de Goiás e Bahia.

O certo é que para essa terra foi deslocada uma grande quantidade de trabalhadores oriundos de várias regiões de Capitania ou diretamente do continente africano. No auge da atividade mineradora que ocorreu na segunda metade da década de 1730, conforme Salles (1992, p. 275) “[...] o Arraial de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias, contava com sete mil habitantes, sendo mais da metade da população formada por trabalhadores escravizados, oriundo de várias partes do Brasil”. A corrida pelo ouro fez com que a região onde hoje se localiza os municípios de Natividade, Paranã, Arraias, Cavalcante e Monte Alegre de Goiás recebesse um grande fluxo de pessoas vindas especialmente da Bahia, das minas dos Pirineus e São José do Tocantins, além de trabalhadores escravizados de outras regiões do país.

Em função de ainda habitarem na região e fazer parte do processo de luta pelo território, consideramos nessa pesquisa a etnia Avá Canoeiro, conhecida também pela população local de “caras pretas” como os habitantes mais antigos do território”. Os Avá Canoeiro foram guerreiros aguerridos que ofereceram resistência à invasão de seu território pelos mineradores e fazendeiros, lutando há quase três séculos pelo seu território de vida. Por essa razão, foram perseguidos e assassinados em várias oportunidades, necessitando deslocar com frequência pelo território como forma de resistir à invasão.

Para Silva (2010, p. 28), “[...] a capacidade de adaptação foi a principal característica da etnia” para manterem vivos frente aos diversos massacres que sofreram ao longo de sua trajetória. Assertiva que concorda com (SILVA, 2005, p. 14) ao afirmar que:

Os Ava Canoeiros foram reduzidos drasticamente por séculos de conflitos, massacres e expulsões territoriais de seus domínios no Brasil Central que culminaram com a fragmentação das suas aldeias como forma de sobrevivência. Somente alguns indivíduos dos referidos grupos chegaram a ser contatados para fins de assistência indigenista na década de 1980.

Para a autora, desde o início do século XIX, a ocupação do território por fazendas, garimpos, vilas e cidades obrigou os Avá Canoeiro a deslocamentos contínuos para manterem vivos”, sendo essa a razão pela qual a etnia, mesmo sendo vítimas de inúmeras chacinas,

conseguiu chegar ao século XXI.

A história registra inúmeros ataques aos arraiais nas áreas de mineração realizados pelos Avá Canoeiro no norte da Capitania de Goiás, ao passo que a agressão à etnia não é devidamente registrada pela literatura. Sabemos, portanto, que em qualquer embate que envolvam relações de poder a história oficial é contada pelos vencedores, e, nessa disputa, os vencedores não foram os Avá Canoeiro. Para Palacin e Moraes (1994, p. 37):

[...] as relações entre os índios e os mineradores foram exclusivamente guerreiras e de mútuo extermínio. Ao mineiro, sempre apressado e inquieto faltava tempo e a paciência para atrair o índio mediante uma política pacífica. A invasão de seus territórios e às perseguições dos “capitães do mato” respondiam os índios com contínuas represálias.

A história oficial nega a trajetória dos Avá Canoeiros na colonização do Cerrado, ao tempo que não retratam os conflitos entre os indígenas e o homem branco na luta pelo território cerrado. Foram embates sangrentos ao ponto de exterminar algumas etnias que, junto com os Avá Canoeiros, habitavam as terras do norte. Foram várias as bandeiras que adentraram o sertão com o objetivo de aprisionar ou exterminar os membros dessas etnias. Apolinário (2005) relata a organização de bandeiras em Arraias na primeira metade do século XVIII, cujo objetivo era exterminar indígenas Xacriabás que conviviam no mesmo espaço que os Avá Canoeiro. As despesas da bandeira eram divididas entre a população “beneficiada⁵⁴” pelos resultados.

Os Avá Canoeiros sofreram toda sorte de agressão e pilhagem de seu território de vida ao longo da ocupação do Cerrado pelo capital. A Chacina da Mata do Café, em Campinaçu (GO), constitui um exemplo clássico da guerra declarada pelos invasores do território Avá. Ocorrida em 1969 e patrocinada por agricultores do município, a chacina foi o evento mais sangrento de que se tem notícia na luta dos Canoeiros na defesa do território. Na chacina, segundo relatos de moradores da região, dezenas de indígenas foram assassinados, decretando o fim da última grande aldeia dos guardiões do Cerrado.

Para Silva (2010, p. 40), “O povo Avá Canoeiro da Serra da Mesa guarda muitos traumas, por ter visto seu povo morrer no massacre. São marcas de horror sofridas pela intensa disputa do território”. Ainda hoje paira na memória da população local um sentimento de justiça feita contra os Avá Canoeiro, que teimavam em resistir à invasão branca ao seu território de vida. No ideário dos camponeses da região os indígenas não eram seres humanos, por não serem

⁵⁴ O benefício vinha do aprisionamento e escravização dos indígenas ou com a limpeza da área através de assassinatos em massa, podendo assim ser ocupada por mineradores e criadores de gado. Essa mesma situação continua a existir em diversas áreas do país com camponeses, indígenas e quilombolas em pleno século XXI.

cristãos e não participarem dos modelos de “propriedade da terra”, produção e consumo consolidados na época.

A resistência Avá Canoeiro não possuía, naquele momento, o apoio de qualquer entidade de segurança pública, da população local ou de órgãos públicos responsáveis pela política indigenista brasileira. Diferente de fatos ocorridos na mesma época e na mesma região que receberam e ainda recebem tratamento diferenciado, inclusive da academia. A vitoriosa resistência camponesa de Trombas e Formoso teve destaque político como exemplo de organização dos povos marginalizados e encurralados por grileiros de terras apoiados pelo Estado no Norte de Goiás. Para defender os grileiros as forças de segurança de Goiás deslocaram para a região de Trombas algumas centenas de soldados preparados para a guerra. A contradição está no fato de que a poucos quilômetros à frente, matavam-se indígenas para abrir espaço às posses ocupadas por camponeses, que inclusive lutaram pela terra em Trombas e Formoso.

Para moradores da região ouvidos por Silva (2005, p. 77), a Chacina da Mata do Café foi organizada por agricultores membros das associações rurais das regiões de Trombas, Formoso e Campinaçu, na década de 1960. Segundo Maia (2008, p. 234), as associações realmente existiram na região e houve a participação ativa do líder camponês José Porfírio na estruturação das mesmas⁵⁵. Ocorre que as associações formadas durante Governo Mauro Borges antecederam ao Golpe Militar de 1964, que desarticulou as organizações rurais no Brasil, especialmente, na região de Trombas e Formoso. Assim, não é possível concordar com as informações apresentadas pela autora de que o assassinato de dezenas de Avá Canoeiro na Mata do Café teve a participação do líder Camponês José Porfírio, até porque os fatos ocorreram em 1969, e o deputado José Porfírio foi empurrado para a clandestinidade com o advento do Ato Institucional nº 1 (AI 1), em abril de 1964⁵⁶. Fugiu das barbáries do Governo Militar até 1972, quando foi preso no estado do Maranhão.

Em conversa informal mantida com o Senhor Pedro Crispim dos Santos, camponês e trabalhador rural na região da Mata do Café a época do ocorrido, foi destacado que “a

⁵⁵ Sobre as associações rurais e a configuração política em Trombas e Formoso a época, recomendamos a leitura de Maia (2008) - Os Donos da Terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960.

⁵⁶ A autora ressalva que José Porfírio figura na história regional como um coronel, porém o mesmo pode ser apresentado como uma liderança camponesa de esquerda que visava promover uma reforma agrária na região. A autora tem razão nas duas situações, haja vista que na visão dos grileiros da região de Trombas José Porfírio era o líder de um grupo de jagunços que pregava o terror nas fazendas buscando a posse da terra. São interpretações que ocorrem em qualquer temporalidade com os Movimentos Camponeses.

desarticulação camponesa em Trombas e Formoso imposta pelo regime militar teve ligação com a chacina da Mata do Café. Segundo ele, alguns dos participantes da chacina eram pessoas que haviam feito treinamento em práticas de guerrilhas na região de Trombas e Formoso e foram convidadas pelos posseiros da região para fazerem parte do grupo que planejou e executou a matança dos Avá Canoeiro”.

Em momento algum foi citada a participação ou a interferência de José Porfírio na ação. O fato se deve exclusivamente a desarticulação da luta camponesa liderada por Porfírio na busca de terras e dignidade aos camponeses, vítimas da grilagem que lhes tiraram as condições de reproduzirem sua forma de vida em Trombas e Formoso. A condição de conflito existente entre camponeses e latifundiários na região impediam a posse das terras devolutas existentes no Norte de Goiás, que passaram a despertar a cobiça do capital com a construção de rodovia BR - 153, no final da década de 1950.

Os Canoeiros não tiveram que adaptar-se apenas às situações de pilhagem de seu território, mas, principalmente, às perseguições e aos assassinatos cometidos em massa por mais de uma oportunidade. Tornaram-se errantes em função de não conseguirem reterritorializar com segurança em seu território. Por ironia do destino, o local mais seguro que os últimos Avá Canoeiro encontraram para garantir a existência e a preservação de sua cultura foi o Território Quilombola Kalunga, o mesmo que eles ajudaram a consolidar ainda na primeira metade do século XVIII. Esse é parte também de seu território original, que eles em um ato solidário acolheram os trabalhadores escravizados e os auxiliaram na formação do quilombo.

O que levou camponeses relativamente politizados e com um histórico consagrado na *(Re)Existência* e defesa do território camponês a tratarem uma minoria semelhante com tamanha crueldade? Martins (1991, p. 67) nos ensina que:

Tradicionalmente o posseiro operou como desbravador do território, como amansador da terra. Segundo ele pressionado pelas empresas capitalistas interessadas em desalojá-lo de suas terras, foi frequentemente utilizado para desalojar grupos indígenas, para avançar sobre as terras deles, desalojando o índio porque desalojado de suas terras foi pelo capital.

Em concordância com a posição do autor constatamos que atualmente a região onde viviam os Avá Canoeiro no Norte de Goiás (incluindo as terras da Mata do Café), foram tomadas pelo *agrohidronegócio*, com fazendeiros oriundos principalmente do Sudeste do país, constituindo grandes propriedades dedicadas a criação de gado bovino. As demais áreas onde sua identidade se revelava estão sob as águas do Reservatório da Hidroelétrica de Serra da Mesa, no rio Tocantins.

A incursão mais recente do *agrohidronegócio* sobre o território dos Avá Canoeiros foi concretizada em 1983, com o início das obras da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa no rio Tocantins, em Minaçu (GO). Conforme Silva (2010, p. 86), “Dentre os danos causados ao território Avá pela referida obra estão a inundação de 3.173 hectare, somando 10% da área, a retirada de argila para a construção da barragem e as mudanças na paisagem ocasionadas pela construção de redes de transmissão.” Acrescentamos a interferência cultural principalmente em função da presença constante de pessoas, máquinas e equipamentos no território de vida dos Avá, levando a perda da identidade construída com o rio Tocantins, que foi transformado em reservatório para abastecer as turbinas de Serra da Mesa.

A etnia Avá Canoeiro foi dada como extinta na década de 1970, mas o grupo sobrevivente da Mata do Café permaneceu escondido no Território Quilombola Kalunga e sertões de Arraias, Paranã, Monte Alegre de Goiás e Cavalcante, sem abandonar seu território de vida. Localizados no início da década de 1980, foram aldeados na Terra Indígena Avá Canoeiro, em Colinas do Sul e Minaçu (GO), onde vivem atualmente. Outro grupo deslocou-se para o norte de Goiás aportando-se na Ilha do Bananal, ainda no século XIX. Habitam atualmente a aldeia Canuanã da etnia Karajá⁵⁷, no município de Formoso do Araguaia (TO).

Os Avá Canoeiro habitantes da Ilha do Bananal não conseguiram constituir um território com todas as condições desejadas. As diferenças culturais foram e ainda são os principais limitantes à consolidação de um território de vida Avá nas margens do rio Javaé. A supremacia da cultura Karajá impede que haja a reprodução de sua cultura, colaborando para a perda dos traços originais, inclusive a língua, falada atualmente por apenas três pessoas do grupo. Essas diferenças impedem uma aproximação e até a vida coletiva junto ao grupo da Terra Indígena Avá Canoeiro de Colinas do Sul e Minaçu (GO).

A relação entre os Avá Canoeiro e os trabalhadores escravizados fugidos das minas de ouro do Norte da Capitania de Goiás não foi conflituosa, mas de respeito e ajuda mútua na defesa do território. Historiadores como Silva (1998, p. 125), afirma que “eles fizeram parte da resistência do Quilombo dos Kalunga, com quem mantinham uma relação de amizade, ocorrendo inclusive casamentos inter-étnicos”. O território ocupado anteriormente pelos povos Avá Canoeiro, posteriormente desterritorializados por fazendeiros e mineradores, é o mesmo

⁵⁷ Optamos por citar apenas a etnia Karajá mesmo que autores designem os povos que habitam a parte leste da Ilha do Bananal como sendo da etnia Javaé. Ocorre que Karajá, Javaé e Xambioá são o mesmo povo, diferenciando apenas o local habitado ou seja: centro e margem esquerda da Ilha do Bananal, margem direita da Ilha do Bananal e baixo Araguaia respectivamente.

ocupado e disputado atualmente pelos Povos Quilombolas Kalunga, sendo que nenhum dos dois povos conseguiram possuir em definitivo do mesmo. São dramas cerradeiros envolvendo *Povos Cerradeiros* e territórios cerradeiros que ainda carecem de solução.

2.9 O apoio oficial a expropriação indígena nas terras do Norte da Capitania de Goiás

O tratamento dispensado aos *Povos Cerradeiros* pela Coroa Portuguesa ao longo da ocupação do “sertão brasileiro” por mineradores e criadores de gado estava ligado a sua submissão e controle, seja para escravizá-los ou reuni-los nos aldeamentos fincados em vários pontos da região. A submissão cultural era o principal mecanismo de ação utilizado para submeter os indígenas às práticas da cultura ocidental. Para Apolinário (2005, p. 234), “A ocidentalização dos aldeamentos em Goiás foi definida no pensamento político colonial, em função de três grandes linhas: os casamentos mistos entre luso-brasileiros e indígenas, a educação religiosa e o ensino da língua portuguesa”.

Para Palacin (1981, p. 56), “O impacto produzido pela conquista, o desmoronamento de todas as crenças e formas de vida indígena leva a uma perda de interesse pela vida, corta o processo evolutivo [...]”. O domínio da crença significa, em última análise, a submissão às vontades do dominador, e no Brasil a escravidão, a expropriação do território de vida e a dizimação de várias etnias. “Mostrar-se digno de uma civilização é respeitar a liberdade que cada um tem de praticar a religião de sua escolha” Claval (2008, p. 180).

Os aldeamentos foram espaços organizados para a escravização e imposição da cultura ocidental aos indígenas, tendo no cristianismo a fundamentação dessa prática. A desafetação das áreas habitadas pelos indígenas era a razão principal. “Os grupos indígenas descidos do sertão para os aldeamentos significavam a desocupação de terras para implantação de novas frentes de mineração aurífera e principalmente para o desenvolvimento da agricultura e pecuária”. Apolinário, (2005, p, 204). Ainda hoje essa prática se faz presente na realidade dos principais povos indígenas brasileiros, que sofrem com a pressão do *agrohidronegócio* sobre seus territórios, resultando em desterritorialização e desintegração cultural, culminando com a extinção de várias nações indígenas.

Em publicação da Comissão Pastoral da Terra (2014), consta o aumento significativo do número de suicídios entre os índios Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul e dos Karajá habitantes do Território Indígena do Bananal. Nesse sentido, ultrapassamos todos os limites de

tolerância sobre a eficiência da política indigenista brasileira. Afinal, continuamos a assassiná-los como fizemos desde a invasão do território brasileiro no século XVI. Não mudamos sequer a maneira de proceder, ou seja: a pilhagem do território, a descaracterização cultural e o assassinato de diversas formas.

Em pleno século XXI, ainda assistimos orientações religiosas que lutam pela descaracterização dos rituais sagrados dos povos indígenas e comunidades tradicionais, introduzindo o cristianismo como prática religiosa sistematizada e o discurso da salvação e da “vida eterna”. Essas ações de maneira orquestrada antecedem as expropriações que vem em seguida nesses territórios, comandada pelo discurso do desenvolvimento.

A exemplo dos indígenas de hoje, a *(RE)Existência* dos indígenas em relação aos aldeamentos e ao trabalho escravo foi uma constante na região no período da mineração. Os conflitos em defesa do território fizeram com que os criadores que vieram pra região antes dos mineradores abandonassem as fazendas e solicitassem ao governo da Capitania a organização de bandeiras com o objetivo de combater os nativos. Segundo Apolinário (2005, p. 158):

O desembargador Joaquim Teotônio Segurado, ouvidor da Capitania no Norte, solicitou ao Governador da Capitania o estabelecimento de presídios às margens do rio Tocantins para que os indígenas fossem combatidos, e os que não fossem exterminados poderiam ser aprisionados e utilizados no trabalho nas fazendas da região.

Joaquim Teotônio Segurado hoje é aclamado no estado do Tocantins pela sua luta em defesa da liberdade do povo nortista, sendo inclusive nome de vários equipamentos públicos na cidade de Palmas, capital do estado. O aclamado líder do povo do norte não reconhecia a liberdade, a determinação e os direitos dos povos nativos da região, tanto que solicitou ao Governo a formação de bandeira para aldeia-los, assassiná-los ou escravizá-los. Algo semelhante ao “Anhanguera”⁵⁸ em Goiás, cuja estátua em sua homenagem está cravada no coração da capital goiana. São as contradições históricas e geográficas observadas em cada época.

A parceria entre os Avá Canoeiros e os trabalhadores escravizados nas minas do norte (Arraias, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Natividade), na defesa do território quilombola

⁵⁸ Bartolomeu Bueno da Silva o “Anhanguera”, foi o primeiro explorador paulista a adentrar os sertões da Capitania de Goiás em busca de ouro. Em sua saga assassinou e escravizou indígenas, abrindo caminho para exploração do metal na região do Rio Vermelho. Em sua homenagem estudantes paulistas ligados ao Diretório Acadêmico XI de Agosto presentearam os goianos com sua estátua, que foi cravada no coração de Goiânia, no cruzamento entre as avenidas Goiás e Anhanguera, a última em sua homenagem. O assassino paulista dá nome a cidades e vários outros equipamentos públicos em Goiás.

foi formada em função da realidade desses dois povos no século XVIII. Ambos lutavam pelo mesmo território e por condições de existência. A desterritorialização indígena e a resistência construída nas minas de ouro assemelhavam-se na medida em que o primeiro defendia seu direito de vida e o segundo necessitava de um território para lutar pela vida. Dessa parceria nasceu o Território Quilombola Kalunga.

A trajetória camponesa nos ensina que não existe um processo desterritorializador completo e acabado, pois os sujeitos sociais desterritorializados mantêm em sua memória as práticas socioculturais e os saberes que os ligam ao território de vida. Eles reterritorializam e constroem novas relações sociais que lhes possibilitam continuar reproduzindo sua cultura. O exemplo dos Avá Canoeiros nos deixa o ensinamento que a luta pelo território é a luta pela vida, e deve estar acima de qualquer prática expropriatória. A certeza é que a história desses *Povos Cerradeiros* que há mais de três séculos habitam essa porção dos estados de Goiás e Tocantins foi forjada na luta pelo território de vida, e a ele estão umbilicalmente ligados. São cerradeiros em sua essência e *(Re)Existência*.

Nota: finalizando essa pesquisa fui informado do falecimento do Guerreiro Avá Canoeiro, Tutawa Áwa, habitante da Aldeia Indígena de Canuanã na Ilha do Bananal. Tutawa era o último guerreiro da etnia e carregava em suas costas o peso de ter sido caçado inúmeras vezes pelo “homem branco” ocupante último das terras localizadas no Vale do Rio Formoso e Javaé. Guerreiro que era não dispensava as flechas que o acompanhava em suas andanças. Nunca se entregou frente as covardias que lhe fizeram. As flechas era uma forma de dizer que a luta continuava com os mesmos elementos do passado. Era amigo do autor dessa pesquisa quando esse habitava as margens da Ilha do Bananal na região de Canuanã em Formoso do Araguaia (TO). O registro se faz necessário, pois junto com o Guerreiro Tutawa foi enterrada a cultura de um povo massacrado e esquecido pela população brasileira. O Guerreiro Tutawa era a prova viva da *(Re)Existência* dos *Povos Cerradeiros* contra as práticas sanguinolentas empregadas pelo capital na ocupação dos territórios indígenas e camponeses do Norte de Goiás. Em nossas conversas, ele falando uma mistura de Português com Avá, deixava claro que seus pais foram assassinados pelo “homem branco” na região da Mata Azul, chamada por ele de *wyğàpawa* o “berçário das arvores”, localizada entre os rios Formoso e Caracol em Formoso do Araguaia. Esse é mais um massacre contra os Guardiões do Cerrado do qual pouco sabemos ou estudamos. “Sua luta não foi em vão Guerreiro, e essa nota é uma forma de reconhecer àqueles que como você travou um difícil combate pela existência de seu povo na região do Cerrado. Mas é também uma maneira de agradecê-lo pela amizade e sua luta contra as covardias cometidas contra você e seu povo pelo capital predatório que coloca o lucro acima da vida. Você *(re)existiu* bravamente, e saiba que o amigo aqui continua sendo um admirador de sua coragem e humanismo”. Obrigado por tudo que aprendi com sua luta.

3 QUILOMBO KALUNGA: a luta pelo território e pelo direito de existência

A desumanização, que não se verifica apenas nos que tem sua humanidade roubada, mas também ainda que forma diferença nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoa, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera violência dos opressores.” (PAULO FREIRE, 1987, p. 16).

A atividade mineradora no Norte da Capitania de Goiás e, conseqüentemente, a utilização de trabalhadores em situação de escravos datam do século XVIII, mais precisamente no final da década de 1720. Segundo Apolinário (2007, p. 75): “A notícia do descobrimento das ricas lavras de ouro em Arraias provocou um imenso afluxo de pessoas ávidas de riquezas. O ouro fazia parte do imaginário dos primeiros aventureiros que migravam para essas terras”. O eldorado do norte goiano significava a realização dos sonhos de muitos mineradores que entraram em decadência após o esgotamento das minas nas regiões dos Pireneus e São José do Tocantins⁵⁹.

A extração de ouro no Norte da Capitania de Goiás não foi uma atividade duradoura a exemplo de Minas Gerais e em outras partes da Capitania. A garimpagem do precioso metal ocorreu prioritariamente no leito dos cursos d’água, onde o minério deslocado das rochas era depositado em aluvião. Não foi empregada qualquer técnica que possibilitasse explorar o ouro nos filões distantes das fontes de água; também não foram feitos grandes investimentos nas jazidas, fato que abreviou o fim da exploração mineral.

Essa forma de extração fez da mineração nas terras do Norte de Goiás uma atividade passageira, mas fundamental para garantir a colonização, provocando marcas significativas na formação espacial da região. Para cada mina descoberta era formado um arraial, e, após a decadência da garimpagem, já estava pronta a base de uma nova cidade. Dos vários arraiais surgidos no período da mineração no Norte da Capitania de Goiás, alguns não resistiram ao fim

⁵⁹ As minas dos Pireneus localizavam-se na região onde atualmente situam os municípios de Corumbá e Pirenópolis, enquanto que as de São José do Tocantins localizavam-se onde temos atualmente o município de Niquelândia (GO).

do ciclo do ouro, sendo esse o caso de Traíras e São Félix. Outros chegaram ao século XXI, dentre eles destacamos as cidades de Natividade, Arraias, Cavalcante e Monte Alegre de Goiás, sendo essa última o local onde desenvolvemos a pesquisa. Dessa forma, no século XVIII, surgiram inúmeros povoados na região Norte da Capitania de Goiás, hoje denominada Nordeste Goiano.

A região Nordeste de Goiás apesar de possuir uma das mais ricas e belas paisagens de Goiás, apresenta-se atualmente como uma das mais carentes áreas do estado. Mas não é apenas a paisagem que torna essa região especial. Para Gomes et al (2004, p. 118) “[...] apesar do tratamento negativo que essa região recebe de Historiadores, Geógrafos e Governantes ela abriga, contudo, uma das mais ricas e originais culturas que se tem notícia, não só em Goiás, mas no Brasil”. O autor refere-se ao Povo Quilombola Kalunga, descendentes de trabalhadores escravizados que formaram o quilombo a partir de um longo processo de *(Re)Existência* ao trabalho forçado.

O município de Monte Alegre de Goiás localiza-se na Região Administrativa Nordeste do estado de Goiás, na microrregião da Chapada dos Veadeiros a 595 km de Goiânia e a 430 de Brasília. O acesso ao município se dá pela rodovia GO - 118, a partir do Distrito Federal. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), mostram que o município de Monte Alegre de Goiás, possui uma população de 7.730 habitantes, dos quais 1.200 habitam o Território Quilombola Kalunga. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD 2013), era de 0,615 em 2013, considerado médio numa escala que vai de zero a um.

Essa classificação (230ª) é uma das piores de Goiás, e mesmo assim não representa fielmente as características da região, pois nela não estão elencados os processos de luta e expropriação que historicamente foram submetidos os habitantes negros e indígenas que habitaram e habitam o município. Ele mostra superficialmente apenas parte desse processo, expresso no elevado índice de analfabetismo e concentração de renda.

Esse indicador não considera outras características como, por exemplo, a população habitante do campo e a importância dos agricultores familiares na produção de alimentos. Nesse sentido não considera também a apropriação das terras agricultáveis pelo capital, a discriminação étnicoracial e outras formas de discriminação, tendo como vítimas preferenciais os descendentes de trabalhadores escravizados. Os indicadores oficiais não conseguem absorver essas características, pois não são dados quantificáveis. Dessa forma, os números revelados

pelas estatísticas oficiais acabam por mascarar a realidade existente nos municípios da Região Nordeste de Goiás, em especial no Território Quilombola Kalunga.

As atividades econômicas de maior destaque no município são a agricultura camponesa especialmente nos Assentamentos de Reforma Agrária e a pecuária de corte, com um rebanho de 114.000 bovinos, distribuídos em 932 propriedades rurais (AGRODEFESA 2014). Dessas propriedades 72%, enquadram-se como pertencentes a agricultura familiar conforme a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

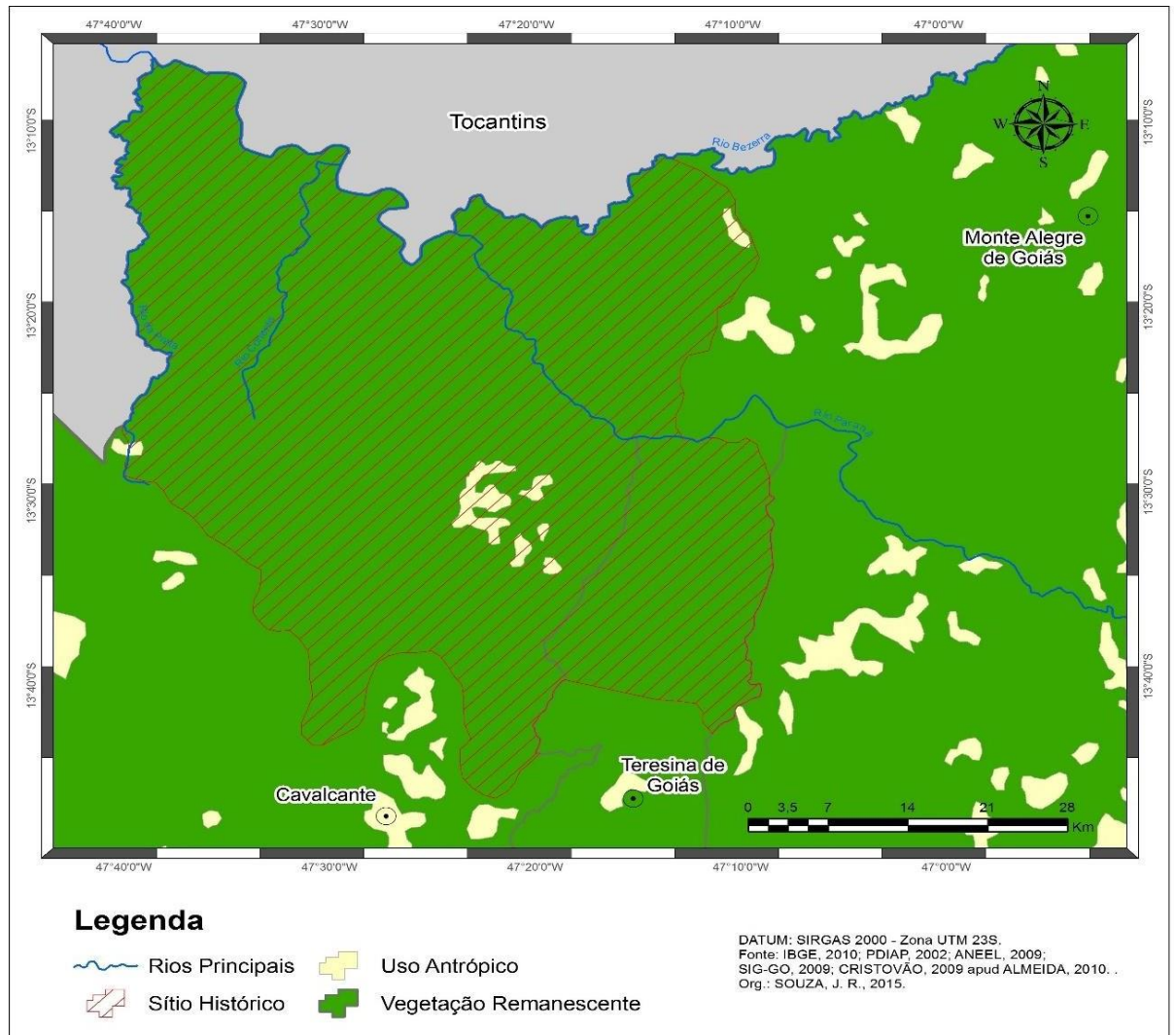
A maior concentração de pequenas propriedades rurais no município está no Povoado da Prata, local em que foi instalado em 2003, Projeto de Assentamento Reforma Agrária, via Banco da Terra, com 40 famílias assentadas e no Projeto de Assentamento São João da Atalaia, com 43 famílias assentadas. Soma-se a eles o Projeto de Assentamento Pelota no sopé da Serra das Contendas com 35 famílias e a Comunidade Quilombola Kalunga, com mais de 130 famílias. As demais propriedades pertencentes a agricultores familiares estão distribuídas por todo o município. A Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás localiza-se na zona rural, a 60 km da sede do município.

Uma característica semelhante em todos os municípios da Microrregião da Chapada dos Veadeiros, que ocorre também em Monte Alegre de Goiás é a concentração das terras de melhor fertilidade natural e acesso a água nas mãos de poucas pessoas. Essa realidade origina das antigas propriedades familiares que passaram a utilizar os trabalhadores escravizados após a decadência da mineração na segunda metade do século XVIII. Essas áreas em regime de sucessão pertencem aos descendentes dessas famílias, e mesmo que desintegradas constituem grandes propriedades rurais, dedicando preferencialmente à criação de gado bovino destinado a carne.

Aos camponeses restaram as terras de baixa fertilidade natural e com dificuldade de acesso a água. Nessas áreas em que as práticas agrícolas necessitam de cuidados especiais como no Território Quilombola Kalunga, as populações camponesas enfrentam toda sorte de adversidade, em especial às ligadas as condições climáticas, pois nessa região temos os menores índices pluviométricos de Goiás. Nesse sentido a perda de cultivos pela falta de chuva é uma ocorrência rotineira entre os camponeses do município.

O Mapa (4) mostra as terras ocupadas pelo Quilombo Kalunga nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, com uma área contínua de 2.562 km².

Mapa 4 - Território Quilombola Kalunga em Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.



Fonte: Arantes; Almeida (2012). Organização, Souza, J.R (2015).

O Território Quilombola Kalunga em função do modelo de produção utilizado encontra-se preservado e com poucas áreas desmatadas. Junto com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, forma uma das maiores áreas contínuas de Cerrado preservadas no estado Goiás, com 3.200 km². Caracteriza-se pela existência de um relevo irregular com elevações que chegam a 1.200 metros de altitude. O relevo constituiu ao longo do tempo a principal proteção dos Povos Kalunga contra o avanço do agronegócio sobre o território Quilombola.

O clima é tropical com temperatura média de 25°, chegando a medias bastante baixas nos locais de altitudes elevadas. O índice pluviométrico conforme Barreira (2002, p. 33), “fica abaixo de 1.300 mm nas áreas de baixa atitude como no Vão do Paranã, concentrando 70% da

chuva na primavera e verão”, assim como ocorrem nas demais regiões do Cerrado.

Os solos na região do Vão do Paranã, conforme Barreira (2002, p. 36) “são em sua maior extensão, classificados, conforme a concepção adotada no Brasil, como Latossolos e suas variações, e ainda Cambissolos e Areias Quartzosas. São caracterizados por baixa fertilidade natural e pouca matéria orgânica; em síntese são solos pobres”. Na Comunidade Quilombola Kalunga os solos em sua maioria são constituídos de formações Litólicas e Neosolos, com a ocorrência de pequenas manchas de Latossolos principalmente nas matas de galerias do rio Paranã e próximos às veredas, abundantes por esses lados. São áreas recomendadas prioritariamente para a preservação ambiental ou o uso restrito, no caso, a agricultura tradicional camponesa, praticada pelas comunidades espalhadas nos três municípios.

Nas terras com maior fertilidade natural são abertas as “roças de toco” para o cultivo dos alimentos consumidos pela Comunidade. A forma de cultivo não conta com a utilização de insumos externos como venenos e adubos. As sementes utilizadas são produzidas na própria comunidade, preservando as variedades crioulas, garantindo, portanto, a diversidade genética, a disponibilidade de sementes e a independência em relação às empresas produtoras de materiais transgênicos⁶⁰. O ciclo produtivo começa a ser planejado logo após a colheita com a separação dos melhores grãos (no caso do cultivo de milho, arroz e feijão), que servirá como semente no próximo plantio.

Na Comunidade a prática de escolher a área, abrir o roçado, preparar a terra e plantar na época correta está ligada a uma série de *saberes/fazeres* que apenas o ideário camponês pode compreender e explicar corretamente, mas que garante a cada ano a “tuia⁶¹” cheia com diversos tipos de alimentos. A figura (01) mostra as características da “roça de toco” Kalunga, evidenciando ao fundo a casa para onde o agricultor desloca-se com a família no período em que o cultivo requer mais atenção. As áreas aptas ao cultivo são poucas em relação ao tamanho

⁶⁰ Para Altieri; Nicholls (2004, p. 160): Variedades de cultivos populares ou variedades tradicionais, são também valorizadas por parte dos agricultores por estarem imbuídas de valores culturais, como seu sentido simbólico em cerimônias religiosas ou seu uso como presentes de casamento ou como recompensas em projetos de trabalho comunitário. Nesse sentido, optamos nessa pesquisa por chamar os produtos transgênicos de “materiais geneticamente modificados”. Ademais a condição política e social do pesquisador e o método empregado na pesquisa não nos permitem chamá-los de semente, pois no ideário camponês de uma maneira geral o termo “semente” é carregado de significados, histórias e saberes. No mundo camponês semente não possui dono, possui guardião, agricultor que reproduz e preserva esse bem que é compartilhado com outros camponeses que a queiram cultivar.

⁶¹ Recipiente cujo as paredes são feitas de pau a pique revestida com argila misturada com esterco bovino e coberto com palha de piaçava ou buriti. O produto é armazenado a granel e retirado de acordo com as necessidades de consumo do camponês. Os sacos de juta e plástico a substituiu no armazenamento dos grãos nas *unidades de vida camponesas*.

do território, fato que exige um planejamento rigoroso na ocupação.

Figura 1 - Roça *de toco*, modelo de cultivo praticado na Comunidade Kalunga em Monte Alegre de Goiás



Fonte: Santos, V. C, março de 2015.

Nas práticas agrícolas percebemos claramente a mistura da mística camponesa com conhecimentos do senso comum, que aos olhos da ciência não passa de práticas banais sem qualquer significado, mas que garante àquela comunidade a existência desde a metade do século XVIII. Para Santos (2010, p. 89), “O conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico”.

Na experiência agrícola em análise, a ciência moderna⁶² materializada principalmente nas práticas agrícolas pautadas nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, caminha em

⁶² Para Santos (2010, p. 88) A ciência moderna construiu-se contra o senso comum que considerou superficial, ilusória e falso. A ciência pós-moderna procura reabilitar o senso comum por conhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer a nossa relação como mundo. Segundo Santos é certo que o conhecimento mistificado é mistificador mas, apesar disso e apesar de ser conservador, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo com o conhecimento científico. Essa dimensão aflora em algumas das características do conhecimento do senso comum.

sentido diferente em relação as práticas agrícolas tradicionalmente, utilizadas na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás. São os *saberes/fazeres* praticados pelos *Povos Cerradeiros*, na convivência com o ambiente cerrado.

Esses *saberes/fazeres* não são contemplados pela ciência moderna, pois não são quantificáveis, mas apresentam-se de grande utilidade nas atividades cotidianas dos camponeses quilombolas. São conhecimentos práticos, que conforme Santos (2010, p. 88) “[...] orientam as nossas ações e com eles damos sentido à nossa vida”. Apresentam-se numa mistura de crenças e saberes que se concretizam como por exemplo nas épocas em que são realizados os plantios e nas festas realizadas em comemoração a colheita.

As festas em homenagem aos santos realizadas ao longo do ano guardam uma estreita relação com as práticas agrícolas, sendo o momento em que o Povo Kalunga se reúne para agradecer aos santos da devoção as graças recebidas, dentre elas a colheita farta que garantirá alimento ao longo de todo ano. São tradições que se confundem com as práticas das etnias indígenas que habitaram a região, reforçando a parceria que existiu entre os trabalhadores escravizados e os indígenas na luta pelo território.

A agricultura tradicional garante a diversidade alimentícia da Comunidade, mas foi possível observar o rápido avanço nas mudanças dos hábitos alimentares baseados principalmente em produtos industrializados. A soberania alimentar sofre ameaças constantes, e as razões são variadas dentre elas a deficiência do serviço de assistência técnica e extensão rural, até então dispensado aos agricultores locais. A redução dos cultivos na Comunidade tem como um dos fatores relevantes o modelo de extensão rural disponibilizado aos agricultores, pois não conta com metodologias adequadas para valorizar às práticas agrícolas empregadas pelos Kalunga.

As Comunidades Quilombolas brasileiras têm convivido historicamente com uma situação de extrema exclusão em relação às políticas de soberania alimentar implementadas pelo serviço público que as assistem. Dados da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial (2012, p. 69), revelam que:

Um dos problemas específicos das comunidades afro-rurais diz respeito ao comprometimento da segurança alimentar e nutricional, seja pela dificuldade de acesso aos alimentos, seja por sua má qualidade. Um importante indicador da vulnerabilidade social vivenciada por essas comunidades, por exemplo, é o fato de, no Brasil, da totalidade de famílias quilombolas incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, 75,6% estão no perfil de extrema pobreza, com renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 70,00 (Grifos do autor).

Essa vulnerabilidade é originária dentre outras pela deficiência de políticas públicas que deveriam promover entre as Comunidades Quilombolas a valorização das práticas produtivas, possibilitando a autossuficiência, o respeito às relações socioambientais e o acesso a mercados justos para os produtos excedentes. O potencial produtivo dessas comunidades é expresso preferencialmente na preservação de práticas pautadas na agroecologia e na convivência com os recursos naturais do Cerrado.

As condições de deslocamento às Comunidades impedem que seja destinada ao mercado externo boa parte da produção local, principalmente a farinha de mandioca e de milho, uma especialidade Kalunga. Alguns pontos chegam a distanciar em mais de 150 quilômetros da sede do município, impedindo que muitas famílias possam comercializar seus produtos. Esse isolamento não é utilizado apenas como negação das políticas públicas, mas em muitos casos como negação da condição de trabalhadores escravizados que aquilombaram naquelas terras.

Ainda hoje a academia promove intensos debates sobre a condição da descendência ou não dos Kalunga em relação aos trabalhadores escravizados que aquilombaram pelo sertão em busca das condições necessárias para reproduzir sua forma de vida. O ponto central é o papel exercido pelo isolamento geográfico como fator de proteção da cultura quilombola, algo questionado por muitos autores.

3.1 Quilombolas ou agricultores isolados no Cerrado?

O Povo Quilombola Kalunga habita os chamados “vão das serras” às margens do rio Paranã e seus afluentes, numa região de difícil acesso em função das características do relevo na Chapada dos Veadeiros. Mesmo após a abertura das estradas na década de 1990, o acesso às diversas comunidades continua dificultado principalmente no período chuvoso. As dificuldades de acesso foram fundamentais na *(Re)Existência* construída no século XVIII, além de evitar o avanço das práticas capitalistas sobre o território, mantendo um relativo *isolamento geográfico* em relação às cidades próximas. Na atualidade, essa característica é motivo de preocupação, haja vista que o discurso do isolamento geográfico ainda é utilizado para justificar a inexistência de alguns instrumentos públicos como estradas, escolas de qualidade e assistência à saúde.

Nessa pesquisa, consideramos o isolamento apenas como condição de acesso ao território quilombola, não significando, portanto, que o Povo Kalunga permaneceu ao longo da

sua história isolado do contato com a população lindeira, principalmente das cidades vizinhas. O mito do isolamento cultural nunca existiu conforme defendido por Baiocchi (1995, p. 109): “Os Kalunga remete-nos à África quando o “isolamento geográfico e cultural possibilita a retificação das tradições e costumes”. Essa tese foi uma criação da academia e da mídia para colocá-los como algo inédito a serem desvelados pelos pesquisadores. Mas isso não retira do Povo Kalunga a condição de descendentes de trabalhadores aquilombados às margens do rio Paranã.

Outros autores afirmam que o isolamento foi importante para a preservação cultural, não dando qualquer garantia de que eles sejam descendentes de negros aquilombados. O Povo Kalunga mesmo com a auto identificação não seriam descendentes de quilombolas, assim afirma Brito Neto (1999, p. 235):

Os Kalunga teriam se originado da dispersão para as regiões periféricas, ocorrida com a decadência do ouro. Outros grupos do interior do Brasil apresentam características socioculturais semelhantes, todas centradas na estrutura familiar e no isolamento físico. A dispersão generalizada, numa região periférica da sociedade brasileira, permitiu a esses grupos a manutenção de determinadas características socioambientais, com base em pequenas estruturas familiares, embora não tenham podido assegurar a continuidade de determinadas práticas culturais, a não ser algumas manifestações religiosas ou festivas, já com sinais evidentes da influência da Igreja Católica.

O equívoco do autor está em considerar a resistência dos trabalhadores escravizados apenas no período da exploração do ouro, não considerando, por exemplo, que, com o fim da atividade mineradora e a decadência econômica, as condições às quais foram submetidos os trabalhadores escravizados foram mais degradante que a anterior. A confirmação aparece em outro trecho da pesquisa de doutoramento em que Brito Neto (2006, p. 120), afirma:

O negro escravo, por conta deste contexto, foi se adaptando às novas condições de vida e às novas situações em que a *penúria mudara de forma*, mas mantinha conteúdos simbólicos que pareciam irremovíveis: o negro continuava vítima permanente da discriminação e do preconceito, que o matinha aniquilado como pessoa e, politicamente, excluído de qualquer possibilidade de inserção na sociedade da província (Grifos nosso).

Ele segue explicando que, “mesmo com o fim da exploração do ouro, no final do século XVIII, a situação dos escravos não mudara substancialmente”. Sem as condições mínimas de existência restou apenas aos trabalhadores escravizados continuarem escravizados ou formar uma outra sociedade e viver numa economia de autoconsumo, o que nesse caso significava adentrar pelo sertão em busca das condições mínimas de existência.

Essa situação configurou-se como uma forma de *(Re)Existência* naquele período. Aliás, afirmar que a *(Re)Existência* ocorreu apenas no período da mineração é o mesmo que subjugar

fatos históricos concretos, calcados nas relações de trabalho existentes em Goiás inclusive no século XX. Somos partícipes do entendimento de que se há exploração de trabalho escravo há também a formação de *(Re)Existência* no mesmo território, considerando ser essa uma das mais trágicas maneiras de exploração humana pelo capital. Conforme Reis (1995, p. 16): “A formação de grupos de escravos fugitivos se deu em toda parte do novo mundo onde ocorreu/ocorre escravidão”.

A formação da *(Re)Existência* ocorreu em todas as fases da exploração do trabalho escravo, quer na produção de cana de açúcar, na mineração de ouro, na agricultura que seguiu após a decadência do ouro e nos modelos de produção que vieram em seguida, a exemplo do *agrohídronegocio*. Em Goiás essas práticas avançaram no tempo e no espaço, passando por vários momentos históricos até chegar aos dias de hoje. Foi ao longo dessa trajetória denunciada por vários autores que ao seu modo destacaram como essa prática se consolidou nas atividades produtivas que sucederam na história de Goiás.

Destacamos Hugo de Carvalho Ramos em “Tropas e Boiadas”, Bernardo Élis em “O Tronco”, publicado originalmente em 1956, José de Souza Martins (2013) em “A sociabilidade do homem simples” e Marcelo Rodrigues Mendonça, em “A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste de Goiano”. Essa prática é frequentemente divulgada pela imprensa nacional e local e ocorre especialmente nos grandes latifúndios espalhados pelo país. Observe como Ramos (1917, p. 55), denunciou essa prática em sua poesia/ciência:

Geralmente, o empregado na lavoura ou simples trabalho de campo e criação, ganha no máximo quinze mil-réis ao mês. Quando tem longa prática no traquejo e é homem de confiança, chega a perceber vinte, quantia já considerada exorbitante na maioria dos casos. É essa a soma irrisória que deve prover às suas necessidades. Gasta-a em poucos dias. Principia então a tomar emprestado ao senhor. Dá-lhe este cinco hoje, dez amanhã, certo de que cada mil-réis que adianta, é mais um elo acrescentado à cadeia que prende o jornaleiro ao seu serviço. Isso, no começo do trato; com o tempo, a dívida avoluma-se, chega a proporções exageradas, resultando para o infeliz não poder nunca saldá-la e torna-se assim completamente alienado da vontade própria. Perde o crédito na venda próxima, não faz o mínimo negócio sem pleno consentimento do patrão, que já não lhe adianta mais dinheiro. É escravo da sua dívida, que, no sertão, constitui hoje em dia uma das curiosas modalidades do antigo cativo. Quando muito, querendo dalgum modo mudar de condição, pede a conta ao senhor, que fica no livre arbítrio de lhe dar, e sai à procura dum novo patrão que queira resgatá-lo ao antigo, tomando-o ao seu serviço. Passa assim de mão em mão, devendo em média de quinhentos a um conto e mais, maltratado aqui por uns de coração empedernido, ali mais ou menos aliviado dos maus-tratos, mas sempre sujeito ao ajuste, de que só se livra, comumente, quando chega a morte.

Bernardo Ellis (1967, p. 47) nos diz:

O cabra trabalhara como um mouro, mas juntara bastante dinheiro para saldar o débito. Coronel Pedro Melo fechou os olhos, resmungou suas contas e disse que

Florenço devia duzentos mil réis. Embora bom de escrito, o velho nunca pegava no lápis para fazer seus cálculos. Era no bestudo e não tinha erro.

- Pois está aqui, Coronel, pode riscar a dívida, disse Florenço risão estendendo ante aos olhos do velho duas notas de cem mil réis. Debaixo de sua barba o coronel riu: - Tá doido, menino. Eu não emprestei dinheiro para camarada não. Dinheiro de camarada é serviço. Pode socar de novo no retiro e trabalhar até pagar tudo.

O pesquisador Marcelo Mendonça (2004, p. 54, 123) considera:

Basta lembrar o trabalho escravo nos latifúndios agropecuaristas e nas empresas rurais, a expulsão de indígenas de suas terras por empresas madeireiras minero – químicas, a desterritorialização das populações ribeirinhas, quilombolas e camponesas dos fundos dos vales. [...] como por exemplo, o trabalho escravo nas carvoarias nas áreas de Cerrado que auxilia sobremaneira a competitividade do aço brasileiro no mercado internacional.

O autor Martins (2013, p.30) observa que:

Na Fazenda Vale do Rio Cristalino, quando ainda pertencia ao grupo alemão Volkswagen, uma fazenda de criação de gado de corte para exportação à Alemanha, a tecnologia empregada era da maior sofisticação: chips eram implantados nos animais para por esse meio monitorar suas condições sanitárias e determinar o momento apropriado do abate. As informações por esse meio obtidas lá nos pastos do sul do Pará, na Amazônia, eram processadas por computador e diariamente retransmitidas para a sede da empresa em São Paulo, de onde provinham as decisões fundamentais. A carne do gado a ser abatido no frigorífico local destinava-se ao embarco imediato em grandes aviões, a carne refrigerada naturalmente na altitude do voo e desembarcada no dia seguinte na Alemanha. Porém, todas essas notáveis expressões de modernidade funcionavam com base no trabalho de quinhentos escravos empregados no desmatamento e na formação de pastagens. [...] Grandes corporações financeiras e grandes empresas multinacionais valeram-se da escravidão para estender a modernização aos novos territórios de fronteira.

O sitio Brasil de Fato (2010) noticiou:

Não era apenas a cerca de mourões, por eles mesmos reconstruída a partir do desmate de mata nativa, que impunha limites à dignidade de trabalhadores da Fazenda Santa Mônica, em Natividade (TO). Alojados em cinco barracos de lona e madeira erguidos sob chão de terra em pontos isolados do imóvel e próximos às frentes de trabalho, não tinham acesso a banheiros, água potável, energia elétrica, leitos e alimentação minimamente decentes. Expostos a riscos e intempéries para demarcar as fronteiras da propriedade e impedir a dispersão do gado do patrão há mais de mês, custeavam ainda as refeições (havia servidão por dívidas, pois os gastos com a comida eram subtraídos pelos "chefes de barraco"), as próprias ferramentas de trabalho e até o combustível das motosserras. Para completar o quadro de extrema precariedade, sofriam descontos ilegais dos salários na esteira do pagamento por produção e não recebiam os equipamentos de proteção individual (EPIs) exigidos para as atividades. Algumas das carteiras de trabalho estavam retidas com o empregador e muitos não descansavam sequer aos domingos. Viviam nessa situação 18 empregados. Outros oito estavam alojados num galpão de alvenaria mais próximo à sede da Fazenda Santa Mônica, que servia também como garagem de tratores e depósito de ração, agrotóxicos e todo tipo de material que não tinha mais uso. Quatro tratoristas, dois mecânicos e dois ajudantes de serviços gerais pernoitavam em colchões sujos e improvisados que ficavam até em cima de carroças. Também não havia banheiro e as instalações elétricas irregulares estavam expostas no ambiente completamente cheio de óleo. No caso dos trabalhadores do galpão, houve registro também de jornadas exaustivas de mais de 13 horas por dia (das 6h às 19h). Nem operadores de motosserra responsáveis pela produção dos mourões e nem tratoristas eram treinados e

capacitados para operar as máquinas. Todo esse quadro foi flagrado pelo grupo móvel de fiscalização, formado por integrantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF), em janeiro deste ano, na propriedade de Emival Ramos Caiado Filho (BRASIL DE FATO, 2010).

O jornal Correio Brasiliense (2015), noticiando sobre os abusos cometidos contra meninas e mulheres Kalunga, assevera:

Meninas descendentes de escravos nascidas em comunidades Kalunga da Chapada dos Veadeiros protagonizam as mesmas histórias de horror e barbárie dos antepassados, levados à força para trabalhar nas fazendas da região nos séculos 18 e 19. Sem o ensino médio e sem qualquer possibilidade de emprego além do trabalho braçal em terras improdutivas nos povoados onde nasceram, elas são entregues pelos pais a moradores de Cavalcante. Na cidade de 10 mil habitantes, no nordeste de Goiás, a 310 km de Brasília, a maioria trabalha como empregada doméstica em casa de família de classe média. Em troca, ganha apenas comida, um lugar para dormir e horário livre para frequentar as aulas na rede pública. Para piorar, fica exposta a todo tipo de violência. A mais grave, o estupro, geralmente cometido pelos patrões, homens brancos e com poder econômico e político (CORREIO BRASILIENSE, 2015, ed. de 12 de abril de 2015).

Observa-se que o mandonismo oligárquico ainda possui raízes fincadas nessas paragens, e a crueldade da escravidão e a *(Re)Existência* ainda persistem em pleno século XXI, com a mesma crueldade de quando era legalizada e protegida pelo Estado⁶³. Queremos deixar claro nosso entendimento que a *(Re)Existência* e a luta pela vida e ultrapassou o período da mineração, adentrando ao momento econômico seguinte, em que o cultivo e a criação de gado determinaram as relações de trabalho e exploração no Norte da Capitania de Goiás. Aos trabalhadores escravizados restaram apenas buscar os lugares distantes e construir outras maneiras para sobreviverem com poucas condições para reproduzirem seu modo de vida.

Tomando por base as condições de acesso ao Território Quilombola Kalunga mesmo na atualidade, podemos afirmar que o simples ato de buscar refúgio em local distante em relação às minas já concebia a *(Re)Existência* e a condição de trabalhadores escravizados. Já se configurava como tentativa de combinar liberdade dos patrões, terra para cultivo, água e possibilidade de formar família e reproduzirem culturalmente.

Se o quilombo na acepção do termo significa *(Re)Existência*, podemos afirmar que essa não se tornava evidente apenas no momento em que os negros se rebelavam contra o trabalho escravos nas minas de ouro, mas mostrava-se ativa na corajosa decisão de viver nos sertões,

⁶³ Mesmo nas lutas subalternas podem estar presentes diferentes durações. Como exemplo, a luta pela terra dos camponeses empobrecidos da América Latina pode incluir a duração do Estado moderno, quando, por exemplo, no Brasil, o Movimento dos Sem Terra (MST), luta pela reforma agrária; a duração da escravatura, quando os povos afrodescendentes lutam pela recuperação dos Quilombos, a terra dos escravos fugitivos, seus antepassados; ou ainda a duração ainda mais longa, do colonialismo, quando os povos indígenas lutam para reaver os seus territórios históricos de que foram esbulhados pelos conquistadores (SANTOS, 2007, p. 28).

longe do alcance de seus exploradores e dos recursos necessários a reprodução de sua forma de viver.

Concordamos que alguns quilombos da região (não sendo esse o caso do Kalunga), possam não ter sido formados apenas no período “regulamentar” da escravidão, mas a *(Re)Existência* construída após a decadência da mineração foi tão importante quanto as lutas travadas contra o trabalho escravo nas minas de ouro. O importante, e isso se aplica a qualquer temporalidade, é a *(Re)Existência* ao trabalho escravo, não importando as que ocorreram no passado ou as que ainda ocorrem atualmente em todas as regiões do Brasil, em especial no Cerrado. O que importa é a luta pela vida, pela existência como pessoa que aos trabalhadores escravizados de ontem e de hoje fora negada.

A *(Re)Existência* construída nos quilombos formados no Norte de Goiás e Sudeste chegou aos dias atuais com a mesma pauta de luta dos demais *Povos Cerradeiros*, ou seja, “a luta pela terra, pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento” (Mendonça; Pelá, 2011, p. 5). Não podemos simplesmente negar a essa população a condição de descendentes de trabalhadores escravizados aquilombados utilizando somente a concepção de ser uma criação da mídia conforme afirma Brito Júnior (2006, p. 198). A condição de quilombola está expressa em inúmeras características existentes no território, e que não são criações midiáticas, mas identidades construídas nos quase três séculos de ocupação e reprodução do espaço.

Aos trabalhadores que na decadência da mineração ficaram sem alimentação e sem terras para produzir não restou outra opção a não ser se embrenhar-se pelo sertão e se apossarem das terras que a ninguém interessavam, mesmo que não oferecessem condições satisfatórias à prática agrícola, como é o caso das terras do Território Quilombola Kalunga. Foi necessário estruturar uma sociedade, com princípios e relações sociais muito adversas das que eles vivenciaram, pautada principalmente na *(RE)Existência* e na reprodução cultural.

As *(Re)Existências* do passado e as atuais ocorrem no mesmo campo de luta, onde as ameaças são semelhantes às que ocorreram há três séculos, no mesmo cenário, e com os mesmos sujeitos históricos. É a prova de que as práticas escravistas e as políticas de inclusão social e reconhecimento das minorias não avançaram na velocidade desejada no Brasil.

3.2 Símbolos e identidades territoriais do Povo Kalunga

Os símbolos que compõem a identidade da Comunidade Quilombola Kalunga com o território estão espalhados pelos mais de 2.562 km² de área, mas de maneira especial aflora na ligação com o rio Paranã e os locais onde ocorrem anualmente as festividades religiosas. O rio Paranã nasce no Planalto Central no município de Formosa (GO), e corre no sentido sul-norte, atravessando ao meio o Território Kalunga até *morrer* em pleno Cerrado, no Lago da Usina Hidroelétrica de Peixe - Anjical. Para os quilombolas, o rio é fonte de alimento, lazer e lendas, sendo difícil conceber o Território Kalunga dissociado das memórias construídas com o *rio mar*. Vale lembrar que o Paranã é o único rio de grande porte com nascente no Planalto Central, que ainda não teve suas águas represadas por algum empreendimento hidroelétrico. E a razão é a existência do Território Quilombola Kalunga, que ocupa a área mais propícia para esse tipo de empreendimento.

Ao mesmo tempo em que a ligação com o rio caracteriza toda uma população, sendo uma das centralidades na construção da identidade territorial quilombola, os riscos aparecem nas diversas tentativas de aproveitamento do rio Paranã para empreendimentos hidroelétricos. Os projetos de construção das Hidroelétricas do Funil na confluência da Serra das Contendas e a Serra do Padre e no encontro com o rio Bezerra ainda não foram descartados totalmente, mesmo enfrentando a resistência de “parte⁶⁴” da Comunidade. A suspensão temporária dos projetos ocorreu em função da luta construída por um pequeno grupo que, junto ao Ministério Público Federal e a Fundação Palmares, rechaçaram qualquer ação nesse sentido.

A perenização do rio significará a perda de parte da memória cultural, inundando identidades e territórios de vida do Povo Quilombola Kalunga. Soma-se, ainda, a inundação das áreas onde existem as terras com fertilidade natural mais adequada à prática da “agricultura de abundância”⁶⁵ pelos quilombolas. Essas terras, localizadas às margens dos córregos e riachos estão em altitudes que se igualam às do rio Paranã, significando que qualquer barramento para aproveitamento hidroelétrico inviabilizará a produção de alimentos, pois os cultivos são

⁶⁴ O capital exerce uma grande sedução sobre os moradores da Comunidade com promessas de melhorias diversas. Assim muitos quilombolas se mostraram favoráveis à construção dos empreendimentos energéticos planejados para serem instalados no rio Paranã após as propostas de melhoria feitas à Comunidade.

⁶⁵ Conceito utilizado por Mendonça (2005, p. 329) em oposição a agricultura de subsistência. O autor entende que as práticas agrícolas camponesas possibilitam a produção de alimentos saudáveis em abundância, garantindo uma “existência” com fartura, condicionando, portanto, condições de existência satisfatória aos camponeses.

realizados ao longo do rio ou dos riachos que nele desaguam.

Igualmente, a diversificação do pescado que o rio oferece pode desaparecer, pois os reservatórios das grandes hidrelétricas são dominados rapidamente pela espécie (*Cichla spp*), o Tucunaré da Amazônia, espécie que se adaptou perfeitamente aos reservatórios construídos nas áreas do Cerrado. A pouca diversidade de peixes concorre para a redução da diversidade alimentar da Comunidade com reflexos na soberania alimentar.

A mineração clandestina no leito do rio é outra atividade que poderá comprometer a piscosidade do mesmo, causando grandes prejuízos à comunidade. Essa atividade insalubre aos trabalhadores que a realizam utiliza o mercúrio (*Hg*), para separar o ouro de outros minerais na despesca da draga, e, por via de regra sem a segurança adequada. Para Gonçalves (2012, p. 177) [...] “o garimpo em terras indígenas ganhou especial atenção da mídia e do Estado, que passou a fortalecer os mecanismos de burocratização da atividade (mas que continuou sem controle), dando atenção a fatores como a questão ambiental”. A situação na Comunidade Kalunga é semelhante, pois as terras ocupadas pelas comunidades tradicionais reconhecidas oficialmente tornam-se bens da união, portanto sujeito inclusive aos dispositivos da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho⁶⁶.

Os riscos na utilização do mercúrio não são considerados pela Comunidade, podendo em um futuro próximo causar danos irreparáveis a saúde e ao meio ambiente. O Ministério Público e a Polícia Federal têm atuado frequentemente no sentido de coibir a atividade, mas encontra resistência na própria Comunidade que tem na garimpagem de ouro no leito do rio Paranã uma das principais fontes de renda. Vale lembrar que os quilombolas trabalham como assalariados nas balsas que retiram o ouro no leito do rio. Os equipamentos são de propriedade de pessoas alheias à Comunidade.

Os proprietários das dragas que retiram o ouro do fundo do rio Paranã em momento algum se submetem aos riscos que a atividade proporciona. A parte insalubre, como por exemplo, o mergulho nas profundezas e todos os perigos que essa prática oferece ficam por conta dos quilombolas contratados normalmente por valores insignificantes se levarmos em consideração a rentabilidade proporcionada pela atividade. Nesse sentido são eles os maiores

⁶⁶ Aprovada em Genebra em 1889, a Convenção 169 assegura os direitos básicos dos povos indígenas e tribais, estabelecendo dentre outros que nenhum Estado tem o direito de negar a identidade de um povo indígena ou tribal que se reconheça como tal. Garante também às comunidades quilombolas o direito à propriedade de suas terras e estabelece a necessidade de consulta sobre todas as medidas suscetíveis de afetá-las. O Brasil tornou signatária da Convenção 169 através do Decreto Legislativo 5.051 de 19 de abril de 2004.

prejudicados com o garimpo ilegal no rio Paranã.

O segundo elemento que identifica o território e a cultura Kalunga são as festas religiosas realizadas durante o ano. No território quilombola as raízes africanizadas, hibridizadas pelas influências brancas e indígenas, são evidentes nas manifestações religiosas nas localidades espalhadas entre as serranias do Vão do Paranã. Os festejos da região do Sucuri, Vão de Almas, Vão do Muleque e Salinas ocorrem entre os meses de junho e setembro, após a colheita dos alimentos. As festas são o momento máximo da confraternização e reencontro do Povo Kalunga espalhados pela região da Chapada dos Veadeiros. São crenças que unem diversas comunidades, conforme nos ensina Claval (2007, p. 115): “partilhar as mesmas crenças religiosas ou metafísicas e participar dos ritos que reúnem os crentes constituem cimentos sociais muito sólidos”.

Nas festas religiosas afloram a essência de uma cultura consolidada com muita luta e *(Re)Existência*, constituindo o ponto central da identidade dos povos com o território ocupado pelos seus antepassados. É também a maneira de agradecer aos santos pela colheita e a abundância de alimentos, que não vem apenas das roças, mas do aproveitamento das frutas do Cerrado e das águas não muito calmas do rio Paranã.

As principais festas religiosas da Comunidade ocorrem às margens do rio Paranã, e são atualmente atrativos turísticos, considerando que essas manifestações culturais apesar de compor a identidade cultural brasileira estão cada vez mais escassas nas Comunidades Camponesas, mas permanecem vivas e com muita força nas Comunidades Quilombolas da Chapada dos Veadeiros. O diferencial das festas religiosas realizadas no território é que os símbolos e rituais que caracterizam essas manifestações continuam como se faziam num passado distante, exemplificando o quanto a cultura Kalunga preserva suas características.

Essas práticas religiosas representam o encontro do sagrado cristão com o jeito Kalunga de professar a fé. Os rituais só são entendidos se antes compreendermos a história dos trabalhadores escravizados no Brasil. A eles fora negado o direito sagrado do culto aos deuses, sendo imposto o cristianismo como única forma de profecia da fé, com o argumento de chegarem à vida eterna, mesmo que para isso tivessem que se submeter aos caprichos e castigos impostos pelos seus donos.

Nas festas dos Santos na Comunidade Quilombola percebe-se claramente uma mistura do cristianismo com elementos das manifestações afro, como por exemplo, a importância dos

reis, rainhas, imperadores e imperadoras reverenciados durante os festejos. Eles visitam os habitantes durante a peregrinação das diversas folias que percorrem o Território Kalunga anunciando os festejos. Nessas visitas, a população é convidada a participar das celebrações religiosas, além de serem recolhidos donativos para a realização da festa. Os reis, rainhas e imperadores importantes nas celebrações religiosas da comunidade Kalunga, remetem-nos aos líderes tribais escravizados no Brasil nos mais de três séculos em que essa prática perdurou.

As festas no mundo camponês possuem vários significados, funcionando prioritariamente como união do grupo em torno de uma manifestação comum. Mas é também uma maneira de agradecer as graças recebidas expressas na fartura de alimentos pós-colheita. Nas Comunidades Camponesas onde essas festividades ainda persistem as mudanças ocorridas ao longo do tempo descaracterizou principalmente o legado religioso, razão primeira à realização dessas manifestações culturais. Para o camponês que tira seu sustento da terra:

As festas marcam o momento mais importante do ano, celebrando o dom da vida que a terra dá. Para ele o tempo do ano é governado pelo ciclo da natureza que se repete a cada estação, e pela chuva que regula o plantio da terra. E assim acontece também com o povo Kalunga. Em fins de setembro depois das primeiras chuvas de primavera, já se podem começar os roçados de mandioca, milho, arroz, abóbora ou feijão. E os plantios se estendem até novembro – dezembro, em pleno verão. Com Reis eles celebram o fim do plantio, e com Santo Antônio e São João agradecem a colheita. (MEC, 2001, p 52).

A análise das práticas religiosas em qualquer estudo sobre campesinato brasileiro adquire importância quando entendemos que a religião é o mais poderoso elemento de coesão social, sendo fundamental na organização das sociedades tradicionais. A começar pela constatação de que o camponês não mostra sua importância apenas como classe trabalhadora, que no Brasil responde pela produção de 70% dos alimentos consumidos no país. Junto às suas práticas produtivas existem também uma rede de *saberes/fazeres* que mistura senso comum com conhecimentos populares úteis em seu *constructo* social. Assim é formada a identidade quilombola, uma cultura rica que se reinventa para *(Re)Existir*.

O camponês quilombola carrega consigo um conjunto de significados e tradições culturais que o mantém ligado a terra e ao território. Falar do camponês sem considerar essa variável é negar a trajetória responsável por sua *(Re)Existência*. Esses símbolos são urdidos numa rede de saberes em que a terra, as relações comunitárias e as tradições religiosas formam um imaginário de lutas, vitórias e contradições, agregando elementos que o mantém ligado ao território. Para Mendonça (2015, p. 12):

A permanência das práticas socioculturais cerradeiras movidas pela ação política

transformadora (luta pela terra, pela reforma agrária, pela água etc.), permite apontar o conceito de *(Re)Existência* enquanto um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar *(Re)Existindo*.

O respeito a essas práticas é um dos requisitos fundamentais na execução de qualquer programa de desenvolvimento que objetiva a permanência do camponês quilombola no campo. Essas especificidades é uma das dimensões que a extensão rural deve agregar às práticas extensionistas na Comunidade Quilombola Kalunga, no sentido de garantir não só a permanência dos quilombolas no território, mas possibilitar a reprodução das práticas socioculturais característica da Comunidade. A dimensão cultural se coloca como mais uma exigência às práticas extensionistas nas Comunidades camponesas, em especial nas Comunidades Quilombolas.

3.3 Da posse da terra a consolidação do território: uma história de (Re)Existência

O artigo 68 do Ato das Disposições da Constituição Transitória (ADCT), da Constituição de 1988 “assegura aos remanescentes⁶⁷ de quilombo a propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas”. Esse artigo foi inserido na constituição com muita luta, suor e sangue das Comunidades Negras espalhadas pelo país. Foi um avanço significativo desde que esse reconhecimento possa efetivar-se com a demarcação dos territórios de vida e a disposição das políticas públicas necessárias à reprodução das práticas culturais dessas comunidades tradicionais. “À semelhança do que ocorre por todo o país, as comunidades quilombolas em Goiás formulam reivindicações com vistas à garantia de direitos de usufruto do território e manutenção da vida” Ratts e Furtado (2010, p. 232). Conforme explica os autores, ainda que tenhamos legislações federais e estaduais que asseguram a posse da terra, há lacunas ou omissões na sua aplicação; implicando num lento processo de titulação das terras que coaduna-se com a rígida e concentrada estrutura agrária brasileira.

Em Goiás a luta das Comunidades Quilombolas pela consolidação do território não diferencia das demais regiões do país, onde as contradições estão colocadas na ordem do dia. O estado conta atualmente com 30 (trinta) Comunidades Quilombolas reconhecidas pela

⁶⁷ Optamos nessa pesquisa por adotar o termo “Comunidades Quilombolas” por entender que o termo “Remanescentes de Quilombo” empregado no artigo 68 - ADCT da Constituição Federal remete a uma situação em que a luta pela existência não está na ordem do dia dessas comunidades. A liberdade ainda não foi conquistada para a maioria das mais de duas mil comunidades certificadas no Brasil, deixando claro que a luta é contínua.

Fundação Palmares, e estão concentradas principalmente nas regiões onde houve a garimpagem de ouro e a utilização de trabalhadores escravizados foi mais intensa, a exemplo da região Nordeste. Em todas existe algum conflito pela posse da terra e a disposição de políticas de desenvolvimento territorial. Para Ratts e Furtado (2010, p. 235):

O quadro social de conflitos que envolvem comunidades quilombolas no Brasil está em construção. Em Goiás não é diferente. O que se tem até o presente momento são fragmentos de uma composição geral que indicam disputas territoriais e ambientais, assim como aspectos do racismo institucional, vistos como fenômenos recorrentes que compõem um quadro adverso às populações negras quilombolas no território goiano.

A falta de acesso à terra com segurança jurídica e o racismo institucional são os principais problemas das comunidades quilombolas de Goiás, que em última análise significa atraso na consolidação das políticas públicas, permitindo ao longo do tempo o fortalecimento da expropriação promovida pelo capital hegemônico. Para Marx (2013, p. 787), “a expropriação da terra que antes pertencia ao camponês está na base de todo processo de acumulação do capitalista”.

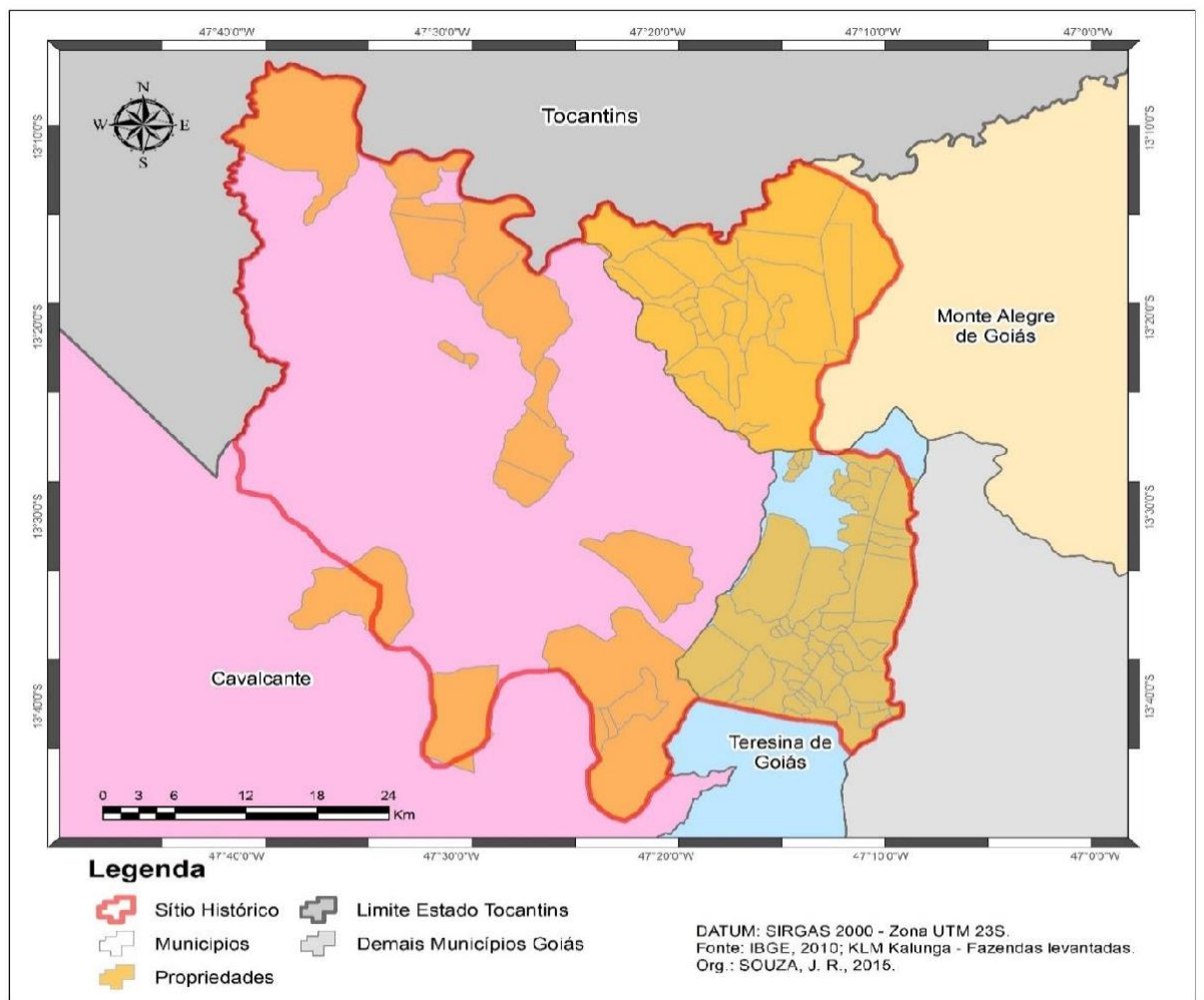
As terras expropriadas são apossadas por grandes fazendeiros que, no caso das invadidas na Comunidades Quilombolas Kalunga serviam apenas como reserva de capital, sem qualquer utilização nos processos produtivos. É o exemplo das Fazendas Bonito localizada entre os rios Prata e Corrente na região do Vão do Moleque em Cavalcante e a área do Campo Grande, localizada na região do Bom Jardim em Monte Alegre de Goiás.

Nessas áreas não há qualquer atividade econômica importante que justifique sua permanência sob a posse dos grileiros. A área do Campo Grande 4.048 hectares foi alvo de desapropriação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e o título foi entregue ao Povo Kalunga em setembro de 2013. A Advocacia Geral da União (AGU) garantiu, na Justiça, a posse da terra em Monte Alegre de Goiás, a favor do INCRA. A primeira área também é alvo de desapropriação pois constitui uma das áreas prioritárias aos quilombolas, mas a sobreposição de títulos de propriedade dificulta o processo. A contradição está em indenizarmos grileiros que de forma corrupta conseguiram os títulos das áreas em questão e expulsaram os quilombolas que nelas habitavam. É a reforma agrária do Estado brasileiro.

A terra é o bem mais importante para as Comunidades Camponesas tradicionais incluindo quilombolas, indígenas, ribeirinhos e outros. Sem a terra não há a reprodução do modo de vida camponês, pois a terra é o principal recurso que garante sua existência. No caso das Comunidades Quilombolas brasileiras, o acesso à terra de maneira pacífica com a segurança

jurídica necessária tornou-se a principal condição para a continuidade do modo de ser e viver desse povo, sendo essa uma questão vital na *(Re)Existência* e reprodução da vida Kalunga. Para Mendonça (2015, p. 9): “A defesa das condições de vida e de relações adequadas à natureza é possível a partir da garantia da permanência e do acesso à terra, que efetivamente assegure dignidade aos trabalhadores/camponeses e consiga incorporar os saberes da vida”. A segurança necessária ao empoderamento da Comunidade só chegará em definitivo com a posse pacífica das terras ocupadas pelos seus antepassados. O Mapa (5) mostra as áreas ocupadas que não foram desapropriação no Território Quilombola Kalunga.

Mapa 5 - Fazendas ocupantes do Território Quilombola Kalunga



Fonte: INCRA (2014). Organização: SOUZA, J.R

O caminho para a consolidação da propriedade da terra às Comunidades Quilombolas no Brasil foi construído com muita luta ao longo das últimas décadas do século XX. Os Movimentos Sociais que buscaram o reconhecimento das chamadas “*terras de negros*” foram

partícipes da consolidação da democracia, e assim, abriram caminhos ao reconhecimento de uma série de direitos às populações marginalizadas.

Nas Comunidades Quilombolas de Goiás também não foi diferente, haja vista que os grileiros apropriaram de parte das áreas ocupadas pelos Kalunga. Aos poucos o Governo Federal através do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), vem realizando as desapropriações das áreas ocupadas pelo Povo Kalunga de Goiás e Tocantins. As dificuldades principais não esbarram apenas na falta de orçamentos, mas principalmente na judicialização das indenizações pagas aos fazendeiros ocupantes das áreas desapropriadas.

Em 2013, o Ministério do Desenvolvimento Agrário entregou à Comunidade Quilombola Kalunga títulos de 31.000 hectares de terras localizadas nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. Para o Ministro do Desenvolvimento Agrário à época Laudemir André Muller, “a titulação das terras em nome da união e o repasse à comunidade significa a garantia da posse, a continuidade na reprodução cultural dessas comunidades e principalmente a possibilidade de implementação de políticas públicas inviabilizadas em função da posse da terra”.

Nesse sentido a Vice-Presidente da Associação Quilombo Kalunga Ester Fernandes de Castro afirma que: “As áreas prioritárias em que exigimos a demarcação imediata estão espalhadas pelo Território Quilombola Kalunga e ocupadas por fazendeiros. São locais que apresentam melhores condições à prática da agricultura e onde se concentram as nascentes que abastecem a Comunidade⁶⁸”. Essas áreas estão localizadas preferencialmente onde as condições ambientais (solo e água), apresentam as melhores qualidades para as práticas agrícolas. A priorização dessas áreas nos processos de desapropriação significará a preservação do Cerrado, da água e a disposição desses espaços aos habitantes da Comunidade Quilombo Kalunga.

Atualmente, várias Comunidades Quilombolas estão sendo reconhecidas como áreas de interesse histórico e social nas regiões Sudeste do Tocantins e Nordeste de Goiás. A última área a receber o reconhecimento oficial localiza-se nos municípios de Arraias e Paranã, com extensão de 500 km². A posse da terra significa mais um passo na luta dos quilombolas pela formação do Território Quilombola Kalunga do Mimoso, em Arraias. Nesse município, a Comunidade Quilombola de Lagoa da Pedra já teve seu reconhecimento efetivado em 2006. Desde então experimentam a consolidação de várias políticas públicas que possibilitou o resgate

⁶⁸ Discursos públicos proferidos em 30/10/2014, na Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás, oportunidade em que foram entregues os títulos de 31.000 hectares de terras incorporadas ao Território Quilombola Kalunga.

das tradições culturais, diversificando as práticas agrícolas e assegurando a soberania alimentar.

O reconhecimento do Sítio Histórico Kalunga como território de importância histórica e cultural ocorreu em 1996, por meio da Lei nº 19, de 05 de janeiro de 1996, do Governo de Goiás. A referida Lei colocou como razão fundamental para a criação do Sítio Histórico Kalunga, a necessidade de “[...] garantir a integridade territorial e da área delimitada, e protegê-la contra esbulhos possessórios, podendo para tanto, proceder às necessárias desapropriações”. Passados dezoito anos, as desapropriações das propriedades que ocupam parcela significativa do território Kalunga ainda não ocorreram por completo, sendo esse o principal desafio à continuação das práticas socioculturais que se concretizam no modo de ser e de viver dessa população. Dados da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR 2013) mostram que menos de 10% das Comunidades Quilombolas brasileiras foram regularizadas desde 1988.

A demora nas desapropriações ocorre principalmente em função de diversos problemas, dentre eles, os ligados à titularidade das terras na região Nordeste de Goiás e Sudeste do Tocantins. Nessas regiões há grandes áreas ocupadas ilegalmente por fazendeiros que utilizam de recursos diversos para atrasar as desapropriações, como por exemplo, títulos emitidos ilegalmente em processos de grilagens com a anuência dos Cartórios de Registros de Imóveis. Essa prática confirma o que nos ensina Martins (1991, p. 98) de que “nas regiões pioneiras do país, as instituições de ordem pública, como a justiça e a polícia, estão com grande frequência subordinadas à ordem privada.” Acrescentamos que essa subordinação ocorre também em regiões não pioneiras como o Nordeste Goiano e o Sudeste do Tocantins ocupados no século XVIII.

Em 2010, o Ministério Público do Estado do Tocantins denunciou a grilagem de terras públicas nos municípios de Arraias e Paranã, em que as maiores áreas invadidas localizam-se no/ou próximo ao Território Quilombola Kalunga do Mimoso, cujas terras já foram parcialmente desapropriadas pelo Governo Federal. Nesse sentido, chama atenção a decisão judicial publicada em 2012, a respeito da Ação de Anulação de Ato Jurídico nº 209/04, em disputas de terras no município de Arraias. Na decisão o Juiz da Comarca de Arraias faz a seguinte afirmação:

Nosso Estado, principalmente em regiões como Arraias, onde o registro público dos imóveis é, para se dizer o mínimo, *uma bagunça*, foi alvo deste tipo de fraude constantemente. Prova disto é a quantidade de ações desta natureza que tramita nesta Vara, dados estes à disposição de qualquer pessoa. Fraudes como esta, grilagem de terras, inclusive com a participação de funcionários públicos encarregados de zelar

pela regularidade dos assentamentos e registros dos imóveis rurais, vem se sucedendo nesta Comarca de forma alarmante e embora a Corregedoria Geral da Justiça já tenha conhecimento oficial do problema os casos continuam se sucedendo (DIÁRIO DA JUSTIÇA DO TOCANTINS, 27/06/2012, p. 14, grifos nossos).

Em medida cautelar, o Ministério Público Estadual requereu e foi atendido pelo Judiciário para que no município de Arraias fosse suspensa a transferência e o registro de imóveis rurais até 2023, prazo estipulado pelo Decreto Federal nº 4.449/2002, para que as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais sejam georreferenciadas e assentadas nas referidas matrículas. Nesse ínterim, os processos de grilagens com origens no Cartório de Registro de Imóveis do município continuam a tramitar na Justiça Estadual, trazendo danos diversos aos camponeses e quilombolas que habitam essas terras há mais de um século. A mesma justiça que expediu os títulos fraudulentos julgará o recurso dos camponeses. O processo de grilagem de terras públicas na região Sudeste do Tocantins intensificou-se principalmente após a divulgação da intenção de um grupo de investidores externos em implantar uma indústria de celulose no Sul do Estado. As terras que antes não despertavam qualquer interesse ao agronegócio passaram a ser vistas como potencial fonte de lucro com o cultivo do eucalipto.

Durante a pesquisa em que buscávamos elementos que justificassem a demora no reconhecimento das terras habitadas pelos Kalunga do Tocantins, deparamos com diversos processos em que camponeses habitantes de áreas próximas à Comunidade Quilombola de Arraias, enfrentam na justiça uma rede de grilagem de terras, envolvendo fazendeiros, advogados, pistoleiros, bancos oficiais e empresas multinacionais. Dentre os processos os quais tivemos acesso chama atenção o de número 5000151-55.2012.827.2709 de 23/08/2012, em tramitação no Juizado da 1ª Vara Cível da Comarca de Arraias (TO). Nele um grupo de camponeses lutam para fazer valer o direito de propriedade de áreas griladas e tituladas pelo Cartório de Registro de Imóveis da cidade, incluindo áreas com títulos definitivos emitidos há mais de três décadas. Ao todo em um único processo figura como autores 17 (dezessete) pequenos agricultores que tiveram as terras griladas.

Dentre os documentos anexos ao processo judicial chama a atenção uma Certidão de Inteiro Teor emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Arraias, em que consta a averbação das terras griladas na região da Fazenda Chapadinha como áreas de Reserva Legal de Fazendas localizadas nos municípios de Alvorada e Figueirópolis, no Sul do estado do Tocantins. Consta ainda o registro da Cédula de Produtor Rural nº 48.183 no valor de R\$ 650.000,00, tendo como Agente Financeiro a multinacional Bunge Alimentos S/A, que figura como réu no processo

5000151-55.2012.827.2709.

Em Monte Alegre de Goiás, algumas áreas que foram desapropriadas e indenizadas pelo INCRA em 2014, também são frutos de grilagens promovidas contra o Povo Kalunga na década de 1970. Consideramos que nesse caso há outros agravantes que são as invasões de terras públicas e a grilagem concretizada com a titulação da área. Enfim, a consolidação do Território Quilombola Kalunga enfrentou e enfrenta toda sorte de adversidade e empecilhos impostos pela ganância das forças hegemônicas territorializadas no campo.

Além da desapropriação das fazendas existentes na área que constitui o Território Quilombola Kalunga, outras políticas e programas governamentais de promoção social necessitam ser consolidadas, visando o fortalecimento das comunidades e a manutenção dos saberes/fazer, que estão sendo abandonados pela falta de perspectivas futuras. Nesse contexto, as políticas educacionais formais e informais exercem um papel fundamental desde que, busquem a valorização dos mesmos frente ao “conceito de modernidade imposto à comunidade pela sociedade de consumo”.

A construção de políticas que possam garantir o empoderamento dos habitantes da Comunidade é um anseio antigo da população que habita o Território Quilombola Kalunga⁶⁹. Iniciativas diversas já foram colocadas em prática, mas todas trouxeram em seu bojo ações construídas em um processo verticalizado, sem a efetiva participação da comunidade. E mais, muitas das iniciativas buscavam manter o suposto isolamento da Comunidade, fato que, ao longo dos tempos, fez com que muitas ações não fossem executadas em função da fetichização da cultura local.

Quando afirmamos que as políticas públicas dispensadas à Comunidade possuem características precárias e verticalizadas, tomamos como referência a educação, saúde e infraestrutura. Para chegar ao ponto extremo da Comunidade em Monte Alegre de Goiás, é preciso percorrer uma distância de mais ou menos 100 km, com tempo gasto de três a quatro horas. Em determinadas épocas do ano o acesso é cortado em vários locais da Comunidade, em função da cheia dos riachos, dificultando dentre outros a chegada da merenda escolar. Esse isolamento advém das condições geográficas locais, mas fundamentalmente das ineficiências das políticas públicas que atendem as comunidades negras na região.

⁶⁹ Será possível e viável politicamente tomar o território como produto de relações sociais a fim de construir políticas públicas? (BRANDÃO, 2004. p. 58).

As escolas que atendem a Comunidade de Monte Alegre de Goiás apresentam os mesmos problemas das escolas campo no Brasil, e, claro, com alguns agravantes que vão desde a inexistência de bibliotecas, recursos humanos capacitados e organização curricular. Os currículos não condizem com a realidade cultural da Comunidade, negando inclusive as práticas culturais que primeiro os caracterizam. Dados do Instituto de Pesquisas Aplicadas (2009) mostram que o total de anos de escola das comunidades negras rurais brasileiras é menos da metade dos cursados pela população urbana. Entendemos, portanto, que há um esforço no sentido de avançar nas práticas pedagógicas, mas os recursos disponibilizados não possibilitam essa efetivação, haja vista que ocorrem de forma isolada e sem um planejamento integrado aos sujeitos locais.

O Território Quilombola Kalunga representa o espaço construído pelos trabalhadores escravizados, lugar de resistência ao trabalho forçado nas minas de ouro. Fizeram da área seu território vivido, local que, segundo Milton Santos (2001, p. 8) “[...] construímos nossas relações e resistência”. E construíram, pois no Vão do Paranã se formou o maior núcleo de (Re)Existência ao trabalho escravo em todo período escravista brasileiro. Independente do reconhecimento oficial e da criação de um território de governança, o chão do Quilombo Kalunga está impregnado de sentidos e identidades que dificilmente serão desfeitos, mesmo que as ameaças externas relatadas venham a se consolidar.

3.4 A organização representativa na luta pelo território

Para dissertar sobre as práticas agrícolas e os *saberes/fazeres* existentes no Território Quilombola Kalunga, cabe antes caracterizar e conhecer o camponês Kalunga e as especificidades presentes em suas atividades agrícolas. Algumas questões apresentam-se como fundamentais para pensarmos qualquer atividade que possa valorizar sua prática, e, para isso, buscamos as respostas que permitam compreender por exemplo como essa classe trabalhadora se organiza, e o que os diferenciam dos demais camponeses brasileiros.

Comprendemos e compartilhamos do entendimento de Oliveira (2007, p. 11) de que “O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra”. Assim, o autor deixa claro duas questões que se colocam em qualquer debate acerca do

campesinato, inclusive indígena ou quilombola: primeiro é a condição de classe social que nos leva a buscar as contradições existentes e recriar o território de luta, em seguida, o acesso a terra como condição essencial à existência do campesinato. Essas questões estão postas no cotidiano dos Movimentos Camponeses, e têm na agricultura capitalista sua negação, seja como classe social ou como sujeitos que necessitam da posse da terra para se reproduzirem como classe. A posse pacífica da terra é a principal condição de reprodução do “ser camponês” em qualquer temporalidade.

Nessa perspectiva, as Comunidades tradicionais em nada se diferenciam dos camponeses, pequenos agricultores ou daqueles que ainda lutam para retornarem à terra. Suas angústias, necessidades e anseios são as mesmas, mudando talvez na forma de buscar a solução, ou seja, diferenciam-se nas trincheiras de lutas em defesa de seus interesses. Mesmo utilizando o termo “Comunidades Tradicionais”, quando nos referimos ao Povo Kalunga, são eles camponeses com as mesmas características e angústias que essa classe trabalhadora experimentou e experimenta atualmente no Brasil. A maneira de lutar dos agricultores quilombolas manifesta-se nos embates políticos travados pelos Movimentos Negros pela garantia da posse da terra, situação encaminhada no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias na Carta de 1988, e normatizada via Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003.

No caso do Território Quilombola Kalunga, as reivindicações ocorrem principalmente no âmbito político administrativo, razão pela qual o processo de reconhecimento do território caminha de forma mais lenta que em outras Comunidades Camponesas. O fato de já ocuparem o espaço pelo qual estão em luta gera um certo comodismo nos órgãos governamentais responsáveis pelas políticas agrárias no país. Mesmo com as ameaças existentes conforme as relatadas anteriormente a desapropriação das áreas enfrenta toda sorte de empecilhos.

Quanto à forma de luta pela terra não visualizamos os Quilombolas Kalunga acampados às margens de rodovias ou ocupando latifúndios. A forma de luta dos Kalunga não se sustenta nesse tipo de embate, mas, sim, na identidade territorial, no sentimento de pertencimento e no sagrado, formando a base da (Re)Existência consolidada do território quilombola. Para Bonnemaïson e Cambrezy (1996) apud Haesbaert (2012, p. 72), “[...] a ligação dos povos tradicionais ao espaço de vida era mais intensa porque além de um território fonte de recursos, o espaço era ocupado de várias formas através da apropriação simbólico-religiosa”. Esse sentimento de pertencimento ligado ao sagrado e aos símbolos existentes no Território

Quilombola Kalunga é o diferencial que faz desse espaço algo essencial para a manutenção do modo de vida dos camponeses quilombolas.

Engana-se, portanto, quem pensa que essa forma de organização dos Povos Tradicionais é desprovida de qualquer prática política. Para Bourdieu (2002, p. 2001), “[...] o campo religioso assemelha-se bastante ao campo político, o qual, apesar de sua tendência ao fechamento, permanece submetido ao veredito dos leigos”. Nesse sentido, entendemos que a prática política do campesinato quilombola não se concentra apenas nas reconhecidas lutas como as travadas pelo Movimento Negro no Brasil ao longo das últimas três décadas. Ela está presente também nas práticas religiosas, nas relações de parentesco e, principalmente, na identidade que permite a territorialidade e a continuidade do modo de existir do camponês Kalunga.

O campo religioso e a identidade territorial estão para a Comunidade Quilombola Kalunga e representa, na (Re)Existência, o mesmo que os acampamentos e as ocupações de latifúndios para os Movimentos Camponeses. Nele, ocorre todo o movimento no campo político, algo necessário e fundamental para qualquer Comunidade Camponesa, seja quilombola, indígena, faxinalense e outras.

Nesse contexto, o reconhecimento das Comunidades Quilombolas como núcleos camponeses não as desqualifica e nem as desmerecem em relação a luta pela liberdade travada em momentos passados. A história do campesinato em qualquer época e espaço se caracteriza pela busca permanente do acesso a terra e o domínio dos poucos bens de produção, enfim, a luta permanente pela vida. Esse debate se faz importante, pois são nas lutas diárias que o campesinato, sejam eles Quilombolas, Indígenas ou Assentados da Reforma Agrária, conseguem avançar em suas reivindicações, visando o acesso à terra e a garantia de condições para reprodução de suas práticas socioculturais.

Como ocorre na maioria das Comunidades camponeses, o Povo Quilombola Kalunga é formalmente representado por uma única entidade desde 2000, a Associação Quilombo Kalunga (AQK). A diferença entre as associações e os movimentos sociais camponeses está, principalmente na forma de representatividade. No modelo associativo, as ações dos associados devem estar em consonância com o estatuto que rege a entidade. Nos Movimentos Camponeses ao contrário são regidos pelo conjunto de regras informais semelhantes a um código de ética.

Enquanto os camponeses ligados aos movimentos sociais atuam com representações informais na luta pela disposição de políticas de desenvolvimento territorial, os Quilombolas

Kalunga trilham pelo caminho da formalidade via associação. Essa prática limita as ações haja vista que a representatividade ocorre por meio de um pequeno grupo de pessoas, não envolvendo a totalidade dos representados. Mas, ao mesmo tempo, deixa evidente que a forma de luta do Povo Kalunga é pautada nas tradições construídas em seu território, como as religiosas, a identidade, o pertencimento e os laços de parentesco.

A exemplo de outras representações associativas camponesas, a Associação Quilombo Kalunga tem cumprido inúmeros papéis na Comunidade, inclusive obrigações que são responsabilidade do Estado, a exemplo da distribuição de cestas básicas. Ao assumir várias responsabilidades que caberia ao poder público, levada pela ineficiência das políticas territoriais, a associação acaba por descaracterizar a representatividade que justifica sua existência. As ações em quais a associação necessita centrar esforços estão na luta por melhores escolas, serviços de saúde, infraestrutura, segurança alimentar etc. Para Oliveira (2010, p. 44):

Diante do processo de descentralização das responsabilidades do Estado, as associações acabam assumindo um lugar exponencial na intermediação deste com a sociedade civil local. Assim, por meio de um associativismo autônomo é possível que o grupo social exerça o papel de fiscalizador e reivindicador perante as instâncias governamentais.

Assumir o papel do Estado em várias questões não é o direcionamento mais adequado às organizações representativas da sociedade, mas torna compreensível a partir do momento em que as necessidades se transformam em prioridades na vida das pessoas, como ocorre na negação de várias políticas públicas no Território Quilombola Kalunga.

Desviar o foco engessa o trabalho político dos membros do conselho diretivo da associação, que ocupam mais tempo substituindo as deficiências do poder público que fortalecendo a luta pela consolidação do território. A prática política necessária nas lutas empreendidas pelos quilombolas acaba por ocorrer de forma desordenada diante das necessidades que se constata na Comunidade Quilombola Kalunga. O resultado se vê na dificuldade em mobilizar a Comunidade na luta pela garantia de seus direitos básicos.

Nesse sentido as atividades realizadas pelas Universidades Públicas no Território Quilombola Kalunga possuem importância fundamental, pois visibilizam as demandas da população, possibilitando que as políticas públicas necessárias à existência da comunidade caminhem mais rápido, de forma a atender às necessidades da população local. Necessita, portanto, que os projetos de extensão universitária possa caminhar em consonância com as demandas colocadas pela população junto a associação, fazendo com que as pesquisas universitárias se traduza em produtos concretos à comunidade.

Nesse rol de políticas públicas necessárias ao desenvolvimento territorial encontra a Assistência Técnica e Extensão Rural de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ao assumir a responsabilidade em dispensar essa política pública aos Quilombolas através do Programa Brasil Quilombola, o MDA apontou para a melhoria e o aprimoramento nas ações que promovesse o empoderamento das Comunidades através de soberania alimentar. Em diversas Comunidades espalhadas pelo Brasil foram contratadas empresas para a prestação da Ater, com metodologias e práticas diferenciadas de outras Comunidades camponesas.

Na Comunidade Kalunga somente em 2012 foi aberta uma Chamada Pública com esse objetivo, que não teve o êxito necessário e desejado em função de diversos fatores que estarão em discussão nos três capítulos seguintes. Os problemas observados na contratação de entidades públicas ou privadas para a prestação do serviço de Ater nas Comunidades camponesas estão na reprodução dos mesmos vícios verificados ao longo da história da extensão rural no Brasil, ou seja: o emprego de metodologias inadequadas aos camponeses.

4 DA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA A EXPROPRIAÇÃO CAMPONESA: a trajetória da extensão rural no Brasil

O compromisso, portanto, de um profissional da Reforma Agrária que a veja sob esta visão criticada, não pode ser verdadeiro, não pode ser o compromisso do profissional, em cuja ação de caráter técnico se esquece do homem ou se o minimiza, pensando, ingenuamente, que existe o dilema humanismo – tecnologia. E, respondendo ao desafio do falso dilema, opta pela técnica, considerando que a perspectiva humanista é uma forma de retardar as soluções mais urgentes. O erro desta concepção é tão nefasto como o erro da sua contrária – a falsa concepção do humanismo –, que vê na tecnologia a razão dos males do homem moderno. E o erro básico de ambas, que não podem oferecer a seus adeptos nenhuma forma real de compromisso, está em que, perdendo elas a dimensão da totalidade, não percebem o óbvio: que humanismo e tecnologia não se excluem. Não percebem que o primeiro implica a segunda e vice-versa. Se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa. (PAULO FREIRE 2013, p. 129).

O processo de transferência de tecnologia agrícola dos Centros de Pesquisas Americanos aos camponeses brasileiros iniciou-se na década de 1940, com a chegada do serviço de assistência técnica e extensão rural, introduzido no país por meio do convênio firmado entre o Governo de Minas Gerais e a Fundação Rockefeller⁷⁰. O objetivo era transferir aos agricultores brasileiros as tecnologias agrícolas, dentro do ideário americano de disseminar os produtos de suas indústrias para o mundo, visando à produção de *commodities* para exportação e, conseqüentemente, o aumento do consumo de produtos procedentes de suas empresas. Na década de 1950, o serviço expandiu-se para a maioria das unidades federativas através da criação da Agência Brasileira de Crédito Agrícola e Assistência Rural (ABCAR), que congregava todas as agências estaduais existentes ou criadas a partir daquela data. Para Peixoto (2008, p. 18):

No contexto da polarização política, econômica e militar da Guerra Fria, a criação das associações deveu-se, sobretudo, a incentivos da Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Social e Econômico (AIA) entidade filantrópica ligada à família Rockefeller, então muito próxima do governo americano. A primeira ACAR foi criada em Minas Gerais, em 06/12/1948, depois de gestões de Nelson Rockefeller junto ao governo mineiro. Juscelino Kubitschek, baseado nos bons resultados obtidos pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) -MG, assinou em 1954 um acordo com o governo norte-americano e criou o Projeto Técnico de Agricultura

⁷⁰ Criada nos Estados Unidos em 1913, a Fundação Rockefeller define sua missão como sendo a de promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, ao ensino, a pesquisa e a filantropia. É uma associação beneficente e não governamental, que utiliza recursos próprios para realizar suas ações em vários países do mundo.

(ETA), visando uma cooperação técnico-financeira, para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a coordenação nacional das ações de extensão rural. Diversos escritórios (ETAs) foram criados em cada estado, nos anos seguintes, tendo em muitos casos sido os embriões de cada ACAR no respectivo estado.

A criação da ACAR/MG, em 1948, foi uma demonstração do apoio do Estado brasileiro às propostas de política externa do governo estadunidense. Tinha o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, inserindo-a nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. O serviço de assistência técnica e extensão rural foi implantado como um serviço privado ou paraestatal com apoio de entidades públicas e privadas. Fonseca (1985, p. 59), faz o seguinte relato sobre a chegada da extensão rural no Brasil:

Na história da assistência técnica e extensão rural no Brasil, 1948 significa o início dos serviços institucionalizados de extensão rural, melhor dizendo significa o resultado das conversações e convênios realizados entre Brasil e Estados Unidos que culminaram na implantação de Programa Piloto de Santa Rita do Passa Quatro, no Estado de São Paulo, e na fundação da ACAR – Minas Gerais, através do mensageiro especial da missão americana no Brasil, o Sr. Nelson Rockefeller. As visitas do Sr. Rockefeller, e conseqüentemente a fundação da ACAR, entretanto só podem ser compreendidas em função dos acontecimentos pós década de 1930, que marcaram importantes mudanças compreendidas no contexto da política interna brasileira, como também no cenário da política externa.

Inicialmente a extensão rural no Brasil assumiu um caráter estritamente educativo, focando suas ações na melhoria das condições nutricionais, higiênicas e sanitárias das famílias rurais. Nesse contexto inúmeras políticas foram implementadas visando a melhoria da unidade familiar rural, aproveitando da condição de excluídos imposta pela classe hegemônica que já naquela época dominava o campo brasileiro. Para Fonseca (1985, p. 25):

[...] o projeto educacional da extensão rural no Brasil teve duração de vinte anos (1948-1968). A partir de então, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural começou a passar por transformações que culminaram na criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), cuja a necessidade de implantação baseia-se no atendimento às necessidades de expansão do sistema produtivo brasileiro.

Nesse sentido algumas questões saltam ao debate, como por exemplo a serviço de quem e com quais objetivos a extensão rural focou suas forças em educar a família rural brasileira? Quais os resultados desse trabalho? As respostas a essas questões estão diretamente ligadas a preparação da família rural para a segunda fase que seguiu na década de 1970, com a chegada dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

Para Freire (2013, p. 46), “não há educação neutra, todo movimento educacional está imbricado de alguma intenção política”, ou seja, serve a alguma situação prática. Nesse sentido,

o caráter educativo da extensão rural no Brasil possuía a clara intenção de dominação de classe, preparando o camponês para o processo expropriatório que seguiu a partir do final da década de 1960, com a implantação dos programas de desenvolvimento regionais, ligados aos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), a exemplo do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO)⁷¹.

As técnicas aplicadas pela extensão rural nas Comunidades Camponesas traziam em seu bojo objetivos claros e muito bem definidos, em especial após a Segunda Guerra Mundial, quando a necessidade de expansão do capital americano intensificou-se, principalmente na área de química agrícola e máquinas. Essa realidade passava necessariamente pela busca de novos mercados em países onde a base produtiva ainda não havia agregado elementos que pudessem concorrer com as necessidades de mercado apresentado pelas agroindústrias e capital financeiro dos EUA. Ademais, o governo brasileiro apresentava as condições políticas e ideológicas necessárias para que se promovessem as transformações propostas no campo. A consecução das técnicas da Revolução Verde no campo passava prioritariamente pela necessária expropriação camponesa nas mais variadas formas.

A expropriação patrocinada pelas políticas extensionistas desde seu início foi feita de forma sutil e planejada. As ações foram travestidas de um caráter social, em que os benefícios produzidos visavam à melhoria na qualidade de vida da família rural. Como extensionista, destaco que nunca fizemos os questionamentos necessários acerca das reais intenções da política extensionista, pois acostumamos a aceitar que os discursos extensionistas falem por eles mesmos, ou seja, que as suas verdades sejam aceitas pela sociedade e validadas pelos camponeses sem quaisquer questionamentos ou contradições.

As contradições existentes no campo durante todas as fases da extensão rural nunca fizeram parte da preocupação extensionista. Segundo Prado (2001, p. 52), “os conflitos existentes no campo nas décadas de 1960/1970, nunca apareciam nos planos de extensão rural”, demonstrando a real intenção de sua estatização e fortalecimento no período. Os problemas concretos sob os quais viviam as famílias rurais brasileiras estavam distantes dos planos extensionistas. A realidade do campo brasileiro deveria ser mudada, e, nesse caso, negando

⁷¹ O POLOCENTRO foi o principal programa de desenvolvimento regional do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1975-79, criado pelo Decreto 75.320 de 29/01/1975. Seus objetivos eram a ocupação de forma racional e ordenada das áreas centrais do Brasil, incorporando grandes extensões de terras a lógica do capitalismo agrário. As áreas de atuação do POLOCENTRO abrangiam os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e as regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Alto e Médio São Francisco e Vão do Paracatu, no estado de Minas Gerais.

conflitos existentes e promovendo as condições necessárias para que os territórios camponeses, a exemplo do Cerrado, fossem incorporados à lógica da agricultura comercial, em detrimento das famílias *trabalhadoras da terra* e habitantes nesses espaços.

Aprofundar no caráter expropriatório da extensão rural é compreender como esse movimento político está atrelado a uma série de outras políticas que resultou na expulsão do camponês de seu território de vida, ao passo que a política extensionista se aperfeiçoava para atender as necessidades do capitalismo no campo. “Como pode uma política que elegeu os pequenos agricultores como público beneficiário prioritário de suas ações admitir prudentemente sua expropriação e expulsão do campo?” Prado (2002, p. 63).

Ocorre que interessava às forças hegemônicas (capital agroindustrial e financeiro), que aportaram no campo a partir da década de 1960, era a disponibilidade de terras a qualquer custo, o que custou o espaço de vida de milhões de brasileiros. Esse processo exigia que o governo disponibilizasse uma série de serviços (crédito, infraestrutura e logística, pesquisa e etc.), para atender as necessidades surgidas com o novo modelo de ocupação do campo. A extensão rural fazia parte desse contexto.

As Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), criadas a partir de década de 1950, já não atendiam mais as necessidades desejadas pelas ações do Estado. O formato jurídico da organização nacional de extensão rural permitia poucas maneiras de interferência do governo central na utilização do serviço como base para o avanço dos programas de desenvolvimento rural que posteriormente foram implantados, visando a expansão do capitalismo no campo. Ao Estado era necessário a estatização por inteiro da extensão rural, tendo em vista que a junção dessa com a pesquisa agropecuária seria necessário na busca de um país exportador de *commodities* agrícolas, situação que seria alcançada nos anos seguintes através da implantação dos grandes programas de desenvolvimento regional, prioritariamente na região do Cerrado.

Em 1974, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), subordinada ao Ministério da Agricultura, consolidando a estatização do serviço de extensão rural no Brasil. A criação da EMBRATER insere-se num contexto em que o capital internacional iniciava a expansão de suas práticas agrícolas no país, culminando com a apropriação dos Territórios Camponeses, especialmente nas áreas de Cerrado.

Os Programas de Desenvolvimento Regionais gestados pelo governo nos anos seguintes, como por exemplo, o POLOCENTRO, fundamentou sua expansão em obras de

infraestrutura, no crédito rural subsidiado, nas ações da pesquisa agropecuária e extensão rural, que, atuavam em várias frentes para consolidar a expansão do agronegócio. A criação de entidades públicas⁷² de apoio às atividades agrícolas exemplifica a atuação do Estado na formação e expansão das grandes fazendas de criação de gado bovino e cultivo de grãos, especialmente o milho e o soja, cultivadas por agricultores oriundos principalmente do sul do país, que tiveram as condições necessárias para ocupar grandes áreas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Para Cleps Junior, (1998, p. 139):

[...] a concepção dos programas oficiais, a exemplo do POLOCENTRO, foi a de dar prioridade à seleção de colonos com alta probabilidade de adotarem as tecnologias propostas, visto que a maioria dos mutuários era oriunda dos estados do Sul do Brasil. Ao lado das grandes vantagens concedidas aos colonos, os quais iam desde os investimentos na aquisição de terras, levantamento e demarcação, correção e conservação dos solos com insumos, financiamento de equipamentos de irrigação e máquinas, construções de infraestrutura nas glebas de terras, o programa realizou investimentos em obras de infraestrutura regional e de apoio à comercialização agrícola, tais como em estradas, energia, armazenagem, saúde, educação, entre outras.

Aos camponeses habitantes das extensas áreas do Cerrado pouco restou além dos fundos dos vales, onde passaram a viver em pequenas áreas sujeitos a outros tipos de exploração e submissão, convivendo com a expropriação dos recursos naturais, com a contaminação dos recursos hídricos e toda sorte de dificuldades. Foram vítimas da uma segunda expropriação nas décadas de 1980/1990, quando os grandes reservatórios de água para produção de energia elétrica ocuparam os vales do Cerrado.

À pesquisa agropecuária coube o papel de desenvolver as tecnologias necessárias como a adequação dos solos do Cerrado às práticas agrícolas e a adaptação das variedades principalmente de soja e milho às condições climáticas e pedológicas da região⁷³. Ocorre que as espécies que não eram exóticas (como o milho) já haviam tido um amplo processo de melhoramento genético, tornando-as mais dependentes de adubos e venenos utilizados em todo ciclo produtivo. Ademais, a monocultura em qualquer que seja as condições ambientais, leva

⁷² Em Goiás foram criadas ou fortalecidas na primeira metade da década de 1970 as seguintes empresas com atuação no campo: Companhia de Armazéns e Silos de Goiás (CASEGO), Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA), Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO), Empresa Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Paralelo a criação dessas empresas tivemos vários investimentos públicos diretos para incorporar grandes áreas de Cerrado à lógica do capitalismo agrária. Citamos como exemplo em Goiás os Projetos de Irrigação Rio Formoso em Formoso do Araguaia (atualmente no estado do Tocantins) e Projeto de Fruticultura em Alto Paraíso. Em Minas Gerais o Projeto Jaíba é o PRODECER são exemplos clássicos desse momento.

⁷³ À frente dessas pesquisas podemos destacar a EMBRAPA, o Programa Integrado de Pesquisas Agropecuárias do Estado de Minas Gerais (PIPAEMG) – Hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais (EPAMIG) e a Empresa Goiana de Pesquisas Agropecuária (EMGOPA). Um dos principais desafios dessas empresas foi adaptar as variedades de soja às condições agroambientais do Cerrado, dentre elas a resistência a baixos índices pluviométricos, a fertilidade artificial dos solos e a alta luminosidade. O sucesso foi tamanho que atualmente as áreas do Cerrado produzem a metade dos grãos brasileiros.

inexoravelmente a uma relação conflituosa com os víveres nativos, potencializando o uso de venenos mesmo antes da semeadura das grandes lavouras.

A incorporação do calcário rico em carbonato de cálcio e carbonato de magnésio ao solo do Cerrado foi outro ponto fundamental para expansão da monocultura. Os solos do Cerrado em condições naturais não possuem o teor de matéria orgânica desejável à prática da agricultura comercial. Além do mais são ricos em hidrogênio e alumínio, que deixam a solução do solo naturalmente ácida e tóxica, especialmente às plantas não adaptadas ao ambiente. Essa acidez faz com que os principais nutrientes presentes no metabolismo das plantas (exóticas ao ambiente), formam compostos insolúveis e conseqüentemente sem condições ideais de serem absorvidos pelas plantas. A adição de calcário possibilita que o alumínio (Al^{3+}) e o hidrogênio (H^+), sejam imobilizados através da formação de compostos químicos com o carbonato presente no calcário, ficando os demais nutrientes disponíveis às plantas.

Para que a agricultura comercial tivesse o mínimo de condições de desenvolver-se nas chapadas do Planalto Central, foi necessária a adequação das bases químicas do solo às exigências das monoculturas que passariam a dominar a paisagem a partir de então. O financiamento público dessas práticas constava nos programas de desenvolvimento no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava dentre outros a modernização da agricultura no Cerrado.

O avanço da agricultura comercial ocorria concomitante com a expropriação da propriedade camponesa. A presença de grandes grupos econômicos que passaram a utilizar a terra como reserva de valor, fizeram com que o campo fosse a “bola da vez” na sanha de acumulação do capitalismo. O apoio oficial com crédito farto era tudo que os agricultores vindos do sul do país e os grandes conglomerados financeiros desejavam para consolidar uma nova forma de relação com a terra nas áreas do Cerrado. Somamos ao crédito, o apoio com obras de infraestrutura que possibilitavam o escoamento das grandes safras de grãos, que cresceram junto com o rebanho bovino destinado preferencialmente a produção de carne destinada ao mercado externo.

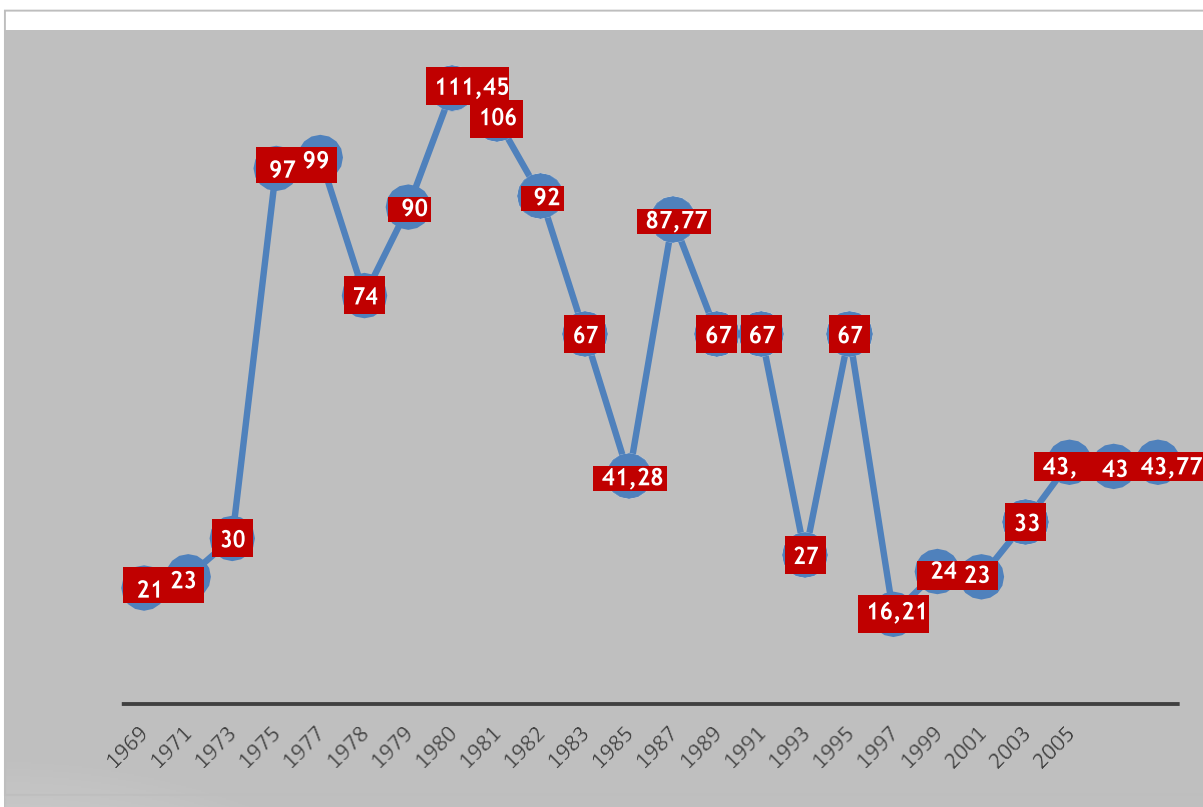
As ações eram desenvolvidas visando única e exclusivamente ao atendimento das necessidades criadas com a nova modalidade de ocupação do Cerrado. Para Mendonça (2004, p. 195), “a prioridade na modernização da agricultura tomada como parte do II PND (1975-1970), atendia além da produção de *commodities* para exportação, a produção e comercialização de fertilizantes e venenos, que passaram a ser utilizados em larga escala nas áreas de Cerrado”.

Foi uma modernização às avessas, onde os interesses dos *trabalhadores da terra* não foram considerados em nenhuma das fases da execução dos programas de desenvolvimento.

A extensão rural compareceu nesse contexto segundo Delgado (2012, p. 14), “como parte de um grupo de entidades e serviços criados ou recicladas naquele período”, para exercer um papel fundamental determinado pelo capital internacional, que era de potencializar a produção de *commodities* e assim, aumentar o consumo dos produtos oriundos das indústrias americanas.

Foi um casamento a três, tendo no tripé o crédito rural subsidiado através Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965; a Pesquisa Agropecuária através da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA), criada em 1972; e a Assistência Técnica e Extensão Rural, elevada a política de Estado com a criação da EMBRATER em 1974. O pano de fundo desse momento foi o crédito subsidiado e acompanhado pelas empresas de extensão rural. O gráfico (1) mostra a evolução do crédito rural no Brasil no período de 1969 a 2005, em que consolidou a aliança entre o Estado e os complexos agroindustriais.

Gráfico 1 - Evolução dos recursos destinados ao crédito rural (1969 a 2005)



Fonte: Banco Central do Brasil – 2010. Valores em bilhões de reais

A extensão rural foi partícipe na consolidação desse modelo de desenvolvimento rural implantado no Brasil na década de 1970. Eram através dos projetos técnicos elaborados pelos extensionistas rurais que os agricultores tinham acesso ao crédito rural para o desmatamento, a correção do solo, a compra de equipamentos, de sementes, adubos, venenos dentre outros. A aprovação dos projetos de investimentos pelos agentes financeiros estava por sua vez condicionada a incorporação do “pacote tecnológico” recomendado pelo extensionista, caso contrário não receberiam os recursos pleiteados para o desenvolvimento da atividade produtiva. Essa exigência em si já era suficiente para excluir da atividade os camponeses com baixa capacidade de investimento, pois as práticas agrícolas passaram a exigir segundo a modernização conservadora, a utilização desse pacote tecnológico, além da produção em escala e a utilização do “trabalho assalariado”.

A modernização da agricultura elevou consideravelmente os custos de produção, exigindo cada vez mais a integração entre a produção no campo e os complexos agroindustriais, que passaram a direcionar as atividades agrícolas a partir de então. Essa mudança na matriz produtiva exigia áreas maiores para sua reprodução, e o caminho encontrado foi a expulsão dos *trabalhadores da terra* e a incorporação da *unidade de vida camponesa* a agricultura comercial. Não obtendo retorno em sua atividade, só restou ao camponês a opção de buscar condições de pelo menos “sobreviver” nas periferias das cidades, submetendo ao trabalho estranhado e a toda sorte de discriminação que é peculiar nessa circunstância. “Enquanto uns disputavam o poder de concentrar riquezas e explorar mais e mais a terra e a mão de obra, outros disputavam um lugar ao sol, para poder ter o direito de ser e de viver”. Mendonça (2015, p.7).

As consequências dessa opção foram socioambientalmente drásticas. E piora a cada dia na medida em que as cidades brasileiras esgotam as condições para a *sobrevivência* com um mínimo de dignidade, o que por razões óbvias acreditamos não ser mais possível. Condicionado por essas e outras ações, a expropriação dos territórios camponeses foram se expandindo principalmente na região do Cerrado, com a expulsão de um grande número de trabalhadores de seus territórios de origem.

As tecnologias empregadas no processo produtivo, além de alijar a produção camponesa possibilitavam a utilização de uma pequena quantidade de mão de obra, e mais, com qualificação alheia aos *saberes/fazeres* tradicionais. As máquinas substituíram os *trabalhadores da terra*, ao passo que os recursos naturais foram/são apropriados e incorporados a lógica do capital, realizando o lucro onde antes existia vida comunitária. Para Mendonça (2015, p. 8):

Agora, como mercadorias são subordinadas aos ditames do mercado que não estabelece limites e não conhece nenhuma outra lógica que não seja a de ampliar, significativamente, as condições de geração do lucro. Não importa se os solos estão sendo mortos, se há trabalho escravo, se as águas estão sendo contaminadas e se os trabalhadores estão a cada dia mais empobrecidos.

O campo atualmente não lembra em nada a *unidade de vida camponesa* de antes da década de 1970. A técnica dominou as atividades produtivas ao ponto da robotização utilizada pela agricultura de precisão substituir os poucos trabalhadores que ainda restam nos espaços agrícolas. Chegamos ao século XXI liderando a produção de várias *commodities* agrícolas, dentre elas a soja, o milho, o algodão, a carne bovina e avícola. Mas essa prática nos legou também a liderança no consumo de veneno agrícola, na intoxicação e morte de trabalhadores e na exploração do trabalho escravizado.

À extensão rural coube trazer ao campo brasileiro nas décadas de 1960-1990, as técnicas que possibilitaram a modernização conservadora da agricultura, materializada na consolidação e expansão da monocultura. Na modernização das práticas produtivas os pacotes tecnológicos da Revolução Verde adentraram ao campo com o discurso de salvação da lavoura. Rapidamente os efeitos foram sentidos pelos camponeses, com a apropriação dos recursos naturais, redução dos espaços de vida e o aumento da violência no campo. Os conflitos por terra e água se espalharam pelo Cerrado, especialmente em Goiás, chegando ao ponto de em “nome da eficiência produtiva privilegiar a irrigação da lavoura em detrimento do consumo humano e animal”.

O trabalho da extensão na transformação do rural em agrícola trouxe efeitos imediatos, pois as técnicas de comunicação e persuasão possibilitavam que a família camponesa despertasse de forma rápida para o consumo de produtos industrializados. Segundo Fonseca (1985, p. 91), “A família era a unidade sociológica sobre a qual os projetos de ensinar a ajudar a si mesmo deveriam surtir efeitos”. Para a autora essa técnica promovia a condenação em série das práticas produtivas, *saberes/fazeres*, alimentação e cultura da família rural. Um bom exemplo da mudança nos hábitos alimentares da população rural, foi o óleo de soja que ganhou espaço em relação a gordura de porco na culinária camponesa⁷⁴.

A captura dos *saberes/fazeres* camponeses e sua expropriação era um dos papéis legados a extensão rural, que, para atingir o intento atuava em várias frentes, desde a técnica produtiva

⁷⁴ Para Cleps Junior (1998, p. 88): “As mudanças de hábitos de consumo – principalmente do óleo de cozinha – e no aumento da demanda de outros produtos derivados, como o farelo utilizado na ração animal, foram os grandes responsáveis pela expansão da soja no Cerrado”.

até a economia doméstica, onde o moderno era integrar as famílias camponesas ao modelo de consumo urbano. Era apresentada às famílias uma série de produtos, enfatizando as necessidades de sua adoção nas atividades diárias, quer no espaço produtivo ou no espaço doméstico. Esse raciocínio segundo Fonseca (1985, p. 94):

[...] se expressava numa negação do saber próprio dos agricultores e justificava-se a presença de programas educacionais no meio rural como um instrumento redentor de suas carências, capaz de alimentá-lo, informá-lo, curá-lo e integrá-lo ao mundo da produção e do consumo.

Para alcançar esses e outros objetivos a extensão rural assumiu inclusive o papel de educação rural, em que a transmissão de conhecimentos técnicos era a maneira inicial do trabalho extensionista junto às Comunidades Camponesas. E nesse contexto as mudanças caminhavam sempre para a negação do saber camponês.

Podemos afirmar que houve por parte da extensão rural praticada no Brasil uma verdadeira descaracterização cultural da vida camponesa. Ao camponês foi imposto um modelo produtivo insustentável para a sua permanência nas pequenas propriedades rurais. Seu propósito era somente atender diretamente a sanha do capital financeiro no campo, aumentando o lucro das transnacionais, muito diferente dos objetivos cultivados nas *unidades de vida camponesas*.

Assim, alguns objetivos específicos, dentre eles inserir no bojo do campesinato as condições necessárias à expulsão dos camponeses de suas terras, foram levados adiante no campo. As metodologias utilizadas no trabalho extensionista em nada contribuíram para a consolidação dos saberes locais, servindo conforme Fonseca (1985, p. 102) “[...] para permitir o encontro dos agentes do capital com lavradores e agricultores responsáveis diretos, no sistema econômico pela produção agrícola”. O resultado foi a subjugação do trabalho, a expropriação⁷⁵ e a expansão das relações de exploração capitalista no campo”.

Em momento algum os programas educativos colocavam em discussão as reformas estruturais necessárias, como por exemplo, a Reforma Agrária que permite uma nova realidade nas relações de poder no meio rural. As ações eram pensadas para promover a expropriação e garantir a territorialização do capital financeiro no campo brasileiro, em especial no Cerrado.

Ao incorporar essas características a extensão rural mostrava que a metodologia utilizada pelo extensionismo não era adequada aos camponeses brasileiros. O processo ocorria

⁷⁵ A expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode reproduzir, à custa do trabalho. Não há capitalismo sem a subjugação do trabalho.

de fora para dentro, e aos camponeses cabiam apenas absorver os conhecimentos trazidos pelos extensionistas e aplicá-los na propriedade. A Revolução Verde e sua carga tecnológica consolidava-se no campo brasileiro sobre a “batuta” dos extensionistas rurais. Para Schmitz (2010, p. 113) “[...] o interesse maior, além da estratégia ideológica, era a fundação de um complexo agroindustrial, especialmente a criação de um mercado consumidor para máquinas, fertilizantes e agrotóxicos ainda inexistente no Brasil”.

A extensão rural foi um dos principais instrumentos públicos utilizados na modernização conservadora da agricultura entre as décadas de 1950 a 1980⁷⁶. Nesse período, pautou sua metodologia principalmente no acesso ao crédito agrícola e na disseminação de técnicas estranhas ao mundo camponês (difusionismo), submetendo-o à expropriação imposta pelo capital internacionalizado.

O modelo extensionista praticado no Brasil ao longo de seis décadas, mesmo que se identifique como educadora é caracterizada segundo Freire (1983, p. 58) “como ações que transformam o agricultor em objeto e não coadjuvante das ações educativas de caráter libertador”. Nesse sentido, afirma o Professor, “[...] a concepção educativa que defendemos gira em torno da problematização homem-mundo. Não em torno da problematização homem isolado do mundo, mas da relação indicotomizável que estabelece entre eles. Freire (1983, p. 23)”. Segue o Professor Paulo Freire:

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1983, p. 16).

Ao contrário dessa premissa, os extensionistas sempre assumiram perante aos camponeses a condição de detentores do conhecimento, ao passo que o camponês, a de agente passivo que deveria adotar todas as orientações ditas “modernizantes” por eles recomendadas. Essas orientações eram compostas de um pacote tecnológico que incluía, além da negação dos saberes/fazeres tradicionais, a utilização de venenos, adubos e organismos geneticamente modificados. Sosa et al. (2013, p. 67) chama essa prática de “extensionismo tradicional, ou seja, orientado para o mercado e os lucros, baseados em receitas e pacotes tecnológicos projetados de forma igual para todos os lugares, desvinculado das necessidades, elementos culturais e

⁷⁶ Nesses trinta anos a modernização conservadora da agricultura já estava totalmente consolidada no Brasil. O crédito rural, as tecnologias importadas, a extensão rural e a expropriação dos territórios camponeses eram perceptível no aumento dos conflitos pela terra e pelo crescimento desordenado da população urbana.

conhecimentos locais”. Um modelo verticalizado, homogêneo e expropriador das práticas culturais.

A opção pela grande propriedade era evidente nas publicações da Agência Brasileira de Crédito e Extensão Rural (ABCAR), na década de 1970, enfatizando as vantagens do latifúndio em adotar as tecnologias preconizadas pela extensão rural:

Face a essas circunstâncias determinantes da existência do minifúndio – baixo coeficiente de rendimento econômico, péssimas condições sociais e baixíssimos coeficientes de rendimento agrícola por hectare, a ocorrência do minifúndio no Brasil – 78, 5% dos imóveis – é muito mais grave que o próprio latifúndio. Isto porque os instrumentos disponíveis para promover os latifúndios a empresas rurais são mais eficazes que quaisquer instrumentos de que disponham para dar aos imóveis minifundiários as condições de rentabilidade de uma pequena empresa rural (ABCAR, 1970, p. 68).

O apoio ao latifúndio em detrimento da *unidade de vida camponesa* representava o caminho que o governo brasileiro escolhera para que as políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural trilhassem a partir da década de 1970. Construir a ideia da inviabilidade da pequena propriedade rural foi o caminho mais curto para a *limpeza* do campo e a territorialização do capital, que se apropriou de grandes extensões de terras como forma de especulação. Ao Estado coube o papel de disponibilizar tecnologia, crédito, infraestrutura e segurança jurídica, já que os camponeses expropriados reagiram e foram massacrados na busca de seus direitos. Na linha de frente não estava apenas a extensão rural, mas um conjunto de políticas públicas meticulosamente pensadas para modernizar o campo brasileiro.

Não podemos negar que a extensão rural cumpriu bem o papel a ela determinado na modernização conservadora da agricultura brasileira ao longo das cinco décadas de sua implantação no Brasil. Para Fonseca (1985, p. 96) “[...] a extensão rural foi um instrumento capacitado para garantir que o homem rural entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado”. O sucesso foi total. Só não contávamos que nossas práticas voltassem com o mesmo caráter expropriatório com que a impomos aos camponeses brasileiros. A expulsão dos camponeses de suas terras e conseqüentemente a consolidação do agronegócio levou a dispensa dos serviços extensionistas que antes fora o sustentáculo da modernização no campo. Não restou outro caminho à extensão rural a não ser buscar outras práticas que garantisse a sua permanência como política pública. A anunciada crise bateu em nossas portas no início da década de 1990.

4.1 Da crise à busca de opções: os caminhos da extensão rural após 1990

A crise pela qual passa a extensão rural atualmente teve seu marco com o fim da EMBRATER, que coordenou os trabalhos da extensão rural até 1991, quando foi extinta na “reforma de governo” proposta pelo Presidente Fernando Collor de Mello. Sem a coordenação nacional, as empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural passaram a conviver com restrições orçamentárias que dificultaram o desempenho de suas funções. Algumas foram extintas, enquanto outras foram incorporadas aos órgãos de pesquisa ou defesa agropecuária.

O Estado brasileiro ficou órfão das práticas extensionistas que muito colaboraram para a modernização conservadora da agricultura e suas consequências. A necessidade de um serviço de extensão rural que atendesse a realidade do camponês continuou latente, e passou a fazer parte das bandeiras de lutas dos Movimentos Camponeses nas décadas seguintes.

Na segunda metade da década de 1990, houve um crescimento significativo das reivindicações camponesas na busca por melhores condições de crédito e avanços na Política de Reforma Agrária. O momento fez com que o governo brasileiro tomasse algumas medidas para reduzir a pressão social coordenada pelos Movimentos Camponeses. Tivemos uma sensível aceleração na Política de Assentamentos Rurais, principalmente nas regiões Norte e Centro Oeste, além da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996.

A disponibilidade de crédito por meio do PRONAF significou também o aumento das demandas pelos serviços de assistência técnica e extensão rural, pois o acesso ao crédito continuava condicionado a elaboração do projeto de investimento elaborado preferencialmente pelos técnicos da extensão rural. A realidade constatada nesse momento foi que as instituições estaduais de extensão rural não dispunham de condições para fazer frente às demandas que ora se apresentavam, pois além de sucateadas não dispunha de orientação metodológica adequada ao trabalho com agricultores familiares⁷⁷. Os camponeses começaram então a pagar pelos serviços de Ater através da contratação de empresas privadas⁷⁸ para assistir principalmente os camponeses assentados da Reforma Agrária.

⁷⁷ O termo “agricultura familiar” foi agregado ao mundo rural na tentativa de substituir o termo “agricultura camponesa” utilizada pelos Movimentos Sociais de Luta Pela Terra. Desde então passou a fazer parte dos textos oficiais referentes a pequena propriedade rural.

⁷⁸ Sobre os modelos público ou privado de extensão rural dedicaremos uma seção no Capítulo 5 dessa pesquisa.

As empresas contratadas especialmente pelo INCRA, inseriam nos projetos técnicos de financiamento um valor significativo como título de serviços de Ater, que incluía além da elaboração do projeto técnico a assistência técnica por um determinado período. Essa prática colaborou para o aumento do endividamento dos camponeses assentados, pois as deficiências na prestação dos serviços de Ater tornaram inviável grande parte dos projetos produtivos financiados.

A década de 1990 no Brasil caracterizou-se pela consolidação do neoliberalismo, que tinha como prática a criminalização dos movimentos de luta pela terra, prejudicando o avanço de qualquer política pública destinada a promoção da autonomia camponesa. Esses temas só entravam na pauta governamental quando os movimentos camponeses ativos nesse período pressionavam o governo, esse antes de dialogar respondia com leniência aos latifúndios e violência contra os camponeses. Essa postura fechou as portas para qualquer tipo de avanço nas políticas de apoio à agricultura camponesa, incluindo o recém-criado PRONAF, pois a desarticulação da extensão rural impedia que um número maior de agricultores tivesse acesso ao crédito rural.

As poucas experiências em extensão rural que melhor se aproximaram das necessidades camponesas naquele momento foram introduzidas pelos próprios movimentos camponeses, ficando claro que qualquer avanço nessa prática os teria como protagonistas. A exemplo, citamos a criação das Cooperativas de Assistência Técnica e Extensão Rural ligadas aos movimentos camponeses e a captação de recursos públicos dentro do PRONAF para assistir os agricultores ligados aos movimentos. Foi nesse contexto que a agroecologia deu os primeiros passos para consolidar-se como opção tecnológica nas práticas extensionistas, ou seja, quando os camponeses assumiram o protagonismo dessa política. Essa matriz tecnológica obrigou os extensionistas a adotarem outras opções metodológicas.

As experiências que mais se aproximaram das comunidades e grupos de agricultores, tinham um forte apelo às metodologias que garantisse a participação das Comunidades Camponesas no processo. Foram essas organizações, por exemplo, que pioneiramente trouxeram à discussão a prática da agroecologia para o campo brasileiro, e fomentaram a criação de canais alternativos de comercialização, questionando a dependência dos agricultores em relação às agroindústrias.

Isso não significou a inexistência de problemas, como por exemplo, a permanência de práticas difusionistas, a utilização de veneno, produtos transgênicos e a hegemonia de

profissionais com formação em ciências agrárias, com uma visão verticalizada do desenvolvimento rural, focada no produtivismo. Todavia, o momento político apontava que a sobrevivência da extensão rural como política pública de apoio à agricultura camponesa passava necessariamente pela organização promovida pelos camponeses.

Os movimentos camponeses expressavam, para além das suas reivindicações mais imediatas, propostas de novos modelos de desenvolvimento rural, postulando políticas agrícolas diferenciadas para a agricultura camponesa, e condições de melhorias nas bases tecnológicas de produção agrícola, adaptadas às condições das unidades de vida. Muitas críticas foram dirigidas às instituições de Ater públicas naquele momento, cuja forma de atuação não atendia as necessidades dos camponeses, pois centravam esforços apenas na produção, não considerando outras variáveis importantes para a atividade rural.

As críticas, apontadas à extensão rural pública, podiam ser resumidas em três questões fundamentais: a) As metodologias de trabalho, consideradas autoritárias e verticalizadas, sem que fosse garantida a participação dos agricultores nas fases de planejamento e execução do trabalho. b) O público alvo tradicionalmente formado pelos agricultores mais capitalizados e com melhores condições de assimilar e integrar às práticas produtivas as tecnologias inerentes aos pacotes tecnológicos, fato que ao longo da trajetória da extensão rural no Brasil levou a expropriação de muitos camponeses. c) Os pacotes tecnológicos inseridos nas práticas produtivas, por serem totalmente alheio as realidades dos agricultores e causadores de dependência em relação às grandes indústrias de venenos, adubos, ferramentas e produtos geneticamente modificados.

Se atualizarmos essas críticas acrescentaremos a questão da degradação ambiental, a utilização sem controle de venenos, com o crescimento do envenenamento dos trabalhadores rurais e a ocorrência com frequência de trabalho escravo nas empresas rurais modernas. Esses temas estão presentes atualmente nas normas do serviço de extensão rural, mas distantes das práticas extensionistas. Eles compareceram inicialmente na pauta de reivindicações dos movimentos camponeses, até serem incorporados às políticas públicas como o PNATER.

As experiências vividas pelas entidades de extensão rural eram problemáticas, haja vista que a concepção neoliberal do Estado retirou essa política da pauta de prioridades, impedindo inclusive em se pensar na reestruturação do modelo extensionista, adequando-o às práticas preconizadas pelos movimentos camponeses.

Dentre as empresas públicas estaduais de extensão rural que conseguiram avançar na década de 1990, a EMATER do estado do Rio Grande do Sul aparece como destaque, pois direcionou seus esforços para atender exclusivamente a agricultura camponesa, utilizando metodologias participativas pautadas na agroecologia. Dessa forma, garantiu-se além do público beneficiário, orçamento e a permanência como serviço público estatal. Situação diferente ocorreu em estados como Goiás, onde a empresa pública de Ater, foi desestruturada e incorporada à outros serviços extensionistas no campo. Desde 1990 o quadro de servidores da EMATER-GO, luta para reunir condições para a prestação de serviços de Ater, mesmo que as metodologias ainda utilizadas não condizem com a realidade conforme atestou essa pesquisa.

Somado às questões orçamentárias que abateram sobre os serviços de Ater na década de 1990, as metodologias utilizadas e o público alvo também atrapalharam nesse momento. Para Rivera, Qamar e Crowder (2003), apud Peixoto (2009, p. 86): “já estava amplamente comprovado que o modelo tradicional verticalizado e uniforme, característico da extensão rural pública em geral estava longe das exigências dos produtores rurais”. Os debates já pregavam a remodelagem da extensão rural, voltando suas ações à agricultura camponesa. Independente de experiências isoladas que caminhavam rumo a remodelagem da Ater pública, a crise que abateu sobre a extensão rural no início da década de 1990, continuava com efeitos consideráveis sobre as empresas estatais.

A crise experimentada pela assistência técnica e extensão rural no Brasil, excepcionalmente na década de 1990, decorre também da opção em distanciar-se da agricultura camponesa e disputar espaço com o modelo de assistência técnica ligado às empresas fabricantes de insumos agrícolas, do qual podemos suprimir da nomenclatura o termo “extensão rural”. Esse modelo adequado a agricultura comercial trabalha com pacotes tecnológicos fechados, em que o agricultor ao comprar o produto leva junto o acompanhamento técnico. Ademais, continuar incentivando o consumo de venenos e transgênicos não seria o caminho tecnológico adequado a Ater pública, já que essas práticas foram e são responsáveis pela expropriação camponesa experimentada no Brasil, com a chegada do capital financeiro ao campo.

As propostas dos Movimentos Camponeses, embora com algumas diferenças entre si, apontavam para um modelo de extensão rural mais próximo das realidades e demandas camponesas, que respeitasse os *saberes/fazeres* socialmente construídos, e que fossem controlados diretamente pelas entidades representativas dos agricultores. Uma extensão rural

dialógica, conforme nos ensina Freire (2013, p. 51). Essas propostas traduziam o anseio de aproximar a criação do conhecimento rural com as práticas agroecológicas existentes nas *unidades de vida camponesas*, tornando o agricultor agente ativo no processo.

Essas discussões ainda atuais no âmbito do Governo, Academia e Movimentos Camponeses apontam para implementação de metodologias extensionistas onde os próprios agricultores se encarregam de repassar as práticas de sucesso em suas unidades de vida. Esse formato aproxima-se muito da metodologia “*de campesino a campesino*”, empregada por camponeses de alguns países da América Central, especialmente na Nicarágua, México e Cuba. “Esse modelo de extensão rural sustenta-se em princípios agroecológicos, na solidariedade e na inovação. Esse movimento resiste a mercantilização que degrada a ecologia e destrói a terra, a água e a diversidade genética (SOSA, et al, 2013. p. 3)”.

Essa metodologia possui algumas vantagens importantes como a apropriação dos conhecimentos pelos camponeses que se encarregam de repassá-los aos demais, além dos baixos custos de execução, pois os agentes ativos no processo são os próprios camponeses. A redução dos custos nas práticas extensionistas coaduna-se com os problemas orçamentários enfrentados após a década de 1990.

Assim, para manterem em funcionamento e justificar sua existência os órgãos de extensão rural necessitavam e necessitam redefinir seus métodos e metodologias de ação, e isso inclui, por exemplo, a mudança do público a ser atendido e outras bases teóricas que direcionem as práticas das políticas extensionistas rumo aos princípios políticos defendidos pelos Movimentos Camponeses. Essa é mais uma questão que precisa evoluir nas práticas extensionistas brasileiras, pois reiteramos que o distanciamento entre a Ater e os Movimentos Camponeses a levará inexoravelmente ao fim, e nesse caso significará a retirada do orçamento dos mais de R\$ 650 milhões disponibilizados pela Governo no Plano Safra 2014/2015.

Autores como Prado (2001, p. 89), defende ainda que a crise do modelo extensionista brasileiro passa também pelo desmonte do estado desenvolvimentista e as mudanças na regulamentação de determinadas políticas públicas. Para o autor no caso da extensão rural:

Faltou legislação que regulamentasse a obrigatoriedade da prestação do serviço, e assim nem união, estados e municípios foram constringidos na forma da lei a dar continuidade. Certamente com mais recursos, estados e municípios dispõem-se – iam a investir nas empresas extensionistas para melhorar a performance na prestação dos serviços. Como nenhuma legislação foi promulgada nesse sentido as melhorias não ocorreram, como de um modo geral a crise se aprofundou.

Mas essa pesquisa aponta que os problemas da extensão rural no Brasil não podem ser

creditados apenas às crises financeiras e regulatórias pelas quais passaram a experimentar as empresas extensionistas a partir da década de 1990. Acrescenta-se como fator fundamental “o público alvo dos serviços e as metodologias que se apresentaram equivocadas para garantir o desenvolvimento rural pautado na equidade social e na valorização das práticas camponesas”.

Os resultados dessa pesquisa nos permitem afirmar que ainda hoje o trabalho da extensão rural principalmente nas áreas de Cerrado pauta fundamentalmente na aplicação do crédito rural na linha PRONAF, diferente da concepção de extensão rural que discutimos e buscamos construir. Na realidade houve um tempo considerável entre a crise experimentada pela extensão e sua aproximação com os Movimentos Camponeses, e isso só ocorreu pela capacidade dos movimentos em visualizar na extensão rural uma maneira de contribuir com a *(Re)Existência*. Assim a extensão rural passou a fazer parte da pauta de reivindicações dos camponeses, mas com outras perspectivas tecnológicas e práticas metodológicas comprometidas com o desenvolvimento sustentável na agricultura.

Esse comprometimento não passa apenas pelas práticas agrícolas tradicionais, mas pelo planejamento de ações que possam efetivar-se em todas as áreas do serviço público, a saber: saúde, educação, meio ambiente, saneamento, cultura, telecomunicações e outros. Ocorre que as Comunidades camponesas em sua maioria possuem demandas reprimidas, que mesmo com um programa de desenvolvimento territorial com metas direcionadas, não conseguirá em pouco tempo alcançar os resultados desejados. Nas Comunidades rurais as forças potencializadoras das ações encontram barreiras às vezes intransponíveis, dado o caráter excludente das políticas públicas brasileiras. As políticas pensadas para esses territórios deverão fazer parte de um projeto articulado e continuado de ações, cabendo aos movimentos camponeses, órgãos públicos incluindo a Ater a organizações das comunidades para que possam alavancar essas políticas, garantindo o empoderamento desses sujeitos sociais.

Nesse sentido, a visão de um modelo de Ater ideal às Comunidades Quilombolas muda significativamente, necessitando de executores que conheçam o processo de luta e contradições que garantem a existência do território, nesse caso o Território Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás. Entendemos que existe um campo muito amplo a ser explorado pela extensão rural, e, somente um planejamento no longo prazo poderá garantir sua oferta de maneira continuada, atendendo realmente às necessidades das comunidades camponesas tradicionais.

Outro problema que persiste está no fato de que a territorialização da Ater não está colocada na pauta das discussões realizadas pelos planejadores responsáveis por essa política,

inclusive dos Colegiados dos Territórios da Cidadania, instâncias de planejamento das políticas voltadas aos territórios de vida. Até encontramos ações planejadas pelos Colegiados, mas essas não encontram ressonância nas administrações públicas municipais por várias razões que não discutiremos nessa pesquisa. Não vislumbramos a existência de qualquer modelo de extensão rural pensado fora da realidade dos municípios e territórios, e nesse sentido cabe aos Colegiados dos Territórios da Cidadania fazer esse debate e indicar o melhor caminho a seguir, até porque muitas empresas contratadas pelo MDA para a prestação de serviço de Ater não possuem qualquer vínculo com os municípios atendidos.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pelo modelo privado (como a distância territorial), entendemos que a contratação de Ater através de chamadas públicas representou determinados avanços, pois abriu a possibilidade de um serviço de Ater regionalizado, ou territorializado com exigência de ações específicas às Comunidades Camponesas atendidas, conforme defendemos nessa pesquisa. Mas compreendemos também que no cenário político em que vivemos, inúmeras barreiras existem para a consecução desse modelo de extensão, e isso são questões que não estão colocadas pelas instituições de Ater na execução da política extensionista.

Oferecer um serviço pensado com essas características exige a participação ativa dos Movimentos Representativos das Comunidades Camponesas em todas as fases, desde o planejamento, execução e avaliação. Como nos ensina Freire (2013, p. 121): “[...] se a elaboração mesmo que em equipe do programa de assistência técnica sem a participação crítica de como os camponeses percebem sua realidade, inclusive, que esteja a par dos problemas mais urgentes da área -, sua tendência é incorrer em invasão cultural”. Esse é o ponto de partida para pensarmos qualquer ação extensionista principalmente em comunidades tradicionais: evitar que nossas práticas sejam classificadas como expropriadoras dos *saberes/fazer*s.

Entendemos que a Ater sozinha, mesmo territorializada nas diversas Comunidades Camponesas, não seja capaz de viabilizar os processos de empoderamento dos *trabalhadores da terra*. Necessita que junto a ela caminhe outras políticas de desenvolvimento rural, e que só são viabilizadas com a organização das comunidades, algo que a Ater deve somar esforços junto as representações camponesas nos territórios. A apropriação dessas políticas apresenta-se como a maneira mais eficiente de garantir a continuação dos processos produtivos nas *unidades de vida camponesa*.

Nesse aspecto, as políticas públicas de apoio às atividades camponesas necessitam

também serem territorializadas (regionalizadas), para que juntas com a Ater possam fortalecer as relações de produção e comercialização nessas comunidades. Estamos falando da comercialização direta do produtor aos consumidores em espaços com as feiras agroecológicas (existentes prioritariamente em função de iniciativas ligadas aos Movimentos Camponeses), e das políticas públicas de aquisição de alimentos a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁷⁹. Esses programas sinalizam para a autonomia dos processos produtivos na agricultura camponesa, na medida que asseguram formas de comercialização mais justas aos camponeses. Assim a produção pode ser potencializada, melhorando a renda, a fixação do camponês na terra e garantindo a soberania alimentar.

4.2 Entre a PNATER e a ANATER: avanços e retrocessos

A busca de outras opções metodológicas para a extensão rural permeou todas as discussões dessa política desde o início da década de 2000, e mesmo assim caminhamos pouco no aprimoramento das metodologias necessárias a extensão rural no Brasil. Os avanços que vislumbramos nesse período não lograram o êxito desejado em função de fatores como a resistência em mudar antigas práticas associadas à orientação política dada as questões camponesas no período. O avanço, que não foi nas práticas extensionistas foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 1999 e o lançamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER 2004) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER) em 2010. Trazer para o MDA a política de extensão rural foi um avanço no sentido de aproximar as discussões e o planejamento com os Movimentos Camponeses, que conseguem dialogar mais efetivamente com o MDA em relação ao Ministério da Agricultura.

Não menos importante foi a realização pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do I Seminário de Assistência Técnica e Extensão Rural em 1997. No seminário estiveram reunidos governo, organizações não governamentais e movimentos camponeses na busca de alternativas que pudessem reintegrar a extensão rural a agricultura

⁷⁹ Os Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), administrados respectivamente pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Educação adquirem diretamente dos camponeses os alimentos destinados às escolas, hospitais, creches, entidades filantrópicas etc. No caso do PNAE, a Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009, determina que as escolas adquiram no mínimo 30% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar.

brasileira, dessa vez com ações voltadas a agricultura camponesa. Politicamente o país estava vivendo momentos de intensos conflitos entre os Movimentos Camponeses e os grandes latifundiários, obrigando o governo a adoção de medidas que atendessem minimamente as reivindicações dos camponeses.

Foram várias as sugestões que surgiram dos grupos de trabalho do Seminário, dentre eles destacamos a definição do público alvo da extensão rural, a forma de financiamento das atividades extensionistas e a necessidade de se implementar novas metodologias de atuação que aproximasse a produção do conhecimento necessário às práticas agrícolas aos *saberes/fazeres* camponeses. Na oportunidade, experiências internacionais foram conhecidas e vários temas foram debatidos, como a descentralização da Ater, o desenvolvimento rural sustentável, a educação no campo e a capacitação dos grupos envolvidos com a extensão rural.

Mesmo com os apontamentos feitos pelo Seminário em 1997, as dificuldades continuaram presentes nas práticas extensionistas na busca de adequar ao momento político. As questões que dificultavam e dificultam os serviços de Ater continuam as mesmas colocadas pelos movimentos camponeses, e seguem sem as soluções adequadas, dado o pequeno avanço na construção de um modelo que atenda as reais necessidades dos pequenos agricultores brasileiros. As dificuldades na consecução de um modelo ideal de extensão rural que vai ao encontro das necessidades camponesas estão amparadas nas seguintes iniciativas:

- a) A reestruturação da capacidade de intervenção das políticas extensionista, mediante a estabilização dos contratos firmados entre as empresas de Ater e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou no caso de um serviço estatizado, a promoção da reestruturação das empresas estaduais de extensão rural. Cabe ressaltar que em Goiás o serviço estatal de extensão rural padece dentre outros com a falta de recursos humanos, haja vista que o último concurso público para contratação de profissionais ocorreu há mais de vinte anos.
- b) A democratização e a flexibilização dos planejamentos da extensão rural às comunidades assistidas, passando inclusive pelo fortalecimento das entidades representativas locais, reservando a elas condições de protagonistas em todas as etapas do processo. Ainda hoje o planejamento das atividades e ações a serem desenvolvidas não contam com a participação da população atendida. Aliás essa exigência consta nos editais das chamadas públicas para contratação de Ater lançados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; mas não são observadas

pelas empresas executoras.

- c) Adequação das metodologias e matrizes tecnológicas, incorporando às práticas extensionistas as metodologias participativas de diagnóstico e planejamento, com foco e enfoque na agroecologia. Aqui reside o maior desafio da extensão rural, pois a mão de obra disponibilizada pelas instituições estatais e privadas não está devidamente capacitada à outras práticas extensionistas que não seja o difusionismo atrelado ao crédito. Ações pautadas na construção de um projeto de Ater balizado nos *saberes/fazeres* locais e na agroecologia estão longe de ser uma realidade, mesmo já dispendo de tecnologias para essa finalidade.
- d) Não menos preocupante é a descontinuidade dos serviços de Ater prestados pelas instituições contratadas pelo MDA via chamadas públicas. Nesse caso, o contingenciamento orçamentário e a pequena infraestrutura das empresas contratadas provocam inúmeros problemas na prestação do serviço, refletindo diretamente na organização produtiva, principalmente no que diz respeito ao acesso ao crédito, na produção, na armazenagem e na comercialização dos excedentes.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo modelo adotado pelo Governos Federal na disposição da Ater, entendemos que o processo de reestruturação passa necessariamente pela iniciativa privada através da contratação de empresas via chamadas públicas. Os editais lançados pelo MDA em sua maioria padecem de exigências no sentido de que as práticas extensionistas sejam contínuas e capazes de promover as mudanças sociais esperadas na Comunidade. De nada adianta disponibilizar as políticas sem que sejam postas as condições necessárias para que as empresas contratadas possam desenvolvê-las de forma condizente com as necessidades camponesas.

A alternativa que vislumbramos para consolidação desse modelo está na descentralização dos recursos, repassando as responsabilidades de contratação e supervisão dos serviços de extensão rural às unidades federativas, que possuem em suas instituições públicas condições necessárias à fiscalização das práticas extensionistas empregadas pelas entidades privadas. Essa preocupação foi colocada pelo Tribunal de Contas da União (2012), quando da elaboração de auditoria nas ações de Ater no Brasil. Segundo o Relatório (2012, p. 02):

Seria necessário a alteração no formato das chamadas públicas para facilitar a participação das entidades prestadoras de Ater e a continuidade dos serviços; o reforço

na estrutura e na equipe do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) e das delegacias estaduais do MDA, para aperfeiçoar as atividades de monitoramento e fiscalização dos contratos; o aumento da articulação do MDA com outras entidades governamentais, para tornar mais efetivos os resultados obtidos com a Ater; o aperfeiçoamento dos critérios de identificação e seleção dos beneficiários dos serviços de Ater, de forma que aumente a chance de que as famílias mais pobres recebam esses serviços e sejam incluídas em outros programas do governo. (RELATÓRIO TCU 016.398/2012).

A centralização na contratação e fiscalização dos contratos no MDA, causa uma série de problemas aos camponeses, pois no caso do descumprimento das ações contratadas as medidas visando sanar os desvios demoram a ocorrer em função da burocracia do serviço público. Nesse sentido a participação efetiva das unidades federativas através dos órgãos de extensão rural e controle significa um avanço na prestação dos serviços.

Em 2004, por meio da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Governo Federal iniciou a reestruturação do serviço de extensão rural, com vistas a suprir uma lacuna existente nas Comunidades Camponesas em todo país. A *nova* extensão rural seria construída com novos conceitos e eixos metodológicos, tendo, nos princípios agroecológicos, sua principal sustentação tecnológica. A orientação metodológica contida na PNATER significa um avanço na forma de fazer extensão rural, que pouco evoluiu desde sua implantação na década de 1940, conforme explica Schmitz (2010, p. 110):

[...] até hoje a extensão rural não passou por uma redefinição de seus métodos e, atualmente, outras entidades descentralizadas têm assumido também esse papel. O trabalho dá uma ideia geral dos métodos participativos de inovação na agricultura, suas interrelações e os seus pressupostos, chamando a atenção para os métodos utilizados no passado e na atualidade, propondo algumas definições e identificando problemas nas suas aplicações.

Os problemas ligados a essa análise amparam-se na obediência cega da Ater aos pacotes tecnológicos dominados pelo capital e no corporativismo existente junto ao extensionismo tradicional. Ocorre que o trabalho com os grandes agricultores utilizando a difusão de tecnologias e o crédito como serviços principais garantiu por muito tempo que a extensão rural se transformasse num dos mais importantes serviços públicos do país. No momento em que a conjuntura política exigiu que outros rumos fossem tomados as empresas públicas de Ater não estavam preparadas para as mudanças necessárias.

O momento pós 1990, foi de definição no sentido de garantir que as empresas de Ater continuassem existindo como entidades públicas, com orçamento garantido pelo erário. Essa questão foi solucionada mesmo que “temporariamente” com o advento da PNATER, e sua regulamentação através da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e o Programa

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar da Reforma Agrária – PRONATER. A referida Lei prevê a “gratuidade, a qualidade e a acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural aos camponeses”.

O arcabouço normativo existente aponta no sentido da reestruturação de novas práticas em Ater, contribuindo para a preservação dos saberes/fazeres tradicionais em Comunidades Camponesas, pois será pautada no respeito à “pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais”; implicando na necessidade de incluir enfoques de “gênero, de geração de renda, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas” (PNATER, 2004, p. 3).

As exigências da PNATER constituem um avanço fundamental em relação ao modelo que nega os conhecimentos existentes e socialmente construídos pelos camponeses para privilegiar os pacotes tecnológicos impostos a partir da Revolução Verde. Ademais, o aspecto social do serviço de extensão rural nos leva a acreditar na disposição de um serviço público, gratuito e de qualidade e que atendam às necessidades dos camponeses brasileiros, algo que a Ater nunca conseguiu ao longo da sua trajetória.

Mesmo acreditando nas disposições contidas na PNATER e demais normatizações, haja vista que estão embasadas em princípios agroecológicos, tememos pela sua consolidação principalmente pela não apropriação dessa política pelos camponeses durante os 10 (dez) anos de sua existência. Não obstante a apropriação camponesa da Ater, as propostas recentes concretizadas com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), apontam para rumos diferentes dos dispostos na PNATER.

Em nenhum dos dispositivos da Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013 que criou a ANATER, há qualquer obrigatoriedade da apropriação da agroecologia como matriz tecnológica e metodológica das ações extensionistas. Em suas disposições apenas um item dentre os onze existentes fala em “apoiar a utilização de tecnologias sociais e os saberes tradicionais pela extensão rural”, algo que é facilmente desarticulado frente ao caráter tecnicista da referida legislação. O conflito estabelecido na consolidação de um novo modelo de extensão rural coloca de lados opostos a PNATER e a ANATER.

Preocupamos especialmente com as metodologias do trabalho extensionista implícita na legislação, que podem em última análise impedir a consolidação dos rumos apontados na PNATER. Os objetivos da Lei 12.897, foram concebidos de maneira independente das normas

contidas na PNATER. Em outras palavras foram estruturadas priorizando a absolutização das técnicas e a difusão de tecnologias. A Lei de criação da ANATER deixa claro sua opção metodológica ao focar na difusão de tecnologia como um dos princípios que norteará as ações da nova Agência.

Essa metodologia distancia consideravelmente dos rumos que vislumbramos nessa pesquisa. Concebemos a extensão rural como um diálogo de saberes, uma descoberta coletiva de potenciais compartilhados nas práticas camponesas. Para Freire (2013, p. 124): “a extensão rural só é válida na medida em que o seu programa, nascendo da pesquisa, do tema gerador e do povo, vai além do puro treinamento técnico”. O caráter tecnicista da ANATER, fará indubitavelmente que os avanços obtidos nas orientações teórico-metodológicas consolidadas com a PNATER, desapareçam em função do caráter difusionista contido na legislação de criação da referida agência.

Essa realidade é apontada até na constituição do Conselho Diretivo da Agência, onde os Movimentos Camponeses “oficiais” ficaram com apenas dois assentos, enquanto que governo e o agronegócio ficaram com nove representações. Em última análise serão os conselheiros que definirão os rumos dos serviços de Ater, e nesse contexto os Movimentos Camponeses serão votos vencidos.

Constituir uma estrutura de extensão rural com as características da ANATER, distante dos Movimentos Camponeses significará no abandono das orientações anteriores, podendo decretar o fim da extensão rural como política pública no Brasil. O momento deve ser encarado com extrema prudência e articulação, visando preservar os princípios da PNATER e as bases do financiamento das ações de Ater. Mesmo que de difícil incorporação as metodologias empregadas na execução da Ater, esses princípios ao aproximarem dos saberes/fazeres camponeses, poderão garantir a permanência dos financiamentos públicos à Ater, e consequentemente, a apropriação pelos camponeses dessa política de desenvolvimento territorial.

Repensar o serviço de extensão rural significa incorporar às práticas extensionistas além da dimensão técnica e econômica, a dimensão cultural, como forma de fortalecer a (Re)Existência camponesa muito comprometida nas últimas décadas. Qualquer avanço nas práticas extensionistas passa necessariamente pela inclusão e o empoderamento das Comunidades Camponesas, destacando o protagonismo desses sujeitos sociais. Necessitamos de mecanismos que possibilitem a prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural

aos camponeses (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, faxinalenses, assentados da reforma agrária e outros), de forma continuada e com bases teórico-metodológicas adequadas, respeitando os saberes/fazeres, além de agregar as “práticas culturais” camponesas no fazer extensionista.

5 METODOLOGIAS EXTENSIONISTAS: do difusionismo inovador às orientações teórico- metodológicas da PNATER

A educação como prática da liberdade não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a perpetuação dos valores de uma cultura dada; não é o esforço de adaptação do educando a seu meio. (PAULO FREIRE, 2013, p. 106).

As práticas extensionistas construídas e empregadas ao longo das mais de cinco décadas de atuação da extensão rural no Brasil foram caracterizadas pelo caráter vertical, e expropriadora dos *saberes/fazeres* camponeses, quando optou por introduzir uma matriz tecnológica baseada na modernização conservadora da agricultura. As metodologias utilizadas sustentavam um modelo de extensão rural em que o foco era fazer com que os camponeses saíssem da condição de *atraso* em que se encontravam e adentrassem ao mundo do consumo dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

A orientação metodológica para difusão de tecnologia adotada pela extensão rural após a segunda metade da década de 1960, não foi um caso isolado que ocorreu apenas no Brasil. O movimento na adequação metodológica foi parte da necessidade de atender a imposição do governo estadonidense diante da perda da liderança nos países em desenvolvimento do Leste Europeu. Em contrapartida era necessário consolidar a presença política e comercial na América Latina a partir do Brasil, visando expandir sua influência frente ao bloco liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Tudo foi pensado, inclusive a adoção da teoria difusionista originária na antropologia e trazida para a extensão rural *pelas mãos* da sociologia rural americana.

Essa orientação teórica foi a base da metodologia aplicada pelos extensionistas e responsável, diretamente, pela retirada do camponês do protagonismo no processo produtivo, transferindo essa responsabilidade aos insumos externos. Se o agricultor adotasse as tecnologias recomendadas obteria êxito na atividade, caso contrário estaria fadado ao insucesso. Adotando ou não as orientações da extensão rural o camponês estaria *condenado* a abandonar a terra, pois a extensão não era o único meio empregado que trazia em suas práticas essa orientação.

A teoria difusionista surgida na Europa no século XIX, era considerada uma teoria alternativa à compreensão da diversidade cultural. Os difusionistas acreditavam que as diferenças e semelhanças culturais eram em consequência da tendência humana de imitar e

absorver traços culturais necessários para o desenvolvimento. Para os defensores dessa teoria não seria necessário criar a sua própria identidade, para assim haver a diferenciação e não a generalização de culturas, hábitos e tribos. A teoria difusionista sustenta que os diversos povos terrestres receberam influências externas e que a maior parte das inovações socioculturais, técnicas, mitos, entre outros, se propagaram pelas migrações e pelos contatos estabelecidos entre os povos⁸⁰.

Para o difusionista inglês Ralph Linton (1981, p. 311), “Se o grupo humano tivesse sido abandonado aos seus próprios esforços, o progresso seria tão vagaroso que talvez nenhuma sociedade tivesse passado ainda da idade da pedra”. Para o autor (1981, p. 311):

O crescimento relativamente rápido da cultura humana, como um todo, deve-se a capacidade que todas as sociedades humanas têm de tomar emprestado elementos de outras culturas e incorpora-los a sua. Essa transmissão de elementos culturais de uma sociedade para outra é conhecida por difusão. Foi esse processo que habilitou a humanidade a concentrar sua capacidade inventiva. Por meio da difusão, um invento criado e socialmente aceito em um ponto qualquer, pode ser transmitido a um grupo cada vez mais largo de culturas, até que no decorrer dos séculos pode estender-se a quase toda humanidade.

O autor esquece, porém que antes de qualquer ação que signifique a construção de meios para a promoção do desenvolvimento humano, seja uma ideia, uma técnica ou um equipamento, vem antes as necessidades criadas pela humanidade, isso, desde que, o modelo de produção capitalista passou a determinar as normas de consumo. Assim qualquer desenvolvimento ou técnica não se expande sem que, antes seja construído o meio ideal, exceto quando não tratamos de mercadoria. As trocas são importantes dentro de qualquer ambiente cultural, mas difere do modelo difusionista que caracterizou os serviços de extensão rural no Brasil desde a sua estruturação.

Nesse sentido não houve a troca ou a complementariedade de saberes/fazer, mas uma imposição tecnológica dos países do Norte aos camponeses brasileiros. Essa premissa antropológica que remonta a década de 1930, baseia-se nas concepções da escola difusionista europeia e americana, utilizada como base teórico-metodológica na expansão das chamadas “novas tecnologias capitalistas” pelo mundo. A própria extensão rural é fruto desse modelo de intervenção social pautado na supremacia do saber ocidental, cristão, machista e branco; em detrimento dos saberes/fazer coletivos de produção dos países pobres na primeira metade do

⁸⁰ Como explicar através do difusionismo as técnicas de produção de alimentos dos povos pré-colombianos que no século XV eram mais produtivas que as europeias naquele momento? A contradição aparece na justificativa em adotar o difusionismo como metodologias nas práticas extensionistas brasileiras, pois os povos latino-americanos não mantinham contato com as civilizações europeias, asiáticas ou africanas.

século XX.

A necessária difusão cultural evidenciada pelo autor significou acima de tudo a imposição de outros paradigmas aplicados às relações culturais e produtivas em especial no Brasil. Em menos de vinte anos de atuação no campo brasileiro, a extensão rural difusionista conseguiu, salvo algumas resistências, difundir uma cultura que privilegiava a incorporação nas práticas agrícolas de sementes híbridas, venenos e adubos. A rapidez com que o modelo se consolidou mostra o quanto foram eficientes as técnicas de difusão imbricadas nas práticas extensionistas.

Desde o seu desembarque no Brasil no final de década de 1940, a extensão rural utilizou de várias metodologias nas atividades extensionistas, a depender do momento político-econômico e principalmente dos objetivos a serem alcançados. Assim, da metodologia clássica quando persuadiu o camponês sobre a necessidade na mudança de hábitos⁸¹, na mudança das práticas agrícolas defendidas pelos difusores de tecnologias, os resultados foram nefastos, se considerarmos, por exemplo, a melhoria nas condições de vida dos *trabalhadores da terra*. Mas alcançou um sucesso significativo para a expansão do capitalismo no campo. Tornou os *campos cerradeiros* em monoculturas extensivas e, conseqüentemente, promoveu a expropriação camponesa.

O principal teórico responsável pela introdução da teoria difusionista na extensão rural em especial no Brasil, o sociólogo americano Everett M. Rogers, realizou vários estudos sobre a cultura camponesa, principalmente na América Latina. Na obra que introduziu o difusionismo na extensão rural o autor dedica uma seção especial a cultura camponesa, que ele qualifica como uma subcultura em função da resistência camponesa em adotar as mudanças que levariam a integração dos camponeses ao mundo desenvolvido. Para o autor, o atraso em que se encontravam naquele momento (1969), os camponeses da América Latina era fruto da resistência às inovações, do familiarismo, do fatalismo e em especial da falta de espírito inovador. Os discursos difundidos por Everett M. Rogers sobre os Camponeses foram fundamentais naquele momento, em que o governo brasileiro buscava integrar a extensão rural ao estado desenvolvimentista da década de 1970.

A adoção do difusionismo pela extensão rural no Brasil parte segundo Fonseca (1985,

⁸¹ Essa fase ficou conhecida pela popularização do personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato. No ideário extensionista após a incorporação de alguns hábitos e técnicas impostas pela extensão rural o Jeca Tatu se transformava em produtor rural, com várias características positivas. Os textos não traziam nada sobre o papel da extensão rural e muito menos falava a verdade sobre a vida dos camponeses assistidos pelos extensionistas.

p. 151), “da necessidade de adequar o modelo extensionista americano a realidade do subdesenvolvimento”, e em especial de criar nos países periféricos a necessidade do consumo de tecnologias há muito rejeitadas pela população americana e europeia. Um exemplo clássico dessa transferência maldita foi a utilização do inseticida *dicloro-difenil-tricloroetano* (DDT), banido nos Estados Unidos na década de 1970, e largamente utilizado na agricultura brasileira até 2009, quando teve seu uso proibido. O referido veneno foi a razão da publicação do clássico “Primavera Silenciosa” em 1962, que introduziu nas discussões políticas os problemas ambientais advindos das práticas produtivas capitalistas. No livro *Primavera Silenciosa*, a bióloga Raquel Carson denunciava o efeito do DDT, na reprodução das aves silvestres (1962, p. 49):

O problema da poluição da água, por meio de pesticidas, só pode ser compreendido no contexto, como fazendo parte do todo ao qual pertence: a poluição do meio ambiente total da humanidade. A poluição de quem penetra nos nossos cursos de água procede de muitas fontes: dos resíduos radioativos dos reatores; dos laboratórios; dos hospitais; dos resíduos resultantes das explosões nucleares; dos detritos domésticos das cidades e das povoações; dos resíduos químicos das fábricas. A isto se acrescenta uma nova espécie de resíduo: as pulverizações de substâncias químicas aplicadas às plantações e aos jardins, bem como às florestas e as culturas agrícolas. Muitos dos agentes químicos, nesta alarmante complexidade, imitam e aumentam os efeitos perniciosos das radiações; e, dentro dos próprios grupos químicos, ocorrem interações sinistras e ainda pouco compreendidas; ocorrem, igualmente, transformações e adições de efeitos ainda obscuros.

E lá se foram 53 anos após o alerta de Carson (1962), e o uso de venenos nas práticas agrícolas no mundo e em especial no Brasil cresceu numa velocidade superior em duas vezes o crescimento das safras conseguidas pelo agronegócio. Mesmo não sendo essa análise o foco dessa pesquisa, não poderíamos deixar de evidenciar um dos resultados mais trágicos da modernização conservadora da agricultura brasileira, promovida dentre outros, pela extensão rural. O crescimento do consumo de venenos na agricultura convencional brasileira transformou-se numa questão de segurança nacional, principalmente após o início da utilização dos produtos geneticamente modificados.

Atingimos em um pequeno espaço de tempo os objetivos perseguidos pela Revolução Verde, ou seja: transformar o campo brasileiro num grande produtor e exportador de commodities e conseqüentemente no maior consumidor de veneno do mundo. Esses objetivos foram traçados para serem alcançados a qualquer custo, e os custos foram e estão sendo altos para todos nós. São com base nessas constatações que afirmamos o papel expropriador da extensão rural, pois na linha de frente dessa política, principalmente nas décadas de 1960/1970/1980, estava o extensionista difundindo essas práticas como base da modernização do campo.

A opção pelo difusionismo como pressuposto teórico orientador da extensão rural não significou necessariamente o abandono da prática metodológica adotada anteriormente. A Teoria do Capital Humano⁸² empregada como base teórica na primeira fase da extensão rural no Brasil continuou presente nas práticas extensionistas, haja vista que as práticas condizentes com essa teoria legavam a extensão rural o caráter de serviço social. Para Fonseca (1985, p.172):

[...] era preciso ressaltar que em termos de postura de análise não há diferença entre o modelo difusionista-inovador e a teoria do capital humano. Ambos são positivistas e liberais, apenas muda o enfoque inicial de psicossocial para econômico. Mas o objetivo último é o mesmo: servir ao desenvolvimento econômico e social, ou seja, à lógica capitalista.

Todas as duas teorias independente da temporalidade estavam focadas em promover mudanças nas práticas culturais camponesas, com objetivos claros a serem alcançados em todas as fases. A primeira travestida de política social buscava aproximar e criar no camponês a necessidade de consumo de produtos externos à unidade de vida nos processos produtivos, ao passo que a segunda introduziu esses produtos no campo.

O processo de difusão de tecnologia, conforme os teóricos que o expandiram pelo mundo, compõe de três fases distintas: antecedentes, relacionados a variáveis que indicam uma maior ou menor possibilidade de adoção da tecnologia difundida; o agente de mudanças, no caso específico o extensionista rural, ao qual caberia proceder a análise da capacidade de absorção por parte do agricultor; e a adoção definitiva das tecnologias apresentadas. Caso uma das fases não fosse atingida, conforme o manual de instrução, o plano era refeito e o processo reiniciado. Desistir jamais.

A adoção do difusionismo nas práticas extensionistas rurais no Brasil passa pela conjunção de algumas políticas setoriais implementadas pelo governo brasileiro no final da década de 1960 e início de 1970, no âmbito dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). A opção política do governo em fomentar e facilitar a entrada do capitalismo no campo, visando fortalecer a exportação de bens primários, veio acompanhada do aumento do crédito, da isenção de impostos e em especial, da formação de uma infraestrutura necessária para favorecer a adaptação e a difusão de tecnologia. Nesse contexto o II PND teve papel fundamental, pois foi através dele que foram implantadas ou adotadas novas metodologias à pesquisa e a extensão

⁸² A teoria do capital humano surgiu na década de 1930, acrescenta ao conceito de capital propriamente (terra, máquinas, matérias primas, recursos naturais) as qualidades do trabalhador, ou seja: sua capacidade como trabalhador de exercer determinada atividade laboral e consequentemente gerar lucros ao detentor do capital.

rural:

A formação de um novo modelo operacional para o setor público no tocante aos programas de pesquisa e experimentação agrícola (programas regionais e por produtos nitidamente definidos), extensão rural, educação para o setor e desenvolvimento da tecnologia de alimentos. Nesse sentido seriam importantes as ações das novas empresas ligadas ao Ministério da Agricultura, a saber EMBRAPA e EMBRATER (II PND, 1974, p. 29).

Essa proposição do II PND deixava claro que a viabilização desse plano passava necessariamente pela introdução de tecnologias externas no campo, considerando que nosso modelo agrícola era bastante atrasado em relação aos ideais desenvolvimentistas do estado brasileiro naquele momento. E como o Brasil não dispunha dessas tecnologias seria necessário introduzir mecanismos de adaptação e dispersão no campo. Nesse momento entra em ação a teoria difusionista com o objetivo de promover mudanças radicais na cultura consumista dos camponeses brasileiros.

Entendemos que a agricultura tradicional, antes de ser uma atividade econômica é uma prática cultural consolidada no coletivo camponês. A inserção dessa teoria como metodologia extensionista implicou antes de tudo na necessidade de promover mudanças culturais nos agricultores brasileiros, levando-os a criarem as necessidades de adoção das tecnologias externas em suas unidades de vida. A mudança cultural promovida pela difusão de novas tecnologias foi fundamental para a consolidação do agronegócio nas décadas de 1970/1980/1990, considerado um trabalho de sucesso promovido pela extensão rural. E para conseguir os objetivos propostos, o modelo baseava-se na utilização de estímulos de ordem metodológica, pela organização de estratégias condutivistas, persuasivas e indutoras dos comportamentos esperados.

No campo material o difusionismo concretizou-se através de incentivos creditícios, e de ordem afetiva, pelo reconhecimento público do bom desempenho. Ou seja, o modelo difusionista influenciou e continua influenciando as ações da extensão rural, instrumentalizando as políticas públicas que nela intervieram e ainda intervêm, pois ainda temos na difusão de tecnologias e no crédito, a razão pela qual a extensão rural chega nas Comunidades Camponesas.

Para Linton (1981, p. 315) “a difusão inclui três processos bem distintos: apresentação de um ou mais elementos culturais novos a uma sociedade; aceitação desses elementos por parte da sociedade; e a integração, na cultura já existente, do elemento ou elementos aceitos”. Essa sequência deixa claro que o difusionismo não considerava elementos socioculturais importantes

das sociedades submetidas aos elementos culturais externos. A difusão de tecnologias deveria distanciar-se dos elementos culturais locais para fazer valer a sua verdade.

Com a aplicação do difusionismo na extensão rural não foram considerados, por exemplo, os conhecimentos prévios dos agricultores, suas práticas produtivas agroecológicas e a diversidade cultural. Promoveram inclusive mudanças na alimentação da população camponesa, a exemplo da introdução do óleo de soja. Segundo os difusionistas a novidade apresentava-se mais saudável à saúde humana, escondendo que o argumento foi uma maneira de criar nas pessoas a necessidade do consumo de produtos industrializados.

Na realidade, com essa prática não mudaram apenas hábitos de consumo, mas prioritariamente, introduziram outros que modificaram a cultura produtiva, desfazendo saberes/fazeres em função do desenvolvimentismo buscado pelo Governo Militar. A soja que chegou ao Brasil no século XIX, mas se expandiu apenas na década de 1970, principalmente nas áreas planas do Cerrado foi o cultivo responsável por essas mudanças. Soma-se a ela o gado bovino e a cana de açúcar como responsáveis pelas mudanças drásticas que passaram e passam o campo brasileiro nos últimos quarenta anos.

O difusionismo encontrou um campo fértil para sua consolidação como matriz teórico-metodológico da extensão rural brasileira. As condições político-ideológicas pelas quais passavam o país nas décadas de 1960/1970, em que o autoritarismo era característica marcante, facilitou a adoção da metodologia. Segundo Prado (2001, p. 92) “[...] a teoria difusionista foi edificada por sobre fortes bases de preconceito e autoritarismo, presumindo a discriminação social, a classificação hierárquica e, conseqüentemente, a exploração entre os povos segundo o estágio de produção”. O assalariamento da mão de obra no campo brasileiro não deixa qualquer dúvida sobre o caráter de exploração trazido no bojo dessa teoria social.

A sociologia rural teve participação decisiva na expansão do difusionismo pelo mundo em especial nos países subdesenvolvidos. Sociólogos rurais eram parte desta operação e foram eles em colaboração de profissionais de Ciências Agrárias, a partir das nações em desenvolvimento que lançaram estudos de difusão em Comunidades Camponesas em vários países da América Latina. O desenvolvimento da agricultura e a consolidação de um mercado consumidor de produtos das indústrias norte-americanas eram os principais objetivos perseguidos.

Os resultados da adoção do difusionismo e seus pacotes tecnológicos (Revolução

Verde) no campo brasileiro podem ser medidos de várias maneiras e com vários aparatos metodológicos. Preferimos mostrar a expropriação dos trabalhadores da terra, as transformações culturais criminosas, a intensificação no uso de veneno agrícola, a expropriação de saberes/fazeres tradicionais e o aumento dos conflitos agrários no campo brasileiro. Quanto à extensão rural, essa metodologia foi responsável pelo auge de suas práticas, mas a insistência em seguir nesse caminho levou a desestruturação do setor e a maior crise vivida nos seus 50 anos no Brasil.

Cabe aqui questionar a decisão do governo brasileiro em adotar o modelo difusionista na extensão rural dentro dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Seria realmente necessário importar tecnologias também para o setor agrícola e desarticular um modelo de produção que tradicionalmente supria as necessidades de alimentos da população em favorecimento das tecnologias expropriadoras? Para Mendonça (2004, p. 195):

A prioridade na modernização da agricultura, tomada como parte no II PND (1974-1979), atendia a produção e utilização de fertilizantes e agrotóxicos, para crescimento das atividades industriais. Enquanto estratégia na agropecuária devia-se fazer uso de forma intensiva, dos instrumentos científicos e tecnológicos, visando maior produção e produtividade. O discurso da integração nacional e do aumento das exportações através da incorporação de novos mercados para os manufaturados, principalmente, produtos agrícolas não tradicionais contagiavam a todos.

Acrescenta:

Haviam questões internas e externas que possibilitavam o projeto modernizador sob a hegemonia do capital industrial e financeiro. Internamente o golpe militar de 1964 foi o divisor de águas entre as políticas públicas adotadas. A tomada do poder pelos militares significou a criação de políticas de financiamento para atender a demanda do capital nacional e transnacional, ansiosos pelas benesses do Estado autoritário e pela derrota dos movimentos sociais e populares, que lutavam pela reforma agrária e por uma nova forma de organização da sociedade.

O modelo desenvolvimentista implantado na década de 1970 pelos governos militares pregava o crescimento a qualquer custo, mesmo que para atingir esse intento fosse necessário a presença efetiva do Estado autoritário, subsidiando as atividades produtivas em especial a agricultura. O capital externo associado ao capital nacional através do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965), foi responsável pela introdução da agricultura comercial, com tecnologias externas e difundidas pela extensão rural.

Concomitante com a modernização e o crescimento da presença do capital financeiro no campo, vimos a expropriação e a expulsão dos camponeses de seu espaço de vida, em especial no Cerrado. O momento político e econômico experimentado pelo Brasil justificava a utilização da teoria difusionista pela estatizada extensão rural. Esse momento foi antes, porém,

um processo coordenado da criação de novas necessidades materiais e culturais, práticas comuns do capitalismo.

A metodologia difusionista dotada de um pacote tecnológico mostrou-se eficaz dentro das necessidades e objetivos preconizados pelo Estado brasileiro nos planos de desenvolvimento implantados a partir da década de 1970, em que por várias razões a população brasileira deveria ser expulsa do campo para abrir espaços ao novo modelo de desenvolvimento rural. Impulsionada pelo crédito farto e o apoio oficial na consolidação da difusão de tecnologia, a extensão rural brasileira nada fez para aprimorar e até apropriar de outras metodologias, visando a promoção do desenvolvimento social sem a expropriação do camponês.

As metodologias utilizadas pela extensão rural ao longo de sua trajetória estavam diretamente ligadas ao caráter ideológico e às necessidades políticas do momento. Assim, na fase educativa que vai de 1948 – 1968, conforme Fonseca (1985, p. 92): “o trabalho era feito através de campanhas comunitárias dentro das quais as famílias eram mobilizadas para adotar os conhecimentos técnicos”. Para isso a descaracterização cultural do modo de vida do camponês foi fundamental para que os objetivos fossem alcançados. A construção da cultura do atraso espelhado no Jeca Tatu e a sua incapacidade de promover mudanças que pudessem incluí-lo no mercado de consumo foram as principais características desse momento. Esse foi um fato típico em que a atuação da extensão rural mostrou todo seu preconceito e seu caráter excludente em relação às populações camponesas.

A segunda fase foi o momento de atender às necessidades do Estado através da consolidação do capital agroindustrial no campo. A extensão rural ganhou condição de destaque nas políticas de desenvolvimento implantadas através dos PNDs e seus programas. Coube a extensão rural levar ao campo as tecnologias da Revolução Verde e junto com o capital promover a mais severa exclusão camponesa experimentada em nossa história.

Com o crédito em abundância, os extensionistas levaram a cabo a modernização da agricultura brasileira, tendo como base a mecanização, a monocultura e a ocupação de grandes áreas no Cerrado por produtores originários de outras regiões do país. Ainda hoje, no Cerrado se ouve falar que “se não fosse os gaúchos essas terras não produziam nada”. Para chegarmos na condição de um dos maiores produtores de *commodities* muito sangue foi derramado na luta pela terra. Os camponeses foram obrigados a deixar suas terras e engrossar a fileira dos excluídos, formando uma “reserva de mão de obra” nas pequenas e grandes cidades brasileiras. Estão aí nas margens das rodovias com a esperança de voltar à terra prometida.

Na segunda fase o caráter expropriativo das práticas extensionistas foi mais direto, pois atendiam aos objetivos traçados nos planos de desenvolvimentos, onde a extensão rural e a pesquisa agropecuária exerceram papéis de destaque na modernização conservadora da agricultura, inserindo as tecnologias externas a qualquer custo na *unidade de vida camponesa*. As tecnologias vindas dos centros de pesquisa, principalmente americanos, não eram condizentes com as práticas camponesas brasileiras. Mesmo com as diferenças existentes não tiveram resistência em levar adiante, pois as necessidades dessas tecnologias já haviam sido criadas na primeira fase (1948-1968) pela mesma extensão rural.

A expropriação patrocinada pela extensão rural a que nos referimos várias vezes nessa pesquisa se consolida a partir do momento em que as necessidades criadas possibilitaram a introdução de um novo modelo de produção agrícola, que teve como consequência imediata novas formas de relação com o trabalho e a terra. A mercantilização dos *saberes/fazeres* como o ocorrido com as sementes tradicionais, a condenação de hábitos alimentares e a descaracterização cultural estiveram presentes nas duas fases, sendo mais importante na última. Nessa fase o avanço da agricultura comercial sobre as terras camponesas ocorreu utilizando mecanismos de violência individual e coletiva, incluindo toda sorte de intimidação e crimes contra a vida.

Não queremos aqui condenar as práticas extensionistas ou estabelecê-las como únicas culpadas pela expropriação camponesa ao longo de sua trajetória, em especial a partir da década de 1970. Entretanto, temos definido a clareza e a importância do papel exercido pela extensão rural quando se colocava como serviço de apoio aos camponeses e não considerava para o debate os problemas que realmente afligiam sua existência. A luta pela terra, por melhores condições de educação, de crédito, de apoio as práticas produtivas tradicionais nunca fizeram parte dos programas extensionistas.

Assim, com o avanço das técnicas da Revolução Verde sobre o campo e a consequente necessidade de apoio técnico qualificado em suas ações, a extensão rural pública passou a ser vista como ineficiente e dispensável às necessidades da agricultura comercial. Os pacotes tecnológicos passaram a trazer em seu bojo a assistência técnica necessária em todas as fases da produção, legando a extensão rural pública um papel secundário e sem importância. Os serviços que outrora foram importantes na abertura do caminho à consolidação do capitalismo no campo já não interessavam mais ao capital.

Sem as condições necessárias para concorrer com as empresas de sementes, venenos e

fertilizantes a extensão rural entrou numa crise sem precedentes em sua história no país. Os riscos de extinção eram iminentes, o que levou ao abandono parcial da parceria com o agronegócio e a definição de um novo público que pudesse ser beneficiário de sua atuação. Nesse momento inicia-se a terceira fase com a urgente necessidade de consolidar uma metodologia que tenha nos *saberes/fazeres* camponeses, a centralidade das práticas extensionistas.

A busca de uma nova metodologia ocupou o debate da Ater desde o início da década de 1990, e não poderíamos passar por essa fase sem deixar nossa colaboração no sentido de aprimorar as análises na construção de uma metodologia que possa potencializar os *saberes/fazeres* camponeses; e assim, agregar elementos para contribuir na construção da *(Re)Existência* camponesa quilombola.

As práticas arraigadas nas ações extensionistas necessitam de mudanças fundamentais no sentido de visualizar no camponês um sujeito social dotado de saberes socioculturais suficientes para reproduzir sua forma de vida. O que precisamos (extensão rural, Estado e academia), é promover esses *saberes/fazeres* priorizando àqueles que mais significam no processo produtivo camponês. Não visualizamos uma metodologia em Ater dissociada dos *saberes/fazeres* e das práticas agroecológicas existentes nas Comunidades Camponesas.

Essas práticas extrapolam o conceito de modo de produção, consolidando como um modo de vida baseado nos saberes, na solidariedade e em especial na *relação harmônica* com os recursos naturais. Nesse sentido apontamos para a territorialização de práticas extensionistas que considerem além das dimensões econômica e ambiental a dimensão cultural, englobando os *saberes/fazeres* característicos do mundo camponês. Mudam os tempos, a conjuntura política, as demandas sociais, a estrutura disponível para a intervenção, mas permanece o *ethos* extensionista, enraizado no “difusionismo produtivista” (DIAS, 2007, p. 16).

5.1 Em quais aspectos teóricos-metodológicos podemos situar as práticas extensionistas adequadas aos Camponeses Quilombolas?

Iniciamos essa seção com a pergunta que ao longo dos últimos 25 (vinte e cinco) anos tem preocupado os teóricos da extensão rural no Brasil, e, as respostas não tem obtido a ressonância necessária junto aos movimentos camponeses. A busca de metodologias que possam combinar a disposição da extensão rural e as necessidades de construir um modelo de

Ater que atenda às necessidades dos camponeses está na pauta de discussão, desde o fim da década de 1990, período em que o Projeto Lumiar⁸³ executou a política de extensão rural nos Assentamentos de Reforma Agrária.

A busca incessante pelo modelo ideal que possa colocar no centro das ações as práticas agrícolas camponesas permeou todas as discussões das normas e regulamentações que vieram especialmente na primeira década deste século, com destaque para a PNATER. O problema é que na prática as normatizações da PNATER, ainda não chegaram ao campo, causando prejuízos diversos como perdas de recursos aplicados nos contratos de extensão rural. A afirmação baseia-se nas constatações da pesquisa em que o papel da extensão rural junto aos Camponeses Quilombolas Kalunga resume-se nas intermediações do acesso ao crédito rural via PRONAF.

Entendemos que a consolidação de uma nova metodologia em extensão rural passa inexoravelmente pela definição de um marco teórico que possa subsidiar as ações no sentido de valorizar as práticas e saberes socialmente construídos nas Comunidades Camponesas. Do marco teórico depende o sucesso da metodologia escolhida, que nesse caso necessita ser mais próxima possível das necessidades camponesas em sua diversidade. Assim, a base que vislumbramos não está apenas nas dimensões técnica e ambiental, abrangendo também a dimensão cultural como elemento agregador das dimensões anteriores.

Ao considerar a diversidade cultural das Comunidades Camponesas em suas ações, a extensão rural colabora para o respeito dos sujeitos envolvidos em todas as dimensões, já que as práticas camponesas estão permeadas de conhecimentos que não explicamos com os métodos tradicionais de análise da ciência positivista. Sem considerar a diversidade cultural do camponês, a extensão rural não conseguirá levar adiante as dimensões econômica e ambiental citadas anteriormente, pois elas estão interconectadas numa teia de *saberes/fazer*es construídas e repassadas de geração em geração.

A necessidade de incorporar as práticas culturais nas metodologias em extensão rural

⁸³ O Projeto Lumiar é fruto da pressão dos movimentos camponeses e do reconhecimento do Governo Federal quanto a insuficiência das suas ações de assistência técnica e extensão rural nas áreas de reforma agrária, especialmente diante do perigo de que investimentos nos outros componentes como acesso à terra, infraestrutura e crédito fossem comprometidos. O objetivo geral do projeto era viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica de desenvolvimento regional e municipal (SCHIMITZ, 2010, p. 173). Os técnicos do projeto eram contratados por cooperativas e pagos com recursos do Incra para prestar o serviço de assistência técnica. Foi encerrado em 2000, após várias denúncias não comprovadas de desvios de recursos por parte das entidades contratadas, principalmente as Cooperativas ligadas aos Movimentos Camponeses.

foi timidamente aponta em documento um editado pelo MDA (2004, p. 35):

O ser humano, enquanto espécie biológica, possui uma existência material que define os limites e as possibilidades para o seu desenvolvimento, transformando-se de ser biológico em ser sócio histórico, num processo em que a *cultura* é elemento essencial da constituição da “natureza humana”. O funcionamento e o desenvolvimento psicológico estão estreitamente arraigados nos modos historicamente e culturalmente construídos de organizar a vida social. (*Grifos nossos*).

Essa perspectiva presente nas orientações extensionistas “exige uma nova postura institucional e um novo profissionalismo, que esteja centrado em uma práxis que respeite os diferentes sistemas culturais” (PNATER, 2004, p. 6). Entendemos que um dos diferenciais da PNATER foi “respeitar” a dimensão cultural nas práticas extensionistas, mas apontamos nessa pesquisa não simplesmente o respeito a cultura camponesa, mais que isso, que essas práticas culturais sejam incorporadas efetivamente nas ações extensionistas. Nessa oportunidade empregando metodologias que evitem a apropriação, a ressignificação e a mercantilização dessas práticas.

O problema enfrentado para que possamos avançar nessa questão é que os serviços de extensão rural público ou privado não se preocupam em preparar sua mão de obra para agregar a dimensão cultural nas práticas extensionistas, já que as capacitações focam sempre em assuntos ligados às dimensões técnica e ambiental, também constantes na PNATER.

A pesquisa demonstrou esse viés ao constatar que os cursos de capacitação oferecidos aos extensionistas pela EMATER-GO, nos últimos anos não contemplavam as práticas culturais dos trabalhadores da terra. Os treinamentos são idealizados visando uma cadeia de produção específica, deixando de considerar que a predisposição do agricultor em exercer ou não determinada atividade produtiva é influenciada por inúmeras razões, inclusive religiosas. Não defendemos que os extensionistas sejam especialistas em manifestações religiosas, culturais ou crenças, mas necessitamos compreender como essas questões estão postas no mundo camponês e interferem em suas atividades (re)produtivas.

Ademais, o abandono da dimensão cultural nas práticas extensionistas foi uma das causas que levaram ao esvaziamento do campo nas últimas cinco décadas. O fim das práticas culturais significa a quebra de laços entre vizinhos que nas Comunidades Camponesas leva, inexoravelmente, ao fim de uma sociedade cultural no campo; e conseqüentemente a fragilização da (Re)Existência. As festas religiosas, os mutirões, as rezas, as trocas de sementes e outras formas de relações possibilitam que o camponês solidifique sua identidade e assim

possa resistir melhor às investidas expropriativas do capital sobre sua unidade de vida.

Compreendemos que ao apontar a dimensão cultural como prioridade na política extensionista, a PNATER deixa claro também que essa prática necessita ser exercitada pelos órgãos que executam a política nacional de extensão rural. Seria uma maneira de fortalecer as relações camponesas e facilitar as trocas de saberes entre os agricultores e os membros da extensão rural. Para isso os executores necessitam em suas práticas extensionistas:

Usar diferentes linguagens artístico culturais no processo educativo para mobilizar as diferentes formas de manifestação humana em favor da educação transformadora. Valorizar músicas, danças, brincadeiras, poesias, versos, imagens, fotos para cultivar o sentimento de pertença, partilha, cumplicidade, construção coletiva e cultivo de valores condizentes com a intencionalidade da Pnater. As pedagogias emancipadoras, participativas, dialógicas nos ensinam que educamos com o corpo inteiro. A afetividade, a sensibilidade, a emoção não se acham excluídas da cognoscibilidade (MDA, 2010. p. 34).

O domínio do aparato teórico-metodológico diferente do tradicionalmente utilizado pela extensão rural passa pela capacitação do quadro de operadores da extensão rural no Brasil, incluindo todo o sistema extensionista seja público ou privado. Ocorre que os recursos disponibilizados anualmente para a realização dessa atividade por vários motivos não chegam integralmente na atividade fim, conforme evidenciado na Tabela 01.

Tabela 1 - Recursos disponibilizados e aplicados na capacitação de extensionistas (2008/2012)

Exercício	Dotação (R\$)	Valor empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	Pago (R\$)	Restos a pagar (R\$)
2008	164.060	150.118	150.118	20.620	109.777
2009	261.252	246.187	246.187	58.882	91.188
2010	264.632	164.922	164.922	9.241	125.188
2011	160.864	158.540	158.540	5.221	88.988
2012	395.006	147.402	158.540	2.589	78.878

Fonte: Relatório de Fiscalização de Ater - Tribunal de Contas da União (2012). Valores em milhões de reais.

E mais, o acesso aos recursos destinados à capacitação torna-se mais difícil às empresas privadas em função das normas utilizadas para a transferência de recursos públicos a agentes privados. A demora na liberação acaba por inviabilizar a realização das capacitações propostas pelo corpo técnico das entidades de Ater. Os profissionais da extensão rural, ligados às entidades públicas ou privadas não possuem conhecimentos aprofundados sobre a pedagogia da terra⁸⁴ e muito menos sobre educação popular. Esses conhecimentos são necessários, haja vista

⁸⁴ A Pedagogia da Terra ou Ecopedagogia é entendida como movimento pedagógico, como abordagem curricular

que os rumos apontados pela PNATER, colocam as referidas práticas pedagógicas e seus autores como base do aparato teórico-metodológico nas práticas extensionistas.

As exigências da PNATER apontam prioritariamente à Pedagogia de Paulo Freire como a base teórico-metodológica ao novo modelo de extensão rural perseguido desde o início da década de 1990. O modelo de educação patrocinada pelos ideais de Paulo Freire fundamenta as ações da extensão rural especialmente no respeito aos saberes/fazeres do educando, pois suas práticas culturais tornam a centralidade do processo na construção do conhecimento. Sua colaboração nessa pesquisa está na possibilidade da construção de uma metodologia extensionista, cujo os saberes/fazeres camponeses sejam o ponto de partida das ações na unidade de vida camponesa, contribuindo com o fortalecimento da (Re)Existência e a soberania alimentar.

5.2 As críticas e contribuições de Pedagogia de Paulo Freire às práticas extensionistas

Qualquer pesquisa que elencar como objeto de análise as diversas metodologias de educação popular no campo não pode abster-se de trazer às discussões, a Pedagogia de Paulo Freire, ainda mais se os sujeitos sociais pesquisados são camponeses habitantes dos países pobres da América Latina e África. Paulo Freire foi no campo da educação popular e camponesa o teórico que nos fez entender como se constrói o conhecimento através dos saberes simples dos oprimidos, necessitando apenas saber dialogar com o aprendiz e, professores e técnicos compreender que, em qualquer processo de ensino aprendizagem a construção do conhecimento é uma via de mão dupla. Para Freire (2013, p. 64), “não se trata apenas de ensinar-lhe, há também o que aprender deles. Difícilmente um extensionista experimentado e receptivo não terá obtido proveito algum de sua convivência com os camponeses”.

Segundo o autor ensinar requer acima de tudo respeito pelos conhecimentos socialmente construídos pelos educandos nas práticas comunitárias, ou melhor, *saberes/fazeres* e experiências de vida. O respeito a essas características nas práticas educativas camponesas foi e continua sendo um dos obstáculos intransponíveis nas escolas rurais e nos órgãos de extensão rural. Decorre dessa incapacidade o fato de o camponês ainda lhe reconhecer em suas práticas

e como movimento social e político, representa um projeto alternativo global que tem por finalidades, por um lado, promover a aprendizagem do sentido das coisas a partir da vida quotidiana e, por outro, a promoção de um novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (GADOTTI, 2005, p. 15).

diárias, nos *saberes/fazeres* tradicionais onde sustenta em sua cultura os conhecimentos empregados em sua práxis. Entendemos que o caminho apontado por Paulo Freire em sua “pedagogia para a liberdade” oferece os subsídios teóricos necessários à promoção das mudanças extensionistas, orientando a prática de um modelo de extensão rural que promova a construção e a valorização dos conhecimentos agroecológicos consolidados nas Comunidades Camponesas.

A escolha em analisar a política de extensão rural nas Comunidades Quilombolas Kalunga dentro do marco teórico-metodológico de Paulo Freire, nos impôs vários e constantes desafios. O fato de considerar a extensão rural um modelo de educação requer de quem assim a conceba, a certeza de que há uma opção política clara em todas as ações por ela executada. Daí surge a necessidade do resgate político-ideológico dessa prática, principalmente a partir da década de 1970, quando o difusionismo inovador tornou-se a teoria que pautou a metodologia empregada pela extensão rural brasileira.

Essa metodologia baseada na transmissão pura e simples de conhecimentos selecionava e instrumentalizava os agricultores para a utilização dos recursos externos a *unidade de vida camponesa*, fato que, foi responsável pelo amplo processo de expropriação já evidenciado nessa pesquisa. As vítimas preferenciais eram aqueles capazes de absorver e empregar os pacotes tecnológicos da Revolução Verde em suas propriedades.

Manter a atenção e transpor para o campo da extensão rural as análises, críticas e proposições feitas pelo educador Paulo Freire a metodologia difusionista foi a alternativa mais adequada para compreender as reais necessidades dos sujeitos sociais pesquisados, em dispor de um modelo de extensão rural que valorizasse os *saberes/fazeres* da Comunidade em sua prática. Algo que buscasse o empoderamento através dos saberes existentes, diferente da imposição no formato dos pacotes da Revolução Verde.

Para Freire (2014, p. 43) “[...] a aprendizagem da assunção social do sujeito é incompatível com o treinamento pragmático ou com o elitismo autoritário dos que se pensam donos da verdade e do saber articulado”. Nessa razão, a pesquisa não teria sentido se nossa análise não partisse dos *saberes/fazeres* locais e das necessidades vivenciadas pelos sujeitos sociais em encontrar caminhos que garantam a autonomia da Comunidade através do conhecimento.

Os processos educacionais, sejam eles formais ou informais, necessitam conhecer a

realidade que estão inseridos, para então construir ações inovadoras nas práticas educativas e extensionistas. Nesse sentido, a prática de uma extensão rural progressista e libertadora⁸⁵, com metodologias adequadas para cada realidade, deve antes de mais nada, ser planejada considerando as diversidades territoriais, incluindo as lutas, as contradições e os *saberes/fazeres* existentes nos territórios.

Segundo Aguirre et al. (1987, p. 5) “[...] é necessário uma metodologia de trabalho com agricultores diferente da tradicional, capaz de superar atitudes paternalistas, assistencialistas e verticais, e que se fundamente no reconhecimento real do valor do saber e experiências dos agricultores”. Nesse sentido, não basta mudar a concepção do extensionista, mas também é necessário desenvolver um aparato teórico-metodológico a fim de instrumentalizar as ações extensionistas, para que possam caminhar no sentido de uma prática libertadora, promovendo o empoderamento e a autonomia dos *trabalhadores da terra*.

O desafio em pensar um modelo de extensão rural que fundamenta suas práticas na Pedagogia de Paulo Freire é avançar teórica e metodologicamente no sentido do respeito às práticas existentes nas Comunidades Camponesas. Esse modelo diferencia da extensão rural tradicional, a partir do momento em que o respeito aos conhecimentos existentes é o ponto de partida e não de chegada de qualquer ação extensionista. Caracteriza por legar ao camponês o papel de protagonista na construção do conhecimento.

A extensão rural na concepção da Pedagogia de Paulo Freire, direciona suas práticas no respeito aos conhecimentos existentes, no diálogo e no aprendizado contínuo entre extensionistas e camponeses. Segundo ele “a nossa capacidade de ensinar decorre antes de tudo da capacidade de aprender” Freire (2013, p. 66). Para o autor em qualquer processo de ensino aprendizagem haverá sempre uma troca de experiências, de *saberes/fazeres* que caracterizam culturalmente determinada Comunidade.

Essas reflexões decorrem da incursão de Paulo Freire nas discussões referentes às práticas extensionistas na América Latina, em especial no Chile, onde o autor coordenou projetos de alfabetização de camponeses no final da década de 1960, após ser expulso do Brasil em função de suas práticas e propostas que pregavam um modelo de educação libertadora, pautada na alfabetização e politização do educando. Esse modelo ficou conhecido como

⁸⁵ Quando falamos em extensão rural libertadora nos referimos a prática extensionista que possa colaborar com o desenvolvimento local desprovido da dependência dos camponeses em relação as tecnologias hegemônicas existentes atualmente. Essa prática extensionista possui um forte aparato teórico-metodológico na agroecologia e em práticas agrícolas sustentáveis.

“método Paulo Freire de alfabetização”⁸⁶.

O método desenvolvido por Paulo Freire na alfabetização de adultos em Angicos (RN), no início da década de 1960, foi considerado pelo governo militar a “expressão do comunismo na alfabetização de jovens e adultos”, algo que era razão de orgulho por parte do educador, mas que lhe rendeu a expulsão do país, vindo a exilar-se no Chile em 1964. No país andino coordenou projetos de alfabetização camponesa, momento em que aprofundou na prática de seu método, além de acompanhar o trabalho de técnicos extensionistas que assistiam aos agricultores dos assentamentos agrícolas.

Dessa experiência Paulo Freire lançou em 1969, uma profunda análise da extensão rural⁸⁷, e conseqüentemente sua negação como caminho para a construção do conhecimento no campo. O principal fundamento da pedagogia de Paulo Freire aplicado a extensão rural é a construção do conhecimento de forma dialógica, problematizadora e considerando as práticas existentes, ou seja, colocando os *saberes/fazeres* camponeses como centralidade. Segundo Freire (2013, p. 119): Não é possível ensinar técnicas sem problematizar toda estrutura em que se darão estas técnicas”. O autor justifica a importância da problematização nas ações extensionistas com o seguinte exemplo:

Assim é que a sementeira tanto está associada às condições da terra – boas ou más- às condições meteorológicas, ao tempo determinado para realizá-la, ao estado – bom ou mau – das sementes quanto às técnicas usadas e às crenças mágicas dos camponeses. Como também a posse da terra. A problematização é a tal ponto dialética, que seria impossível alguém estabelecê-la sem comprometer-se com o processo.

O comprometimento citado pelo autor na problematização das práticas extensionistas representa um dos elementos ausentes na extensão rural na atualidade. Comprometer significa ser dialógico, horizontal e holístico na construção do conhecimento no campo. Para o autor a

⁸⁶ Vale ressaltar que o método Paulo Freire de alfabetização foi considerado a “*expressão do comunismo na alfabetização de jovens e adultos*”, razão de orgulho por parte do educador, mas que levou o Governo Militar a aposenta-lo compulsoriamente como Professor de História e Filosofia da Universidade Federal do Pernambuco, para em seguida expulsa-lo do país, exilando-se inicialmente no Chile em 1964. Gadotti (2013, p.52), registra que presente ao evento de formatura dos 300 alfabetizados de Angicos (1963), devidamente fardado estava o Comandante Militar da região de Recife, General Humberto de Alencar Castelo Branco. Em comentário com o Secretário de Educação do Rio Grande do Norte Calazans Fernandes, teria dito: *meu jovem você está engordando cascavéis nesse sertão*”. Paulo Freire sofreu severos ataques da mídia tradicional brasileira questionando o caráter politizador do seu método de alfabetização, sendo inclusive chamado de “método nazista” em editorial de 21 de dezembro de 1963, da Folha de São Paulo. Para Gadotti, cinquenta anos depois os editoriais de 1963 ainda não foram respondidos, mas hoje entendemos mais do que nunca a necessidade de alfabetizar e politizar a população. (GADOTTI, 2013. Grifos nossos).

⁸⁷ Para Freire (2013, p. 20): Extensão significa em primeiro plano invasão cultural, através dos conteúdos levados pelos extensionistas, que reflete a visão de mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente os recebem. Nesse sentido Freire utilizou o termo “comunicação”, para se referir a construção do conhecimento entre extensionistas e camponeses. Segundo ele a extensão devia primar pela comunicação dialógica entre os sujeitos sociais envolvidos, a saber: técnicos extensionistas e camponeses.

construção do conhecimento no âmbito da extensão rural é uma prática de mão dupla em que o técnico extensionista num processo de diálogo com o camponês realiza a troca de saberes. Essa troca necessariamente está associada a realidade vivida pelo camponês, problematizada pelo extensionista que se problematiza no processo.

A realidade encontrada por Paulo Freire no trabalho com camponeses seja no Brasil, no Chile ou em países africanos, permanece sem solução nas comunidades rurais brasileiras, em especial naquelas descendentes de trabalhadores escravizados, que sofrem toda sorte de discriminação, inclusive racismo institucional⁸⁸. Os serviços públicos quando existem padecem de infraestrutura mínima exigida, e seu funcionamento depende mais de um esforço comunitário que necessariamente da vontade dos agentes públicos envolvidos. Essas características fazem com que no planejamento de políticas educacionais, mesmo sendo informal como é o caso da extensão rural, seja necessário que o planejamento considere o método desenvolvido pelo educador pernambucano e aplicado com sucesso em várias partes do mundo na educação formal e na extensão rural.

Não é possível mesmo que façamos um grande esforço teórico resumir nessa pesquisa as bases do método Paulo Freire, pois a sua simplicidade o torna complexo a partir da necessidade do educador em pautar suas ações em práticas libertadoras, que consigam promover a autonomia do educando, possibilitando sua saída da condição de oprimido. Segundo o próprio Paulo Freire (1979, p. 101), “os oprimidos se sentem como se fossem quase coisas, possuídas pelo opressor”, e isso dificulta qualquer ação que busque essa transformação.

Algumas experiências no campo da extensão rural já adotam a pedagogia de Paulo Freire como base teórico-metodológica nas ações extensionistas. É o caso da metodologia “de camponês a camponês”, nascida na Guatemala, e que se espalhou pela América Central, com resultados importantes na Nicarágua, México e Cuba. Para Holt-Gimenes (2008, p. 15): “Paulo Freire *en Extensión o Comunicación?* (1973) teorizó el desarrollo agrícola, éste no era el enfoque de la educación popular”. O autor sugere que as metodologias extensionistas quando pautadas teórico-metodológica na educação popular abrange um campo mais amplo do saber, inclusive os constantes nas práticas culturais.

⁸⁸ Para Ratts; Furtado (2010, p. 240), ser quilombola em Goiás, assim como no restante do país, para além dos elementos culturais, históricos e de um protagonismo, é ser portador de um ônus social e político que se prolonga há décadas ou quiçá há séculos. Citando (SILVÉRIO, 2002), o autor identifica a prática de racismo institucional, como por exemplo, a invisibilidade social e o atendimento precário ou moroso de suas demandas como sujeito étnico-racial diferenciado por parte de determinados órgãos públicos.

O diferencial do método proposto por Paulo Freire, que o credencia como pressuposto teórico nas práticas extensionistas está na valorização da realidade vivenciada, dos conhecimentos e saberes anteriormente construídos pelo camponês, focando na autonomia e na liberdade como algo a ser alcançado. Para Brandão (1981, p. 40) “[...] o método Paulo Freire não se impõe sobre a realidade. Ele serve a cada situação prática. O método está em permanente construção, cabendo a coletividade, ajustar, inovar e criar a partir dele”. É a construção do conhecimento que caminha junto com a formação política. Agindo assim, não se faz necessário desprezar os *saberes/fazeres* já consolidados, seja em qualquer trabalho no campo do saber, a ser desenvolvido junto aos camponeses.

A aliança entre os conhecimentos da ciência tradicional com as práticas culturais das Comunidades Camponesas possibilita a construção de novos caminhos em que a extensão rural terá seu ponto de partida na *unidade de vida camponesa*, em detrimento da difusão de tecnologias amparadas no crédito rural. Faz-se necessário explicar que não somos contra a atuação da extensão rural na intermediação do crédito rural destinado aos camponeses e externarmos nossa posição em outras oportunidades. Entendemos, portanto, que essa não deve ser a única metodologia empregada nas ações extensionistas, até porque sua verticalidade não possibilita qualquer ação cuja centralidade sejam os *saberes/fazeres* camponeses. O crédito não pode ser a única porta de entrada e saída da extensão rural na *unidade de vida camponesa*.

Da mesma forma em que a educação rural tradicionalmente ofertada ao camponês brasileiro, a extensão praticada no Brasil ao longo de sua história esteve sempre a serviço do capital, promovendo suas práticas e colaborando para a continuação e consolidação no campo brasileiro da hegemonia do capital financeiro. Tanto a extensão rural como a educação do campo ao negar a cultura camponesa expressam sua ideologia no sentido de negar sua trajetória de luta e contradições na busca pela apropriação e existência do território.

Dessa maneira contribui, como nos lembra Fonseca (1985, p. 102), “para a divisão social e técnica do trabalho, que necessariamente levaria a expropriação do trabalho e do saber de uma maioria para que ficasse garantido o domínio e o lucro de uma minoria”, ou seja: a extensão rural com as características metodológicas praticadas no Brasil sempre esteve a serviço do capitalismo no campo, deixando como legado a expropriação dos *saberes/fazeres* e a expulsão do camponês de sua terra.

Metodologicamente avançamos desde o lançamento da PNATER, em que as bases para um novo modelo de extensão rural foram colocadas ao país. Necessitamos de um conjunto de

ações que envolvam Extensão Rural, Estado, Academia e Movimentos Camponeses que possam se debruçar sobre novos (e antigos) fundamentos teóricos para que possamos modificar radicalmente as práticas extensionistas desenvolvidas pelas empresas públicas e privadas, e assim, garantir a continuidade da política que uma vez disponibilizada, adequadamente, poderá garantir o empoderamento e a *(Re)Existência* camponesa.

A pedagogia de Paulo Freire aliada às práticas agroecológicas apresenta-se como a maneira mais didática de construir um aparato teórico-metodológico em extensão rural que atenda as expectativas e as necessidades dos camponeses, garantindo a horizontalidade das ações extensionistas empregadas no apoio às famílias camponesas. Nesse sentido o respeito aos *saberes/fazer*s necessita constar nas ações extensionistas, e, agregando às dimensões culturais e ambientais promover o desenvolvimento rural de forma continuada.

5.3 Saberes/fazers camponeses como fundamento metodológico da extensão rural

A preocupação em construir um debate sobre um modelo de extensão rural que valorizasse os *saberes/fazer*s tradicionais das Comunidades Quilombolas Kalunga surgiu ao longo dos anos nas atividades profissionais, como Técnico Extensionista, na primeira metade da década passada, e foi consolidado durante a pesquisa. É instigante investigar a forma simples (e complexa), com que os trabalhadores da terra encontram soluções aos desafios impostos no trabalho de produzir alimentos. Situações que no campo das ciências positivistas aplicadas ao meio rural seriam dignas de uma solução agressiva (ao trabalhador e ao meio ambiente), à luz dos *saberes/fazer*s camponeses estão resolvidas há muito tempo.

Decorrem dessa capacidade de solução das demandas diárias no trabalho com a terra, a constituição e aprimoramento das práticas rurais, em que o camponês acumula inúmeras experiências na relação com os recursos naturais. O emprego correto desses *saberes* constitui uma forma de *(Re)Existência* dos camponeses frente a pressão exercida pelo agronegócio. Essa imposição passa pela desqualificação dos *saberes/fazer*s tradicionais aplicados na reprodução social das Comunidades Camponesas. Mas quais seriam mesmo os *saberes/fazer*s camponeses? O que lhes diferem dos conhecimentos científicos da Revolução Verde que hoje apresentam-se na cultura do agronegócio? Quais seriam as razões que levaram a ciência positivista a transformá-los em mercadoria?

Essas e outras questões necessitam ser refletidas considerando o caráter predatório das ciências agrárias e suas práticas junto as Comunidades Camponesas nas últimas cinco décadas, em especial no período em que houve a introdução na agricultura dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM). Ressaltamos que o problema não está na ciência em si, mas na apropriação e mercantilização dos saberes/fazeres tradicionais das Comunidades Camponesas. As respostas sobre a diferenciação dos saberes/fazeres tradicionais dos conhecimentos trazidos pela ciência moderna não são encontradas nas clássicas bibliografias sobre a natureza da ciência, pois essas estiveram sempre a serviço das práticas científicas dominantes.

Os saberes tradicionais explicam-se por eles mesmos, necessitando apenas de uma viagem mais detalhada ao universo camponês para observar que os conhecimentos populares ainda são o suporte das suas atividades, mas que correm o risco de desaparecerem em função das imposições feitas pelo modelo científico hegemônico. A realidade colocada por esse modelo científico nos deixa diante de alguns questionamentos feitos por Rousseau, em seu célebre discurso sobre ciência e artes na Academia de Dijon no século XVIII, e que ainda continuam atuais, quando analisamos a função de alguns conhecimentos científicos. Rousseau questionava:

Se haveria alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? (ROUSSEAU, 1971) apud (SANTOS, 2011, p. 59).

Esses questionamentos, Rousseau os utilizou, em resposta a outra pergunta a ele dirigida pela academia, acerca da influência do progresso das artes e das ciências nos costumes da época. Assim, como ele, partimos de alguns questionamos acerca dos conhecimentos ou saberes existentes no mundo camponês. “Como podemos distinguir o conhecimento científico do conhecimento não científico?” Santos (2007, p. 33). Para o autor nenhuma destas perguntas tem respostas definitivas, mas sugerimos alguns apontamentos teóricos onde assentam-se os *saberes/fazeres* camponeses quilombolas.

As respostas no caso das Comunidades Camponesas Quilombolas estão na compreensão da importância das práticas consolidadas no processo produtivo e na relação com a natureza. Nesses locais, os conhecimentos são construídos e aprimorados de acordo com sua importância

na estrutura social dessas comunidades tradicionais⁸⁹. São *saberes/fazeres* que possuem inúmeros sentidos para o *povo da terra*, ao contrário do caráter homogêneo da ciência moderna positivista.

A necessidade da humanidade em encontrar saídas ao aparato tecnológico imposto pela ciência positivista e capitalista tornou-se urgente principalmente no pós-guerra, em que o capital financeiro se apropriou de espaços significativos do setor produtivo, em especial dos espaços camponeses. Encontrar um caminho no caso das ciências agrárias significa negar parte do que somos e fazemos ao longo dos últimos cinquenta anos. Significa também a chance de construir outras trajetórias às ciências agrícolas, pautada no respeito às práticas tradicionais preservadas pelos *trabalhadores da terra*. Nesse contexto, mais que discutir questões ligadas a produção e a produtividade, buscamos compreender em quais fundamentos teóricos estão amparados os conhecimentos basilares da agricultura camponesa, os quais chamamos de *saberes/fazeres*.

No Brasil os estudos referentes aos conhecimentos tradicionais (*saberes/fazeres*), ainda são recentes e foram inspirados principalmente na ecologia. “A partir da década de 1970, tornaram-se mais frequentes os trabalhos de etnociência em suas diversas subdivisões, como a etnobiologia, a etnobotânica, a etnofarmacologia, a etnomatemática” Diegues (2000, p. 29). Os objetivos desses estudos foram em sua maioria mostrar a importância dos conhecimentos acumulados pelos povos tradicionais no manejo dos recursos naturais, garantindo assim a soberania alimentar e a preservação do ambiente onde habitam. Nessa pesquisa compreendemos os *saberes/fazeres* das Comunidades Quilombolas como elementos fundamentais não apenas no manejo com o ambiente, mas em especial na identificação com o território e na *(Re)Existência* construída ao longo de sua trajetória.

Na Comunidade Quilombola Kalunga, os saberes ocupam espaço privilegiado na memória da população, amparados na existência do sobrenatural, responsável pela identidade dos sujeitos com cada porção do território. Eles surgem espontaneamente nas discussões sobre a área mais adequada para *botar a roça*, a melhor semente para semear ou se a cor da água do rio Paranã está ou não apta para a pesca do Jaú⁹⁰. São certezas que aplicadas ao rigor científico

⁸⁹ [...] deve dar-se preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção (SANTOS, 2007, p. 29).

⁹⁰ No mundo camponês a natureza é quem informa o momento adequado para determinadas atividades. Ela mostra o momento certo do plantio, da colheita, da retirada da madeira e até de pescar determinados peixes. Nesse caso a fase da lua e a cor da água influenciam diretamente. Na pesca do Jau (*Paulicea luetkeni*) por exemplo, a melhor fase da lua é a crescente com a água não muito limpa.

quantificador não apresentam qualquer eficácia, mas sabemos que são verdadeiras a partir do momento em que não existe uma única forma de validar os conhecimentos existentes. Ademais eles são construídos dentro de um saber empírico com significados perceptíveis no mundo dos sujeitos sociais que os dominam.

Como exemplo dos *saberes/fazeres* quilombolas reproduzimos um pedaço de prosa que tivemos com um camponês da Comunidade numa das muitas visitas que fizemos ao território durante a pesquisa. Falando sobre o momento adequado para efetuar o plantio das “roças de toco”, ele nos explicou que seus plantios eram realizados preferencialmente nos dias dos santos comemorados nos meses de dezembro e janeiro: ou se plantava com Nossa Senhora da Conceição (08/12), ou com Santa Luzia (13/12), e os cultivos mais tardios eram realizados em Santos Reis (06/01). Após a colheita que segundo ele seria farturosa, nunca deixou de fazer uma oferta do produto colhido ao santo do dia em que foi feito o plantio, correndo o risco caso assim não procedesse de ser penalizado no plantio seguinte. A referida oferta ocorre em forma de doações aos festeiros nas festas tradicionais ou num almoço ou jantar das folias⁹¹ que percorrem a Comunidade Quilombola em diversas épocas do ano.

As datas citadas pelo camponês estão diretamente ligadas com uma maior fartura de chuva no Cerrado, que se concentra preferencialmente no verão. Nesse sentido, a ciência moderna possui mecanismos adequados para que esses conhecimentos possam ser armazenados e utilizados quando necessários, como podemos exemplificar nos dados meteorológicos disponíveis em vários bancos de dados, alguns compreendendo períodos superiores a dois séculos. O camponês também utiliza os conhecimentos disponíveis, mas provenientes de fontes ligadas ao misticismo, a relação com o ambiente e às leituras dos fenômenos naturais ao longo do ano. Se de um lado a ciência possui conhecimentos técnicos para refutar teoricamente essas práticas, por outro entendemos que a aproximação entre os modelos poderá gerar ganhos significativos para ambos. Os dois modelos de conhecimento estão, epistemologicamente próximos, pois tanto o conhecimento científico quanto o conhecimento tradicional se baseiam numa constatação empírica.

Ao camponês citado não interessa saber a razão que leva a concentração das chuvas no período que compreende os meses de novembro a janeiro. O importante era determinar através

⁹¹ As folias são manifestações religiosas católicas originárias da Europa e praticada no Brasil especialmente nas Comunidade Camponesas. Na Comunidade Quilombola Kalunga as folias homenageiam vários Santos em épocas distintas. No giro pela Comunidade os moradores oferecem donativos além de fartos almoços e jantares para os foliões e convidados. Esses por sua vez agradecem na forma de orações cantadas em versos entoados por todo o grupo. As folias representam a essência da cultura camponesa.

da temporalidade religiosa a época mais propícia ao plantio dos diversos cultivos realizados na Comunidade, e para isso utiliza os dias de santo como marca temporal.

Utilizar os dias de santos como referência temporal decorre das condições de acesso dos camponeses aos conhecimentos acumulados em um passado não muito distante. Assim, considerar os dias de santos é demarcar temporalmente um período em que as precipitações ocorrem com maior intensidade, e o solo oferece condições de umidade ideais para realizar os plantios. Considerando que na formação religiosa das Comunidades Camponesas quilombolas há uma mistura do catolicismo com símbolos das religiões afros, entendemos facilmente a ligação desses sujeitos com os *santos ditos católicos*, mas que em sua maioria originam da ressignificação das divindades afros para que os cultos pudessem ocorrer durante o período escravista. São datas marcantes na vida do Povo Quilombola Kalunga, portanto, utilizadas como marco temporal em suas atividades mais importantes.

Quanto a influência dos santos na regulação do ciclo de cultivo na Comunidade, confessamos que somente os saberes naturais e sobrenaturais dos Povos Tradicionais, e nesse caso, dos Quilombolas Kalunga podem explicar. No entanto, evocamos os ensinamentos de Santos (2007, p. 9), ao afirmar que: “Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento da matéria, sociedade, vida e espírito, como também muitos e diversos conceitos sobre o que conta como conhecimento e os critérios que podem ser usados para validá-lo”. Nesse sentido não cabe a nós extensionistas, pesquisadores e cientistas arregimentar esforços tentando compreender a validade/veracidade desses saberes. Eles existem e estão culturalmente consolidados nas práticas dos *trabalhadores da terra*.

Como pesquisador e camponês compreendo que carregar no imaginário esses saberes ajuda na preservação de um modelo de vida baseado no trabalho com a terra e na identidade territorial, condição fundamental à *(Re)Existência* no mundo camponês. De nada adianta dispor dos melhores centros de informações e assistir o conhecimento produzido e armazenado se transformar em mercadoria. Os *saberes/fazeres* empregados no exemplo citado para demarcar a temporalidade dos plantios se colocam contra a hegemonia do modelo científico vigente, na medida em que, não permitem a apropriação e a mercadorização. Esses *saberes/fazeres* foram base da domesticação e seleção de plantas alimentícias que hoje majoram os lucros dos grupos econômicos transnacionais.

O modelo agrícola experimentado atualmente pela minoria da população mundial tem suas bases nos conhecimentos introduzidos pela ciência moderna, marcado pelo produtivismo,

visando a máxima exploração do trabalho, da terra e dos recursos técnicos na busca incessante do lucro. Os resultados alcançados pela agricultura convencional frente a agricultura tradicional ou camponesa é o argumento utilizado pelos seus defensores para justificar o caráter expropriatório do modelo, sem o qual segundo eles, não conseguiríamos alimentar a população mundial. Para Altieri (2008, p. 180):

[...] as comparações de produtividade entre a Revolução Verde e os sistemas agrícolas tradicionais, tem sido parciais e injustas, pois ignora o fato de que os agricultores tradicionais valorizam a totalidade do sistema e não somente os rendimentos de uma cultura”, como é o caso do modelo agrícola imposto pela Revolução Verde.

De nada adianta buscar comparações de produtividade entre modelos agrícolas antagônicos, cujos objetivos e as metodologias são diversas. Serve apenas para levar ao descrédito, enquanto unge o outro, como a salvação da lavoura. “A Revolução Verde criou a ideia de que a produtividade agrícola pode ser medida em função da quantidade de mercadoria vendida” Shiva (2002, p.77), não importando que as práticas agroecológicas carregam em sua história uma série de sentidos que não nos possibilita estabelecer comparações com as práticas do agronegócio e suas “tecnologias”. Quando o agricultor utiliza os *saberes* tradicionais em detrimento dos pacotes tecnológicos ele mantém viva uma série de *fazeres* que o liga a terra, ao território e a Comunidade, valorizando a cultura e a *(Re)Existência* camponesa.

A certeza que se cristalizou durante a pesquisa foi saber que esse novo, moderno e tecnificado, não é mais primazia da ciência hegemônica, principalmente quando falamos da produção de alimentos. Segundo Shiva (2002, p. 78) [...] o que é “improdutivo” ou “lixo” no contexto comercial da Revolução Verde, agora está começando aparecer como algo produtivo no contexto agroecológico, e como único caminho para uma agricultura sustentável”. O moderno que produz resultados consistentes está nas práticas agroecológicas que não oferecem riscos à saúde e ao ambiente, e claro, não é passível de ser capturado pela ciência dita “moderna” em nome do lucro.

Aliás, foi fundamental o papel exercido pela ciência na consolidação das práticas agrícolas pautada nos pacotes da Revolução Verde. Para Altieri (2008, p. 326), “a ciência agrônoma concentrou esforços em pesquisas com variedades e densidade de plantio voltadas a monocultura, fertilizantes químicos, venenos e maximização do uso da mão de obra”. Grandes grupos econômicos são responsáveis atualmente pela sustentação tecnológica desse modelo agrícola, com participação em todas as fases da atividade. “O objetivo é retirar dos agricultores tradicionais o controle sobre as sementes e, de maneira mais ampla, sobre a produção no campo, em benefício das grandes corporações transnacionais” Guhur; Tona (2012, p. 60).

Nesse modelo expropriador que busca o lucro através do aumento da produtividade sem observar os ciclos naturais, ocorre a máxima exploração do tripé trabalho x técnica x recursos naturais. Na técnica temos os conhecimentos voltados à produção de alimentos que se tornaram patentes de grandes grupos financeiros, com domínios sobre todos os setores da agricultura. Sobre ciência e saber científico, Morin (2005, p. 127), nos ensina em suas teses sobre a ciência e ética:

[...] é preciso pensar que o desenvolvimento da ciência leva a um saber anônimo que não mais é feito para obedecer à função que foi a do saber durante toda a história da humanidade. O novo saber científico é feito para ser depositado nos bancos de dados e para ser usado de acordo com os meios e segundo as decisões das potências.

Corroborando com o autor, Santos (2012, p. 22), nos ensina que:

Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela torna-se tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos, e renuncia a toda vocação de servir à sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, em que a metodologia substitui o método.

Para o autor estamos tratando de um saber instrumentalizado, sem limites éticos na busca do lucro a qualquer custo. Um modelo de produção de conhecimento em que os fins justificam os meios. Contudo é importante destacar que os conhecimentos provenientes das ciências agrícolas contêm em sua essência saberes populares construídos longe dos laboratórios biogênicos, não se configurando, portanto, em um saber empírico construído a partir das pesquisas desenvolvidas pela ciência moderna. São práticas que em tese não poderiam ser apropriadas e patenteadas com o intuito de atender a sanha financeira do capitalismo no campo, pois faz parte da identidade cultural de um povo. Ocorre que se tratando de alimentos essa premissa não é considerada pela ciência.

Além da apropriação e ressignificação dos saberes realizada por grandes corporações do agronegócio, essa prática incorre também na destruição da memória cultural camponesa, a partir da desterritorialização ou com a imposição de outras práticas culturais que invisibilizam os saberes/fazeres consolidados nas Comunidades Camponesas. Conforme nos ensina Shiva (2002, p. 25):

Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar.” A linearidade fragmentada do saber dominante rompe as integrações entre os sistemas. O saber local resvala pelas rachaduras da fragmentação. É eclipsado com o mundo ao qual está ligado. Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem

as próprias condições de existência de diversas espécies.

Concordamos que a sistematização dos conhecimentos no campo da ciência agrônômica representou avanços significativos nas práticas agrícolas nas últimas cinco décadas. Nunca caminhamos tão rápido na disposição de conhecimentos que reverberassem em ações produtivas eficientes e promissoras. Mas, entendemos também, que nunca avançamos tanto na apropriação e mercantilização dos conhecimentos tradicionais, frutos do aprimoramento camponês e suas técnicas de experimentação. O *modus operandi* do capital em relação as práticas agrícolas tradicionais passam pela desqualificação, apropriação e ressignificação dos saberes/fazeres apropriados, que se tornam quantificáveis e prontos para voltarem ao campo na forma de mercadorias.

Entretanto, quando falamos da ciência moderna não consideramos a dimensão científica e tecnológica dos saberes/fazeres acumulados pelos povos indígenas habitantes primeiros dessa terra. Os conhecimentos socialmente construídos, por exemplo, na América Latina não foram recepcionados pela ciência positivista ao longo de sua trajetória, aliás, foram apropriados, sufocados e até colocados na clandestinidade. Séculos depois, e no caso das ciências agrárias após a Segunda Guerra Mundial, esses saberes reaparecem no mundo das ciências agrônômicas ressignificados, patenteados e identificados como conhecimentos elaborados para *salvar a humanidade* da fome e da miséria, algo ainda não alcançado pelo modelo agrícola hegemônico.

Diferente do modelo agrícola imposto pela Revolução Verde na década de 1960, em que o lucro permeia todo o ciclo produtivo, na agricultura tradicional praticada nas Comunidades Camponesas, o suprimento de alimentos aos membros do grupo é o primeiro objetivo. Voltando na história não encontraremos qualquer registro de carência de alimentos nas populações indígenas pré-colombianas, haja vista que essa população utilizava uma diversificada variedade de plantas alimentícias que se espalharam pelo mundo após o século XVI.

Será que nas condições favoráveis em que viviam esses povos não desenvolveram conhecimentos sobre domesticação e cultivo de plantas? Ou será que seus conhecimentos foram descartados pelo *colonizador*? A impressão que nos foi colocada ao longo dos tempos é que esses povos não desenvolveram conhecimento algum que tivesse importância ao europeu. Ocorre que a ciência europeia se apropriou dos conhecimentos existentes, principalmente, os ligados a produção e armazenagem de alimentos e os disseminou como se fosse sua genitora. Atualmente falamos na batata inglesa (batatinha), no milho e outros alimentos como se fossem

resultados de séculos de seleção e aprimoramento da ciência moderna. Esquecemos, portanto, que esses alimentos cujo consumo evitou que a fome dizimasse milhões de pessoas mundo a fora em várias oportunidades, foram selecionados e aprimorados pelos povos pré-colombianos do continente Latino Americano.

Antes, portanto, de qualquer julgamento desqualificando os *saberes/fazeres* dos povos tradicionais que habitaram/habitam a América Latina desde antes da chegada do “homem branco”, temos que compreender que todo conhecimento ou saber decorre preferencialmente das necessidades existentes em cada época. Assim, por exemplo, a domesticação de animais e a seleção de plantas estão diretamente ligadas às populações que se fixaram em determinadas regiões, necessitando produzir o mínimo de sua dieta alimentar. Originam-se dessa prática os *saberes/fazeres* que perpetuam por gerações nas Comunidades Camponesas, frutos de observações sistematizadas e da seleção onde é aplicado um processo rigoroso de experimentação. Nesse sentido Lévi-Strauss (2008, p. 30) considera que:

Para transformar uma erva silvestre em planta cultivada, uma besta selvagem em animal doméstico, para fazer aparecer em uma ou em outras propriedades alimentares ou tecnológicas que, em sua origem, estavam completamente ausentes ou apenas podiam ser suspeitadas; para fazer de uma argila instável prestes a esfarelar-se, a se pulverizar ou a rachar uma cerâmica sólida e vedada; para elaborar técnicas, muitas vezes longas e complexas, que permitem cultivar sem-terra ou sem água; para transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos ou ainda utilizar essa toxicidade para a caça, a guerra ou o ritual, não duvidemos de que foi necessária uma atitude de espírito verdadeiramente científico.

Muitas das práticas (*saberes/fazeres*) que hoje aplicamos, principalmente, nos processos de produção de alimentos derivam da capacidade que as populações tradicionais possuem de adaptar os recursos naturais disponíveis às suas necessidades. São inúmeros os exemplos em que necessitamos voltar no tempo e no espaço e retomar essas práticas, para que possamos garantir a sequência de determinados processos. Isso ocorre com muita frequência nas pesquisas agropecuárias em que determinadas espécies necessitam retomar parte de suas características genéticas originais para que possam sustentar as mudanças genéticas impostas pela manipulação de genes.

Os casos se sucedem e aí reside a importância dos *saberes/fazeres* tradicionais, pois somente as Comunidades Camponesas realizam seleção sem qualquer interesse comercial, assim como fizeram os povos indígenas pré-colombianos selecionando inúmeras espécies alimentícias que se espalharam pelo mundo após o século XVI.

No Brasil citamos o exemplo da mandioca (*manihot esculenta*), que foi selecionada

pelos indígenas brasileiros, e espalhou-se pelo mundo, estabelecendo entre as latitudes 30° N e 30° S, principalmente nas zonas tropicais das Américas, África e Ásia. “A espécie constitui-se num dos principais alimentos energéticos, componente cotidiano da refeição de cerca de um bilhão de pessoas. É a terceira fonte de calorias consumida no mundo” (EMBRAPA, 2011, p. 01). A seleção e a incorporação da mandioca nos hábitos alimentares foram realizada por indígenas brasileiros há mais de dez mil anos na região do Vale do rio Guaporé. Alguns saberes camponeses ressignificados são milenares, mesmo assim, viraram patentes de grandes grupos e atualmente são disponibilizados aos agricultores convencionais como conhecimentos ou tecnologias modernas. Citamos como exemplo as técnicas de cultivo irrigado, empregadas pelos egípcios no vale do rio Nilo, o cultivo em faixa visando a preservação do solo nos Andes peruanos ou o policultivo utilizado pelo Povo Karajá da Ilha do Bananal, e que hoje é recomendado pela ciência agrônômica no controle da lagarta *helicoverpa armigera*⁹². São “tecnologias” (*saberes*) consideradas modernas em pleno século XXI, mas que já eram utilizadas pelos povos pré-colombianos no século XVI. A apropriação e a ressignificação desses saberes pelo capital deixam claro que o rápido avanço das ciências agrárias nas últimas cinco décadas, em parte, está diretamente associado a apropriação dos *saberes/fazeres* existentes nas Comunidades Camponesas.

Essas constatações mostram que necessitamos da construção de novos paradigmas nas ciências, em especial nas ciências agrárias. E que possam considerar a existência das práticas camponesas como basilares à produção de alimentos. Santos (2010, p. 90) compreende que:

[...] há a necessidade de aproximação da ciência pós moderna em relação aos saberes populares. Segundo o autor: o conhecimento científico pós-moderno, só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em senso comum. [...] ao sensocomunizar-se, não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que tal conhecimento se deve traduzir em autoconhecimento, em sabedoria de vida.

Assim, entendemos que a ciência tal como é praticada atualmente, em especial aquela, dedicada a produção de conhecimentos agrícolas, distantes da realidade camponesa padece dos

⁹² A *helicoverpa armigera* é considerada hoje (2015) o principal inseto que alimenta das plantas de soja, milho e algodão. Identificada 2011, tem surpreendido os agricultores convencionais e pesquisadores pelo seu alto poder de consumo, causando muitos prejuízos às lavouras, principalmente nas áreas do Cerrado. Devido às suas características biológicas (polifagia, alta fecundidade, alta mobilidade local das lagartas e migração das mariposas), a *helicoverpa armigera* consegue sobreviver em ambientes instáveis, adaptando-se as mudanças sazonais do clima. É um típico inseto que se metamorfoseou e adaptou-se as condições de cultivo das variedades transgênicas. Seu controle é feito prioritariamente com a aplicação do veneno denominado benzoato de emamectina, um inseticida altamente tóxico cujo o uso no Brasil já havia sido rejeitado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em 2003. O descontrole ambiental causado pela monocultura leva o agricultor convencional a fazer atualmente de oito a dez aplicações de veneno no cultivo da soja, tornando o Brasil o maior consumidor de veneno do mundo.

saberes/fazeres tradicionais em suas práticas, principalmente quando o que está em jogo é a soberania alimentar da humanidade. A apropriação, a ressignificação e a transformação desses saberes em mercadoria desvia a função social da ciência agrônômica, colocando-a a serviço do capital hegemônico que domina todas as fases na produção de *commodities* agrícolas.

Queremos assim demonstrar que o conhecimento científico da forma em que está sendo construído, sistematizado e apropriado pelo capital, apropria e desconsidera os *saberes/fazeres* aprimorados e dominados pelos povos tradicionais. Concordamos com a afirmação de Shiva (2002, p. 71), que “[...] essas tecnologias apresentam um avanço não pela experimentação e validação, mas pela rejeição anticientífica do saber local como algo primitivo”. O que temos nesse caso como conhecimentos científicos aplicados à agricultura convencional nada mais é do que a apropriação e a manipulação dos *saberes/fazeres* construídos socialmente nas Comunidades Camponesas ao longo de sua trajetória.

Outrossim, em se tratando de práticas camponesas sabemos que elas não são constituídas visando a exploração exaustiva dos recursos naturais em nome do lucro. Eles partem de conhecimentos acumulados no trabalho com a terra, onde aplicam os saberes numa *convivência harmônica* com o ambiente. Para Altieri (2008, p. 34): “os camponeses que trabalham com sistemas de produção tradicional têm conhecimentos e compreensões sofisticadas sobre a biodiversidade agrícola que manuseia”. São práticas culturais aprimoradas no relacionamento diário com o ambiente onde habitam e no trabalho com a terra, de onde tiram o alimento com máxima eficiência, sem causar degradação dos recursos naturais, muito diferente dos promovidos pela agricultura comercial.

Ademais, “onde os saberes locais não foram destruídos por completo as comunidades resistem a destruição ecológica perpetuada pela monocultura” Shiva (2002, p. 73). Podemos então compreender que os *saberes/fazeres* das Comunidades Camponesas são fundamentais na construção da *(Re)Existência* face as investidas do capitalismo no campo, materializado na ocupação destruidora do agronegócio. Manter a independência em relação às empresas transgênicas e veneneiras, é sim, uma maneira de *(Re)Existência* frente ao processo de destruição da cultura camponesa.

Nesse sentido compreendemos que a importância das práticas agrícolas tradicionais ainda não recebeu seu devido valor da pesquisa científica em função da hegemonia na produção de conhecimentos voltados a agricultura comercial. Esse modelo já experimenta situações

claras de esgotamento socioambiental⁹³ em todos os países que o adotou, deixando evidente, os equívocos cometidos pelo modelo científico predominante.

Destarte, o pensamento positivista em não considerar que o conhecimento camponês também passa por um rigoroso processo de observação e experimentação, onde a criatividade do agricultor consegue interpretar os fenômenos que ocorrem em um determinado espaço, influenciado principalmente pelo seu conhecimento ambiental. A experimentação realizada pelos camponeses não ocorre obedecendo aos mesmos critérios quantitativos das ciências agrárias, mas sim, qualificando os melhores cultivos que se adaptam às determinadas condições ambientais locais. Esse entendimento corrobora com Altieri (2008, p. 36), ao afirmar que:

A vantagem do conhecimento popular rural é que ele é baseado não apenas em observações precisas, mas também, em conhecimento experimental. Esta abordagem experimental é bastante evidente na seleção de variedades de sementes para ambientes específicos, mas também é implícita, na testagem de novos métodos de cultivo, visando a superação de limites biológicos ou socioeconômicos particulares.

Diferentemente do agronegócio, os conhecimentos experimentais os quais se referem Altieri (2008), não estão a serviço da subordinação do trabalho e da exploração dos recursos naturais em nome do lucro. Os objetivos perseguidos na prática camponesa de produção de *saberes/fazeres* não obedecem a mesma lógica empregada pela agricultura convencional, ou seja, o lucro imediato. Nesse sentido podemos considerar os camponeses como sujeitos que pesquisam e produzem os conhecimentos (*saberes*) necessários à sua reprodução social. Enfim, são exímios pesquisadores responsáveis pela seleção, melhoramento e preservação de espécies alimentícias cultivadas em todo mundo. Esses *saberes* aprimoram-se com as práticas diárias, incorporando-se aos *fazeres* no trabalho com a terra.

Caminhando contra a hegemonia imposta pelas ciências agrárias convencionais, essa e outras pesquisas possuem em sua essência a responsabilidade de evidenciar as práticas agroecológicas existentes na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, acreditando na extensão rural como caminho adequado para preservação e potencialização desse modelo de práticas agrícolas. O desafio posto ao pesquisador-camponês foi demonstrar que esses *saberes/fazeres* mesmo não recepcionados pela ciência positivista são tratados com importância social reconhecida nas Comunidades Quilombolas; e, formam um conjunto de práticas responsáveis pelo de mais sagrado existente no mundo camponês: *a tua cheia no final de cada colheita*.

⁹³ A agricultura atual é insustentável de todas as maneiras; no que diz respeito a água, ao aquecimento, à poluição, é insustentável em todos os sentidos (PRIMAVESI, 2012, p. 13).

Ao contrário da ciência convencional, os *saberes/fazeres* camponeses em muitas situações não são passíveis de experimentação, de repetição sequenciada ou de serem capturados pelo modelo hegemônico de produção de conhecimento. Eles decorrem especialmente no campo da observação e da seleção natural, desprovidos de qualquer prática de indução, que promove a degeneração das características existentes em uma determinada planta. Ao contrário dos produtos geneticamente modificados que através da indução agrega características diversas, que os tornam dependentes e frágeis diante das adversidades ambientais, as sementes tradicionais (também conhecidas como sementes crioulas, xodó, da paixão, etc.), já carregam em sua pureza genética as características que possibilitam a resistência às diversas características ambientais. Além de não ser dependente de adubos químicos, venenos e outros; elas trazem a história e a *(Re)Existência* de culturas tradicionais, há muito, sufocadas pelo agronegócio.

Os conhecimentos tradicionais ou *saberes/fazeres* agrícolas se diferenciam entre as Comunidades Camponesas, principalmente se considerarmos a seleção, a adaptação de sementes, ou a forma de consórcio nos policultivos; traduzindo em várias maneiras de promover a eficiência no trabalho com a terra. Mas se aproximam em vários pontos, conforme nos explica Altieri (2008, p. 29):

Embora os agroecossistemas tradicionais variem com as circunstâncias geográficas e históricas, muitas características estruturais e funcionais são compartilhadas pelos diferentes sistemas, pois eles: contêm um grande número de espécies; exploram toda uma gama de microambientes com características distintas, tais como solo, água, temperatura, altitude, declividade ou fertilidade, seja em um único campo de cultivo, seja em uma região.

Essas características e conseqüentemente a diversificação da maneira de se trabalhar com a terra é o que torna a agricultura tradicional e seus saberes objeto de cobiça e apropriação patrocinada pelos grandes grupos representados pelas indústrias de sementes, adubos e venenos. Os bancos de germoplasmas existentes nessas comunidades constituem-se numa rica reserva técnica na busca da variabilidade genética frente a homogeneidade dos produtos geneticamente modificados. Essa reserva genética adaptada às diversidades socioambientais forma um potencial importante na tarefa de alimentar as mais de sete bilhões de pessoas que a ciência positivista traduzida na Revolução Verde não foi capaz de fazer. Nesse sentido Shiva (2002, p. 39) explica que:

A Revolução Verde substituiu não só as variedades de sementes, mas safras inteiras do Terceiro Mundo. Assim como as sementes das comunidades locais eram consideradas “primitivas” e “inferiores” pela ideologia da Revolução Verde, as safras de alimentos foram consideradas de má qualidade. Somente uma agronomia

tendenciosa, enraizada no patriarcado capitalista, poderia chamar safras nutritivas de inferiores.

As tentativas que consolidaram a apropriação desses saberes são inúmeras e todas travestidas de sentidos na realidade do modelo em questão. No Brasil, a exemplo de outros países, a Lei n 9. 456 de 22 de abril de 1997⁹⁴, aprovada sob a exigência das corporações transnacionais evidencia fielmente essa verdade. O caráter antiético da Lei, que privilegia as novas cultivares de sementes, às quais são, sempre, realizadas pela técnica da transgenia, destroem sementes que por séculos, foram objeto de seleção pela humanidade, especificamente pelas comunidades tradicionais. Para Altieri e Nicholls (2001, p. 161):

Embora essas variedades tradicionais sejam consideradas parte da herança comum da humanidade, elas têm sido submetidas, por muitas organizações ocidentais, a processos de pirataria biológica, sem recompensar adequadamente as comunidades rurais que cumpriram o papel de administradoras desse patrimônio.

Esse material genético diversificado e aprimorado nas práticas camponesas chegou aos dias de hoje pelo trabalho coletivo de agricultores de muitas gerações, mas a partir da aprovação da Lei de Proteção de Cultivares (1997), foi apropriado sem o reconhecimento de qualquer propriedade aos seus guardiões. São *saberes/fazeres* que ressignificados e transformados em mercadoria, conferem elevado retorno financeiro às empresas do agronegócio que dominam o mercado mundial de transgênicos e venenos.

Os *saberes* como compreendemos são práticas abstratas e concretas muito presentes no mundo camponês. Sua plenitude verifica-se em vários *fazeres* que somente sendo partícipes dessa realidade é que seremos capazes de compreender sua importância. Para a compreensão a abstração dos *saberes/fazeres* tradicionais da Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, tivemos que voltar às origens, *falar a língua* dos camponeses e com eles caminhar para compreender as razões pelas quais não foram recepcionados pela “ciência moderna” como conhecimento.

Só assim, foi possível entender que os *saberes/fazeres* camponeses são práticas socialmente construídas no trabalho com a terra e, que por vez, são apropriados e transformados pela ciência moderna. Eles se expressam no conhecimento ambiental, na utilização de sementes crioulas e no uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. Para abstraí-los “é preciso, antes de

⁹⁴ Conforme a Lei n 9.456 de 22 de abril de 1997, a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual referente a cultivar se efetua mediante a concessão de Certificado de Proteção de Cultivar, considerado bem móvel para todos os efeitos. Os melhoramentos são efetivados a partir de uma base genética consolidada ou seja: através da transgenia são inseridas algumas características desejáveis pelas empresas no material, fazendo com que esse figure como diferente em relação ao inicial. A partir dessa manipulação genética constitui uma nova cultivar cuja a propriedade é protegida pela referida Lei.

tudo, reconhecer a existência, entre as sociedades tradicionais, de outras formas, igualmente racionais de se perceber a biodiversidade, além das oferecidas pela ciência moderna.” Diegues (2000, p. 35).

É assim que compreendemos os conhecimentos, práticas ou *saberes/fazeres* camponeses existentes nas Comunidades Quilombolas Kalunga de Goiás. Contudo, a nós não importa se esses conhecimentos são científicos à sombra da ciência positivista, pois essa conclusão depende da orientação política do pesquisador. Ao bem dessas práticas seria importante que elas continuassem não sendo recepcionadas como conhecimento dentro do modelo científico vigente e que não fossem apropriadas pela ciência moderna e colocadas a serviço dos grandes grupos transnacionais que dominam a técnica, a cultura e o saber atualmente. Às Comunidades Camponesas guardiãs desses saberes não interessam sua resignificação, pois elas necessitam apenas tê-los a sua disposição quando assim necessitarem, fato que, não ocorre quando transformados em mercadoria, garantindo o lucro de um número reduzido de pessoas.

Admitir a transformação dos *saberes/fazeres* agrícolas quilombolas em mercadoria como ocorreu com inúmeras comunidades camponesas brasileiras é abrir as portas para a expropriação e apropriação do território, pois essas práticas representam a identidade quilombola junto ao território de vida. Outrossim, entendemos que lutar contra o modelo agrícola experimentado atualmente pela sociedade significa caminhar dentro de limites em que as práticas políticas definirão o futuro dos povos envolvidos na luta pelo território, ou seja: terra, água, cultura e condições ideais de existência.

Se conseguirem manter seus *saberes/fazeres* frente a sedução exercida pelas corporações do agronegócio somente o tempo poderá nos responder. Cabe ao Estado, academia, sociedade e em especial as instituições de extensão rural buscar mecanismos que possam potencializar essas práticas agrícolas territorializadas nas Comunidades Camponesas. É nesse contexto de lutas e contradições que afloram as necessidades que defendemos de uma Ater viva, territorializada e participe das *(Re)Existências* locais. Uma Ater potencializadora de *saberes/fazeres* com metodologias condizentes e em acordo com as necessidades do Povo Quilombola Kalunga.

6 PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA: do crédito rural às mudanças socioespaciais

Os homens, em seu processo, como sujeitos do conhecimento e não como recebedores de um “conhecimento” de que outro ou outros lhes fazem doação ou lhes prescrevem, vão ganhando a “razão” da realidade. Esta, por sua vez, e por isso mesmo, se lhes vai revelando como um mundo de desafio e possibilidades; de determinismo e de liberdade, de negação e de afirmação de sua humanidade; de permanência e de transformação; de valores e de desvalor; na esperança da busca, e de espera sem esperança, na inação fatalista. (PAULO FREIRE, 2013, p. 116).

Em Goiás a política de extensão rural espacializou-se de forma semelhante às demais regiões do país a partir da década de 1950. O processo iniciado com a criação da Agência de Crédito Agrícola de Goiás (ACAR-GO), em 1954, foi lento e não chegou em todas as regiões do estado, priorizando as regiões onde os projetos de ocupação do Cerrado foram implantados, em especial nas décadas de 1960/1970. As regiões Central, Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado foram as primeiras a contar com os serviços da extensão rural, haja vista que seriam as primeiras a integrar o eixo da modernização conservadora da agricultura uma década depois. A Lei nº 7.969, de 15 de outubro de 1975 que criou a EMATER-GO, já indicava qual seria o rumo adotado pela empresa:

Planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando à *difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social*, para aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida no meio rural (Lei nº 7.969 de 15/10/1975. Grifos nossos).

Essa política pública só foi chegar na região Nordeste de Goiás, no final da década de 1970, com a inauguração de unidades de atendimento nas cidades do entorno de Brasília. A agência de atendimento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (EMATER-GO), em Monte Alegre de Goiás foi inaugurada em 1984, assim como ocorreu com a maioria das unidades de atendimento da região. A inauguração de uma nova unidade da extensão rural era sempre motivo de festa para os produtores locais, pois significava o apoio necessário a introdução de novas tecnologias nas práticas produtivas, além de facilitar o acesso ao crédito rural mediado pela extensão.

Se considerarmos o histórico da extensão rural no Brasil, em Goiás e em especial na região Nordeste do estado, concluiremos que ainda é recente sua presença, mesmo que de maneira superficial nas Comunidades Quilombolas Kalunga de Goiás. Isso explica o fato de que essas Comunidades, ainda manter práticas e saberes agrícolas há muito substituídos pelas

Comunidades Camponesas em outras regiões do país, e que hoje despertam a cobiça dos conglomerados que produzem produtos geneticamente modificados.

Essas práticas agrícolas são pautadas pela agroecologia, pois a produção de alimentos nas *unidades de vida camponesas* Kalunga acompanhadas pela pesquisa, assentam-se na utilização de sementes crioulas e na diversidade dos alimentos cultivados⁹⁵, muito diferente das práticas do agronegócio. As roças na Comunidade Quilombo Kalunga nos remetem às práticas agrícolas que há muito se perderam com a Revolução Verde, mas que em função dos resultados que experimentamos atualmente apresentam-se como alternativa importante na produção saudável de alimentos e na *(Re)Existência* camponesa.

Derrubar o Cerrado, limpar com a queimada, desencoivar⁹⁶ e esperar as primeiras chuvas para o plantio é um ato que requer alguns saberes, pois configuram puro e único no ideário quilombola. Nessa forma de cultivo Mazoyer; Roudart (2010, p. 132), explica que:

Após o abate das árvores, o terreno estará entulhado em sua superfície com folhagens e ramagens e troncos mortos a serem eliminados antes de semear ou de plantar. O procedimento mais comum consiste em deixar secar esse material vegetal, depois queimá-lo pouco antes das chuvas e procedendo a sementeira de forma que os cultivos se beneficiem ao máximo dos minerais nutritivos contidos nas cinzas. Em certas sociedades de cultivadores fracamente equipados, as queimadas são seguidas diretamente pelas operações de sementeira ou de plantação, sem preparo específico do solo.

As sementes semeadas acabam por beneficiar-se de uma quantidade significativa de nutrientes existentes no solo em estado solúvel após a queimada. Essa prática quando realizada anualmente acaba por danificar profundamente as bases químicas, físicas e biológicas do solo, mas considerando que a área aberta será utilizada por apenas algumas safras e a queimada realizada apenas na abertura da área, os danos são minimizados. Com o pousio após dois ou três anos de cultivo a área recobre de vegetação e o solo acaba por recuperar sua condição inicial, principalmente no que tange a taxa de matéria orgânica.

Na visão da extensão rural tradicional essa prática é considerada atrasada e demasiada improdutiva, pois não utilizam as tecnologias consideradas modernas e potencializadoras da produção e da produtividade. Essa visão consolidada nas práticas extensionistas foi responsável

⁹⁵ As roças e os quintais nas *unidades de vida camponesa* na comunidade Kalunga apresentam uma diversidade significativa de cultivos. Essa diversidade garante a disposição de alimentos em todas as épocas do ano, mesmo nos períodos de pouca chuva. Nas roças cultivam-se arroz, milho, feijão, abóbora, mandioca, melancia, melão, banana, cana de açúcar, milho de pipoca etc.

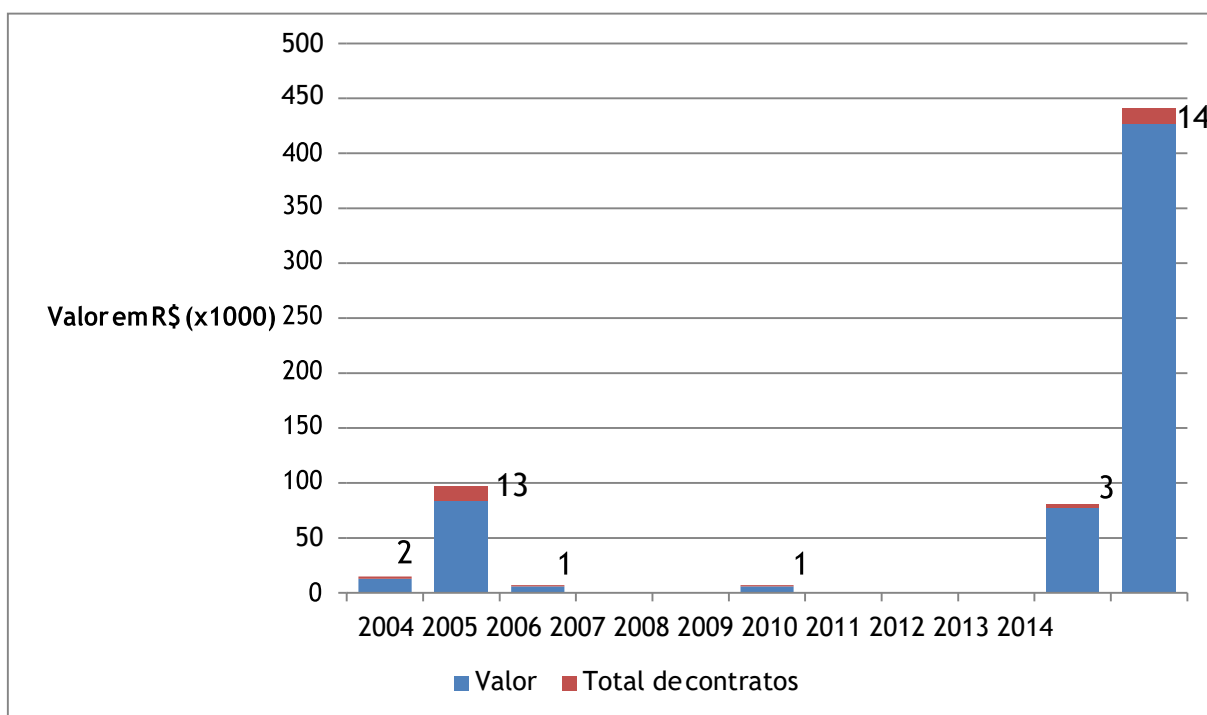
⁹⁶ Após a queimada realizada no mês de setembro os restos das árvores (coivaras), são reunidos e retirados da área para facilitar as atividades de cultivo. São utilizados como lenha ou nas cercas tipo “espinha de peixe”, que protegem as roças.

pela expropriação camponesa ao torná-los dependentes dos pacotes elaborados, visando apenas o lucro das empresas transnacionais do agronegócio. O lucro a qualquer custo não é a prioridade nas *unidades de vida camponesas*, pois os cultivos destinam-se prioritariamente ao consumo da família, com a comercialização do excedente.

As primeiras atividades extensionistas na Comunidade Quilombola Kalunga datam do início da década de 1990, com a introdução da vacinação do rebanho bovino contra a Febre Aftosa, realizada pela EMATER/GO. Junto com as práticas sanitárias vieram também o uso de medicamentos veterinários e outras práticas no manejo do rebanho. Aliás, a criação de gado bovino foi a atividade que efetivamente abriu as portas da Comunidade à extensão rural na década seguinte.

Em 2004, foram elaborados e aprovados dois projetos de financiamento na linha PRONAF aos camponeses locais. Esses projetos, destinados em sua totalidade à aquisição de gado bovino foram seguidos por valores significativos no ano seguinte, demonstrando a importância do crédito rural aos camponeses da Comunidade. Na sua totalidade os recursos contratados eram destinados à compra de animais bovinos, formando em pouco tempo um rebanho considerável de animais destinados a produção de carne. O gráfico (2) mostra a evolução dos financiamentos na linha PRONAF aos camponeses Kalunga de Monte Alegre de Goiás.

Gráfico 2 - Valores em crédito rural contratado pelos camponeses Kalunga entre 2004-2014 (valores x 1000)



Fonte: EMATER-GO/ Unidade Local de Monte Alegre de Goiás. Pesquisa documental/2014.

Se considerarmos o percentual contratado pelos camponeses Kalunga em relação aos demais agricultores familiares do município, concluiremos que os valores foram insignificantes, pois não representa o mesmo índice de acesso aos financiamentos como em outras regiões do município. No período que compreende a pesquisa (200-2014), foram contratados no município de Monte Alegre de Goiás R\$ 3.628.388,00 em financiamentos pelo PRONAF. Desse valor somente 13% foram investidos na Comunidade Quilombola Kalunga, que representa 30% dos agricultores familiares do município. Em função do pouco acesso ao crédito, a execução de outras políticas públicas de geração de renda acaba comprometidas.

Considerando que no município a elaboração dos projetos de crédito da linha PRONAF é uma prerrogativa da agência pública de extensão rural, concluiremos que as ações desenvolvidas na Comunidade, mesmo que incipientes, não chegaram/chegam dissociadas do crédito rural. Dito isso, afirmamos que o atrelamento do crédito às demais atividades extensionistas foi a razão dessa política pública, uma vez que essa metodologia ainda faz parte das práticas extensionistas, e de maneira cada vez mais consistente atrelada ao difusionismo. Não seria, portanto, diferente na Comunidade Quilombola Kalunga.

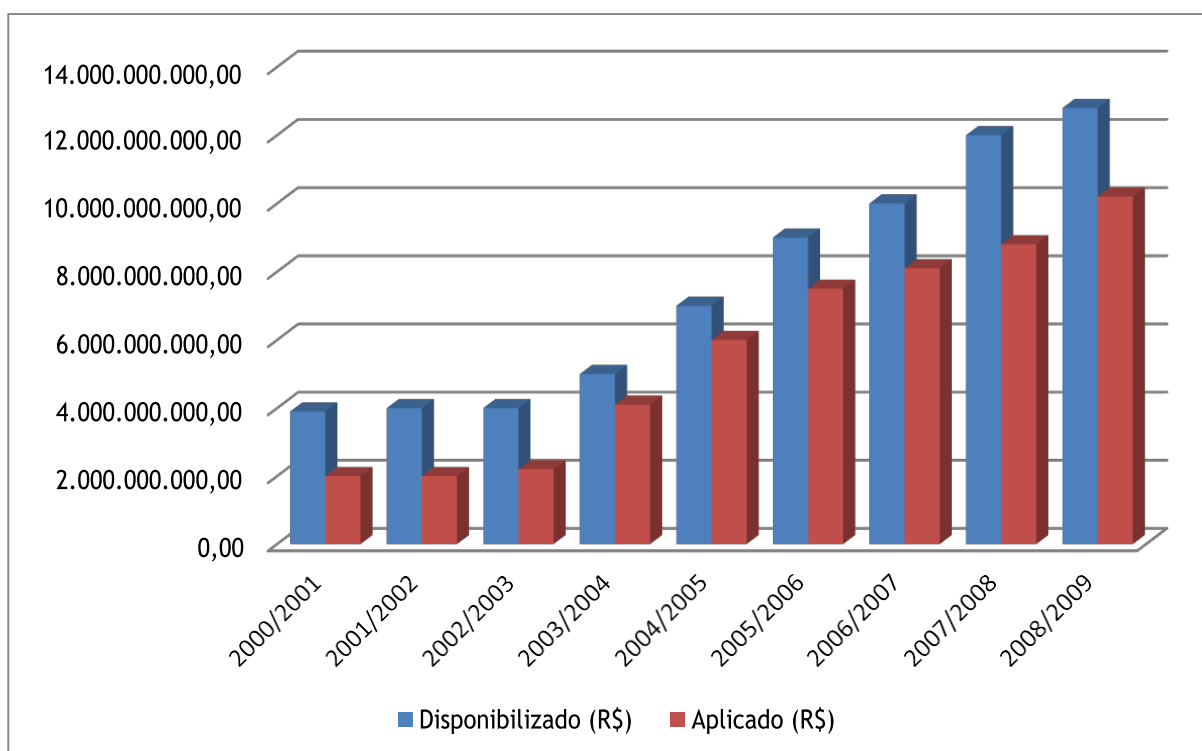
A pesquisa demonstrou que mesmo com o crescimento nos recursos destinados ao financiamento da agricultura familiar no plano safra, as dificuldades de acesso ao PRONAF

existem no município de Monte Alegre de Goiás, e não decorrem somente das deficiências existentes no serviço público de extensão rural. É o caso, por exemplo, do aumento na taxa de inadimplência que leva a indisponibilidade de recursos e o impedimento da concessão de novos financiamentos.

A inexistência de outras políticas além da extensão rural mostra que mesmo com o aumento dos recursos financeiros no Plano Safra, ainda estamos longe de suprir as necessidades da agricultura camponesa. De nada adianta o camponês dispor de um modelo de produção eficiente sem que a ele seja garantido o mercado para seus produtos. No caso da Comunidade Quilombola Kalunga essa situação é mais grave em função das distâncias entre a Comunidade e as cidades mais próximas que absorveria a produção. A solução dessa questão está colocada em diversas localidades do país, com algumas iniciativas que buscam nas compras institucionais e nos mercados curtos (feiras agroecológicas), uma maneira de garantir a renda dos camponeses.

Os problemas que enxergamos na consolidação dessas iniciativas estão no âmbito do setor público, especificamente na falta de políticas que, quando existem são frutos da pressão dos movimentos camponeses. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são exemplos de políticas que agregadas ao PRONAF poderiam garantir ao Camponês Quilombola um amplo mercado aos produtos produzidos com práticas agroecológicas, abastecendo escolas, creches e hospitais do município. Em função da inexistência dessas e de outras políticas direcionadas aos camponeses brasileiros é que chegamos ao ponto de os recursos do Plano Safra não serem completamente aplicados. A sobra de recursos da linha PRONAF antes de ser uma constatação de suficiência é uma preocupação, pois evidencia que a política caminha sozinha nas várias regiões do país, e numa medida de prudência o camponês acaba não acessando o crédito rural no processo produtivo. O gráfico (3) mostra a relação entre recursos disponibilizados e aplicados na linha PRONAF entre os anos de 2000/2009.

Gráfico 3 - Recursos da linha PRONAF disponibilizados e aplicados na agricultura familiar período 2001 a 2009



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2014).

Outra dificuldade importante enfrentada pelos quilombolas para acessar o crédito rural é a inexistência de documentos formais. As terras em sua maioria são irregulares frente aos órgãos de desenvolvimento agrário, com poucas habitantes que possui o título de propriedade de forma pacífica. Algumas mudanças foram implementadas nos últimos anos para facilitar o acesso ao crédito, dispensando alguns documentos, mas não foram suficientes para desburocratizar o processo junto aos agentes financeiros.

As terras da Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás são ocupadas há mais de dois séculos pela população, mas o título de propriedade coletiva da área ainda não foi disponibilizado por completo, fato que dificulta o acesso às políticas oficiais de crédito. Esse problema só será solucionado quando o processo de desapropriação das áreas que compõem o território quilombola for concluído e, essas anexadas, definitivamente ao patrimônio público.

Mesmo nas localidades onde a posse da terra encontra-se regularizada, o acesso ao crédito rural na linha PRONAF, não apresenta as facilidades propaladas pela mídia oficial. O período médio entre a solicitação do crédito e a disposição pelo agente financeiro chega a três meses (EMATER-GO 2014), inviabilizando em muitos casos a aplicação correta dos recursos

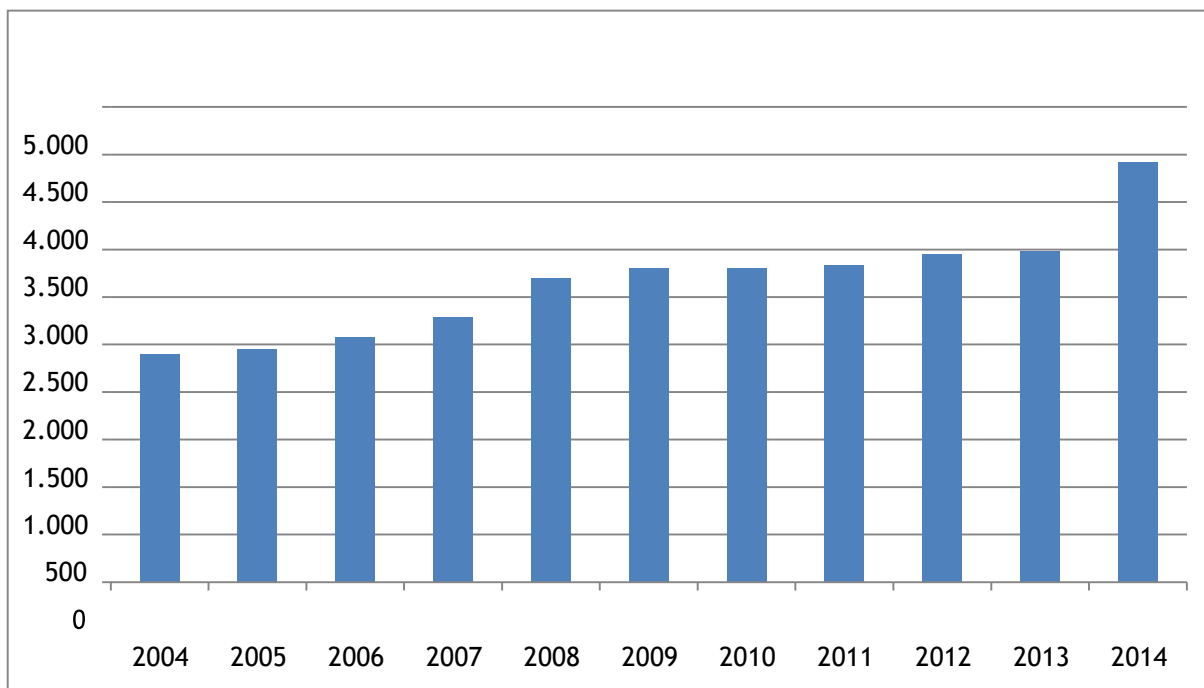
em função da sazonalidade das atividades agropecuárias, principalmente na região onde o índice pluviométrico é baixo e irregular frente às demais regiões do Estado.

Dentro dessa realidade e considerando oscilações na disposição de crédito rural foi que tivemos a apresentação da extensão rural às Comunidades Quilombolas Kalunga de Monte Alegre de Goiás. O crédito foi e ainda é o principal instrumento de trabalho dos extensionistas junto ao Povo Kalunga, chegando ao ponto de ao serem questionados sobre o serviço da empresa extensionista rural na Comunidade, os camponeses a identificar como prestadora do serviço que possibilita o acesso ao financiamento do PRONAF. A opção pelo crédito como prática de extensão rural foi comum em todas as fases do modelo extensionista brasileiro, não sendo diferente no caso das Comunidades Quilombolas de Goiás.

Esses financiamentos foram responsáveis pelo aumento considerável de animais bovinos até então existentes na Comunidade. Os dados consolidados da AGRODEFESA, a partir de 2004, mostram um acréscimo de 83% no total de bovinos existentes, ao passo que houve um incremento de 30% no total de camponeses que passaram a criar gado bovino. Dados da última etapa de vacinação (maio de 2015), na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás mostram um rebanho bovino de 4.100 animais distribuídos entre 78 pequenos criadores. (AGRODEFESA, 2015).

O aumento do rebanho foi acompanhado de algumas transformações, como por exemplo, a chegada das gramíneas de origem africana, substituindo as gramíneas nativas do Cerrado e a incorporação de novas áreas para a criação de gado. A formação de pastagem acaba por interromper o ciclo comum das práticas produtivas agrícolas da Comunidade, fundadas no cultivo realizado nas áreas onde o solo apresenta melhor aptidão ao cultivo de alimentos. Há a quebra do ciclo normal nos cultivos tradicionais nas *roças de toco*, levando a redução na produção de alimentos. O gráfico (4) mostra a evolução do rebanho bovino na Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás no período que compreende os anos de 2004 -2014, conforme dados da AGRODEFESA (2015).

Gráfico 4 - Evolução do rebanho bovino da Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (2004 -2014)



Fonte: AGRODEFESA (2015). Pesquisa documental.

O crescimento do rebanho na Comunidade está associado a outros fatores além do acesso ao crédito rural na linha PRONAF, a exemplo da garimpagem de ouro entre os anos de 2008-2012. Nesse período inúmeras pessoas da Comunidade trabalharam na garimpagem de ouro no leito do rio Paranã, auferindo ganhos que possibilitaram a aquisição e/ou a manutenção do rebanho na propriedade. Essa prática foi proibida pela órgãos ambientais no final de 2012.

Outro fator que colabora com o aumento do rebanho bovino na Comunidade são os Programas Sociais de Transferência de Renda, em especial o Bolsa Família. Ocorre que esses programas garantem o mínimo de condição alimentar às famílias, reduzindo assim a necessidade de comercializar animais em tempos de pouca fartura. Vale ressaltar que conforme dados do Instituto de Pesquisa Aplicadas (IPEA, 2013, p. 69), “75% das famílias quilombolas brasileiras são cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e estão abaixo da linha de pobreza”⁹⁷. Na Comunidade pesquisada a totalidade das famílias visitadas e acompanhadas em suas práticas agrícolas recebem recursos de algum programa social, seja do

⁹⁷ Um importante indicador da vulnerabilidade social vivenciada por essas comunidades, por exemplo, é o fato de, no Brasil, da totalidade de famílias quilombolas incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, 75,6% estão no perfil de extrema pobreza, com renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 70,00. (IPEA, 2013, p. 69).

Governo Federal ou Estadual.

Diferente das áreas incorporadas às pastagens, as áreas de cultivo após três ou quatro anos são abandonadas e o reflorestamento ocorre naturalmente, podendo vir a ser utilizada novamente após alguns anos de pousio da terra. Essa prática tem origem na cultura dos povos indígenas que habitaram/habitam essa região e que tinham na coleta, no cultivo principalmente de mandioca e milho suas principais formas de alimento. “Os cultivos de derrubada-queimada são cultivos temporários que em geral duram apenas um, dois ou no máximo três anos, raramente de maior duração” Mazoyer; Roudart (2010, p. 130).

A rotatividade das áreas de cultivo permite a recuperação das bases nutricionais do solo que ocorre através da solubilização dos nutrientes presentes na matéria orgânica, e que são incorporados ao solo. Para Mazoyer; Roudart (2010, p. 139) “[...] quando a rotação é longa, a escolha das parcelas a desmatar depende mais do estado de desenvolvimento do pousio arbóreo que de sua idade exata; nesse caso, a duração do pousio não é rigorosamente constante”. Mas suficiente para recuperar a fertilidade do solo via matéria orgânica e pela reposição oriunda da rocha.

Nas propriedades acompanhadas durante a pesquisa, metade dos camponeses pretendiam cultivar pastagem nas áreas recém abertas, entre o segundo e o terceiro ano de cultivo, ao passo que dois terços deles já dispõem de pastagens formadas em anos anteriores. Isso impede, por exemplo, o cultivo de espécies com ciclos mais longos, como a banana, a cana de açúcar e a mandioca, além de distanciar os locais de cultivos das casas de residência. Alguns cultivos chegam a distanciar em dez quilômetros da residência, criando certa dificuldade a família agricultora no trabalho com a terra. A preocupação aumenta a medida em que, as pastagens estão ocupando áreas de preservação permanentes ou ciliares comprometendo, sobremaneira, o abastecimento futuro de água.

A participação da extensão rural nessa e em outras transformações verificadas no Território Quilombola Kalunga verifica-se na destinação da totalidade dos projetos de financiamentos à aquisição de gado bovino pelos camponeses quilombolas. Os projetos foram incentivados e executados pela extensão rural através de suas agências de atendimento localizadas nas cidades de Campos Belos e Monte Alegre de Goiás. Junto com os financiamentos os Quilombolas levam a recomendação de aprimorar a alimentação dos animais, utilizando principalmente das pastagens cultivadas. A *brachiara brizantha* e o *andropogon gayanus kunth* são os capins mais cultivados na Comunidade conforme mostra a figura (2),

registrada na localidade do Areia.

Figura 2 - Pastagem cultivada na localidade do Areia – Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás



Fonte: SANTOS, V.C. (janeiro de 2015).

Excetuando o fato de que as pastagens ocupam as melhores áreas para cultivo de alimentos (incluindo áreas de nascentes), compreendemos que a aquisição de animais bovinos e, conseqüentemente a formação de uma reserva de alimento pelos camponeses quilombola, configura uma saída importante para momentos especiais, no caso das perdas de cultivos que ocorrem com frequência na Comunidade. E até mesmo como garantia de renda importante para a manutenção das necessidades familiares.

Na safra 2008/2009 e 2014/2015, a escassez de chuva provocou perdas significativas das roças e inúmeras dificuldades aos Camponeses Quilombolas. Nesses momentos o gado bovino é a única opção de renda. Os animais são vendidos para suprir algumas necessidades básicas da família, ou abatidos e consumidos como a principal fonte de proteína. Ademais, os custos de produção da atividade são baixos em função da qualidade e da fartura das pastagens naturais existentes em abundância no Território Quilombola Kalunga.

A contradição expressa-se no fato de que a criação de gado bovino está se tornando a

principal fonte de renda da Comunidade, configurando assim, a perda de *saberes/fazeres* que por gerações garantiram a *(Re)Existência* desse povo. As áreas de terras onde a fertilidade natural é mais elevada, em especial as nascentes e margens dos córregos estão dando lugar às pastagens cultivadas. O acesso a outras formas de trabalho com a terra ou simplesmente a potencialização das práticas existentes nas Comunidades não estão na pauta da extensão rural, patrocinada pelos Governos Federal e Estadual através dos órgãos específicos.

Observamos durante o acompanhamento das atividades agrícolas na Comunidade a ocorrência de alguns pontos de desmatamento, objetivando único e exclusivamente a formação de pastagem. Nessas áreas em que no processo de retirada da vegetação é utilizada a mecanização, significa que não haverá uma recuperação obedecendo ao pousio da terra, com a recuperação da vegetação acompanhada pela recuperação da fertilidade natural do solo. É a concretização de uma nova relação com a terra e as práticas produtivas, em que a área será incorporada definitivamente a formação de pastagens para a criação de gado.

As áreas desmatadas crescem seguindo o aumento do rebanho bovino da Comunidade Quilombola pesquisada. A justificativa dada pelos Camponeses Quilombolas é a necessidade de aumentar as pastagens cultivadas em função do aumento do rebanho bovino. E mais, as gramíneas utilizadas a exemplo do *andropogon gayanus kunth* são exóticos e por essa razão, altamente agressivo, ao ambiente local, assumindo em pouco tempo a condição de dominância nas áreas ainda não desmatadas, próximas ao local onde foi semeado. Essa condição acaba por determinar mudanças substanciais inclusive nas áreas próximas, causando em pouco tempo a diminuição das espécies existentes no Cerrado. Essa transformação muda completamente as características físicas do solo, haja vista que o crescimento ereto dessa gramínea deixa o solo sem a cobertura necessária para garantir por mais tempo a umidade no período em que diminui as chuvas na região.

Nas atividades de pesquisa que realizamos na Comunidade percebemos o aumento das áreas desmatadas mecanicamente sem qualquer planejamento ou respeito as áreas de preservação permanente e outras de importância ambiental. A figura (3) foi registrada em trabalho de campo na localidade de São Pedro, e mostra uma área sendo aberta para a formação de pastagem. Nesse caso não foi realizado qualquer tipo de cultivo antes da implantação das pastagens. O agravante, em relação ao que está acontecendo na Comunidade pesquisada está na constatação que tradicionalmente as residências foram construídas junto aos cursos de água e nas terras mais apta à prática da agricultura na Comunidade. São essas áreas próximas as

residências as primeiras a serem incorporadas às pastagens cultivadas, ficando as áreas localizadas mais distantes para serem utilizadas com os cultivos de alimentos.

Figura 3 - Desmatamento mecanizado na localidade São Pedro – Comunidade Quilombola de Monte Alegre de Goiás.



Fonte: SANTOS, V.C. (Janeiro de 2015).

O desmatamento mecanizado vai além do que uma simples retirada de vegetação, significa a implantação de uma nova dinâmica no trabalho com a terra, onde a produção está acima dos princípios que regulam a relação com o ambiente. Nos locais em que as pastagens tradicionalmente utilizadas foram as naturais, encontramos agora, áreas totalmente desprovidas de vegetação, com o predomínio de capins exóticos sem que nenhum alimento tenha sido cultivado anteriormente.

Mesmo com o aumento do rebanho dentro das circunstâncias que anteriormente citamos, não seria necessária a abertura de novas áreas visando a formação de pastagens. A Comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás conta com duas áreas de 12.000 hectares, denominadas de Campo Grande e Jacuba, que apascentaria todo o rebanho existente durante todo o ano, ou funcionando como refrigério⁹⁸ no período seco, quando as áreas de pastagem

⁹⁸ O termo *refrigério* aparece em Elis (1988, p. 35), identificando os chapadões da Serra Geral, na região do Duro,

naturais, próximas as residências não apresentam boas condições de pastejo.

As referidas áreas já eram utilizadas de maneira restrita pelos quilombolas na criação de gado bovino, pois pertenciam a latifundiários paulistas que delas apropriaram na década de 1970. Em 2014 foram devolvidas ao Povo Kalunga através da desapropriação realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), junto aos “proprietários-latifundiários”. Dessa forma, utilizando as áreas de pastagens naturais dessas localidades não seria necessária a formação de pastagens artificiais para apascentar os animais adquiridos via PRONAF.

A gestão territorial deve ser incorporada às práticas extensionistas, que dentro de um plano de ação em conjunto com a Associação Quilombo Kalunga, deve orientar os quilombolas no sentido de manter as áreas próximas às residências para as práticas agrícolas tradicionais, ao passo que a criação de gado bovino fosse direcionada às áreas ociosas, mais distantes das localidades onde habitam e reproduz seu modo de vida. Essa mudança possui uma relação umbilical com o serviço de extensão rural, principalmente com as escolhas metodológicas pautadas única e exclusivamente no crédito rural destinado a fomentar a criação de bovinos.

Ademais, a Comunidade Kalunga ainda não possui um plano de gestão territorial com orientações claras quanto a destinação e uso das áreas prioritárias, ou seja, as nascentes e terras agricultáveis. Decorre dessa negligência as transformações que assistimos nos últimos anos na ocupação das poucas áreas agricultáveis existentes na Comunidade com pastagens cultivadas, espaços onde tradicionalmente se produziam alimentos. Não obstante, a formação de pastagem, temos a necessidade de cercar determinadas áreas para a contenção dos animais, fato que em si desperta nos moradores o direito de propriedade. Essa prática aumentou no território nos últimos anos, e, a causa mais plausível que identificamos durante a pesquisa foi o aumento no número de bovinos conforme mostrado anteriormente.

atual Dianópolis (TO). Esse espaço é formado principalmente por Cerrado com a ocorrência de veredas que permanecem verdes no período seco, ideal para apascentar o gado bovino no período de escassez de pastagem natural. Na obra “O Tronco”, o autor retrata a apropriação desse espaço pela família do Coronel Pedro Melo. Conforme o autor, - o irmão do personagem Pedro Melo trouxe de Barreiras vários rolos de arame farpado e os estendeu por ali, cercando o refrigério, local onde Dona Benedita, outra personagem da história, apascentava os animais no período seco. Sob protesto ela foi questionada pelos documentos de propriedade do local. Essa passagem da obra de Bernardo Elis revela a forma como foi apropriada e incorporada a agricultura as áreas de chapadas no Cerrado.

6.1 O trabalho com a terra x práticas extensionistas na Comunidade Kalunga

Nos procedimentos metodológicos dessa pesquisa utilizamos da afirmação de Mendes; Silva (2014), em que “a pesquisa empírica surge como uma necessidade de avaliar a aplicação das proposições teórico-metodológicas recentes e as reais condições do estudo.” Com essa premissa fomos a campo pensando encontrar uma determinada realidade no trabalho com a terra na Comunidade Quilombola Kalunga. Pensávamos que encontraríamos aquilo desenhado nos estudos teóricos realizados antes das atividades de campo, com a organização do trabalho familiar nas mesmas circunstâncias em que fomos criados no Norte de Goiás, ou seja: o trabalho na roça executado pelo homem, ao passo que à mulher cabe o papel de cuidar dos afazeres domésticos. Nunca pensávamos que a discussão sobre gênero fosse necessária nessa pesquisa, até porque em nossas proposições teórico-metodológicas não constava essa reflexão, ou seja, não teríamos essa confirmação empírica.

A razão que nos levou a escrever alguns parágrafos sobre o tema foi a constatação de que na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, o trabalho com a terra é uma responsabilidade coletiva da família, não diferenciando as atividades realizadas em relação ao gênero. Em algumas *unidades de vida camponesa*, acompanhadas durante a pesquisa, registramos as mulheres com a enxada capinando a roça de arroz e até com o cutelo no momento da colheita, e entre uma atividade e outra o Camponês entrava no rancho e conferia o tempero do arroz cozinhando na pequena trempe de pedra⁹⁹.

Ao deparar com a realidade onde a mulher tem um papel ativo na condução das roças e dos quintais agroecológicos, decidimos por buscar mais informações acerca do trabalho feminino na Comunidade, considerando que nas roças ele ocorre em todas as fases, não tendo momentos que sejam primazia do homem. A consideração do trabalho feminino e sua composição na renda familiar é uma realidade nos editais para contratação de Ater pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Não buscamos aqui estabelecer um debate sobre as relações de gênero e as atividades produtivas na Comunidade Kalunga, mas achamos importante abrir um espaço na seção para trazer a realidade encontrada, haja vista que se diferencia de todas que acompanhamos como

⁹⁹ A trempe é um tipo de fogão utilizado pelo camponês em locais onde a permanência é de curta duração. Consta de duas pedras colocadas no chão com altura suficiente para colocar a lenha e a panela. Em Goiás ela tem origem nas práticas indígenas. Normalmente fica localizado no lado de fora das residências.

pesquisador e camponês. Na cultura camponesa as relações de gênero estão entrelaçadas pelo patriarcado que domina os espaços na *unidade de vida camponesa*. Tradicionalmente, as atividades laborais são bem definidas entre o homem e a mulher, cabendo a cada um dos membros da família o domínio de determinados espaços. O cultivo da roça e o arrimo da casa fica sobre os cuidados do homem, enquanto que a educação dos filhos e as atividades necessárias ao funcionamento do espaço doméstico são responsabilidades da mulher. Assim é com a maioria dos camponeses e indígenas que habitam ou habitaram o Cerrado ao longo do tempo.

Contrariando essa tradição, nas localidades onde pesquisamos as atividades produtivas não são prerrogativa apenas do homem. O trabalho com a terra na Comunidade Quilombola Kalunga é uma atividade familiar, não ficando muito claro a distribuição das tarefas e obrigações entre os membros da família. A elas cabem as mesmas obrigações do homem, como preparar o roçado, plantar, cuidar, colher e armazenar a produção. Algumas cuidam sozinhas de vários cultivos, enquanto que os maridos trabalham nas fazendas situadas fora da Comunidade.

Essa realidade fica mais evidente quando consultamos a relação de agricultores habilitados na Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), dos membros da Comunidade Quilombola. Das 210 Declarações de Aptidão de Agricultor Familiar (DAP), cadastradas da Comunidade Quilombola de Monte Alegre de Goiás, 30 são mulheres camponesas que habilitaram ao crédito para garantir melhores condições de renda à família (MDA, 2014). Nem todas acessaram o crédito rural, mas conforme as exigências do MDA, estão aptas para a atividade. Dos 34 contratos de créditos contraídos pelos Camponeses Quilombolas no período analisado, 07 foram destinados às mulheres da Comunidade, um número pequeno, mas que possui muita importância dentro desse cenário.

A presença da mulher nas atividades produtivas nas localidades analisadas é algo que requer uma reflexão mais aprofundada, pois difere de todas as práticas camponesas que encontramos em outras comunidades. Sua importância se percebe tanto, no percentual de agricultoras cadastradas no Sistema de Emissão de Declaração de Aptidão de Agricultor Familiar (MDA), como também nos cuidados com que encaminham o processo produtivo. O crédito foi a maneira encontrada de aumentar a renda familiar via aquisição de animais bovinos, tendo em vista que os animais possuem liquidez e mercado certo em todas as épocas do ano. Outrossim, a condição das pastagens naturais favorece a diversificação das atividades

produtivas.

Esses financiamentos foram integralmente quitados sem a verificação de qualquer inadimplência ou desvio de objetivos durante a vigência dos contratos. Os que continuam em vigência não foram verificados qualquer inadimplência junto a instituição financeira. Vale ressaltar que informações da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (2015), dão conta que essas mutuiárias comercializam prioritariamente animais machos, deixando as fêmeas para reproduzirem e aumentar o rebanho. Isso confirma quando analisamos a evolução do rebanho dessas unidades camponesas, cujo o aumento é significativo ano a ano. Com a agregação de novas áreas ao território e em consequência mais espaços destinados a criação de gado bovino o papel das mulheres e jovens nas atividades produtivas significará a estruturação de outras relações de poder em função da renda auferida.

Outro ponto importante constatado na pesquisa em relação a participação familiar na renda da *unidade de vida camponesa* é o retorno dos jovens quilombolas ao território com objetivo de constituir família e integrar-se ao processo produtivo. Nas Comunidades Camponesas da região encontrar um jovem que retorna ao *torrão natal* depois de alguns anos de trabalho na cidade é um acontecimento raro, considerando que a rentabilidade e a insegurança das atividades rurais não atraem as pessoas que experimentam outras opções de renda na cidade. O retorno de alguns jovens à Comunidade está diretamente ligado a dois fatores que garantiram segurança ao Povo do Quilombo Kalunga: o acesso à terra com segurança jurídica e a possibilidade de desenvolver alguma atividade produtiva que lhe possibilite uma renda continuada. A criação de gado bovino tem destacado como a mais viável.

Essa realidade foi observada, analisando os projetos técnicos das operações de crédito rural na linha PRONAF do ano de 2014, em que se destaca o grupo de pessoas com idade entre 20 e 30 anos. Em mais de 1/3 dos contratos assinados os mutuários são jovens com idade inferior a 30 anos, e que fizeram a primeira operação de crédito rural. Todos os contratos assinados tinham como objetivo a aquisição de animais bovinos de cria, ou seja: fêmeas com idade superior a 36 meses e touros, destinados a reprodução (AGRODEFESA, 2015). Os animais em sua maioria foram apascentados nas áreas recém incorporadas ao território onde as condições de pastejo são ideais para cria de bovinos.

Concordando ou não com a metodologia utilizada pela extensão rural, temos que admitir que o acesso ao crédito rural pelos Kalunga, significará um novo momento nas relações produtivas da Comunidade, principalmente em função do acesso a terra nas áreas

desapropriadas e incorporadas ao território. Essa nova realidade poderá garantir mais renda e consequentemente a permanência dos jovens na Comunidade, já que as condições de renda no trabalho com a terra encontram-se comprometidas em função da ausência de determinadas políticas públicas de apoio, como a extensão rural, desde que oferecida com metodologia adequada, além dos programas de aquisição de alimentos do Governo Federal, PAA e PNAE.

A conjugação entre a disposição de novas áreas e o acesso aos financiamentos na linha PRONAF abre um novo tempo na consolidação do Território Quilombola Kalunga, pois possibilita aos habitantes do território agregar mais uma atividade produtiva às já existentes. A criação de bovinos de forma planejada constitui uma maneira segura de garantia de renda aos quilombolas, haja vista que a liquidez apresentada pelo mercado se manteve estável ao longo da última década.

A preocupação com a criação de bovinos está focada na maneira inadequada de utilização do espaço territorial, reservando as áreas próximas as residências que são, historicamente, para o cultivo de alimentos, agora destinadas para a formação de pastagens. São essas ações que a extensão rural, o INCRA e a Associação Quilombo Kalunga necessitam assumir em complementariedade ao crédito mediado aos Camponeses Quilombolas. Planejar o uso do território que aos poucos vai se consolidando é um desafio colocado atualmente, e que requer o empenho de todos os envolvidos no processo.

As condições ambientais do território não são favoráveis a prática da agricultura tradicional, o que coloca em permanente ameaça a soberania alimentar, algo que preocupa a maioria das famílias envolvidas na pesquisa. As razões são a qualidade dos solos da área e os baixos índices pluviométricos experimentados na região nos últimos dez anos. No período da pesquisa (2004-2014), por exemplo, não ocorreu uma grande cheia no rio Paranã, que inundariam as vazantes, garantindo a fertilidade dessas áreas utilizadas no cultivo de alimentos. E mais, as perdas de cultivos em função da falta de chuva é frequente conforme relatos dos Camponeses e constatações feitas durante a pesquisa na Comunidade.

Desde 2004, quando iniciamos as atividades em defesa agropecuária na Comunidade, presenciamos em vários momentos, perda das roças em função da falta de chuvas. Essas perdas foram mais severas nas safras 2007/2008 e 2014/2015, quando o volume de chuvas foi inferior ao normal e concentrou-se em períodos diferentes do costumeiro. A perda do plantio pela falta de chuva é um dos maiores golpes que sofre o camponês em sua atividade. Significa acima de tudo a falta de alimento para a família no ano seguinte. Mas a vontade de fazer brotar da terra

os frutos da vida nunca acaba no mundo camponês. Isso justifica a preocupação constatada na pesquisa em que os camponeses utilizarem as melhores áreas do território para o cultivo de alimentos em detrimento da formação de pastagens para a criação de gado bovino. Essas terras quando submetidas ao *stress hídrico* retém a umidade por mais tempo.

Após as perdas verificadas na safra 2014/2015, muitos camponeses realizaram novos plantios, com a esperança de que o período chuvoso prolongasse até o fim do verão. Foi interessante acompanhar a fé com a qual os camponeses preparavam a terra para um novo plantio, e, na última visita antes da colheita pudemos constatar que as premissas estavam corretas. O período chuvoso na região estendeu-se até o mês de abril, garantindo a safra mesmo que em menor quantidade em relação a esperada dos plantios realizados no período recomendado.

A falta de chuva e suas consequências fizeram com que durante a pesquisa pudessemos deparar com algumas situações que nos deixaram consternados. Conforme relato de alguns camponeses acompanhados, não seria possível realizar um segundo plantio em função da inexistência de sementes, já que a quantidade selecionada foi totalmente utilizada. A preservação das sementes tradicionais em consonância com a formação de bancos comunitários de sementes são as principais necessidades dos camponeses da Comunidade, no sentido de possibilitar as condições necessárias na busca da soberania alimentar.

E se tratando das condições de cultivo, em especial da disposição de sementes, interessa não apenas disponibilizar sementes adequadas para o cultivo. Faz-se necessário resgatar e potencializar um aparato de conhecimentos e práticas adequadas aos camponeses locais, baseado exclusivamente nos *saberes/fazeres* existentes na Comunidade. Para Altieri (2008, p. 336):

O conhecimento do camponês sobre os ecossistemas geralmente resulta em estratégias multidimensionais de uso de terras produtivas, que geram dentro de certos limites ecológicos da agricultura tradicional – como a habilidade em lidar com os riscos, a eficiência da produção consorciada, a reciclagem de materiais, a utilização de germoplasma e dos recursos de sua região e a utilização de diferentes microambientes. As informações poderão ser usadas no desenvolvimento de estratégias agrícolas apropriadas e definidas de acordo com as necessidades, preferências e recursos de cada grupo específico de produtores.

O respeito a essas práticas é um dos caminhos a serem seguidos pela pesquisa agropecuária e em especial pela extensão rural praticada nas Comunidades Camponesas. Não vislumbramos um serviço de extensão rural destinado às Comunidades Camponesas Tradicionais com o aparato teórico-metodológico praticado atualmente. Não podemos construir

ações que não sejam potencializadoras dos *saberes/fazeres* locais, correndo o risco de não garantirmos o apoio necessário às reais necessidades existentes e apresentadas pela Comunidade. “A ideia é otimizar o uso de recursos disponíveis no próprio local combinando os diferentes componentes do sistema agrícola, isto é, plantas, animais, solo, água, clima e população, de modo que estes complementem uns aos outros e que tenham o maior sinergismo possível.” Altieri (2004, p. 110).

Desenvolver atividades que possam garantir aos Camponeses Quilombolas o direito de plantar e produzir seu próprio alimento é uma responsabilidade da extensão rural. Mobilizar os recursos necessários, planejar o cultivo trocando saberes com os agricultores é o caminho que a extensão rural necessita vislumbrar em suas ações junto aos quilombolas. Durante o período em que realizamos essa pesquisa não constatamos qualquer ação extensionista que não fosse aquelas direcionadas ao crédito rural e, conseqüentemente, à aquisição de animais bovinos.

Nesse sentido, faz-se necessário implementar outras práticas extensionistas que sejam mediadas pelos recursos existentes no/do território, e, capaz de potencializá-los no sentido de garantir a autonomia produtiva necessária ao empoderamento das famílias quilombolas. Exemplos dessas práticas já foram sistematizadas, necessitando que sejam incorporadas às ações extensionistas atuais, que continuam com o aparato teórico-metodológico pautado no crédito e na difusão de tecnologias externas. Essas práticas ainda são irrelevantes na Ater, mas os termos “agroecologia, sustentabilidade, dentre outros temas, já são considerados, discutidos, debatidos, reapropriados, resinificados, rejeitados ou aceitos como referência das ações extensionistas.” Dias (2007, p. 19). Eles já aparecem com frequência nos editais públicos que tratam das contratações das entidades extensionistas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

A intenção de implantar uma nova metodologia em extensão rural consolidada no Brasil com a aprovação da PNATER foi responsável por trazer para as práticas extensionistas o debate sobre a importância dos *saberes/fazeres* no modelo de produção camponês. A partir de então os extensionistas dispõem de um indicador que poderá pautar o planejamento das ações, inclusive mostrando, a qual público serão direcionadas. A orientação teórico-metodológica fará com que as práticas extensionistas brasileiras, possam nesse momento ser direcionadas, exclusivamente, aos diversos grupos camponeses, justificando assim os recursos aplicados anualmente pela sociedade. O novo modelo de extensão rural teorizado no Brasil com a aprovação da PNATER foi responsável por trazer às práticas extensionistas a luz de novas metodologias, baseadas nos

*saberes/fazer*es, empregando metodologias participativas e base tecnológica voltada à agroecologia.

Os editais de chamamento em que as empresas públicas e privadas se submetem, apontam para práticas condizentes em parte com a agroecologia, mas erram principalmente na seleção das empresas contratadas para a prestação da extensão rural e na exigência da qualificação dos profissionais executores da Ater. Nem todas as empresas de Ater contratadas nas chamadas públicas possuem capacidade técnica para atender as exigências dos editais, em especial as ligadas aos *saberes/fazer*es, as questões de gênero e as práticas agroecológicas.

Isso decorre especialmente pela qualificação da mão de obra empregada pela extensão rural ao longo de sua história, composta principalmente por profissionais com formação em ciências agrárias, em detrimento das ciências humanas. A maior presença de profissionais do campo da educação popular nas equipes extensionistas seria importante já que a extensão rural se coloca como uma política de promoção de conhecimento executada por profissionais de ciências agrárias.

Em conferência proferida na ocasião do encerramento do II Simpósio Internacional de Agroecologia (2015), realizado em Tabatinga (AM), o pesquisador Eduardo Sevilla Guzman fez duras críticas à formação dos extensionistas que atuam no sistema brasileiro de extensão rural. Para o Professor a questão é mais grave em função da orientação política das Faculdades de Ciências Agrárias no Brasil. A formação dos profissionais que servem a extensão rural segundo ele “é assim meio que quadrada”, dispensando a orientação holística necessária a um novo modelo extensionista exigido pelos camponeses.

Concordamos com o Professor Guzman, à medida que o modelo de Ater que defendemos nessa pesquisa, associado às exigências da PNATER, desloca a extensão rural das Ciências Agrárias para as Ciências Humanas, em especial no campo da Educação Popular. Essa certeza decorre da necessidade de agregar à extensão rural “o planejamento territorial, as práticas culturais do território e a aproximação com os movimentos camponeses”. Assim seria a territorialização das políticas de Ater que apontamos nessa pesquisa. Nesse sentido, as habilidades necessárias às práticas extensionistas comunicam melhor com as Ciências Humanas em detrimento das Ciências Agrárias.

São várias as questões que impedem a prestação de um serviço de extensão rural de qualidade em especial nas Comunidades Quilombolas, e não se restringem à formação de mão

de obra com características adequadas. Faz-se necessário consolidar o modelo apresentado pela PNATER, exigindo das entidades públicas e privadas prestadoras do serviço de extensão rural o cumprimento dos dispositivos constantes nos editais de contratação de Ater, ao qual concorreram e comprometeram a cumprir. Essas discordâncias com a orientação oficial das práticas extensionistas estão presentes em todos os modelos de Ater, sejam públicos ou privados, já que as duas modalidades celebram contratos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

6.2 Por uma extensão rural quilombola

Na busca de um modelo de extensão rural adequado às Comunidades Quilombolas, partimos do entendimento que “a extensão rural no Brasil atualmente é caracterizada por uma enorme diversidade de agentes que a executa, por sua vez, a partir de uma miríade de concepções, métodos, formatos organizativos, *lugares sociais*, objetivos e interesses.” Dias (2007, p. 12. Grifos nosso). Essa diversidade de agentes envolvidos nas atividades extensionistas mostra o quanto evoluíram essas práticas ao longo dos anos, mas quando falamos na extensão rural da forma em que defendemos nessa pesquisa, destinada exclusivamente aos camponeses indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, ribeirinhos dentre outros, percebemos que o processo está estagnado desde a década de 1990, em função de algumas questões, principalmente ligadas a recursos financeiros e metodológicos.

Quem avançou na realidade foi a assistência técnica patrocinada pelas empresas comercializadoras de transgênicos, adubos e venenos utilizados na agricultura convencional. O avanço desse modelo de assistência técnica está ligado diretamente ao aumento da área com monoculturas especialmente no Cerrado, e conseqüentemente a disparada no consumo de produtos ligados à atividade agrícola. Quando falamos em extensão rural territorializada, nos referimos a uma prática não mercantilizada e pensada para atender as necessidades da agricultura camponesa em todas as suas dimensões. Ambos os modelos (público e privado) enfrentam situações muito diferentes da *assistência técnica comercial*, em muitos casos inviabilizando a execução da política.

Partimos da certeza de que a compreensão das questões que envolvem a prestação da extensão rural no Brasil passa, inexoravelmente, pela constituição dos modelos público-privado

em execução, desde a segunda metade da década de 1990. Os dois modelos são ligados às duas esferas governamentais, o privado contratado pelo MDA ao passo que o público é executado pelas empresas de extensão rural, ligadas aos governos estaduais.

A entrada das empresas privadas no setor de Ater tem como marco importante o Projeto Lumiar criado pelo INCRA em 1997. No Projeto Lumiar percebe-se, claramente, o desligamento dos termos assistência técnica e extensão rural, pois as entidades contratadas para realizar o serviço por questões metodológicas e “ideológicas” não passavam do primeiro termo, incorrendo, portanto, no mesmo erro que levou às crises do modelo público de extensão rural no Brasil. O crédito rural supervisionado através do PRONAF foi o principal instrumento metodológico dos técnicos do Lumiar, ou seja, a porta de entrada da assistência técnica nos assentamentos rurais.

As questões e contradições que poderiam definir o sucesso ou não dos camponeses não eram consideradas nas ações tecnicistas, pois o objetivo era inserir os assentamentos no mundo da produção de *commodities*, e para isso seria necessário desvincular a assistência técnica dos debates ideológicos, como por exemplo, de outras alternativas extensionistas. Ademais os técnicos que serviam ao Projeto Lumiar não estavam ou foram preparados para considerar essas demandas. Dentro desse contexto de lutas travadas entre os Movimentos Camponeses e as forças hegemônicas tivemos o início da construção de um novo modelo de extensão rural no Brasil, e nessa oportunidade tendo além das instituições públicas a iniciativa privada como protagonista.

Após o fim da experiência com o Projeto Lumiar em 2000, a extensão rural especialmente nos assentamentos de reforma agrária passou por um período de crise, em que reduziram os convênios com o Governo Federal e, conseqüentemente, os recursos disponíveis, inclusive agravando a crise experimentada pelas empresas estatais. Esse momento ocorre concomitante com a crise do neoliberalismo econômico no Brasil que foi um dos últimos países da América Latina a abandoná-lo, mesmo que em parte.

Nesse sentido, a partir de 2004, foi necessário que algumas medidas fossem tomadas no sentido de reestabelecer as práticas extensionistas, minimizando a crise pela qual passava o sistema extensionista. A partir daí ficou evidente a política governamental de concentrar a regulação e o fomento das ações de Ater no MDA, e não mais no Ministério da Agricultura (MAPA), que de fato, nada vinha fazendo em relação às atribuições que lhe foram legalmente determinadas. Essa mudança deixou clara também a intenção do Governo Federal quanto ao

público alvo da extensão rural, ou seja: os camponeses em suas diversas apresentações.

A necessidade em fazer uma análise do modelo tradicional de extensão rural, considerando as características atuais, em que as instituições privadas se lançaram no mercado em concorrência com as estatais, surgiu durante a pesquisa em função da constatação de que dentro das condições orçamentárias experimentadas pelas empresas públicas de extensão rural, incluindo a EMATER-GO, seria impossível desenvolver um trabalho adequado nas Comunidades Quilombolas de Goiás. As carências decorrem da crise em que mergulharam essas instituições após o fim da EMBRATER em 1991, resultando na redução dos repasses federais necessários a realização das atividades extensionistas, e também pela forte presença das instituições privadas na disputa dos poucos recursos disponibilizados.

Em 2003, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), em parceria com o MDA realizou um amplo estudo sobre as características da extensão rural no Brasil, buscando identificar os entraves para que a atividade extensionista fosse fortalecida e reunisse as condições necessárias para exercer seu papel junto a agricultura camponesa. O estudo constatou que num quadro de restrição orçamentária, a maioria das instituições acaba alocando seus recursos principalmente no pagamento de salários, sobrando pouco para custeio das ações e investimento.

Naquela época as condições de financiamento das instituições públicas originavam em maior percentual dos governos estaduais e municipais. Assim, para as instituições com orçamentos menores, ainda que os recursos de origem federal sejam proporcionalmente pequenos, eles acabavam por exercer um papel fundamental, que é o de aportar recursos para o custeio das atividades cotidianas como combustíveis e manutenção de veículos. Essas considerações fazem-se necessárias para que possamos compreender as condições que estão colocadas a prestação dos serviços de extensão rural das Comunidades Quilombolas, em especial as de Goiás.

Desde 2012, o MDA possui dentro do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), um programa que coordena as ações extensionistas nas Comunidades Quilombolas chamado “Ater quilombola”. Dentre os pilares fundamentais que sustentam a Política de Ater Quilombola destacam-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país; o que implica incluir enfoques de gênero, geração de renda e etnia nas orientações de projetos e programas do MDA. As ações do programa caminham em consonância com o Programa Brasil Sem Miséria, que atende a todas

as Comunidades Quilombolas do País. Dessa forma, as políticas extensionistas nesses territórios foram integralmente assumidas pelo Governo Federal, não excetuando nesse caso as responsabilidades das unidades federativas em também disponibilizar esse serviço. As contratações são realizadas regionalmente, congregando um grande número de Comunidades.

A contratação das empresas extensionistas para execução da extensão rural nas Comunidades Quilombolas é realizada através de Chamadas Públicas com a participação de empresas públicas e privadas, que apresentam suas propostas dentro das exigências do edital que regulamenta a chamada. Os problemas na prestação dos serviços começam a surgir nos editais que não direcionam corretamente as atividades de acordo as especificidades socioculturais das Comunidades às quais se destinam as ações. As exigências são homogêneas para todos os grupos espalhados na região, conforme ocorreu na chamada pública 009/2013, visando a contratação de Ater para a Comunidade Quilombola Kalunga. Outrossim, a chamada corre o risco de ser vencida por entidade que não possui qualquer conhecimento ou relacionamento com as Comunidades beneficiárias das ações de Ater, a exemplo da Organização Não Governamental (ONG), que venceu a referida chamada em 2013¹⁰⁰.

Ouvido durante a pesquisa na ocasião da entrega de Títulos de Terras ao Povo Kalunga, o Ministro do Desenvolvimento Agrário afirmou que os Kalunga teriam a disposição uma empresa contratada pelo MDA para a prestação de assistência técnica no Território Quilombola de Goiás. Segundo o Ministro, “a desapropriação e a titulação das terras entregues aos Kalunga veio acompanhado da contratação via chamada publica de uma empresa que responsabilizaria pela prestação de assistência técnica aos povos quilombolas”. Para ele: “Este é um ato histórico; é o reconhecimento da luta que esse povo protagonizou para criar seus filhos, produzir o alimento e preservar a cultura quilombola nessas terras”, afirmou o ministro, anunciando a Chamada Pública para a Assistência Técnica e Extensão Rural, que deveria beneficiar 1,1 mil famílias quilombolas. “O Governo Federal não trouxe apenas a pacificação da posse da terra, mas também trabalhou para oferecer as condições necessárias para que os quilombolas possam permanecer na terra com dignidade, produzindo com a orientação da extensão rural contratada especialmente para atender o território”¹⁰¹.

Segundo o ministro, seria garantido o acesso da população aos diversos programas

¹⁰⁰ A Chamada Pública de Ater n 009/2013 foi vencida pela ONG ECOIDEIA do Distrito Federal. Sem as condições técnicas para cumprir as exigências do edital o contrato foi encerrado em 2014.

¹⁰¹ Discurso público proferido em 30/09/2013, no ato de entrega de títulos de terras a Comunidade Quilombola Kalunga em Monte Alegre de Goiás.

coordenados pelo MDA, como o Brasil sem Miséria, PRONAF, PAA, PNAE¹⁰², o último coordenado pelo Ministério da Educação. Com a posse pacífica da terra seria fácil organizar a comunidade para garantir a produção de alimentos saudáveis, e para isso a extensão rural teria um papel fundamental.

No caso em análise as condições apresentadas no projeto de concorrência do edital eram diferentes das condições necessárias à execução da proposta, ou seja, a execução dos serviços ficou prejudicada em função da pouca experiência e conhecimento da realidade do Povo Kalunga pela empresa vencedora. O distanciamento da realidade e particularidades do Território Quilombola foi sem dúvida o maior empecilho para a realização das atividades exigidas no edital de chamamento. A infraestrutura necessária nesse caso diferencia em muito de outras Comunidades Camponesas, inclusive no caráter transdisciplinar da equipe executora. Diante das dificuldades e atrasos na execução dos trabalhos de base como o cadastramento das famílias nos bancos de dados governamentais, o contrato entre a empresa e o MDA foi encerrado em 2014, pela falta de condições para realizar as ações previstas no edital. Em se tratando de Comunidades Camponesas Quilombolas, somente o conhecimento técnico não é suficiente à prestação da extensão rural. Faz-se necessário o conhecimento pelos agentes extensionistas das práticas socioculturais que caracterizam a Comunidade, e nesse caso, deve-se despir de todo preconceito e tornar-se antes de tudo um camponês, falando e vivendo a realidade local.

Nos editais para contratação de Ater consultados nessa pesquisa, constatamos a exigência de que no mínimo 80% dos profissionais constantes da equipe executora tenham formação em Ciências Agrárias. A exclusão ou o pequeno quantitativo de profissionais com formação em Ciências Humanas e outras áreas do saber acaba por inviabilizar a execução adequada dos projetos de extensão rural contratados via chamadas públicas. Os editais consideram somente a atividade produtiva da *unidade de vida camponesa*, não apontando para a necessidade de agregar outras atividades na geração de renda. No caso das Comunidades Quilombolas de Goiás, outras atividades como o artesanato, o turismo e a agroindústria possuem grande potencial de geração de renda, não podendo ser desconsideradas no projeto.

O alto índice de profissionais com formação em ciências agrárias em detrimento de

¹⁰² Para ser viável a nível nacional e para competir com a agricultura convencional as práticas da agricultura sustentável requer políticas e instituições que assegurem serviços adequados e oportunos (créditos, mercado, pesquisa, etc.), muito similares aqueles que desfrutam a agricultura convencional em grande escala desde começo da Revolução Verde na década de 1960. (SOSA, et. Al 2013. p. 4).

outras áreas do saber, a exemplo das ciências humanas, acaba por inviabilizar as práticas extensionistas que agregam outras dimensões que não seja apenas a produtiva. Nosso entendimento parte do princípio de que em Comunidades Tradicionais, a exemplo das Comunidades Quilombola Kalunga, não se consegue viabilizar um trabalho extensionista sem que outras dimensões da vida possam ser consideradas. A preferência por profissionais com formação em ciências agrárias direciona as ações extensionistas prioritariamente a dimensão econômica, abandonando as ações de outras orientações como cultura, gêneros e saberes. Essas atividades promoveriam a aproximação com as famílias camponesas atendidas pela extensão rural.

A experiência de mais de uma década na prestação de serviços em defesa agropecuária na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, nos ensinou que a melhor maneira para quebrar a resistência ao externo é o envolvimento cultural, ou seja, a proximidade entre extensionista e a família quilombola. Caso contrário, a resistência ao externo dificultará a realização das ações propostas no planejamento realizado pela extensão rural. Ademais, o caráter temporário do modelo privado, contratada por tempo determinado impede que se consolide a empatia necessária entre os técnicos e as famílias camponesas Kalunga, configurando como uma das principais dificuldades enfrentadas pelo modelo privado de Ater.

Os editais das chamadas públicas de Ater exigem ações que necessariamente só poderão ser cumpridas com a dedicação e a interação entre o extensionista e os membros da Comunidade. A amplitude das atividades não permite, por exemplo, que o extensionista seja alguém “distante culturalmente” dos trabalhadores locais. Caso contrário a implementação das ações constantes no edital ficarão comprometidas, prejudicando, sobremaneira, a prestação do serviço conforme preconizado. Essa exigência advém principalmente das ações contidas nos editais:

Deverão ser privilegiadas atividades planejadas com metodologias participativas e técnicas que contemplem o protagonismo dos (as) beneficiários (as), bem como estratégias de geração e socialização de conhecimentos e de mobilização comunitária que possibilitem a participação dos (as) quilombolas como agentes do etnodesenvolvimento. Em todas as atividades, em especial nas visitas e no Plano de Estruturação Produtiva e Etnodesenvolvimento da Unidade Produtiva Familiar, deve haver conteúdo direcionado para a produção desenvolvida por mulheres e jovens integrantes da Unidade Produtiva Familiar. A metodologia deverá procurar identificar, refletir e agir sobre as relações de desigualdade entre os atores sociais do campo, das águas e das florestas (meio rural), oportunizando e potencializando o desenvolvimento socioambiental e econômico na promoção da igualdade de gênero, geração, raça e etnia na sua totalidade. Com relação à promoção de igualdade de geração, a metodologia utilizada deverá incorporar a realidade da juventude quilombola e o acesso às oportunidades de inovação tecnológica (EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA, nº 009/2012, MDA).

As críticas a essa questão não direcionam as exigências do edital, pois entendemos que essas exigências são passíveis de serem executadas a contento, desde que observados alguns condicionantes, como a identificação e a identidade cultural dos extensionistas para com os membros da Comunidade e o caráter multidisciplinar da equipe executora. A ligação destes com a realidade existentes nas comunidades tradicionais camponesas faz com que as concepções políticas e ideológicas carreadas pela extensão rural em suas práticas possam ser amenizadas, e até construídas outras com origem na Comunidade. São julgamentos subjetivos que não constam nos editais, mas que na prática possuem importância fundamental na prestação dos serviços de Ater.

A abrangência dos editais deixa evidente a necessidade de se conhecer o processo histórico e cultural das comunidades as quais se destinam o serviço de extensão rural contratado. A trajetória nos ensina que o desafio das empresas extensionistas (públicas e privadas), não é simplesmente a apresentação de um projeto para vencer a concorrência e a disposição de técnicos qualificados nos moldes das Ciências Agrárias para a realização do trabalho. Ele vai além, necessitando compreender as práticas culturais que mediam as relações nas Comunidades Camponesas Quilombolas.

O exemplo das Comunidades Quilombolas Kalunga de Goiás, em que a empresa vencedora não teve condições de executar o contrato, ocorre em muitos casos em que as empresas vencedoras não possuem qualquer vínculo com a região e desconhecem o processo de formação territorial ao qual estão envolvidos os sujeitos sociais membros das Comunidades Camponesas Quilombolas.

Esse distanciamento entre a extensão rural e a realidade em que vivem os camponeses tradicionais acaba por dificultar o trabalho das empresas privadas, e assim, inúmeras ações e posturas metodológicas deixam de ser consideradas durante a execução do projeto. Não existe uma “cultura extensionista” entre os técnicos e a família camponesa, algo necessário quando consideramos que os camponeses constantemente tornam-se vítimas ao invés de serem protagonistas do processo. Isso sem considerar a perda de recursos públicos destinados a remuneração das empresas contratadas.

As tradições culturais existentes nessas comunidades, entremeadas com os *saberes/fazeres* presentes nas práticas produtivas exigem do extensionista uma postura diferenciada, em que suas ações pautam-se em conhecimentos básicos tidos na ciência moderna como arcaicos e atrasados, mas que no mundo camponês é a base do modelo de

produção agroecológica. E, normalmente os extensionistas que tiveram uma formação tradicional não encontram preparados para compreender e agregar esses novos paradigmas em suas práticas extensionistas. Nesse sentido as empresas públicas de extensão rural levam uma ligeira vantagem em função de sua capilaridade em todo o estado, contando com funcionários que possuem amplo conhecimento da realidade e características locais.

Considerando a EMATER-GO e a AGRODEFESA¹⁰³, como exemplos, com a presença de unidades de serviços em todos os municípios do estado, com um conhecimento sendo conhecedores da cultura e das necessidades das Comunidades Camponesas, mesmo que não participando da *(Re)Existência* da classe. Isso possibilita uma constante troca de experiência nos trabalhos desenvolvidos. Ademais, o corpo técnico das empresas públicas é mais diversificado possibilitando o planejamento e a execução de atividades mais completas junto às Comunidades Camponesas. Mas por razões já expostas nessa pesquisa as atividades extensionistas não são realizadas considerando as características necessárias à Ater em Comunidades Quilombolas.

Outra questão a ser considerada diz respeito aos recursos disponíveis às entidades públicas de Ater para a realização das ações necessárias. Os recursos disponibilizados pela empresa pública de extensão rural - EMATER (GO), em Monte Alegre de Goiás não são suficientes para atender adequadamente às Comunidades Quilombolas, conforme dispõe a PNATER. Faltam recursos humanos e materiais. A agência local possui apenas um técnico com formação em ciências agrárias para atender todas as famílias do município, incluindo os quilombolas e assentados da reforma agrária. Essas limitações estendem-se aos recursos materiais, como veículo adequado que possibilite o acesso a Comunidade Quilombola Kalunga. O acesso em períodos chuvosos só é possível utilizando veículos especiais, diferente do disponibilizado a unidade da Ater no município.

Dos muitos documentos em que tivemos acesso durante a pesquisa destacamos o Plano Municipal de Ações Integradas da (PMAI), que traz um diagnóstico do município e as ações potencializadoras do desenvolvimento rural a serem executadas pela Unidade Local no período especificado. Conforme a edição de 2014, “cabe a EMATER levar ideias e sugestões ao agricultor para que assim possa fazer uso de tecnologias a cada tipo de produção desenvolvida na propriedade” PMAI (2014, s/p). Nesse sentido, entendemos que realmente não caberia ao

¹⁰³ A Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA), atua no serviço de defesa agropecuária (Saúde Animal), realiza diretamente extensão rural quando se apresenta como um serviço de apoio aos agricultores com base na educação com ênfase na sanidade animal.

órgão público fazer diferente, pois o pouco recurso disponível ao único técnico não permite mais do que de forma precária atender as demandas do município, principalmente no tocante ao crédito rural.

O que podemos concluir acerca das condições de prestação da Ater na unidade da EMATER em Monte Alegre de Goiás é que as questões ligadas ao financiamento das atividades extensionistas encontram-se no limite do aceitável. Faltam recursos humanos e materiais ao atendimento das necessidades dos camponeses do município. Por outro lado, a empresa contratada para prestação dos serviços de Ater na Comunidade Quilombola Kalunga do município não conseguiu reunir as condições humanas e materiais para levar adiante os serviços contratados pelo MDA.

Outra questão colocada à extensão rural pública que ainda não foi solucionada é a resistência dos extensionistas em trabalhar com a agricultura camponesa. Essa resistência vem dos momentos áureos da extensão rural em que todos os esforços eram empregados no sentido de consolidar a agricultura convencional, criando assim uma resistência ao trabalho com os sujeitos sociais que apresentavam condições inferiores de financiamento e absorção das tecnologias difundidas.

Essa questão ainda sem solução no âmbito da extensão rural pública, impede que os extensionistas assumam de vez os papéis que lhes são reservados na consolidação do desenvolvimento produtivo das Comunidades Camponesas. Faltam-lhes apropriar-se do aparato teórico-metodológico guiado pela agroecologia como base tecnológica. Nesse sentido as organizações extensionistas ligadas aos movimentos camponeses avançaram mais rapidamente que as instituições públicas e ou privadas.

Redefinir as ações extensionistas incluindo os camponeses como público favorecido, implica em transformações profundas no *modus operandi* das instituições e dos profissionais envolvidos na prestação do serviço de extensão rural. No momento em que defrontamos com essa necessidade¹⁰⁴, uma reflexão se fez necessária acerca do compromisso que agora justifica a razão de existência da extensão rural. É a que se concentra em torno da pergunta: Quem pode comprometer-se? Segundo Freire (1979, p. 07):

Se a possibilidade de reflexão sobre si, sobre seu estar no mundo, associado indissolúvelmente a sua ação sobre o mundo, não existe no ser, seu estar no mundo se

¹⁰⁴ Ir ao encontro do trabalhador camponês foi uma necessidade do serviço de extensão rural, pois era a única maneira para justificar os recursos públicos aplicados na atividade. Sem a agricultura camponesa a extensão rural deixa de existir.

reduz a um não poder transpor os limites impostos pelo próprio mundo, do que resulta que esse ser não é capaz de compromisso. É um ser imerso no mundo, no seu estar, adaptado a ele e sem ter dele consciência.

Foi justamente esse compromisso com família camponesa que faltou à extensão rural e aos extensionistas ao longo de sua trajetória. Faltou entender que a decisão em trabalhar com os camponeses significa compreender e envolver-se nas lutas que ao longo dos últimos cinquenta anos tornaram-se recorrentes no mundo rural. Significava ainda o compromisso de lutar pela solução das necessidades reprimidas, contra as políticas públicas que privilegiam sempre as atividades capitalistas no campo. Esse compromisso ainda é pouco considerado nos discursos da extensão pública, mesmo que conforme apontamos em vários momentos dessa pesquisa, significa o único caminho à garantia da existência da extensão rural financiada com recursos públicos. O comprometimento que destacamos passa pela aproximação da extensão rural com os Movimentos Camponeses e a adoção de outro aparato teórico metodológico.

O envolvimento com os Movimentos Camponeses significa atualmente aos órgãos públicos de extensão rural a sua própria sobrevivência, fato que atinge em menor proporção as empresas privadas. Estas em sua maioria estão umbilicalmente ligadas a esses movimentos, sendo partícipes das lutas e das agruras vividas pelos camponeses nas últimas décadas. A desvantagem das empresas públicas de extensão rural está no corporativismo que ao longo do tempo não permitiu a aproximação de suas ações com os movimentos, e quando isso aconteceu mesmo que precariamente as forças hegemônicas que dominam o cenário político decidiu pela redução da presença da extensão rural no campo, fato levado a cabo pelo sucateamento das entidades públicas com a redução orçamentária.

Além das mudanças no aparato teórico-metodológico praticado, voltar as ações extensionistas aos camponeses implica também em mudanças no método de fazer extensão rural no Brasil. As concepções ideológicas impregnadas nas práticas extensionistas estariam em cheque, já que seriam orientadas por *saberes/fazeres* com foco na agroecologia, materializada no trabalho com as práticas camponesas tradicionais¹⁰⁵. Seria um recomeço, e como afirmamos na apresentação dessa pesquisa: *recomeçar é difícil em qualquer situação, e torna-se mais complexo quando temos que negar parte do que somos e fazemos. Enfim, despír das ideologias consolidadas para construir novos saberes torna-se uma missão difícil de ser superada.*

¹⁰⁵ Citamos como exemplo de ações pautadas na agroecologia aquelas em que a extensão rural direciona suas práticas na utilização dos recursos existentes na propriedade, como a utilização de técnicas que possibilitem a conservação e o aumento da fertilidade natural do solo, a preservação dos recursos hídricos, o cultivo sem a utilização de agrotóxicos, a valorização das práticas culturais, a igualdade de gênero dentre outras.

Essa realidade avançou pouco ao longo dos 10 dez anos após o lançamento da PNATER, e as razões são diversas e até contraditórias dentro da realidade em que se encontra a extensão rural no Brasil. Se temos instrumentos regulatórios que direcionam a extensão rural rumo à população camponesa, por outro lado a adoção desses mecanismos ainda enfrenta a resistência das instituições públicas e privadas de extensão rural, como por exemplo a adoção das metodologias condizentes com as práticas agroecológicas exigidas pela PNATER. Vale lembrar que o Brasil é o único país da América Latina que agrega a agroecologia como aparato tecnológico nas práticas extensionistas, uma condição de vanguarda. Portanto qualificar as metodologias extensionistas aos moldes da PNATER, será a maneira de justificar a existência e a permanência da extensão rural como política pública.

A base teórica em que pautamos para realizar essa pesquisa não deixou qualquer dúvida acerca da necessidade de outro aparato teórico-metodológico-tecnológico à extensão rural no Brasil. Para as Comunidades Quilombolas, ficou claro a necessidade de agregar a dimensão cultural nas ações extensionistas. Ao contrário das práticas tradicionais em que a dimensão econômica *puxa o carro* das ações, nessa a caminhada inicia-se no *que fazer* cultural, demonstrando toda complexidade das práticas extensionistas nas Comunidades Tradicionais.

Seguir ou não essa orientação, valorizando outras dimensões da Ater, é uma escolha das instituições e necessária a política extensionista no país. Os dois modelos que são aplicados atualmente nas comunidades tradicionais padecem dessa mudança de orientação em suas práticas, classificadas nessa pesquisa como excludentes e expropriadoras de saberes. Continuar com as práticas ligadas ao difusionismo amparadas no crédito rural significará, *em breve*, o fim dos financiamentos públicos à extensão rural, e conseqüentemente a perda da possibilidade que temos atualmente de apropriar-se dessa política e transformá-la em instrumento de promoção da *(Re)Existência* camponesa, em especial nas Comunidades Quilombolas.

As dúvidas que imperam referentes aos modelos público e privado estão ligadas às questões orçamentárias, na infraestrutura necessária para execução do trabalho, no caráter temporário das empresas privadas, na qualificação dos profissionais contratados e em especial no aparato teórico-metodológico empregado. Sem que possamos suprir esses requisitos a Comunidade Quilombola Kalunga continuará sem acesso aos serviços de extensão rural adequado, exceto quando esses destinarem-se à contratação do crédito rural. Nesse caso a empresa pública de extensão rural cuida de elaborar os projetos e assessorar o agricultor quilombola em todas as fases do processo, pois a atividade gera recursos financeiros a

entidades.

Se o modelo que melhor servirá ao atendimento das comunidades camponesas tradicionais, em especial da Comunidade Quilombola Kalunga será pública ou privada, isso pouco importa especialmente aos Kalunga. A exigência é que o modelo possa compreender as reais necessidades da Comunidade e construir práticas extensionistas agregando não somente a dimensão econômica-produtiva, mas junto a dimensão sociocultural, a agroecológica, a etnoracial, gênero e outras.

Enfim, há um longo caminho a ser percorrido na consolidação da prestação da extensão rural com metodologias adequadas à Comunidade Quilombola Kalunga. Enquanto o Estado brasileiro não avança nessa política as Comunidades Camponesas padecem com a redução das práticas produtivas que garantem a soberania alimentar da população. Por outro, lado temos a consolidação de outra matriz produtiva, com efeitos danosos ao ambiente, podendo levar a Comunidade, a sofrer em pouco tempo, com a falta de água que comprometeria inclusive a criação de bovinos. São os efeitos últimos da opção em trabalhar com metodologias que de formas diferentes são causadoras da expropriação camponesa. Trocam-se os sujeitos e o “espaço”, mas as práticas e seus resultados continuam os mesmos. Nesse caso, ainda há tempo de rever antigas e danosas práticas em nome da sustentabilidade e da harmonia do Povo Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás.

CONSIDERAÇÕES

A luta dos trabalhadores escravizados pelo território iniciada no século XVIII, em parceria com algumas etnias indígenas, em especial a Avá Canoeiro, atravessou os séculos XIX e XX e adentrou ao século XXI com uma extensa pauta, principalmente nas questões ligadas à posse da terra e o acesso às políticas públicas necessárias a territorialidade da população. Os dois povos continuam a sofrer toda sorte de discriminação e expropriação, mas, aos poucos o Estado brasileiro se vê obrigado a rever sua postura e garantir o mínimo necessário à existência.

As dificuldades enfrentadas na formação do quilombo atravessaram o tempo e o espaço com as mesmas características: o abandono do Estado frente as necessidades dessa população. Em pleno século XXI encontramos escolas cobertas de palha piaçaba, sem qualquer recurso pedagógico necessário à prática de uma educação libertadora, com respeito as práticas culturais da Comunidade. Outras políticas públicas apresentam situações mais complexas, nesse caso citamos o acesso a saúde pública, a infraestrutura e as condições de desenvolvimento das práticas culturais e produtivas.

A omissão do Estado em oferecer as políticas públicas necessárias a territorialização desses sujeitos sociais não é fruto do acaso, considerando a trajetória por eles percorridas desde a condição de trabalhadores escravizados nas minas de ouro do Norte da Capitania de Goiás. O Estado brasileiro sempre foi elitista, preconceituoso e discriminador, e por essa razão acreditar na promoção das políticas públicas necessárias à territorialização do Povo Kalunga em terras goianas, sem que antes ocorram os confrontos necessários, é retirar do estado as características citadas. Algo ainda distante na atualidade.

Nesse sentido, a promoção dessas políticas passa indubitavelmente, pela visibilidade dos problemas existentes e das lutas travadas nos mais diversos campos sociais pelas representações da população local. Dentre elas a mais importante, a luta pela terra como carinhosamente me relatou a líder Kalunga Dona Procópio, em nossas conversas nas noites de luar no quilombo: “no início de tudo era eu e mais um bando de cegos, surdos e analfabetos percorrendo essas estradas rumo a Brasília e Goiânia buscando o reconhecimento dos direitos do nosso povo. O direito à terra, à escola, à saúde”. E como o poder oficial fica distante quando os sujeitos sociais são invisibilizados pelas práticas políticas do Estado burguês!

No emaranhado de políticas públicas planejadas buscando a promoção social das populações tradicionais encontramos a extensão rural dentro do Programa Ater Quilombola executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Igual a outras políticas que não

caminham a contento no Território Quilombola, a extensão rural se faz presente de maneira tímida em algumas ações que comprovamos ser exclusivamente ligadas ao crédito rural. Não somos contra (pesquisadores e quilombolas), a utilização do crédito rural como porta de entrada da Ater na Comunidade, mas a crítica é necessária haja vista ser essa a única atividade de extensão rural executada na Comunidade pelo órgão público de Ater em Goiás. Funciona como porta de entrada, mas não há continuidade das ações nem mesmo para avaliar as condições sociais em que esses sujeitos encaminham o processo produtivo após o acesso ao crédito. As visitas dos extensionistas aos camponeses só ocorrem no caso de inadimplência junto aos agentes financeiros.

No cumprimento das ações constantes no Programa Brasil Quilombola (2004), a situação é ainda mais complexa, em função da morosidade em implementar essa e outras políticas públicas necessárias ao desenvolvimento territorial. Foi positivo por parte do Governo Federal, agregar em um único programa, as ações executadas nas comunidades quilombolas brasileiras, buscando o diálogo entre os diversos órgãos e suas responsabilidades. Ocorre que a diversidade cultural existente nos territórios negros acaba por emperrar inúmeras ações em função das dificuldades de adaptação em relação às normas criadas de forma homogênea a todos os territórios. Assim também ocorre nas políticas de extensão rural.

Ao longo dessa pesquisa amadurecemos a ideia de uma prática extensionista territorializada nas Comunidades Camponesas Quilombolas, executada através de metodologias participativas, que possa agregar além dos *saberes/fazeres* locais, e as práticas culturais específicas do território. Apontamos para que o profissional extensionista seja partícipe das lutas travadas pela Comunidade nos espaços sociais na busca de condições necessárias ao desenvolvimento territorial. Esse modelo não concebe práticas extensionistas rurais dissociadas de outras políticas como educação, saúde, soberania alimentar e desenvolvimento sociocultural. Antes de tudo devemos caminhar para a consolidação de uma sociedade no/do campo que não se caracterize apenas pela produção de alimentos saudáveis, mas que tenham acesso aos bens culturais necessários à promoção da cidadania nos territórios rurais.

Esse modelo de extensão rural holístico, engajado e preocupado com o desenvolvimento territorial, compreenderá que os processos produtivos das Comunidades Quilombolas estão balizados por *saberes/fazeres* que fogem ao alcance da ciência produtivista. Esse modelo amparado em práticas culturais territorializadas ao contrário da extensão rural tradicional apresenta um caráter horizontal e participativo, onde as ações estarão diretamente relacionadas

aos *saberes/fazeres* locais.

Amparar as práticas extensionistas apenas no crédito rural (extensão rural pública), ou na produção (extensão rural privada), é negar o camponês como sujeito dotado de *saberes/fazeres*, que carrega consigo uma carga cultural importante, quer no processo produtivo ou nos momentos em que sua cultura aflora nos rituais religiosos e festivos que ocorrem nos territórios de vida. O modelo extensionista seja ele público ou privado alcançará melhores resultados junto à Comunidade quilombolas se agregar essa dimensão em suas ações, e assim reconhecer que no trabalho com a terra as práticas culturais estão presentes em todos os momentos de produção e reprodução camponesa. E o sucesso nesse caso será a autonomia dos camponeses alcançada a partir dos conhecimentos nascidos de suas práticas, valores, *saberes/fazeres*.

Ao abster-se de exigir práticas extensionistas mais próximas das Comunidades Quilombolas, os órgãos financiadores e executores (MDA e Governos Estaduais), acabam por prestar um desserviço às comunidades, quando suas ações servem apenas para promover práticas produtivas não compatíveis com a realidade cultural e ambiental, como essa pesquisa comprovou no Território Quilombola Kalunga. Nesse sentido caminham os exemplos como o PRONAF e suas consequências ambientais evidenciadas no quinto capítulo dessa pesquisa, que em nosso entendimento representará em pouco tempo o principal problema da Comunidade.

A formação de pastagens em áreas prioritárias evidenciadas na pesquisa é uma das consequências dos financiamentos destinados exclusivamente à aquisição de gado bovino. Locais que antes eram utilizadas para o cultivo de alimentos próximos as residências e até áreas de veredas estão transformando-se em pastagens, empurrando os cultivos para as áreas ciliares e nascentes, apontando para um futuro próximo problemas de abastecimento de água.

A gestão territorial incluindo um plano de manejo e ocupação das áreas prioritárias já está na pauta de discussões da Associação Quilombo Kalunga, que vê com preocupação as transformações espaciais pelas quais passam as áreas aptas às práticas agrícolas, e o avanço das pastagens sobre as áreas de preservação permanente. Conforme nos informou o Presidente da Associação, esse debate será uma prioridade na pauta da associação, pois em todos os municípios as áreas já desapropriadas apresentam excelentes condições de pastejo, deixando assim, as áreas próximas às residências para o cultivo de alimentos. Ademais, a Comunidade não dispõe de muitos cursos de água para abastecimento, o que aumenta a necessidade de um planejamento consistente das práticas agrícolas.

Essas constatações já seriam o suficiente para refutar a metodologia extensionista pautada no crédito supervisionado empregado na Comunidade Kalunga. Mas entendemos que

essa prática possibilitou ao longo dos últimos anos que os habitantes do Quilombo pudessem contar com uma fonte de renda que garantisse condições mínimas de existência em caso de emergência, ou seja quando as roças de toco não produzem o suficiente para despesa da família. Isso não exclui a necessidade de promover práticas de planejamento na ocupação das áreas aptas a produção de alimentos na Comunidade.

No decorrer da pesquisa fizemos críticas contundentes à metodologia ligada ao crédito rural e ao seu caráter expropriatório, e nesse caso a expropriação virá pela falta de planejamento na incorporação de áreas destinadas a reservas permanentes às pastagens cultivadas para alimentar o gado bovino. A diferença existente na metodologia extensionista praticada na Comunidade e as do passado no Brasil é apenas a maneira pela qual a exclusão dos Camponeses Quilombolas poderá ocorrer: nessa oportunidade pelo viés ambiental, já que nascentes e matas ciliares estão sendo ocupadas com pastagens.

O diferencial no caso da Comunidade Quilombola Kalunga está no fato de se houver interesse na correção do rumo tomado pelas práticas extensionistas ainda consegue-se reverter os danos causados e até colaborar no planejamento das atividades produtivas. A prática extensionista que defendemos ao longo da pesquisa se constrói também no reconhecimento dos próprios erros e na capacidade de buscar soluções que atendam às necessidades coletivas do território de vida.

Em função das preocupações expostas nessa pesquisa buscamos entendimento junto a Associação Quilombo Kalunga que representa os quilombolas habitantes dos três municípios, para colocar essa discussão no Território no sentido de construir um plano de manejo e ocupação com vistas à manutenção das áreas produtivas, da preservação de nascentes e matas ciliares. Essa intervenção será planejada em conjunto com a EMATER e as instituições de Ater privadas, caso estejam atuando no território. Nesse sentido, Paulo Freire (1987, p. 21) nos ensina que “a práxis é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, segundo o autor, é impossível a superação da contradição opressor-oprimido. Assim entendemos o compromisso da pesquisa acadêmica, que seja dotada de sentidos e práticas junto aos territórios e sujeitos sociais pesquisados.

As transformações que ficaram no final da pesquisa formam um misto de culpa e indignação, pois na condição de pesquisador estava um camponês, resgatando seu passado na convivência com as pessoas simples do Quilombo. Ficou também um sentimento de impotência em relação ao papel do Estado brasileiro frente ao acompanhamento sistemático das práticas culturais e reprodutivas das comunidades tradicionais que ainda *(Re)Existem* no país.

Deparar com as roças morrendo e acompanhar a angústia do Kalungueiro em ver sua fonte de alimento sem condições de produzir pela escassez de chuvas¹⁰⁶ nos meses de novembro a janeiro foi bastante difícil. Ainda mais quando nos diálogos eles nos afirmavam que estariam impossibilitados de realizar um novo plantio, pois não dispunham de sementes. Nesses momentos saía de cena o pesquisador e ficava o camponês a pensar o quanto as pesquisas e os projetos de extensão, quando bem direcionados podem colaborar para a autonomia dessas Comunidades, como por exemplo na organização de campos de produção de sementes crioulas (que eles sabem muito bem como produzir), na implantação de bancos comunitários de sementes e até mesmo nos programas de doação de sementes. São medidas simples que poderiam ser uma ação executada pela extensão rural, com resultados surpreendentes e socialmente necessários. Poderiam...

Acreditamos que a assistência técnica e extensão rural possui um grande potencial para colaborar com a valorização das práticas agrícolas tradicionais das Comunidades Quilombolas Kalunga. Mas para isso necessitamos rever nosso *que fazer* e voltar aos agricultores no sentido de planejar ações que realmente atendam não somente as necessidades individuais, mas o coletivo do Território. Assim, a extensão rural tomaria outra direção e assumiria o papel de promotora das práticas agroecológicas de produção, que agregada a outras políticas de desenvolvimento rural possam promover a permanência do Povo Kalunga e de seus *saberes/fazeres* em seu território de vida. Nesse sentido a caminhada está apenas começando.

¹⁰⁶ Segundo Barreira (2002, p. 32), essa é uma área sujeita ao “veranico”, um fenômeno climatológico típico da região Central do Brasil; Consiste em um período seco, com temperaturas elevadas embutida na estação chuvosa. Podem ocorrer de uma a quatro semanas sem chuva, via de regra no mês de janeiro.

REFERÊNCIAS

ABCAR. Associação Brasileira de Crédito Agrícola Rural. **A extensão rural no Brasil**. Rio de Janeiro, ABCAR, 1970.

AGUIRRE, F. et al. **La asistencia técnica**: propuesta metodológica para el trabajo con productores campesinos. Santiago: VANSÁ, 1987.

ALTIERE, M; NICHOLLS, C.I. Sementes nativas: patrimônio da humanidade essencial para a integridade cultural e ecológica da agricultura camponesa. In: CARVALHO, Horácio Martins (Org). **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão popular, 2003. p. 156-172.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Tradução Marília Marques Lopes. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____, **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ALVES, R. Garotas de 10 a 14 anos são vítimas de escravidão sexual em Cavalcante (GO). **Correio Brasiliense**. Brasília, 12 de abril. 2015. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/04/12/interna_cidadesdf,479060/xxxxx.shtml>. Acesso em: 15 de abr. 2015.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. **O planejamento de pesquisas em educação**. São Paulo: Cadernos de pesquisa. 1991. p. 53-61.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa qualitativa e quantitativa. 2. ed. São Paulo: Thomson, 1999.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

APOLINÁRIO, J. R. **Escravidão negra no Tocantins colonial**: vivências escravistas em Arraias (1739 – 1800). Goiânia: Kelps, 2007.

_____, **Os akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão**: políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás, atual Estado do Tocantins, século XVIII. Goiânia: Kelps, 2006.

ARANTES, M. M.; ALMEIDA, M. G. O saber fazer do povo kalunga na conservação da biodiversidade do cerrado em Goiás (Brasil). **Rev. Geo**, Goiânia: UEG, v. 1, n. 2, p. 51-70,

2012.

BAIOCHI, M. N. **Kalunga**: terra sagrada. Rev. Faculdade de direito da UFG. Goiânia: UFG. v. 19/20, n. 1, p. 101-120, jan/dez, 1995/1995.

BARBOSA, A. S. **Andarilhos da claridade**: os primeiros habitantes do Cerrado. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2002.

BARREIRA, C. C. M. A. **Vão do Paranã**: a estruturação de uma região. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 193-216, jan.-jul. 2011.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda de desenvolvimento territorializado. **Rev. Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul.-dez. 2004.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____, **Peões, pretos e congos**: trabalho e identidade étnica em Goiás. Goiânia: UNB, 1977.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado, 1988.

_____, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 05 jan. 2014.

_____, Lei n 39.814, de 17 de Agosto de 1956. Delimita as áreas bocígenas do Brasil e dispõe sobre o uso do sal iodado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39814-17-agosto-1956-333765-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso 18 jun. 2015.

_____, Lei n 6.151, de 4 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975-1979. **Diário Oficial da União**, Brasília. 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6151.htm>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____, Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a proteção de cultivares e dá outras

providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9456.htm. Acesso em: 22 de dez. 2014.

_____, Lei nº 11.325, de 26 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2004.

_____, Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso 05 jan. 2014.

_____, Decreto 75.320, de 29 de janeiro de 1975. Dispõe sobre a criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). **Diário Oficial da União**, Brasília, 1975. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75320-29-janeiro-1975-423871-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 de set. 2014.

_____, Decreto 5.051, de 4 de julho de 2004. Regulamenta a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais. **Diário Oficial da União** Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso 06 jul. 2014.

_____, Instrução Normativa nº 60/2011. Normatiza a Classificação do Milho. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>. Acesso 22 set. 2014.

_____, Secretaria Especial de Promoção de Políticas para Igualdade Racial. **Quilombos das Américas**: articulação de comunidades afrrurais: documento síntese. Brasília: IPEA, SEPPPIR, 2013.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Editais de chamada pública para seleção de entidades executoras de assistência técnica e extensão rural para acompanhamento de famílias quilombolas em situação de extrema pobreza do Plano Brasil Sem Miséria. Chamada Pública 009/2012**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

_____, Secretaria Especial de Igualdade Racial. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília:

Secretaria Especial de Igualdade Racial, 2004.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

BRITO NETO, J. C. de. Informação e cidadania, a nova formação da democracia. **Comunicação e informação**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 229-242, 1999.

_____, **A informação dos excluídos**: a experiência dos calungas no Brasil. 2008. 396 f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação e da Comunicação) - Universidade de Paris, Paris, 2006.

CAPORAL, F. R. **Política Nacional de ATER**: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. Brasília: EMBRAPA, 2005.

CASTANEDA, C. **A erva do diabo**. Tradução Luzia Machado da Costa. São Paulo: Record, 2009.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro, pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro. Antares, 1984.

CLAVAL, P. **Geografia e cultura**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis. UFSC, 1999

_____, **Geografia e dimensão espacial**: a importância dos processos na superfície da terra. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. BRAGA, E. C. (Org.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Vieira, 2008. p. 17-46.

CLEPS JUNIOR, João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do triângulo mineiro. 1998. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1998.

COSTA, M. S. P. **Poder local em Tocantins**: domínio e legitimidade em Arraias. 2008. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2008.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1985.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1985.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1990.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1991.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1992.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1993.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1994.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1995.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1996.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1997.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1998.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 1999.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 2013.

_____, **Cadernos Conflitos no Campo**. Goiânia: CPT, 2014.

DELEUZE, G; GUATAARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO TOCANTINS. **Ação de Anulação de Ato Jurídico nº 209/2004**. Palmas: Diário Oficial do Estado de Tocantins, 2012. p. 13-15.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. **Rev. Oikos**, Viçosa, v. 18, n. 2, p.11-21, jan. 2007.

_____, **Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades**.

Revista Perspectivas em políticas públicas, Belo Horizonte v. 1 n 1 p. 101-114, jan.-jun. 2008.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____, Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. S. S. **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

ÉLLIS, Bernardo. **O tronco**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária. **Mandioca no Cerrado: orientações técnicas**. Planaltina (DF): EMBRAPA, 2011.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 344 f. (Livre Docência) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, F. **Comunidades e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1973.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____, **Educação e mudança**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____, **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GADOTTI, M. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, v. 6, p. 15-29, jun. 2005.

_____, Alfabetizar e Politizar: Angicos, 50 anos depois. **Revista de Informação do Semiárido (RISA)** Angicos, v. 1, n. 1, p. 47-67, jan.-jun. 2013.

GOIAS. Lei Complementar nº 19, de 05 de janeiro de 1996. Dispõe sobre sítio histórico e patrimônio cultural kalunga. **Diário Oficial de Goiás** Goiânia, 1996. Disponível em: <www.gabinetecivil.go.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____, Lei nº 7.969, de 15 de outubro de 1975. Autoriza o Poder Executivo a instituir uma empresa pública, sob a denominação de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO) e dá outras providências. **Diário Oficial de Goiás**. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=8742>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

_____, Agência Goiana de Defesa Agropecuária. **Sistema de defesa agropecuária de Goiás**. Monte Alegre de Goiás: Agência Goiana de Defesa Agropecuária. Disponível em: <<http://sidago.agrodefesa.go.gov.br/index/home>>. Acesso em: 30 de dez. de 2014.

_____, Agência Goiana de Defesa Agropecuária. **Sistema de defesa agropecuária de Goiás**. Monte Alegre de Goiás: Agência Goiana de Defesa Agropecuária. Disponível em: <<http://sidago.agrodefesa.go.gov.br/index/home>>. Acesso em: 20 de jun. de 2015.

_____, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Plano Municipal de Ações Integradas de Extensão Rural**. Monte Alegre de Goiás: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2014.

GOMES, H.; NETO, A. T.; BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás - Tocantins**. 2. ed. Goiânia: UFG, 2004.

GONÇALVES, R. Junior de A. F. **A vida pode mudar com a virada da peneira: (re)organização do território e do trabalho nos garimpos de diamantes em Coromandel/MG**. 2012. 272 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2012.

GUHUR, D.M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidades**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____, Concepções do território para entender a desterritorialização. In: OLIVEIRA, M. P. de; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

HASHIZUME, M.; ROCHA, R. Família Caiado mantém trabalho escravo. **Brasil de Fato**. São Paulo, 10 de ago. 2010. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/1482>>. Acesso

em: 30 dez. 2014.

HOLT, G. E. **Campesino a campesino**: voces de latinoamérica movimiento campesino para la agricultura sustentable. Manágua, 2008. 294 p.

IBGE- Pesquisa nacional por amostra de domicílio. **Censo populacional de 2010**. Rio de Janeiro: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Retratos das desigualdades de gênero e raça**. Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html>. Acesso 20 jun. 2014.

JUNIOR FRANCISCO, W. E. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. Revista Ciência e Educação, Bauru, v. 14, n.3, s/p, 2008. Disponível em: <http://www.unesp.br/prope/revcientifica/CienciaEducacao/Historico.php>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

LOUREIRO, W. N. **O Aspecto Educativo da Prática Política**: a luta do arrendo em Orizona (GO). 1982. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2005.

MACHADO, L. C. P; MACHADO F. L. C. P. **A dialética da agroecologia: agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MAIA, C. L. **Os donos da terra**: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. 2008. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MARTINS, J. S. de. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____, **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica a economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: **do neolítico à crise**

contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo. UNESP, 2010.

MENDES, E. de P. P.; SILVA, J. M. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, G. J. (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas.** Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 207-221.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

_____, As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **Revista Pegada.** Presidente Prudente, v. 16, n. especial, p. 3-15, maio de 2015.

MENDONÇA, M. R; PELÀ, M. O Cerrado goiano numa encruzilhada de tempos: os territórios em disputa e as novas territorialidades do conflito. **Revista Geográfica de América Central.** Costa Rica, Número Especial EGAL, p. 1-18, 2011.

MESQUITA, H. A. de. **A luta pela terra no país do latifúndio: o massacre de Corumbiara/Rondônia.** Goiânia: UFG, 2011.

MITIDIERO, JR. M. A. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no estado do Paraíba.** 2008. 501 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MORIN, E. **Ciência com consciência.** Tradução de Maria Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

OLIVEIRA, A. R. de. **O associativismo na região do pontal do Paranapanema - SP: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural.** 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

_____, **A geografia das lutas no campo.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, M. E. B. de; MONTENEGRO GOMEZ, J. Modelos de desenvolvimento rural no Brasil: o princípio educativo do trabalho como alternativa. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, v. 15, n. 1, p. 171-207, 2014.

OLIVEIRA, R. **O barulho da terra**: nem Kalunga nem camponeses. 2004. 230 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PALACIN, L. **Sociedade goiana colonial** (1549 – 1599). Goiânia: UFG, 1981.

PALACIN, L.; MORAIS, M. A. de Sant'Anna. **História de Goiás**. 6. ed. Goiânia: UCG, 1994.

PAULA, M. V. de. A contribuição da mídia e da academia para a disseminação do mito do isolamento sobre o agrupamento quilombola. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: 2005. p. 11.396 - 11.418.

PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão**: uma análise da indústria de defensivos agrícolas. 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciência Humanas) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PESSOA, V. L. S. **Ações do Estado e as transformações agrárias no Cerrado nas zonas de Paracatu e Alto Paranaíba (MG)**. 1988. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro (SP), 1988.

_____, Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo. **Geo UERJ**. Ano 14, nº.23, v.1, 1º semestre de 2012. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/3682/2554>. Acesso em 25 de dez. 2014.p. 4-18.

PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil (2013)**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano. Rio Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 20 jan. 2014.

PRADO, E. **Fundamentos da crise da extensão rural no Brasil**. 2001. 121 f. Tese (Doutorado em Medicina Veterinária) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

PRIMAVESI, A. M. Agroecologia: práticas e saberes. In: MENDONÇA, M. R. **Agroecologia: práticas e saberes**. Catalão: Modelo, 2012. p. 9-35.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 263 p.

RAMOS, H. C de. **Tropas e boiadas**. Rio de Janeiro: Instituto Centro Oeste de Cultura, 1917.

RATTS, A.; FURTADO, G. Observações sobre a situação dos quilombos em Goiás. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Bueno de. (Org.). **Cadernos de debates nova cartografia social: territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: UEA, 2010. p. 235-241.

REIS, J. J. **Quilombos e revoltas escravas no Brasil: nós achamos em campo a tratar da liberdade**. São Paulo: USP, 1995. p. 14-39.

RIBEIRO, M. Educação rural: da expropriação dos saberes práticos do camponês à expropriação da terra. **Reflexão e ação**. Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 323-346, jul. 2014.

RIGOTTO, R. M., PIGNATI, W. A. Et al. A indústria de dúvidas, venenos e mortes: a violência do agronegócio. In. CARNEIRO, F. F. et al (Org.). **Dossiê ABRASCO: uma alerta sobre impacto dos agrotóxicos na saúde**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 431-465.

RODRIGUES, N. **Conexão Tocantins: remanescentes quilombolas de Campos Alegre em Paranã, são ameaçados por homens armados em disputa por suas terras**. Disponível em: <<http://conexaoto.com.br/2014/08/18/remanescentes-quilombolas-de-campo-alegre-em-parana-sao-ameacados-por-homens-armados-em-disputa-por-suas-terras>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

ROGERS, E. M. **Difusion of innovations**. 2. ed. Nova York: Collier, 1971.

SALLES, G. V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: UFG, 1992.

SANTOS, B. S. de. Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 78, p. 3-46, out. 2007.

_____, **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____, **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-13, mai.

1999.

SAUL, R. P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Rev. Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n. 12, p. 230-273, jul. 2014.

SCHMITZ, H. **Agricultura familiar**: extensão rural e pesquisa participativa. São Paulo: Annablume, 2010.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução Daniela de Abreu Azevedo, São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, C. T. **Cativando Maira**: a sobrevivência Ava Canoeira no Alto Rio Tocantins. 2005. 383 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2005.

SILVA, L. G. **Avá – Canoeiro, a resistência dos bravos no Cerrado do norte de Goiás**: do lugar ao território. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SILVA, M. J. da. **Quilombos do Brasil Central**: séculos XVIII e XIX (1719 – 1888). Introdução ao Estudo da Escravidão, 1998. 464 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1998.

_____, **Sombra dos Quilombos**: introdução ao estudo do negro em Goiás. Goiânia: Cultura Goiana, 1974.

SOSA, B. M; JAIME, A. M. R; LOZANO, D. R. A; ROSSET, P. M. **Revolução agroecológica**: o movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba. Tradução Ana Corbisier. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

UNGARELLI, D. B. **A comunidade quilombola do engenho II**: cultura, produção de alimentos e ecologia dos saberes. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2009.